

Conservação e Recuperação
de Monumentos Megalíticos
nos 30 anos da re-ereção do
Menhir da Meada
Castelo de Vide

Jorge de Oliveira
Leonor Rocha
Nelson Almeida
(Editores)



Conservação e Recuperação
de Monumentos Megalíticos
nos 30 anos da re-ereção do
Menhir da Meada

Castelo de Vide

Jorge de Oliveira
Leonor Rocha
Nelson Almeida
(Editores)

Jorge de Oliveira
Leonor Rocha
Nelson Almeida
(Editores)

Conservação e Recuperação
de Monumentos Megalíticos
nos 30 anos da re-ereção do
Menhir da Meada
Seminário Internacional
Castelo de Vide

Livro de Atas

Organização:
Câmara Municipal de Castelo de Vide; Universidade de Évora, CHAIA;
Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora

In memoriam
Vitor S. Gonçalves



Estava previsto que a conferência de abertura deste seminário fosse proferida pelo Prof. Vitor Gonçalves. Infelizmente o seu estado de saúde já não permitiu que se deslocasse até Castelo de Vide. Rapidamente a sua saúde deteriorou-se, mas ainda conseguiu, com muito esforço, produzir o texto que aqui se divulga. Trata-se, na verdade, da sua última publicação. O Prof. Vitor Gonçalves faleceu aos 78 anos a 3 de dezembro de 2024.

Entendeu a Comissão Organizadora dedicar este Livro de Atas à memória do Prof. Vitor Manuel dos Santos Gonçalves pelo seu vasto contributo para o conhecimento e salvaguarda do Megalitismo.

(N.E.)

Índice

<i>In memoriam</i> Vítor S. Gonçalves.....	5
Apresentação	
Comissão Organizadora.....	9
Depoimentos institucionais.....	11
Hermínia Vasconcelos Vilar	
Reitora da Universidade de Évora.....	13
Paulo Simões Rodrigues	
CHAIA/UE.....	15
Ana Paula Amendoeira	
Diretora Regional de Cultura do Alentejo.....	16
Comunicações	19
João Caninas; Francisco Henriques; Mário Monteiro; Isabel Gaspar; Mário Benjamim; Carlos Neto de Carvalho; Jorge Gouveia; José Manuel Pires	
Exemplos de valorização de monumentos megalíticos na Beira Baixa: Cão do Ribeiro (Proença-a-Nova) e Cabeço d'Ante (Vila Velha de Ródão).....	21
Cristina Barrocas Dias; Ana Manhita	
Colar e conservar pedra – o caso de estudo do menir da Meada.....	37
António Faustino Carvalho	
O projeto de reabilitação da anta da Lapa da Meruje no contexto das estratégias para o estudo, proteção e valorização do património megalítico de Vouzela (Viseu).....	47
Fernando Carrera Ramírez	
Gestão e proteção do património megalítico: novas ideias.....	61
Gertrudes Branco	
A salvaguarda, estudo e valorização de monumentos megalíticos na Região Centro.....	77
Jorge de Oliveira	
Anastilose de Monumentos Megalíticos no Norte do Alentejo e Extremadura Espanhola.....	85
Leonor Rocha	
Reabilitar Megalitismo... Recuperar Património: 25 anos de investigação.....	109
Mario Valela Gomes ...	
Restituir arquiteturas abertas. Breve reflexão sobre o que não aparece esquece, se interessa ou não fazer aparecer, mas talvez seja melhor esquecer.....	127
Nelson A. C. Almeida	
Alguns apontamentos sobre o património megalítico do Alto Alentejo, à boleia do processo de classificação do megalitismo alentejano.....	145
Nuno Lecoq	
O Menir da Meada e a Paisagem – Projecto de Valorização.....	155
Paco Blasco Rodriguez	
Problemas en la consolidación de estructuras megalíticas, dos ejemplos.....	159
Pedro Sobral de Carvalho	
A necrópole megalítica da N.ª Sr.ª do Monte (Penedono) (1993-1995). E se fosse hoje?...181	
Rui Parreira; Elena Morán	
Alcalar (Portimão, Algarve): As intervenções de reabilitação no núcleo oriental da necrópole megalítica.....	193
Victor dos Santos Gonçalves	
Um, Dois, Três... <i>Tante menhirs</i>	205
O Seminário em imagens	209
Homenagens	217
Conclusões	
Os participantes no Seminário	223
Ficha técnica.....	225

Apresentação

Trinta anos decorridos sobre a escavação, colagem e re-ereção do Menhir da Meada, o maior da Península ibérica e até ao momento o mais antigo do mundo (6º milénio aC), entendeu o Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora promover um encontro científico para o qual foram convidados todos os arqueólogos que desenvolveram ações semelhantes em monumentos megalíticos em Portugal, Espanha e França e investigadores das áreas da geologia e da química onde foram apresentados e discutidas as ações e metodologias de recuperação de monumentos pré-históricos de grande dimensão e respetivos resultados.

Passados estes 30 anos (25 de setembro de 1993) sobre a inédita aventura de unir as duas porções de um cilindro com 7,52 metros de altura e quase 20 toneladas de granito sem que até ao momento se tenha notado qualquer desvio ou fissuração significativa foi motivo de estudo e reflexão e aprendizagem para futuras ações que haja necessidade de desenvolver. Avaliaram-se neste encontro científico quais as metodologias que cada investigador utilizou nos seus respetivos trabalhos, diagnosticaram-se os resultados e patologias e propuseram-se recomendações para futuras intervenções, que agora se divulgam.

O encontro científico teve lugar em Castelo de Vide, nos dias 13 e 14 de outubro de 2023.

Para este encontro contámos com a colaboração do Município de Castelo de Vide, do CHAIA - Centro de História de Arte e Investigação Artística, do Laboratório Hércules e do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, da Universidade de Évora.

Durante os trabalhos deste encontro foi prestada homenagem ao Mestre Canteiro Manuel Graxinha que idealizou e executou a colagem e coordenou os trabalhos de re-ereção do menhir e a todos os que de alguma forma se envolveram nesta aventura única.

Divulgam-se agora nesta publicação as comunicações apresentadas neste encontro científico e, para memória futura, relatam-se fotograficamente os momentos mais singulares do evento.

Resta-nos testemunhar os nossos agradecimentos a todos os que tornaram possível a realização deste encontro científico, especialmente à Universidade de Évora, ao Município de Castelo de Vide, ao CHAIA, à Entidade de Turismo do Alentejo e Ribatejo e à Direção Regional de Cultura do Alentejo.

Na sessão de encerramento deste encontro científico foram profundamente discutidas e finalmente aprovadas, por unanimidade, as conclusões que aqui se transcrevem e que foram enviadas a todas as entidades que direta e indiretamente têm responsabilidades pela preservação do património e aos órgãos de comunicação social.



Menhir da Meada, foto de J.P. Martins Barata (1961)



Mestre Manuel Graxinha junto ao Menir da Meada (2023)

Depoimentos institucionais



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE MONUMENTOS MEGALÍTICOS

Castelo de Vide
12/13/outubro/2023

Entrada gratuita, sujeita a inscrição em:
gertrudes.branco@gmail.com
ou, <https://www.cm-castelo-vide.pt/menu/873/seminario-internacional-de-conservacao-e-reabilita>
Informações em: www.cm-castelo-vide.pt

*Comemorar
os 30 anos
da re-ereção do
Menhir da Meada*

Organização: Câmara Municipal de Castelo de Vide, CHAIA (Centro de História de Arte e Investigação Artística),
Universidade de Évora e Laboratório de Arqueologia / Departamento de História da Universidade de Évora



Foi com enorme prazer que aceitei o convite para participar neste Encontro que celebra os 30 anos da re-ereção do Menhir da Meada.

Desta forma pude-me juntar a alguns dos responsáveis por esta iniciativa a qual, tendo ocorrido há 30 anos, refletiu então a preocupação com a preservação do importante património megalítico que se expande pelo Alentejo, o qual assume uma especial representatividade e importância neste território em que nos encontramos.

Celebrar a iniciativa ocorrida há 30 anos procura assim e, antes de mais, reconfirmar essa mesma importância do património megalítico mas reflete igualmente algo que eu gostaria de realçar e que reputo da maior relevância: refiro-me à importância da colaboração entre instituições como elemento chave para o desenvolvimento do território.

Com efeito, tanto hoje como há 30 anos, a colaboração entre instituições e, em especial, entre município e Universidade, assume-se como condição indispensável para a identificação e preservação do património, para a consolidação da história e da identidade de um povo e de um espaço e neste caso em particular cabe-me estacar a colaboração entre o município de Castelo de Vide e a Universidade de Évora.

Hoje mais do que nunca as universidades assumem-se como elementos centrais do território onde se instalam, destinadas a tecerem redes de colaboração com municípios, empresas e demais protagonistas, de forma a que, em conjunto, possamos contribuir para o desenvolvimento desse mesmo território e do país.

E falar de colaboração, de apoio à cultura e à preservação de história e do património de uma localidade é particularmente relevante num espaço como Castelo de Vide, onde a história está presente em cada rua e entrelaçada com os espaços de vivência quotidiana.

Um espaço onde tem vindo a ser desenvolvida uma política impar centrada na preservação da identidade e da sua história, e aqui não posso deixar de realçar o papel central do Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Pita, responsável máximo pela concretização desta política e que tem tornado Castelo de Vide num exemplo nacional no campo da valorização do património e da história, através de diferentes e diversas iniciativas, as quais tem impulsionado e apoiado.

Uma palavra ainda para o Professor Doutor Jorge de Oliveira, meu colega na Universidade de Évora e aqui presente, tal como o estava há 30 anos.

Reconhecido arqueólogo, Jorge de Oliveira é também alguém preocupado com a divulgação do património arqueológico. Alguém que olha para a valorização do património, para a sua identificação e reconhecimento como fatores essenciais para a sua preservação.

Na pessoa do Professor Jorge de Oliveira quero agradecer a todos aqueles que há 30 anos ajudaram a que o menir das Meadas fosse recuperado.

Na pessoa do Sr. Presidente da Câmara de Castelo de Vide agradeço todo o apoio dado e termino com a certeza de que este Encontro será apenas um dos elementos numa colaboração que pretendemos que seja mais efetiva e recorrente entre o município e a Universidade de Évora.

Hermínia Vasconcelos Vilar
(Reitora da Universidade de Évora)

O Menir da Meada 30 anos depois

Nos dias 12 e 13 de outubro de 2023, em estreita e profícua colaboração com a Câmara Municipal de Castelo de Vide, a então ainda existente Direção Regional da Cultura do Alentejo e o Turismo do Alentejo, o CHAIA – Centro de História e Investigação Artística da Universidade de Évora coorganizou, através do seu grupo de investigação em Arqueologia, um seminário internacional dedicado à conservação e reabilitação dos monumentos megalíticos. Com a organização desde seminário, as entidades envolvidas pretenderam assinalar e comemorar os 30 anos da re-ereção do Menir da Meada, considerado o maior monólito utilizado como menir de toda a Península Ibérica. Pela dimensão do monumento, pela complexidade técnica da empreitada e pela diversidade das áreas disciplinares envolvidas além da Arqueologia, que incluiu o arranjo do envolvimento paisagístico do monumento, a re-ereção do Menir da Meada representou, em 1993, um marco na recuperação de monumentos megalíticos de grande dimensão. Precisamente por este motivo, o objetivo do seminário foi, a pretexto da comemoração, 30 anos mais tarde, à luz do atual estado do conhecimento e com novas contribuições científicas, designadamente do estudo material do património e da química aplicada ao património, fazer o balanço crítico da operação de re-ereção, dos critérios seguidos e das opções tomadas em 1993, e do atual estado de conservação do monumento. Mas também, e principalmente, a partir do caso de estudo específico do Menir da Meada, empreender uma reflexão e um debate mais amplos e alargados sobre as políticas de preservação dos monumentos megalíticos, com particular destaque para a legislação em vigor. Reflexão e debate que o presente volume, que este texto prefacia, reflete e regista. Por este motivo, este volume é mais que um simples livro de atas, é também, e essa foi sempre a nossa intenção, um instrumento de pensamento crítico sobre a arqueologia do megalitismo, a sua valorização patrimonial e a conservação dos seus monumentos e vestígios materiais.

Termino agradecendo, em nome do CHAIA, aos autores que tornaram possível este volume, mais uma vez às entidades parceiras – Câmara Municipal de Castelo de Vide, Direção Regional da Cultura do Alentejo e Turismo do Alentejo – e ao Professor Doutor Jorge de Oliveira, investigador integrado do CHAIA e coordenador do grupo de investigação de Arqueologia, arqueólogo responsável pela re-ereção do Menir da Meada há cerca de 30 anos e o responsável pela organização do seminário internacional.

Paulo Simões Rodrigues
(CHAIA/UE)

Menhir da Meada, um exemplo de boa prática!

Agradeço o convite que muito me honra para participar na abertura deste encontro científico e quero transmitir as felicitações e o reconhecimento a todas as entidades que organizam e que tiveram esta feliz iniciativa para assinalar uma das mais importantes efemérides do nosso tempo relativas ao megalitismo do Alentejo. Felicito assim a Universidade de Évora na pessoa da Senhora Reitora, o seu Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, o CHAIA, o Laboratório Hercules e agradeço todo o excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

Ao Município de Castelo de Vide na pessoa do Senhor Presidente António Pita, os agradecimentos pela parceria institucional e apoio a este encontro, mas também por todo o trabalho que tem vindo a realizar em prol da cultura com um muito significativo investimento de meios técnicos e financeiros que tem contribuído de forma notável para a qualidade que Castelo de Vide hoje apresenta.

Quero ainda felicitar e agradecer de forma especial ao Professor Doutor Jorge de Oliveira que idealizou e liderou este processo de escavação colagem e re-ereção do Menhir da Meada, mas também pelo trabalho assinalável que tem vindo a desenvolver há décadas na nossa região no que respeita ao megalitismo, mas não apenas, e a todos os que com ele têm trabalhado em prol do conhecimento e da salvaguarda do nosso património.

Um cumprimento a todos os oradores e participantes neste encontro.

Vivemos tempos preocupantes para o nosso património e muito em particular para o nosso património megalítico. A disparidade social entre os que se empenham no seu conhecimento e salvaguarda, o escassíssimo financiamento público na área do património e o "ar do tempo" em que o desenvolvimento adjectivado de sustentável porque económico e gerador de riqueza sem ter muitas vezes em conta as eufemísticas "externalidades" que tudo parece dominar e em tudo ou quase tudo prevalecer, tem provocado uma dura tomada de consciência sobre a fragilidade deste mundo que nos é tão caro.

Fragilidade que reforça a necessidade da união de esforços para tentar parar, e se possível inverter, os processos de destruição de tanto património comum, fruto sobretudo (mas não apenas) da profunda transformação e degradação da paisagem.

Conhecimento consequente e políticas de conservação e salvaguarda transversais a várias áreas governativas dotadas dos respectivos financiamentos são urgentes.

Articulação de medidas e práticas na ação, cada vez mais raras e necessárias, são talvez a única forma de proteger este mundo tão antigo que chegou até nós e nos ensina sempre a compreender a sincronia e a diacronia de uma terra com tantas peles, todas elas relevantes. Atitudes práticas verdadeiramente inclusivas do tempo e do espaço são uma chave, complexa é certo, mas urgente para o nosso tempo em que a liquidez e fluidez das políticas e das estruturas de uma administração do património em perda nos deve empoderar para uma reclamação forte dos direitos do património e do direito ao património.

Este encontro, bem como o que ele celebra e discute, é importantíssimo para nos demonstrar como o património megalítico tem uma ligação fortíssima à terra e às comunidades e essa ligação reforça-se sempre que os da terra são convocados para participar, ensinar e aprender como foi o caso desta boa prática do Menir da Meada há trinta anos com excelentes resultados. Quero por isso por último, mas não em último lugar, agradecer e associar-me à homenagem ao Mestre Cantreiro Manuel Graxinha que idealizou e concretizou a recuperação do Menhir da Meada, e aos representantes da Empresa Granitos Maceira que disponibilizaram graciosamente os meios mecânicos para a operação e a todos quantos colaboraram nessa verdadeira aventura!

Bem-haja a todos!

13 de outubro 2023

Ana Paula Amendoeira

Diretora Regional de Cultura do Alentejo



Intervenção de António Pita (Presidente da Câmara de Castelo de Vide)



Intervenção de Hermínia Vasconcelos Vilar (Reitora da Universidade de Évora)



Intervenção de Ana Paula Amendoeira (Diretora Reg. de Cultura do Alentejo)



Intervenção de José Santos (Presidente Entidade Turismo Alentejo e Ribatejo)



Intervenção de Paulo Simões Rodrigues (Presidente do CHAIA)



Intervenção de Jorge de Oliveira (Coordenador da recuperação do Menhir da Meada)



Assistência



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE MONUMENTOS MEGALÍTICOS

Castelo de Vide

12 e 13 de outubro de 2023

Programa

Dia 12

- 09h30 – Receção dos participantes no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Castelo de Vide
- 10h30 – Visita ao Menhir da Meada e inauguração do painel explicativo
- 12h30 – Abertura da Exposição "A re-ereção do Menir da Meada", na Galeria de Exposições de Póvoa e Meadas
- (Almoço)
- Sessão de Trabalho I** o de Valorização
- 14h15 – Nelson Almeida – Breve perspetiva sobre o património megalítico do Alto Alentejo
- 14h30 – Gertrudes Branco – A salvaguarda, estudo e valorização de monumentos megalíticos na Região Centro
- 14h45 – Jorge de Oliveira – ANASTILOSE DE MONUMENTOS MEGALÍTICOS NO NORTE DO ALENTEJO
- 15h15 – Nuno Lecoq – O Menir da Meada e a Paisagem – Projecto de Valorização
- 15h45 – Mário Varela Gomes – Restituir arquiteturas abertas
- 16h15 – 16h30 – Pausa café
- 16h45 – Pedro Sobral – Estudo e valorização da necrópole megalítica da N^a Sr^a do Monte
- 17h15 – António Faustino de Carvalho – O projeto de reabilitação da Anta da Lapa da Meruje no contexto do estudo e valorização do património megalítico de Vouzela (Viseu)
- 17h45 – Fernando Carrera – Proposta de gestão do património megalítico: novas ideias
- 18h30 – Homenagem aos que contribuíram para o estudo e re-ereção do Menhir da Meada
- (Jantar)

Dia 13

Sessão de Trabalho II

- 09h30 – Leonor Rocha – Reabilitar Megalitismo... Recuperar Património: 25 anos de investigação
- 10h00 – João Caninas – Exemplos de valorização de monumentos megalíticos na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa: Cão do Ribeiro e Cabeço d'Ante
- 10h30 – Paco Blasco – Problemas na consolidação de estruturas megalíticas, três exemplos
- 11h00 – Sérgio Rodrigues – Os trabalhos arqueológicos na Anta dos Currais do Galhordas (Castelo de Vide, Alto Alentejo)
- 11h30 – Patrícia Moita – Geologia, megalitismo e lâminas delgadas
- 12h00 – Cristina Dias – Colar e conservar pedra – o caso de estudo do menir da Meada
- 13h00 – Apresentação do livro "O Menir da Meada (Castelo de Vide) – 30 anos de escavação e restauro»
- 13h30 – Encerramento do Seminário e aprovação das conclusões
- (Almoço)



CHAIA
HISTÓRIA DA ARTE
INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA

Comemorar os 30 anos da re-ereção do **Menhir da Meada**

Comunicações

Exemplos de valorização de monumentos megalíticos na Beira Baixa: Cão do Ribeiro (Proença-a-Nova) e Cabeço d' Ante (Vila Velha de Ródão)

João Caninas^{1 e 3} Francisco Henriques²
Mário Monteiro¹ Isabel Gaspar⁴ Mário
Benjamim^{3 e 6} Carlos Neto de Carvalho^{5 e 6}
Jorge Gouveia² José Manuel Pires⁷

1 EMERITA – Empresa Portuguesa de Arqueologia

2 Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT)

3 Universidade de Évora, CHAIA

4 Câmara Municipal de Proença-a-Nova

5 Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO

6 Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

7 Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão

Palavras-chave Sepulturas megalíticas, valorização pública, Beira Baixa, Cão do Ribeiro, Cabeço d' Ante

Resumo A revelação do megalitismo do território correspondente à atual Beira Baixa teve um momento alto com os trabalhos de inventário e escavação de sepulturas megalíticas executados por Francisco Tavares de Proença Júnior, no início do século XX.

Depois das intervenções, limitadas no espaço e no tempo, de Félix Alves Pereira, de Georg Leisner e Vera Leisner e de O. da Veiga Ferreira, este interesse foi retomado, na região, a partir do final do mesmo século por diversos investigadores da Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT), ao nível do inventário sistemático e investigação aplicada.

Mais recentemente, no âmbito do projeto de investigação Mesopotamos (Povoamento do 5º ao 1º milénio a.C. entre o Tejo e o Zêzere na atual Beira Baixa) e do Campo Arqueológico de Proença-a-Nova, tem-se procurado valorizar socialmente os monumentos investigados, dotando-os de condições de adequado usufruto e compreensão pelas comunidades locais e visitantes.

Neste contexto, apresentam-se as intervenções de reconstrução parcial de duas sepulturas megalíticas (antas), Cão do Ribeiro (Proença-a-Nova) e Cabeço d' Ante (Vila Velha de Ródão), integradas respetivamente nos percursos pedestres denominados "História na Paisagem" (PNV PR1) e "Caminho das Virtudes" (VVR PR2). Foram intervenções simples, reversíveis e de baixo custo. Entretanto, está em desenvolvimento a proposta de valorização da grande sepultura megalítica do Cabeço da Anta (Proença-a-Nova) com um programa e recursos mais avultados do que naqueles dois casos.

Estes investimentos em inventário, estudo e valorização de sepulturas megalíticas, integrados desde 2015 no projeto de investigação Mesopotamos, com o apoio fundamental dos municípios de Proença-a-Nova e de Vila Velha de Ródão, sustentaram o ingresso da AEAT na rede europeia denominada *The European Route of Megalithic Culture*, itinerário cultural do Conselho da Europa.

Introdução

Desde 1868, data da primeira referência, em contexto científico, a uma sepultura megalítica (Costa, 1868: 91) na Beira Baixa (de acordo com a nomenclatura de unidade territorial, NUT III), até ao presente, o estudo e a valorização deste património tem-se caracterizado por longa ausência de iniciativas, por comparação com outras regiões de Portugal, do Alentejo à Beira Alta (Viseu).

É consensual que essa pesquisa teve um momento alto, embora curto, no início do séc. XX, com os trabalhos de Francisco Tavares de Proença Júnior, de inventário (Proença Jr, 1910), de escavação de sepulturas megalíticas (Proença Jr, 1909) e outros (Ferreira, 2004). Seguiram-se, de modo mais limitado, as ações de Félix Alves Pereira, com a escavação da Anta Grande de Medelim (Pereira, 1933), de Georg Leisner e Vera Leisner, com um novo inventário referente ao território de Proença-a-Nova (Leisner, 1998), e de O. da Veiga Ferreira, com a escavação de diversas sepulturas em Idanha-a-Nova (Almeida & Ferreira, 1971, entre outros trabalhos).

Essa investigação seria retomada, de forma mais sistemática, a partir dos anos 70 da mesma centúria, por diversos investigadores, integrados em projetos de investigação da Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT), a que se deve associar uma intervenção do então Serviço Regional de Arqueologia do Centro (Pereira da Silva, 1991), suscitada pela AEAT, sendo menos numerosos os trabalhos executados, mais recentemente, fora desse contexto (Santos & Figueira, 2011; Caninas *et al.*, 2014 e 2015).

As intervenções de escavação de monumentos megalíticos, promovidas pela AEAT, foram finalizadas com a selagem das respetivas intrusões, de modo a garantir condições básicas de conservação das estruturas arqueológicas, de acordo com normas vigentes, mas, só recentemente, se acrescentou um novo objetivo, a reconstrução (parcial) dos monumentos e a sua qualificação para visita, em condições didáticas, com o advento do turismo pedestre.

Tal ocorreu em Proença-a-Nova, a partir de 2012, com a criação do Campo Arqueológico de Proença-a-Nova, motivado pela intenção de qualificar as sepulturas megalíticas (Caninas *et al.*, 2021) integradas pelo município no percurso pedestre PNV PR1 "História na Paisagem", ação que se alargou a outros tipos de sítios arqueológicos (Henriques, 2021). O sítio do Cão do Ribeiro, uma das três sepulturas megalíticas integradas naquele percurso, é um dos dois casos que se apresentam.

Em Vila Velha de Ródão fez-se, de igual modo, a valorização da estrutura megalítica do Cabeço d'Ante, após escavação e integração no percurso pedestre VVR PR2 "Caminho das Virtudes". Anos antes, no âmbito de projeto de investigação Alentejo, em 2006 (Caninas *et al.*, 2008), fizera-se um primeiro ensaio de reconstrução, também parcial, visando a visita, da sepultura megalítica do Cabeço da Força, em Rosmaninhal (Idanha-a-Nova).

Os trabalhos executados em Cão do Ribeiro e Cabeço d'Ante (Figura 1) dependeram fundamentalmente da participação e apoio, extenso e permanente, dos municípios de Proença-a-Nova e de Vila Velha de Ródão, através de protocolos de colaboração com a AEAT, e da colaboração de outras entidades, nomeadamente o Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO, a EMERITA e a então CELTEJO, no caso do Cabeço d'Ante. Estes objetivos, da investigação à valorização pública, das duas sepulturas megalíticas, não teriam sido possíveis sem a adesão dos proprietários dos terrenos envolventes, António de Jesus Lourenço (Cão do Ribeiro), José Pires Carmona, João Albino António e Maria Manuela Pires Lourenço (Cabeço d'Ante), a quem manifestamos público agradecimento.

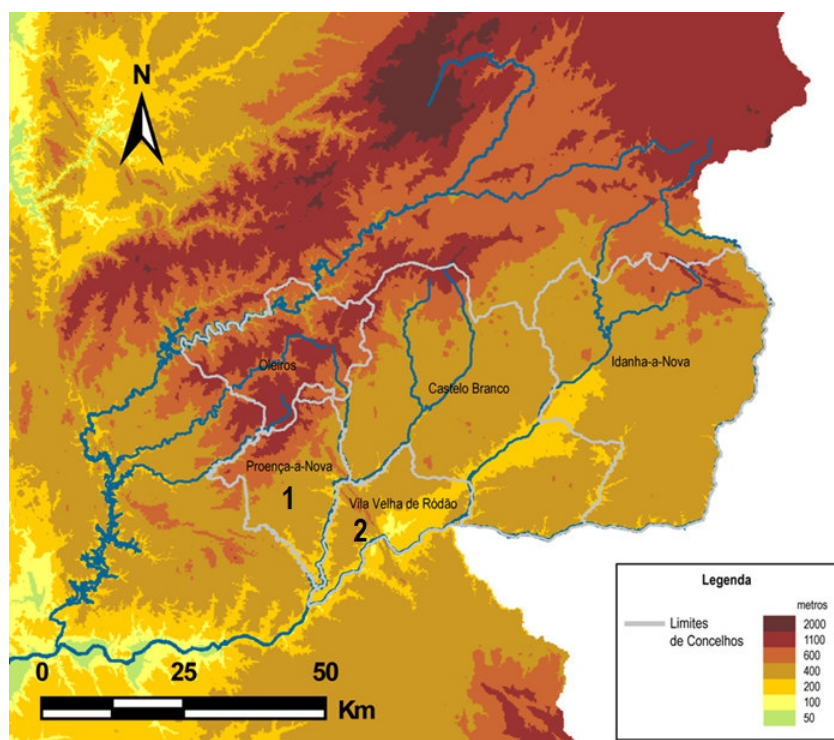


Figura 1. Localização das sepulturas megalíticas de Cão do Ribeiro (1) e de Cabeço d'Ante (2) em mapa hipsométrico com limites de municípios, de Oleiros, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão (fonte: www.guiadeportugal.pt).

Este investimento na valorização do património megalítico regional sustentou o ingresso da AEAT na associação *The European Route of Megalithic Culture*, um itinerário cultural do Conselho da Europa estabelecido em 2013.

Enquadramento

As intervenções executadas em Cão do Ribeiro e Cabeço d'Ante beneficiaram da apreciação, não sistemática, de diversos casos de valorização de monumentos megalíticos, ocorridos nos últimos trinta anos, sobretudo no território português, por iniciativa privada, municipal ou da administração central. Citam-se alguns casos (Figura 2) ilustrativos das soluções adotadas quanto aos modos de consolidação estrutural, aos materiais de construção utilizados, à amplitude da intervenção, à introdução de edifício de proteção ou cobertura contra agressões naturais ou antrópicas, aos percursos de visita e aos balizamentos periféricos.

Em nossa opinião, estas intervenções têm sido guiadas por dois objetivos principais, que são, a reconstrução como modo de potenciar a sua compreensão por um público indiferenciado e a consolidação/proteção das estruturas de interesse arqueológico, contra as agressões naturais ou antrópicas. Uma sepultura megalítica é constituída por diversas subestruturas, mas no que concerne às principais opções de reconstrução focaremos a atenção em duas partes fundamentais: a estrutura monticular, constituída por inertes finos, como argila e terra, e rochas, que formam a *mamoa* (nome popular), e a estrutura funerária/ritual (câmara, corredor, átrio) interna àquela, a *anta* (nome popular), constituída maioritariamente por rochas. *Anta* e *mamoa* são partes indissociáveis de um mesmo monumento.

O primeiro objetivo tem sido atingido de modo diverso no que respeita à amplitude da intervenção. Têm-se observado duas opções principais, que são, a reconstrução total do monumento, de acordo com a interpretação proporcionada pela escavação arqueológica antecedente, ou a reconstrução parcial, consubstanciada sobretudo pela não reposição da totalidade da mamoa nem das estruturas ortostáticas centrais e respetivas coberturas. Como exemplos de reconstrução total citam-se os casos do *tholos* 7 de

Alcalar (Morán & Parreira, 2004), em Portimão, com uma exemplar intervenção da administração central, e a mamoa 1 do Castelo (Sanches *et al.*, 2005), em Murça, com a reposição da totalidade da estrutura monticular e da cobertura da câmara. Um caso extremo de reconstrução (em 2004) pode ser observado na Table des Marchand (Scarre, 2006: 42). A reconstrução parcial parece ser a opção maioritária. Na Casa da Orca de Corgas da Matança (Cruz *et al.*, 1990), em Fornos de Algodres, e em muitos outros sítios, a mamoa continuou ausente após a reconstrução, observando-se um terrapleno em torno da estrutura ortostática.



Figura 2. Localização dos sítios citados no texto em mapa genérico da Península Ibérica: 1 – Dombate (Galiza); 2 - Castelo (Murça); 3 - Monte Calvo (Arouca); 4 - Picão (Castro Daire); 5 - Juncals e Pendilhe (Vila Nova de Paiva); 6 - Carapito (Aguar da Beira); 7 - Lapa de Meruje (Vouzela); 8 - Cunha Baixa e Padrões (Mangualde); 9 - Corgas da Matança (Fornos de Algodres); 10 - Seixo da Beira (Oliveira do Hospital); 11 - Penedinho Branco (Miranda do Corvo); 12 - Cão do Ribeiro (Proença-a-Nova) e Cabeço d'Ante (Vila Velha de Ródão); 13 - Cabeço da Forca (Idanha-a-Nova); 14 - Patalou (Nisa); 15 - Meada (Castelo de Vide); 16 - Cabeçuda (Marvão); 17 - Museu do Megalitismo (Mora); 18 - Anta Grande do Zambujeiro (Évora); 19 - Circuito da Cola (Ourique); 20 - Alcalar (Portimão); 21 – Antequera (Andaluzia).

Para além da estrutura arqueológica, em alguns casos têm sido acrescentados elementos edificados, cujo efeito intrusivo, no seu enquadramento espacial, não devemos ignorar. Referimo-nos a estruturas de cobertura, para proteção, e a suportes informativos em posições adjacentes. Em Dombate, na Galiza, a proteção das duas sepulturas megalíticas foi concretizada com um amplo telheiro de planta quadrangular, de quatro águas, em madeira (Cebrián del Moral *et al.*, 2011: 109). Na Orca de Juncals (Vila Nova de Paiva) foi colocada uma pala metálica, em arco, na forma de uma faixa diametral (inf. disponível na página do Turismo Viseu Dão Lafões), sobre a câmara funerária, como forma de proteger as pinturas pré-históricas conservadas nos seus esteios. O já citado sítio de Alcalar 7 dispõe de um edifício que funciona como "centro de acolhimento e interpretação" (Morán & Parreira, 2004: 299). Ainda em fase de projeto, refira-se a intenção de recorrer a uma estrutura metálica (que ficará oculta), baseada em cinco pórticos, para suporte da suspensão da tampa original da câmara megalítica de Carapito 1, e uma chapa, também metálica, "que funcionará como *teto* do dólmen, a qual será revestida por terra" (Carvalho *et al.*, 2020: 66). Contudo, no contexto geral do megalitismo, são soluções excecionais. Como coberturas provisórias refram-se os telheiros metálicos colocados sobre a Anta Grande do Zambujeiro (Évora) e sobre o Cabeço da Anta (Proença-a-Nova).

Na generalidade dos casos, o objetivo de informar os visitantes baseia-se em painéis informativos na adjacência dos monumentos. No plano comunicacional, e embora não esteja associado a um monumento específico, mas a um conjunto regional, deve referir-se o Museu do Megalitismo de Mora.

No que concerne aos meios de consolidação e reconstrução estrutural têm sido adotadas soluções e materiais muito diversos. Materiais exógenos como ferro e cimento, nem sempre aceites pelas entidades de tutela, mesmo que não estejam visíveis no final da intervenção, foram utilizados em diversos casos. O melhor exemplo é Alcalar 7, uma iniciativa da administração da Cultura, com a construção de um muro circular em betão a envolver o topo da câmara, para servir de apoio a uma estrutura de quatro vigas metálicas, interligadas por uma rede triangular, sobre a qual foi colocada uma tampa plana de chapa de aço, com óculo central sobre a claraboia da câmara (Morán & Parreira, 2004: 305). O objetivo foi retirar o peso da nova cobertura de pedras da mamoa sobre a falsa cúpula original. Na mamoa 1 do Castelo "dada a ausência da laje de cobertura, e para que a estrutura ficasse segura (se conservasse), foi construída uma cobertura em cimento armado" (Sanches *et al.*, 2005: 23).

Em casos mais antigos, como o da Casa da Orca da Cunha Baixa (Vilaça & Cruz, 1990), em Mangualde, cuja intervenção foi solicitada por uma associação local, visando o restauro do monumento, é referido que os esteios "cujos fragmentos se encontraram, foram completados e cimentados" (Vilaça & Cruz, 1990: 14). Outras junções de fragmentos foram executadas com grampos de ferro. Pelo facto de as peças serem de elevada volumetria, de estarem inclinadas e de não terem disso fundadas em alvéolos abertos no substrato geológico, estando simplesmente pousados no saibro, "toda a área da câmara e do corredor foi preenchida com pedras de granito, cimentadas entre si, transformando-se numa espécie de sapata, com cerca de 25cm de altura, superficialmente recoberta com pequenas lajes, formando um pavimento, de aspeto bastante uniforme, cuja inclinação é superior no interior da câmara para permitir o escoamento das águas pluviais" (Vilaça & Cruz, 1990: 14). Os esteios do corredor também foram consolidados, no lado exterior, com um embasamento do mesmo tipo de rochas e cimento.

Mas houve casos em que não foi possível fazer esse tipo de colagens, para reposição de esteios nas posições originais, tanto na câmara como no corredor. Uma solução vulgarmente utilizada tem consistido no preenchimento de espaços vazios entre esteios, ou nas posições em que estes estão ausentes, com uma alvenaria de pedra seca disposta por camadas horizontais. Tal foi executado na câmara da mamoa 1 do Castelo (Sanches *et al.*, 2005: 22) de modo a preencher todos os espaços entre os esteios, de quartzito, até ao nível da sua cobertura, com parede de blocos de "xisto quartzítico". Este recurso visou também criar uma contenção interna, em relação à câmara, para a reconstrução total da mamoa.

Esta solução ocorre, de modo mais recorrente, na reconstrução (mesmo que simulada) de corredores ortostáticos. Na Orca de Pendilhe (inf. disponível na página do Turismo Viseu Dão Lafões), em Vila Nova de Paiva, existe um corredor de cerca de 5m de comprimento, totalmente simulado em planimetria, com dois muretes baixos de blocos de granito, postos em posição horizontal. Caso extremo pode observar-se no *dolmen de Viera* (ver Turismo de Antequera), em Antequera (Málaga), onde o corredor, aéreo, está ladeado por estruturas murárias de pedra aparelhada, argamassada, capeadas por friso em cimento, estrutura que se prolonga em frontão sobre a entrada no monumento. Esta solução assemelha-se às equivalentes estruturas dos *tholoi* micénicos (National Geographic, 2020). Na Orca dos Padrões (Gomes & Carvalho, 1997), em Mangualde, o aparelho de blocos horizontais formou um circuito baixo, de preenchimento das posições de ausência de esteios na câmara e no corredor, sem atingir o topo dos elementos mais elevados, visando marcar, simplesmente, o contorno do espaço interno àquelas duas subestruturas.

Nos casos em que foi possível individualizar cavidades de fundação de esteios e estimar a sua altura, pelos que se conservavam *in situ*, foram colocadas peças equivalentes, como na sepultura megalítica de Seixo da Beira (Perpétuo *et al.*, 2009), em Oliveira do Hospital. Ao invés, na mamoa 1 do Castelo, o corredor, sendo intratumular, foi novamente moldado em argila (Sanches *et al.*, 2005: 23).

Um dos momentos finais de valorização de monumentos megalíticos consiste na colocação de balizamentos ou cercas periféricas. Estas estruturas não visam impedir a entrada livre de visitantes, mas bloquear a aproximação de maquinaria, em trânsito, de trabalho ou lazer, ou a instalação de novos acessos

ou construções. Têm sido muito variadas as soluções adotadas, mas há casos em que estas estruturas estão ausentes. Soluções mais densas podem ser mais eficazes contra ações negativas, mas terão um maior efeito intrusivo no enquadramento espacial dos monumentos megalíticos. Exemplos de opções densas são a cerca murária, sub quadrangular, contruída em torno da mamoa 2 de Monte Calvo (Silva, 2004), em Arouca, e o muro, circular, construído a envolver a anta da Cabeçuda (Oliveira *et al.*, 2007), em Marvão, após a escavação daquela sepultura.

É mais comum a montagem de cercas de madeira, uma opção menos intrusiva, que o muro em pedra, mas menos durável e resistente face a agressões mecânicas e agentes naturais (fatores climáticos e fogos rurais). Estão presentes na Casa da Orca das Corgas da Matança (Cruz *et al.*, 1990), na Casa da Orca da Cunha Baixa (Vilaça & Cruz, 1990) ou no Penedinho Branco (Caninas *et al.*, 2012), em Miranda do Corvo. Caso mais simples é o do reerguido menir do Patalou, em Nisa, que foi cercado por corda suspensa em quatro postes de madeira (Oliveira, 2019).

No Circuito Arqueológico da Cola (Correia & Parreira, 2002), que inclui sepulturas megalíticas, os sítios estão envolvidos por cercas metálicas (rede ovelheira), com uma portada para livre acesso, idênticas às utilizadas para conter espaços pastoris e de caça, talvez com o objetivo de impedir a entrada de gado ou de animais silvestres. Foi utilizada idêntica solução no Cabeço da Forca (Caninas *et al.*, 2008).

Nos Parques Eólicos de Arada e Montemuro, e em particular no Subparque Eólico de Picão (Castro Daire), foi adotada uma solução diferente, mais discreta e de menor intrusão na paisagem, que consistiu na colocação de pinos cilíndricos, em betão, com 80cm de altura e 15cm de diâmetro, enterrados até 50cm de profundidade, posicionados de modo equidistante, numa periferia circular envolvente de diversas mamoas (Caninas & Monteiro, 2021), sendo idênticos aos utilizados para balizar o traçado dos cabos elétricos, enterrados, entre aerogeradores. Muito antes desta utilização, foram também utilizados pequenos pinos cilíndricos, por exemplo, em torno do menir da Meada (Castelo de Vide) e no respetivo acesso.

As cercas relacionam-se obviamente com os circuitos de visita. Neste apartado as opções também têm sido muito contrastadas, desde a permissão de livre trânsito nas estruturas ortostáticas (câmaras e corredores), geralmente sobre pisos de gravilha, à sobre passagem das mamoas, como em Alcalar 7, com passareira de madeira (Morán & Parreira, 2004), à circulação na periferia do monumento, como em Dombate (Cerebrián del Moral *et al.*, 2011), sobre passadiço sobre elevado, ou ao afastamento e observação a partir de uma posição elevada na periferia do monumento, como na Lapa de Meruge (Carvalho, 2018: 205), quando decorria a respetiva (re)escavação.

Seria relevante abordar outros aspetos, relacionados com um controlo microclimático dentro destes monumentos, garante da necessária conservação da rocha e de elementos gráficos (gravura e pintura), e a adequada drenagem de águas acumuladas no seu interior, mas não é este o momento para o fazer.

Intervenções em Cão do Ribeiro e Cabeço d' Ante

Os trabalhos de valorização estrutural que se apresentam foram executados nas sepulturas megalíticas de Cão do Ribeiro (Vale das Balsas, Proença-a-Nova) e de Cabeço d' Ante (Vila Ruivas, Vila Velha de Ródão), na sequência de intervenções arqueológicas, dirigidas pelo primeiro signatário.

Face aos meios disponíveis, estabeleceram-se projetos reversíveis, de reconstrução parcial, ou seja, sem colocação de coberturas nas câmaras e nos corredores e sem reposição da totalidade do volume original da mamoa, admitindo que esta sobre passaria as estruturas ortostáticas internas. No final, permitiu-se o acesso ao interior dos monumentos, sobre pisos de gravilha, colocaram-se painéis interpretativos (em português e em inglês) e sinalética de orientação, tarefas cuja execução ficou a cargo das respetivas autarquias.

Estes projetos, de baixo custo, foram executados com os meios humanos e mecânicos proporcionados pelas respetivas equipas de arqueólogos e municípios. Outra orientação convencional consistiu na colocação de manta geotêxtil sobre a interface de escavação e o posterior enchimento das cavidades, expostas pelo trabalho arqueológico, com os materiais dali retirados, nomeadamente calhaus, blocos e argila (peneirada).

Em ambas as escavações, foi possível definir o circuito ortostático, da câmara e corredor, pela identificação dos alvéolos de fundação dos esteios ausentes, devido a saque antecedente. Não foi possível atingir esse objetivo em esteios, de menores dimensões e que não tivessem sido originalmente fundados na rocha. Nas posições ou trechos do circuito ortostático onde estavam ausentes esteios, adotaram-se duas diferentes soluções de reconstrução, visando um contraste com a pré-existência pré-histórica e evitando imitar materiais antigos. Num dos casos instalou-se um muro em pedra seca, com blocos dispostos em posição horizontal, no outro caso colocaram-se novos esteios (próteses). A recolocação de esteios e de próteses de esteios consistiu na sua imposição nos respetivos alvéolos, sobre manta geotêxtil com preenchimentos dos espaços vazios com cunhas de pedra e argila, de modo idêntico à técnica pré-histórica.

Estes monumentos dispõem de painéis interpretativos e de sinalética de orientação, estão integrados, como referido, em percursos pedestres e referenciados na rede de Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal, criada pelo Centro de Arqueologia de Almada, e no guia turístico da *Megalithic Routes – The European Route of Megalithic Culture*, por intervenção do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO.

O Cão do Ribeiro (ou Covão do Ribeiro), que tem o código nacional de sítio no Endovélico, CNS 14593 (**Figura 3**), é uma sepultura complexa, tripartida, embora de pequena dimensão, constituída por câmara de sete esteios, de 2m de diâmetro, por corredor ortostático, de 3m de comprimento e por corredor não coberto (intra tumular), com idêntico comprimento, integrados numa mamoa que teria pelo menos 16m de diâmetro. Foi identificado por Georg Leisner e Vera Leisner em 1945, que dele publicam uma fotografia (Leisner & Leisner, 1956) e uma planta em edição póstuma (Leisner, 1998). Foi realocado pela AEAT nos anos 90 do século passado (Henriques, 2021).

Em 2012, o estado de conservação da estrutura da câmara era idêntico ao documentado em planta pelos investigadores alemães, embora com ausência do que parecia ser um esteio (cutelo) de fecho da passagem da câmara para o corredor, bem como dos esteios no lado sul do corredor. O esteio adjacente ao de cabeceira, no lado sul, mantinha-se muito tombado para o exterior, e no decurso da reconstrução foi deslocado para posição vertical. No presente, o monumento e a sua envolvente estavam muitos degradados por três principais danos e riscos: a passagem sobre a mamoa de um caminho, no limite entre duas propriedades, sendo ainda adjacente ao lado poente da câmara funerária; a remoção da totalidade da mamoa e do circuito ortostático sul do corredor no quadrante sudeste para criação de terraplino destinado a acolher um pavilhão que acabou por não ser construído; a colocação de entulhos, de escavação de uma charca, sobre a mamoa em todo o quadrante nordeste.

O objetivo da intervenção arqueológica (2012-2013), enquadrada no Campo Arqueológico de Proença-a-Nova, foi conhecer a história desta sepultura, dotá-lo de condições pedagógicas para visita e reduzir o risco de degradação futura. A intervenção teve o acolhimento do proprietário da parcela situada a leste do caminho onde se situava a totalidade da estrutura ortostática. Tentou-se afastar o traçado do caminho para fora da mamoa, o que obrigaria ao desvio para o interior da propriedade situada a oeste, ocupada com plantação de eucalipto, mas tal não teve o acolhimento do respetivo proprietário. Antes da intervenção arqueológica acompanhou-se a remoção, por pá de retroescavadora, dos entulhos sobrejacentes à mamoa no lado nordeste. No decurso desta operação foram identificados alguns blocos equiparáveis a esteios.



Figura(s) 3. Cão do Ribeiro antes, durante e depois da intervenção arqueológica.

A intervenção arqueológica incidiu na câmara, no corredor e ainda numa sanja radial de diagnóstico da estrutura da mamoa. Permitiu conhecer o traçado do corredor, seccionado em dois trechos com características diferenciadas, e a presença de um empedrado ritual no trecho mais exterior. A seguir ao corredor intratumular não foi possível identificar vestígios de estrutura equivalente a átrio, para fora do limite da mamoa. A sanja radial também não interseccionou nenhuma estrutura lítica de contenção periférica da mamoa embora pareça estar presente na parte sobreposta pelo caminho. A escavação evidenciou alvéolos de esteios e restos dos mesmos, reduzidos à fundação, tanto no lado sul do corredor como na transição do lado norte do corredor para a câmara. Na posição do esteio do corredor adjacente à câmara, no lado norte, e na posição do esteio da câmara adjacente àquele foram identificados dois alvéolos indicando esteios removidos. A estrutura ortostática do corredor estava conservada no lado norte, com exceção da posição indicada. A mamoa também se conservava em área no quadrante nordeste, embora diminuída em altura.

No que concerne ao restauro do monumento, a primeira decisão consistiu em excluir a colocação de próteses, em substituição de esteios ausentes, em todo o circuito sul do corredor, numa extensão de cerca de 6m. Em alternativa, e de modo análogo a alguns casos apresentados no apartado anterior, optou-se por colocar nesse trecho uma alvenaria de blocos de metassedimentos, em aparelho horizontal, com um perfil descendente desde a câmara até ao limite da mamoa, com cotas equivalentes ao perfil da mamoa existente no lado norte. Além de simular o limite sul do corredor, esta estrutura murária serviria também para fazer a contenção da reposição do volume da mamoa no quadrante sudeste. Nas duas posições de esteios ausentes, na transição do corredor para a câmara, foram colocados, expeditamente, e em modo de reutilização, dois blocos de metassedimento, que poderiam corresponder aos esteios removidos daquelas posições. Contudo, hoje não o faríamos porque essa solução expedita não garante o adequado contraste entre o que é pré-existência e o que é reconstrução.

A reconstrução parcial visada implicou a reposição, em volume, da mamoa removida no quadrante sudeste, com um perfil idêntico ao que se conserva no lado norte. Tal objetivo foi executado com o enchimento desse espaço, sobre manta geotêxtil, da totalidade dos materiais extraídos no decurso da escavação (calhaus, blocos e argila crivada), completado com os inertes resultantes da escavação da charca. Fez-se o enchimento de todo o espaço interno da câmara e do corredor, sobre geotêxtil, até uma cota que garantisse simultaneamente a contenção e estabilidade dos respetivos elementos pétreos e uma observação suficiente da respetiva estrutura. Este espaço foi capeado com gravilha, para piso de circulação. Esse corredor sobre gravilha foi prolongado em toda a periferia da mamoa até à junção com o caminho público.

No âmbito da requalificação ambiental do espaço envolvente da sepultura megalítica foi utilizada uma retroescavadora (do município) para fazer o espalhamento dos inertes provenientes da escavação da charca e que se conservavam ao longo da berma oriental do caminho. Com este material foi criado um amplo terrapleno a envolver o monumento a norte, a leste e a sul.

A intervenção de qualificação foi finalizada com a instalação de uma cerca de madeira, na periferia oriental da mamoa e ao longo da berma oriental do caminho sobre a mamoa, e com a colocação de um painel informativo, em forma de bandeira, no lado norte, virado para a direção de chegada dos visitantes. Este módulo interpretativo foi substituído, em 2023, por uma mesa produzida no âmbito do projeto municipal denominado Rota das Memórias, Aldeias e Histórias.

O Cabeço d'Ante (**Figura 4**), com o CNS 2330, também nomeado oralmente como Cabeça da Anta e como Cabeço do Trovisco, no cadastro rústico, é, tal como no caso anterior, uma sepultura megalítica com estrutura ortostática complexa, tripartida, dotada de câmara e corredor de dois trechos, diferenciados em planta e alçado. Foi descoberto por um dos signatários (Francisco Henriques) nos anos 70 do séc. XX.



Figura(s) 4. Cabeço d'Ante, antes, durante e depois da intervenção arqueológica

Após escavação (2014-2016) verificou-se corresponder ao modelo, em planta, que Georg Leisner e Vera Leisner definiram como "câmara de polígono unilateral com corredor desviado do eixo da câmara (Leisner & Leisner, 1951: ex. Vidigueiras 2), o que lhe confere uma assimetria longitudinal. Em 1998 foi determinada a orientação do corredor por M. Hoskin e F. Henriques (Hoskin & Henriques, 1998), com um azimute de 95°, que corresponde ao intervalo da maioria dos monumentos analisados na região de Ródão (orientação para o nascer do sol). A estrutura interna tinha um estreito esteio de fecho entre a câmara e o corredor. O corredor conservava apenas dois esteios no lado sul, adjacentes à câmara. Na câmara estavam ausentes dois esteios do lado norte (para uma câmara de sete esteios) bem como todos os esteios do circuito norte do corredor.

A mamoa estava muito reduzida, em volume e área, devido a erosão natural, potenciada pela posição no topo de um estreito cabeço, e antrópica (lavoura e rede viária), conservando restos do volume original no espaço adjacente ao esteio de cabeceira e sob o caminho adjacente ao lado sul da estrutura. A subestrutura monticular fora lavrada até data recente no lado norte e surribada, para instalação de povoamento de eucalipto, a sul do caminho que contorna o lado meridional da estrutura ortostática. Além destes danos e do desaparecimento da maior parte dos esteios do corredor, existia outro fator de risco conector com a presença de caminho de cumeada, que encostava ao lado sul do alinhamento câmara-corredor, em coincidência com o limite entre duas propriedades. O rebaixamento e o alargamento desse caminho teriam um efeito direto na destruição da estrutura ortostática sobranceira.

Tal como no Cão do Ribeiro, o primeiro objetivo da intervenção arqueológica foi executar uma ação prática de proteção do monumento, face aos riscos identificados, com o envolvimento efetivo dos proprietários, e de redução de outros riscos, inerentes à sua inclusão em percurso de visita. Um segundo objetivo foi conhecer a história desta sepultura. Em terceiro lugar, os resultados da intervenção arqueológica permitiriam dotar este monumento de condições pedagógicas para visita e de conservação contra degradação futura mediante reconstrução.

Para o atingimento do primeiro objetivo, e para além de autorizados pelos proprietários, a intervir nos respetivos terrenos e a criar uma área de reserva arqueológica, foi decisiva a permissão concedida pelo dono do eucaliptal de se fazer um desvio do caminho para sul, mesmo eliminando parte daquele povoamento florestal. O desvio do caminho foi dimensionado em função da estimativa do diâmetro da mamoa, obtida em escavação. O novo caminho deveria contornar o limite exterior da massa monticular que seria reconstruída nesse lado.

No que respeita às características estruturais, relevantes para o projeto de reconstrução, a intervenção arqueológica revelou, no alinhamento norte dos esteios do corredor, cinco cavidades abertas na rocha onde estiveram fundados os esteios originais. Em correspondência com estes, no lado sul, além dos dois esteios que se conservavam impostos no solo, foram identificadas as fundações de três outros. Estes dois alinhamentos poderiam ter sido prolongados, em direção ao átrio ou à periferia da mamoa, por outros blocos (laminares ou alongados), de menores dimensões, colocados sobre o solo, sem recurso a caboucos. Na área escavada a leste do corredor, outrora rasgada pela lavoura, não foram identificadas fundações, restos de esteios, ou artefactos arqueológicos, relacionados com deposições exteriores. Também não se identificaram indícios da subestrutura de contenção ou marcação periférica da mamoa. Deste modo, admite-se que a mamoa teria pelo menos 16m de diâmetro, dimensão estimada a partir das evidências obtidas em escavação.

O subsequente processo de selagem e de reconstrução parcial do monumento consistiu: (1) na colocação de manta geotêxtil em toda a interface de escavação, bem como na área correspondente à superfície da mamoa dentro do diâmetro definido; (2) na recolocação, no respetivo alvéolo, do grande esteio adjacente ao corredor no lado norte, que fora retirado no decurso da escavação por se encontrar tombado sobre o espaço útil de trabalho; (3) na colocação de próteses ou esteios substitutos em todas as posições evidenciadas por fundações, uma na câmara e oito no corredor; (4) no enchimento das principais cavidades de escavação, nomeadamente da depressão adjacente ao esteio norte da câmara,

com as rochas (calhaus e blocos) removidas no decurso dos trabalhos, forma de também os conservar no sítio; (5) no capeamento do enchimento de rochas no interior da câmara e corredor com argila resultante da crivagem e seu capeamento com gravilha de granito, material que definiu desse modo o circuito de entrada no monumento; (6) na abertura de uma estreita vala no limite exterior hipotético da mamoa para colocação de uma estrutura de pequenos blocos destinados a fazer a contenção do seu enchimento; (7) na reposição do volume da mamoa em toda a área, mas de modo parcial em altura, com a deposição de calhaus e blocos removidos durante a escavação e um enchimento de argila, até abaixo do topo do esteio mais baixo (fragmentado), na posição lateral sul da câmara; (8) na marcação do limite da mamoa com uma pequena mota de gravilha de granito em ligação com o mesmo capeamento do interior da estrutura ortostática; (9) na colocação de painel interpretativo, bilingue, produzido pelo município, conecto com o PR2 (Caminho das Virtudes). Não foi colocada cerca de madeira envolvendo o exterior do monumento, tal como fora executado em Cão do Ribeiro, mas não se deve excluir a possibilidade de adotar outros meios de balizamento, como pinos. A operação de selagem e reconstrução foi executada com a colaboração de técnicos e meios mecânicos do município de Vila Velha de Ródão.

Importa referir que a escolha do material utilizado na produção das próteses de esteios foi sujeita à decisão da tutela (Direção Regional de Cultural do Centro e Direção Geral do Património Cultural) tendo sido recusada a proposta de utilização de esteios em betão e aceite a utilização de granito exótico à geologia local como material contrastante. Para aumentar o efeito de contraste, com os originais em metassedimento, os blocos substitutos em granito foram aparelhados com superfícies planas com arestas.

A primeira apresentação pública dos resultados dos trabalhos executados no Cabeço d'Ante concretizou-se, em 2017, com uma visita ao sítio seguida de uma conferência na sede do Grupo de Amigos de Vila Ruivas, com a presença de residentes e membros do executivo municipal.

As antas de Cão do Ribeiro e do Cabeço d'Ante integram a rede turística da Rota Europeia da Cultura Megalítica (**Figura 5**), cumprindo um objetivo de divulgação numa escala internacional.



Figura 5. Logotipo da Rota Europeia da Cultura Megalítica

Considerações finais

Os dois casos de valorização de sepulturas megalíticas na Beira Baixa que se apresentaram neste trabalho são, de momento, os únicos dignos de invocação e de inclusão em roteiros de visita, o que demonstra o enorme atraso desta região interior de Portugal na valorização do seu património megalítico, quando comparada, à escala das dezenas de anos, com outras regiões de Portugal, como o distrito de Viseu, o Algarve e o Alentejo Central e Norte. Importa salientar que estas duas concretizações

se deveram exclusivamente aos meios disponibilizados pelos municípios de Proença-a-Nova e de Vila Velha de Ródão e outros agentes locais, com a proatividade da AEAT. Deve ainda referir-se que não foi possível concretizar, em tempo útil e com o apoio dos respetivos municípios, idênticas intervenções, por exemplo, na Silveirinha (Castelo Branco), na Selada do Cavalo e no Cimo dos Valeiros (Oleiros), tal como fora preconizado no projeto de investigação Mesopotamos.

A execução destes dois projetos de valorização e estudo, de pequena dimensão, compatível com os meios que foi possível mobilizar, visou, de modo estratégico, criar *situações de facto* de proteção efetiva e de valorização pública de sepulturas megalíticas, na Beira Baixa, mobilizadoras de novas iniciativas. É certo que estas ações, com cerca de 10 anos de idade, mereciam um enquadramento multidisciplinar mais alargado, com a inclusão da especialidade de conservação e restauro, para além da arqueologia, da geologia, da antropologia física, da geofísica, da arquitetura, da arquitetura paisagista e das arqueociências. Deverá ser esse o enquadramento técnico de novas operações de musealização de sítios desta natureza.

Um dos problemas pendentes, merecedor da maior atenção, relaciona-se com a degradação, por esfoliação, dos suportes líticos (esteios), em rochas metassedimentares onde predominam os filitos, expostos aos agentes atmosféricos e antrópicos. Mas esse é um problema generalizado para além dos sítios já valorizados. Parece ser menos crítico o efeito direto dos fogos rurais nos sítios já musealizados e, por isso, com menor carga combustível (arbustiva e arbórea) sobre as respetivas estruturas. A integração destes dois monumentos em percursos pedestres tem permitido garantir meios para a sua manutenção e para a monitorização do seu estado de conservação.

As intervenções deste tipo, com selagem, reconstrução e criação de áreas de reserva arqueológica, isentas de atividades económicas, são a melhor forma de proteger os monumentos megalíticos contra os fatores degradativos, naturais e antrópicos, com a primordial colaboração dos proprietários dos terrenos adjacentes, sobretudo, devido à ausência de uma gestão pública efetiva deste património, a nível municipal e nacional, em todos níveis relevantes (licenciamento, manutenção, monitorização, divulgação e valorização), para além dos instrumentos formais de classificação e de ordenamento do território. Interessa também reforçar o valor identitário destes sítios junto da comunidade escolar, potenciando as visitas e a inclusão nos *currícula* na perspetiva da História Local.

No que diz respeito aos conceitos de reconstrução, parcial ou total, verificam-se, nos exemplos supracitados, dois tipos de metodologia de intervenção: a primeira consiste na introdução de elementos exógenos, claramente marcantes de um tempo de restauro e consolidação da imagem global do monumento, e a segunda pela opção de estruturas ou elementos menos intrusivos, que no final se objetiva que se diluam no processo reconstutivo e que não sejam reconhecidos na leitura global do monumento.

Se no restauro da anta do Cabeço D' Ante é seguido o princípio de reconhecimento dos novos materiais, como Técnica de Conservação, de acordo com a Carta de Atenas (1933) ou indicição de Técnicas Modernas, como refere o artº 10 da Carta de Veneza (1964), a opção diverge da primeira intervenção, em Cão do Ribeiro, na qual se exclui a colocação de próteses em substituição de esteios ausentes, segundo uma abordagem por vezes preterida pela tutela.

As duas abordagens descritas, visam contribuir para a definição de uma metodologia de intervenção de um sítio arqueológico, com estas características, preservando-se a identidade do lugar e a leitura global do monumento, integrando-o como um recurso cultural e polo de dinamização da paisagem e do território em que se encontra.

A "marca física" que é implementada permite o processo de reinterpretação e encaminhamento do sujeito para o conhecimento e o reconhecimento do monumento, criando novas leituras e interpretações, que nos permitem olhar o passado e construir o presente, transportando o sítio arqueológico em lugares visitáveis, acessíveis ao público e propensos à investigação.

De acordo com esta interpretação, as sepulturas megalíticas, as mais antigas obras de arquitetura que se conservam nesta paisagem beirã, com milénios de idade, merecem uma atenção especial dos cidadãos e dos decisores, na linha da sua conservação e usufruto público. Estes monumentos são, além de lugares de paisagem, ícones de um comportamento humano universal, como se procurou evidenciar, em 2021, a partir da Beira Baixa, com o congresso *Tumuli and Megaliths in Eurasia*.

Fontes de informação

ALMEIDA, D. F.; O. da VEIGA FERREIRA (1971) - Um monumento pré-histórico na Granja de São Pedro (Idanha-a-Velha). 2º Congresso Nacional de Arqueologia, 1. Coimbra: 163-168.

Archaeological Field Camps Portugal

Associação de Estudos do Alto Tejo

CANINAS, J.; GASPAR, I.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M.; FÉLIX, O.; SEQUEIRA, A.; ROBLES HENRIQUES, F.; BAPTISTA, P.; JOAQUINHO, A.; FONSECA, P.; PIRES, H.; NETO DE CARVALHO, C.; CORREIA, A.; MIRÃO, J.; PEREIRA, T.; BENJAMIM, M.; BRAVO PEREIRA, L.; PEREIRA, A.; CARVALHO, E.; MENDES, C. e CARMONA, A. (2021) - Campo Arqueológico de Proença-a-Nova: estudo e valorização do megalitismo funerário. In Encontro de Arqueologia do Megalitismo de Viseu Dão Lafões: investigação, conservação, valorização. Beira Alta, revista de estudos da região. 80 (1-2): Viseu: 153-177.

CANINAS, J.; HENRIQUES, F. R.; MONTEIRO, J. L.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M. & CARVALHO, E. (2015) - The tumuli of Selada do Cavalo (Serra Vermelha, county of Oleiros, district of Castelo Branco). II Internacional Conference of Transition Archaeology. BAR (British Archaeological Reports) International, Series 2708, Edited by Leonor Rocha, Primitiva Bueno Ramírez and Gertrudes Branco, Oxford: 291-305.

CANINAS, J.; HENRIQUES, F.; SABROSA, A. & CHAMBINO, M. (2008) - Trabalhos de reconstrução da anta do Cabeço da Forca (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova). Açafa on line, 1 (2008). Associação de Estudos do Alto Tejo.

CANINAS, J.; MONTEIRO, M.; PEREIRA, A.; CUNHA, P. P.; CARVALHO, E.; LIMA, A.; HENRIQUES, F.; FERNANDES, L.; VIEIRA, M. (2012) - Intervenção geo-arqueológica na mamoa do Penedinho Branco (Vila Nova, Miranda do Corvo, Serra da Lousã). In Olhares sobre a Geologia, a Arqueologia e a História de Vila Nova, de Miranda do Corvo e da Serra da Lousã. Junta de Freguesia de Vila Nova: 40-63.

CANINAS, J.; MONTEIRO, M. (2021) - Relatório da monitorização do estado do Património Cultural na área de influência do Parque Eólico de Arada – Montemuro e dos respetivos sobreequipamentos da 1ª fase e 2ª fase e do Parque Eólico de São Pedro e respetivo sobreequipamento. Elaborado por EMERITA para Eólica da Arada.

CANINAS, J.; MONTEIRO, M.; PEREIRA, A.; CARVALHO, E.; HENRIQUES, F.; GOMES, J. A. & FERNANDES, L. (2014) - The mound at Cimo dos Valeiros (Serra Vermelha, Oleiros, Castelo Branco). A Neolithic burial site in the Central Cordillera, south of Serra da Estrela. Mesa Redonda A Morte Protegida, Discursos Arqueográficos e Discursos Mentais, maio de 2013, Abrantes. BAR (British Archaeological Reports) International Series 2648, Edited by na Cruz, Enrique Cerrillo-Cuenca, Primitiva Bueno Ramírez, João Carlos Caninas e Carlos Batata. Oxford: 45-60.

CARVALHO, A. F. (2018) - Anta da Lapa de Meruje (Vouzela, Portugal) - resultados preliminares dos trabalhos em curso. Coord. João Carlos de Senna-Martinez, Mariana Diniz e António Faustino de Carvalho, De Gibraltar aos Pirinéus – Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular. Fundação Lapa do Lobo, Nelas: 201-215

CARVALHO, P. S.; COSTA, A. T.; COSTA, A.; CAETANO, V. M. (2020) – A intervenção no património arqueológico – o caso da mamoa do Carapito. Almadán, 2ª série, 23. Centro de Arqueologia de Almada. Almada: 60-67.

CEBRIÁN DEL MORAL, F.; RODRÍGUEZ, J. Y.; LESTÓN GÓMEZ, M.; VIDAL PÉREZ, F.; CARRERA RAMÍREZ, F. (2011) - El dolmen de Dombate. Arqueología, arquitectura y conservación. Diputación de A Coruña. A Coruña: 309 p.

CORREIA, V.; PARREIRA, R. (2002) - Cola – circuito arqueológico. Roteiros da Arqueologia Portuguesa. Instituto Português do Património Arquitetónico. Lisboa: 74p.

COSTA, F. A. PEREIRA da (1868) - Monumentos prehistoricos - descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal. Typographia da Academia Real das Ciências. Lisboa.

GOMES, L. F.; PERPÉTUO, J. M.; GARCIA, J. (2016) – Conservação e valorização de monumentos megalíticos. Da inocência das soluções aos resultados efectivos. II Mesa-Redonda «Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história» (Porto, 2011). Viseu: 1-30.

CRUZ, D. J.; CUNHA, A. L.; GOMES, L. F. (1990) - A Casa da Orca de Corgas da Matança. Portugalia, 9-10. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 31-47.

European Route of Megalithic Culture

FERREIRA, A. M., coord. (2004) - Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior. Instituto Português de Museus. Castelo Branco: 261 p.

Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO

GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. S. (1997) - A Orca dos Padrões. ACAB Associação Cultural Azurara da Beira. Mangualde: 59p.

HENRIQUES, F., coord (2021) - Proença-a-Nova: Arqueologia e Património Construído. Associação e Estudos do Alto Tejo: 231p.

HOSKIN, M. & HENRIQUES, F. (1998) - The schist tombs of the Portuguese Upper Tejo. In M. Hoskin, Studies in Iberian Archaeoastronomy: (5) Orientations of megalithic tombs of Northern and Western Iberia. Archaeoastronomy, 23. Cambridge: 66-68.

LEISNER, V. (1998) - Die Megalithgraber Der Iberischen Halbinsel, Der Westen. Deutsches Archäologisches Institut, Walter de Gruyter. Berlin, New York: 162 p.

LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) - Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o estudo da Cultura Megalítica em Portugal. Instituto para a Alta Cultura. Lisboa: 322 p.

LEISNER, G. & LEISNER, V. (1956) - Die Megalithgraber Der Iberischen Halbinsel: der Westen. Deutsches Archäologisches Institut, Walter de Gruyter. Berlin, New York.

MORÁN, E. & PARREIRA, R. (2004) - Alcalar 7 estudo e reabilitação de um monumento megalítico. Cadernos, 6 (2ª série). Instituto Português do Património Arquitectónico. Lisboa: 335 p.

Museu do Megalitismo de Mora

National Geographic (2020) – Cnossos e Micenas, reconstituições em 3D. National Geographic, Especial Arqueologia, 12.

OLIVEIRA, J. (2019) – MegaNisa – Megalitismo de Nisa. Câmara Municipal de Nisa, 32p.

OLIVEIRA, J. de; PEREIRA, S.; PARREIRA, J. (2007) - Nova carta arqueológica do concelho de Marvão. Ibn Maruán, 14. Edições Colibri. Lisboa: 299 p.

PEREIRA DA SILVA, F. A. (1991) - Mamoa da Charneca das Canas (Fratel, Vila Velha de Ródão). Edição da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão. 23 p.

PEREIRA, F. ALVES (1933) - A Pedra d' Anta ou um monumento megalítico na Beira-Baixa. O Archeologo Português, 29. Lisboa: 49-75.

PERPÉTUO, J. M.; GARCIA, J.; GOMES, L. F. (2009) – Monumentos megalíticos de Oliveira do Hospital- crença na eternidade. Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e Arqueohoje.

PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1909) - Anta da Urgueira. Typographia Leiriense. Leiria.

PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1910) - Archeologia do districto de Castello Branco: 1ª contribuição para o seu estudo. Typographia Leiriense. Leiria: 25 p.

SANCHES, M. J.; NUNES, S. A.; SILVA, M. S. (2005) - A mamoa 1 do Castelo (Jou) - Murça (Trás-os-Montes): resultados dos trabalhos de escavação e restauro de um dólmen de vestíbulo. Portugalia, 26, nova série. Porto: 5-39 p.

SANTOS, F.; N. FIGUEIRA (2011) - The pre-megalithic (?) funerary monumento of Eira da Vinha (Perais, Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Portugal). In Bueno Ramírez, P., Cerrillo Cuenca, E., González Cordero, A., coord., From the origins: The prehistory of the Inner Tagus Region. BAR International Series 2219. Oxford: 55-72.

SCARRE, C. (2006) – Consolidation, reconstruction, and the interpretation of megalithic monuments. In Arkeos, perspectivas em diálogo, 16. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo: 13-44.

SILVA, A. M., coord. (2004) - Memórias da Terra. Património arqueológico do concelho de Arouca. Câmara Municipal de Arouca. Arouca: 464 p.

Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal

Tumuli and Megaliths in Eurasia

Turismo em Antequera

Turismo Viseu Dão Lafões

VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. (1990) - A Casa da Orca da Cunha Baixa. Terras de Azurara e Tavares, 2. Câmara Municipal de Mangualde. Mangualde: 42p.

Colar e conservar pedra – o caso de estudo do menir da Meada

Cristina Barrocas Dias¹⁻³, Ana Manhita^{1,3}

¹Laboratório HERCULES, Universidade de Évora

²Departamento de Química e Bioquímica, Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora

³Laboratório Associado IN2PAST, Universidade de Évora

Resumo

A consolidação do menir da Meada há 30 anos foi um feito notável de conservação e restauro. Recorrendo à informação oral dos intervenientes e à análise química de amostras dos materiais usados, bem como de amostras recolhidas no menir, apresentamos uma explicação do ponto de vista químico de como foi possível unir e colocar na posição vertical os dois blocos de granito.

São elencados os potenciais problemas inerentes aos materiais utilizados na consolidação e de que forma esses problemas podem afectar a integridade do menir da Meada.

Introdução

A deterioração da pedra é algo familiar para qualquer pessoa que tenha observado de perto um edifício ou monumento histórico construído com este material. Embora haja monumentos que aparentam resistir bem ao passar dos séculos de exposição às intempéries, todos estão sujeitos a um processo gradual de deterioração induzida por processos naturais e/ou antropogénicos (1,2).

Quando a degradação da pedra é estudada, é frequente encontrar-se uma descrição da situação e história do monumento e, de seguida, ser feita a descrição das propriedades físicas e químicas das pedras utilizadas na sua construção. O estudo físico e químico dos materiais pétreos serve não só para identificar inequivocamente o(s) tipo(s) de pedra, mas também tentar determinar as patologias e a extensão da sua degradação. Com estes estudos é possível identificar quais as medidas de conservação preventiva que podem ser aplicadas para retardar a acção dos agentes responsáveis pela deterioração e, no caso de necessidade de conservação activa, identificar os procedimentos adequados para a consolidação dos materiais pétreos (1,2).

Segundo Delgado Rodrigues, um reconhecido especialista na conservação e restauro de elementos pétreos, "A consolidação de materiais pétreos é uma das tarefas mais delicadas e controversas da prática da conservação. Ela deve ser sempre uma operação de último recurso, tais são os riscos que em regra traz associados. Mas essa operação pode ser necessária quando é indispensável proteger as superfícies de um risco de perda iminente, ou já em fase de perda, ou, ainda, quando a redução da sua capacidade resistente derivada do avanço do estado de degradação do material possa comprometer a segurança estrutural do elemento onde está inserido" (3).

No caso do menir da Meada, a integridade estrutural do monumento estava à partida comprometida, e foi a decisão o repor na posição original que esteve na origem da necessidade de unir os seus fragmentos. Deve ser salientado que quando se faz referência à consolidação de elementos pétreos, normalmente esta não é feita para elementos com as dimensões dos fragmentos do menir da Meada, nem com o objectivo que esteve subjacente a esta intervenção.

Pedra e resina: um material composto

A intervenção efectuada no Menir da Meada é um caso absolutamente excepcional de consolidação de elementos pétreos. Foi feita com o saber fazer do Mestre Manuel Graxinha, utilizando conhecimentos empíricos que tinha obtido enquanto trabalhador emigrante. Sem disso ter consciência, Mestre Manuel Graxinha utilizou na consolidação do menir da Meada um geopolímero, que é um tipo de material composto cujas características e vantagens de utilização só muito mais tarde vieram a ser descritas (4,5).

Um material composto resulta da combinação de dois ou mais materiais com características individuais distintas, resultando num produto com efeitos sinérgicos (4,5). Os materiais que se combinam não se dissolvem nem se descaracterizam completamente, e as propriedades do seu conjunto são superiores às de cada componente individual. Um material é a fase contínua (ou matriz) e o outro, ou outros, constituem a fase dispersa (reforço ou carga), obtendo-se, a partir dessa combinação, um novo material com propriedades distintas das fases individuais.

Na consolidação do menir da Meada foi utilizada resina PolyFix (a fase contínua ou matriz, Fig. 1) e o pó do granito porfiróide de grão grosseiro (a fase dispersa ou carga), com que havia sido talhado o menir. A resina PolyFix deverá ser uma resina de tipo epóxico (6,7).

A mistura ou composto foi utilizada tanto na ancoragem do pivot metálico colocado no centro do bloco de pedra, como no preenchimento do espaço entre os blocos de pedra que se pretendiam unir. A mesma técnica foi replicada na fixação das diversas garras de aço que lateralmente amarram as duas porções, assim como na colagem de outras peças de aço que foram introduzidas, diagonalmente, no interior da parte inferior com o fim de estabilizar a linha de fractura que aí se observava. A razão entre a quantidade de resina e pó de pedra utilizado não foi sempre igual, sendo que a mistura usada na ancoragem do pivot metálico e nas peças introduzidas para estabilizar a linha de fractura foi preparada com menos pó de pedra, conseguindo desta forma uma mistura menos viscosa e que penetrou mais facilmente nos poros da pedra, melhorando assim a ancoragem do metal à pedra.

Pode parecer estranho que em todo este processo se utilizem resinas sintéticas, um material orgânico, aparentemente mais frágil, para fortalecer e unir um material inorgânico, aparentemente mais duro e forte como é a pedra. No entanto, as resinas, quando aplicadas em solução de baixa viscosidade, têm a capacidade de penetrar nos poros da pedra (7). O granito porfiróide de grão grosseiro é particularmente poroso e a utilização da resina pode proporcionar uma boa aderência. A utilização de misturas à base de resina permite igualmente à pedra consolidada ter uma capacidade de expansão térmica e elasticidade mais semelhantes aos da pedra não consolidada, e dessa forma evitar tensões internas e melhorar a compatibilidade entre as diferentes partes do objecto pétreo consolidado.

O processo da introdução de um pivot metálico na pedra também não é isento de potenciais problemas, e têm de ser considerados diferentes factores que se prendem com a natureza da pedra e o seu estado de preservação, o tipo de metal usado e a sua dimensão (diâmetro e comprimento), a dimensão do furo na pedra (3,5 ou 10X em relação às dimensões da peça de metal), e o tipo de material utilizado para ancorar o metal à pedra (8).



Figura 2 - Latas de resina PolyFix utilizada na consolidação do Menir da Meada

Análise Química

Foram analisadas, no Laboratório HERCULES, amostras recolhidas na superfície consolidada do menir da Meada, e amostras da resina e endurecedor utilizadas há 30 anos na produção dos geopolímeros. As amostras do menir foram retiradas de duas zonas do geopolímero, uma zona voltada a Sul, que se encontra mais degradada com fissuras, destacamentos e perda de material, e outra zona voltada a Norte, aparentemente menos degradada (Fig. 2).



Figura 2 – Zona de consolidação entre os dois blocos de granito. A superfície voltada a Sul apresenta mais destacamentos e perda de material do que a zona voltada a Norte. A superfície do geopolímero, bem como todo o menir apresentam biocolonização (manchas acastanhadas)

No laboratório as amostras foram analisadas pela técnica de cromatografia gasosa acoplada a espectrometria de massa, com introdução da amostra por pirólise (Py-GC-MS) (9).

Uma microamostra de material com algumas microgramas (amostras da resina, do endurecedor, e do geopolímero retirado do menir) é colocada numa pequena cápsula metálica que é inserida no pirolisador (Py), onde é rapidamente aquecida a 500 °C sob uma atmosfera inerte de hélio. Os gases produzidos neste processo de pirólise são constituídos por uma mistura de compostos químicos, cuja composição depende da natureza química da resina ou geopolímero que lhes deu origem. Os gases são, de seguida, introduzidos numa coluna de cromatografia gasosa (GC) onde se vão separar, e cada um dos compostos químicos vai eluir da coluna a tempos diferentes. Estes compostos, individualmente separados vão, à vez, entrar dentro do equipamento de espectrometria de massa (MS). Este equipamento permite obter o espectro de massa de cada um dos compostos que, à semelhança do nosso cartão de cidadão, é específico para cada um deles e permite inferir a sua natureza química.

Para cada amostra é obtido um cromatograma (Fig. 3 e Fig. 4), e uma lista de compostos que constituíam a mistura dos gases gerada no pirolisador e que foi possível identificar em cada amostra (Tabela 1).

As análises efectuadas à resina e ao endurecedor sugerem que se trata de uma resina de tipo epóxido com um endurecedor à base de anidrido ftálico. Existem, no entanto, muitos picos nos cromatogramas cuja origem não conseguimos atribuir. É muito provável que estes picos correspondam a compostos que são resultado da manipulação destes produtos durante a sua utilização, mas também à degradação que é expectável que tenha ocorrido ao longo de 30 anos.

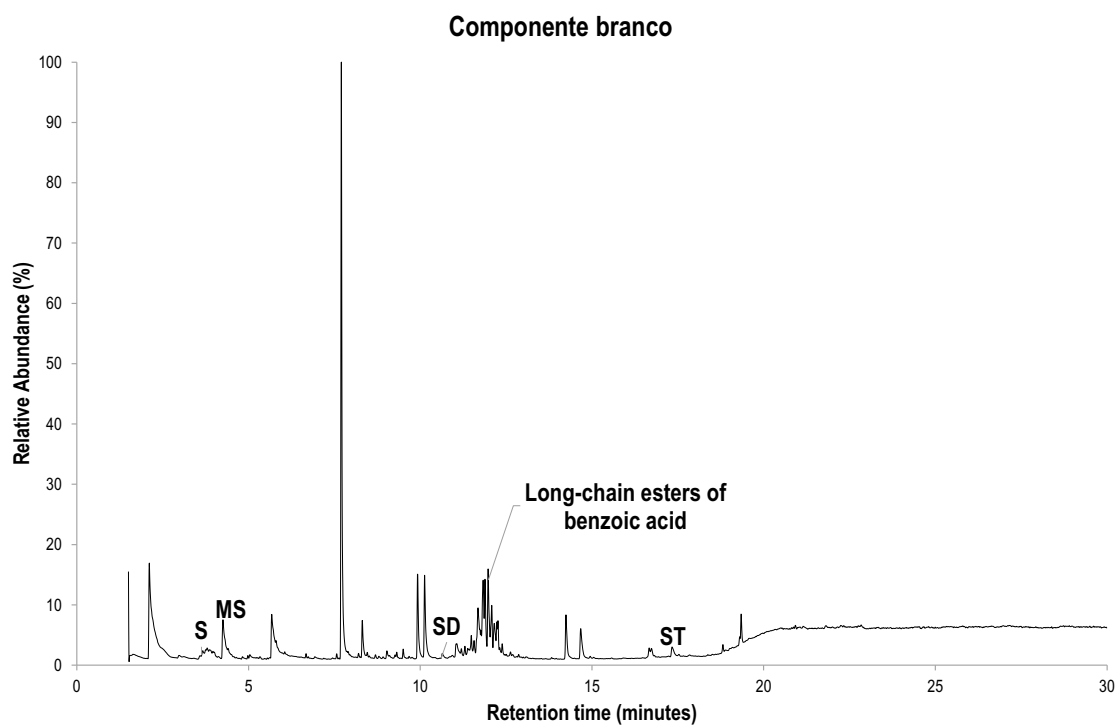
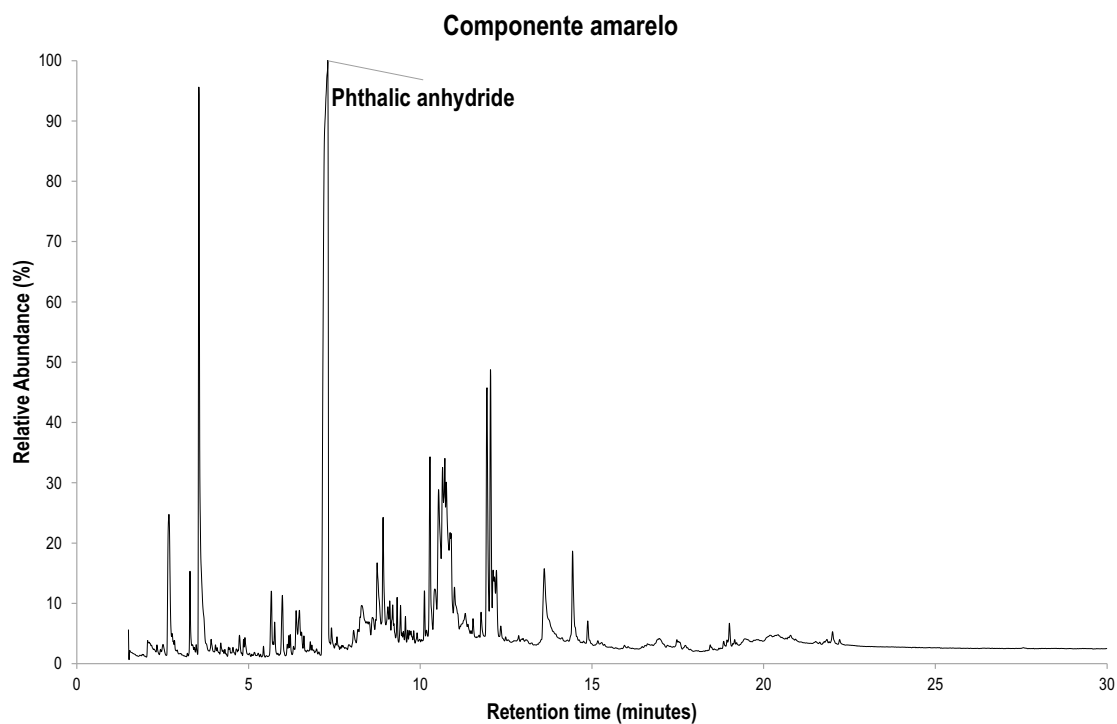
A**B**

Figura 3 – Cromatogramas dos dois componentes utilizados na produção da resina epóxico.
A: Componente branco - Resina. **B:** Componente amarelo - endurecedor

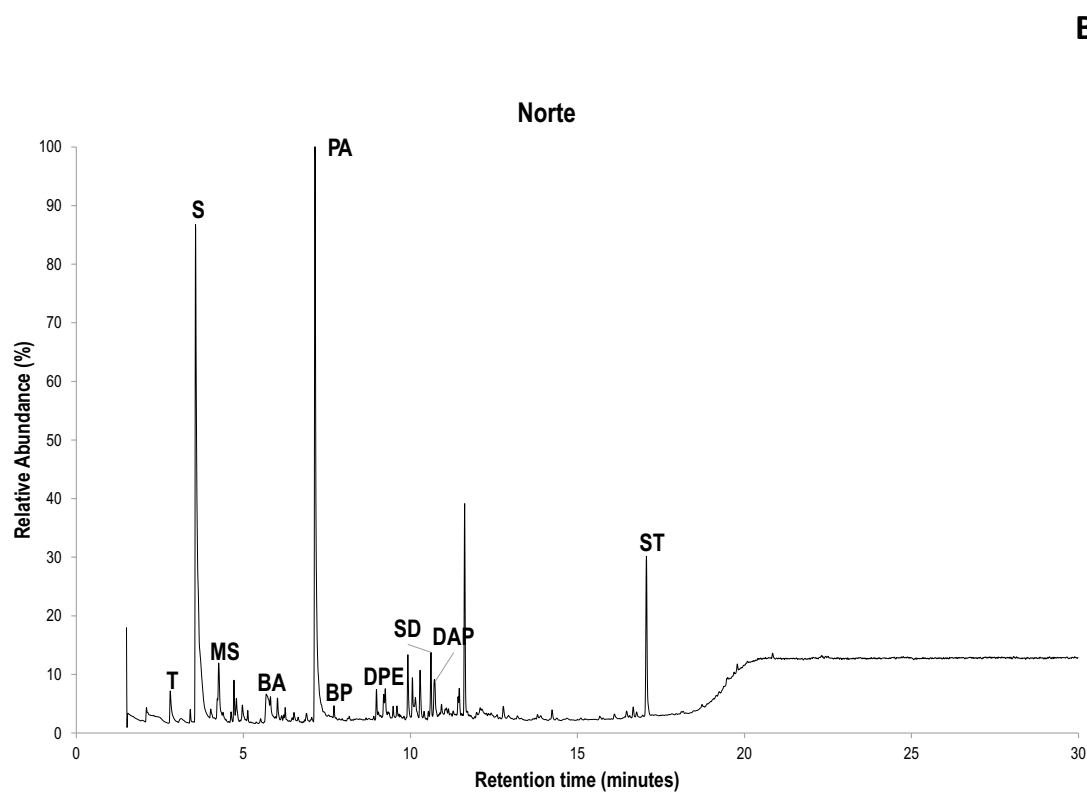
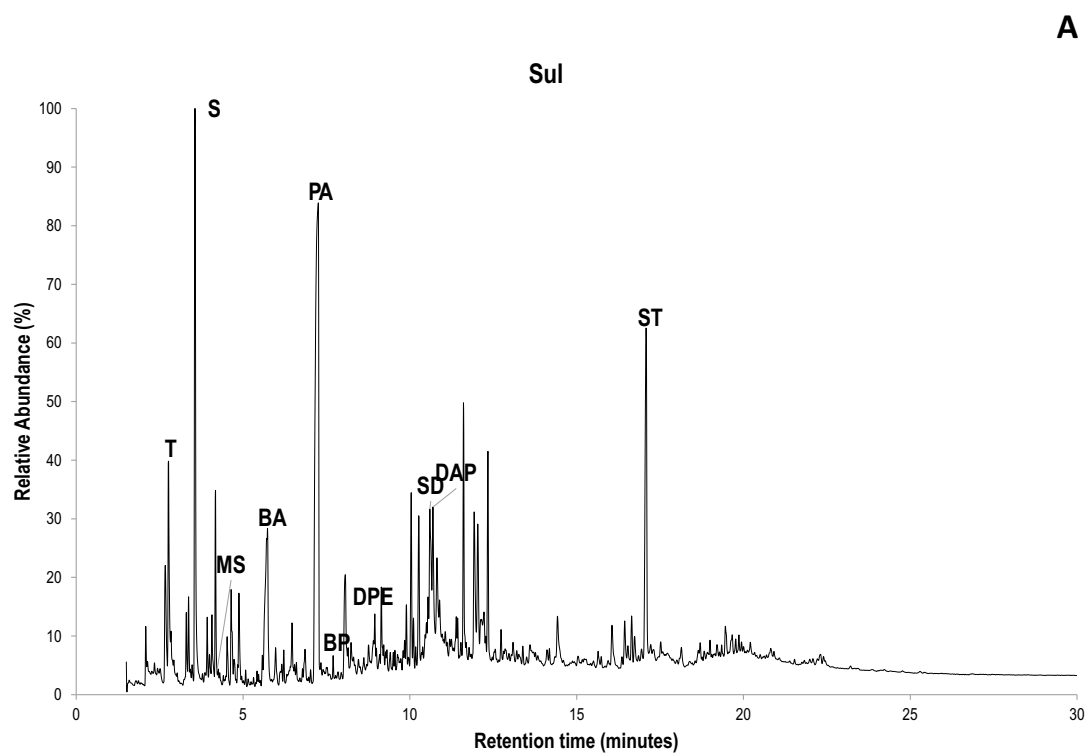


Figura 4 - Cromatogramas de amostras retiradas da zona de união dos blocos de pedra do menir da Meada.
A: Amostra da zona voltada a Sul. **B:** Amostra da zona voltada a Norte

T	toluene
S	styrene
MS	alpha-methylstyrene
BP	biphenyl
BA	benzoic acid
PA	phthalic anhydride
DPE	1,2-diphenylethane
SD	styrene dimer
DAP	diallyl phthalate
ST	styrene trimer

Tabela 1 – Identificação química dos compostos identificados nos cromatogramas das diferentes amostras

Na análise das amostras retiradas do geopolímero, a situação é mais complexa porque, para além dos picos que resultam da presença de resinas epóxi, existem no cromatograma alguns picos de compostos que podem resultar da pirólise de outros tipos de resina (resina alquídica?, resina de poliéster?). Este caso é mais acentuado na amostra que foi retirada da zona voltada a Sul, onde existe um maior número de picos de compostos não identificados como sendo originários da resina epóxi.

Aparentemente, nas etapas finais do processo de consolidação, houve problemas com a obtenção da resina epóxi, havendo necessidade de utilizar misturas de resinas de natureza diferente. A utilização de algumas misturas com diferentes tipos de resinas pode ter resultados positivos, aumentando a estabilidade do produto final (10). No entanto, uma

observação mais cuidada da zona de consolidação do menir, leva-nos a concluir que a degradação da superfície externa do geopolímero é bastante heterogênea, e é provável que a zona mais degradada seja o resultado dessas misturas que, neste caso, resultaram numa perda de estabilidade do produto final.

O geopolímero do menir da Meada - ciência dos materiais

As análises efectuadas indicam a resina epóxi foi maioritariamente utilizada como matriz do geopolímero usado na consolidação do menir da Meada.

As resinas epóxi são polímeros termorrígidos, altamente reticulados e de alto desempenho, que contêm pelo menos dois grupos epóxi terminais na molécula. As resinas epóxi são preparadas a partir de dois componentes: a resina e um endurecedor que vai provocar a reação de polimerização. Existem vários tipos de endurecedores, mas todos têm a função de reagir com o grupo epóxi terminal da resina e formar um material polimérico e reticulado (6).

As condições em que ocorre polimerização, e em particular a temperatura e a humidade, têm uma enorme influência nas propriedades finais do material. Durante a cura, a resina passa do estado líquido, a gel, e finalmente ao estado sólido (7).

Os geopolímeros têm uma estrutura tridimensional amorfa, sendo no caso do menir da Meada, formado pela junção da resina epóxi (matriz) e das partículas do granito (carga), sendo que estas vão interagir com o material orgânico polimérico que se vai formar durante o endurecimento da resina, melhorando as propriedades físicas e mecânicas do produto final (4,5).

A razão de matriz/carga (peso/peso) é muito importante para as propriedades do geopolímero resultante (4,5). No caso do menir da Meada sabemos que foram usados dois tipos de geopolímero: aquele usado na ancoragem da barra metálica e na aplicação das garras e peças de aço na diagonal, que levou menos e partículas mais finas de granito, o que resultou numa mistura ser mais fluida e com maior capacidade de preencher os furos feitos na pedra; e aquele utilizado no preenchimento do espaço entre os blocos de pedra a unir, e que foi produzido com mais quantidade e partículas com maiores dimensões de granito, tentando assim mimetizar o granito porfiroide de grão grosseiro do menir.

A ligação do geopolímero à pedra é muito importante para o sucesso do processo de consolidação. Esta ligação é feita através de um conjunto de ligações de natureza química e natureza mecânica, sendo importante manter a superfície rugosa das superfícies da pedra quando da aplicação do geopolímero (7,11).

Degradação dos geopolímeros

A acção do calor, da luz, do ar e da água estão entre os factores que mais estão na base da degradação dos polímeros (12, 13). Deve também ser referida a contribuição da contaminação microbiológica na degradação do geopolímero. A colonização biológica dos geopolímeros pode ser bastante variada, sendo muito influenciada pelas condições climáticas.

A luz ultravioleta (UV), especialmente na ordem dos 250-400 nm vai quebrar ligações Carbono-Carbono e Carbono-Oxigénio da resina de epóxi, que são particularmente sensíveis à radiação com este comprimento de onda (14). O processo envolve a formação de radicais livres e é uma reacção química que se vai autopropagar, *i.e.*, uma vez formados os radicais livres, estes são muito reactivos e podem propagar a reacção através da formação de novos radicais livres sem a necessidade da fonte externa de energia. O resultado deste processo de fotodegradação é a fragmentação do geopolímero e a possibilidade de quebra e perda de adesão.

A acção da água e dos ciclos de calor e frio no geopolímero podem resultar também na sua fissura e na possibilidade da perda de adesão (12, 13). A água e as alterações de temperatura podem provocar ciclos de alteração de volume do polímero na zona de contacto com a pedra original, contribuindo assim para o destacamento do geopolímero. O aumento do teor de humidade no geopolímero contribui para a ocorrência de reacções de hidrólise, que resultam na quebra das cadeias do polímero, o que diminui a sua reticulação e o torna menos resistente a outros agentes, por exemplo, à luz ou à degradação microbiológica.

Os microorganismos (bactérias e fungos) que podem colonizar a superfície do geopolímero segregam para o exterior enzimas que vão quebrar as cadeias do polímero. As moléculas mais pequenas do polímero vão poder ser utilizadas como alimento pelos microorganismos. Esta biodegradação é muito dependente das condições climáticas que vão influenciar o tipo de colónias de microorganismos que se vão instalar no geopolímero.

A biocolonização por líquenes também é muito frequente nas superfícies de pedra (12). Um líquene é um organismo composto que resulta de uma relação de mutualismo entre algas ou cianobactérias que vivem entre os filamentos de várias espécies de fungos. Os líquenes libertam ácidos que podem reagir com a parte polimérica e com a pedra do geopolímero. Estas reacções vão fragilizar o geopolímero, podendo levar à sua descamação.



Figura 3 – Menir da Meada e zona envolvente

Notas finais

As análises efectuadas vieram confirmar a inovação introduzida pelo Mestre Manuel Graxinha na consolidação do menir da Meada, com a utilização de misturas de resina epóxi com o pó da pedra do menir. O material compósito produzido, que umas décadas mais tarde será denominado de geopolímero, esteve na base do sucesso da união dos enormes blocos de granito.

A degradação observada na zona de junção dos blocos de pedra resulta da ação combinada da luz, temperatura, humidade e biocolonização na parte orgânica (resina) e inorgânica (granito) que constituem o geopolímero. É muito provável que as zonas onde a fissura e descamação são mais severas sejam aquelas onde, há 30 anos, foi feito um remedeio. Face à dificuldade em obter a resina PolyFix, e também devido ao seu elevado preço, na fase final de regularização das superfícies onde houve intervenção foi utilizada outra marca de resina, mais fácil de encontrar no mercado e substancialmente

mais barata. Pelos mesmos motivos, mas especialmente pelo custo das resinas, não foram preenchidas e colmatadas as pequenas descamações da rocha nas zonas adjacentes à zona onde se interveio. Hoje essas zonas estão mais fragilizadas e a pedir uma nova consolidação. Coisa pouca, nas palavras do Mestre que hoje, ao observar as áreas degradadas, rapidamente propôs que a solução seria aplicar nas lacunas o mesmo geopolímero fluido (obtido utilizando pouca quantidade da pedra finamente moída).



Figura 4 – Mestre Manuel Graxinha junto do Menir da Meada

Toda a experiência e o saber-fazer do Mestre foram essenciais para que todo o processo da consolidação do menir da Meada tenha sido um sucesso que hoje, passados 30 anos, aqui viemos celebrar. Talvez esse saber-fazer ainda possa vir a ser utilizado para o manter de pé durante muitos mais anos!



Figura 5 – Superfícies do Menir da Meada (Zona voltada a norte e zona voltada a sul)

Bibliografia

- 1 – Price, C. A. "*Stone conservation: an overview of current research*". (1996) Getty Publications (ISBN 0-89236-389-4)
- 2 – Doehne, E.; Price, C. "*Stone conservation: an overview of current research—2nd ed.*" (2010) Getty Publications (ISBN 978-1-60606-046-9)
- 3 – Rodrigues, D. "*Conservação da Pedra no LNEC. Aportamentos de Uma História com Três Décadas*". (2003), pp. 29-49, Livro de Actas do 3.º ENCORE - Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios
- 4 – Xiong, G., Guo, X., Zhang, H. "*Preparation of epoxy resin-geopolymer (ERG) for repairing and the microstructures of the new-to-old interface*". Composites Part B 259 (2023) 110731. (doi.org/10.1016/j.compositesb.2023.110731)
- 5 – Maluga, R., Kumar, M. S., Pati, P. R., Kumar, S.R. "*Physical, Mechanical and Wear Characterization of Epoxy Composites reinforced With Granite/Marble powder*". Materials Today: Proceedings (2023) article in press (doi.org/10.1016/j.matpr.2023.02.045)
- 6 – Ellis, B. "*Introduction to the chemistry, synthesis, manufacture and characterization of epoxy resins*" (1993) pp 1-36, in Chemistry and Technology of Epoxy Resins, Ed. B. Ellis. Springer Dordrecht. (ISBN 978-0-7514-0095-3)
- 7 – Shundo, A., Yamamoto, S., Tanaka, K. "*Network Formation and Physical Properties of Epoxy Resins for Future Practical Applications*" JACS Au (2022) 1522–1542. (doi.org/10.1021/jacsau.2c00120)8 – Contrafatto, L., Cosenza, R. "*Behaviour of post-installed adhesive anchors in natural stone*" Construction and Building Materials (2014) 355–369. (doi.org/10.1016/j.conbuildmat.2014.05.099)
- 9 – Shin, T., Hajime, O., Chuichi, W. "*Pyrolysis-GC/MS Data Book of Synthetic Polymers*" (2011) Elsevier B.V. (ISBN: 978-0-444-53892-5)
- 10 – N., Yahya, R., Neon Gan, S., Sonsudin, F. "*Curing of epoxy/alkyd blends in self-healing coating*" High Performance Polymers (2018) 1–7. (doi.org/10.1177/0954008318784635)
- 11 – Xiong, G., Guo, X., Zhan, H. "*Preparation of epoxy resin-geopolymer (ERG) for repairing and the microstructures of the new-to-old interface*" Composites Part B (2023) 110731 (doi.org/10.1016/j.compositesb.2023.110731)
- 12 – Selwitz, C. "*Epoxy Resins in Stone Conservation*" (1992) Getty Publications. ISBN 0-89236-238-3
- 13 – Kojnoková, T., Nový, F., Markovicová, L. "*The Study of Chemical and Thermal Influences of the Environment on the Degradation of Mechanical Properties of Carbon Composite with Epoxy Resin*" Polymers (2022) 3245 doi.org/10.3390/polym14163245
- 14 – Al-Turaif, H. A. "*Surface morphology and chemistry of epoxy-based coatings after exposure to ultraviolet radiation*" Progress in Organic Coatings(2013) 677– 681 doi.org/10.1016/j.porgcoat.2012.12.010

O projeto de reabilitação da anta da Lapa da Meruje no contexto das estratégias para o estudo, proteção e valorização do património megalítico de Vouzela (Viseu)

António Faustino Carvalho

CEAACP – Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património | Polo do Algarve
Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Gambelas, 8000-117 Faro, Portugal
E-mail: afcarva@ualg.pt
ORCID: 0000-0002-0912-2325

Resumo: A Câmara Municipal de Vouzela tem vindo a implementar desde 2015 um conjunto articulado de medidas e ações de proteção e valorização do seu património histórico-arqueológico. No caso do património megalítico e afim, a estratégia tem assentado na prospeção do território e inventário das ocorrências, na sondagem de sítios selecionados para obtenção de dados contextuais, e na sua proteção e valorização. Neste contexto, selecionou-se a anta da Lapa da Meruje para a implementação de um projeto duplo de investigação (escavação arqueológica para um melhor conhecimento do sítio) e valorização (reabilitação e abertura ao público). Os princípios que norteiam este último vetor visam garantir a estabilidade e proteção do edifício megalítico e seu entorno, a sua monitorização permanente e, se necessário, a possibilidade de reversão da intervenção.

Abstract: The Municipality of Vouzela has been implementing since 2015 an articulated series of measures and actions to protect and enhance its historical and archaeological heritage. In the case of megalithic and related heritage, the strategy has been based on field surveying and inventory, testing of selected sites to obtain contextual data, and their protection and enhancement. In this context, the Lapa da Meruje dolmen was selected to put in place a twofold project of research (archaeological excavation for a better understanding of the site) and enhancement (rehabilitation and opening to the public). The principles guiding this last vector aim to guarantee the stability and protection of the megalithic building and its surroundings, its permanent monitoring and, if necessary, the possibility of reversing the intervention.

1. INTRODUÇÃO

O município de Vouzela, no distrito de Viseu, tem vindo a promover o estudo, a proteção e a valorização do seu património histórico, arqueológico e etnográfico de uma forma sistemática e coordenada desde 2015. Este vetor particular da política patrimonial do município materializou-se, num primeiro passo, na assinatura de protocolos de colaboração com universidades que permitiram imediatamente elaborar, submeter à tutela, e desenvolver no terreno vários projetos de investigação plurianuais. Cada um destes projetos prevê ações específicas de valorização e divulgação do património cultural do concelho.

O historial desta investigação foi já apresentado em diversas ocasiões, pelo que se esboçam aqui somente os seus aspetos e desenvolvimentos mais estruturantes.

O primeiro projeto, intitulado "*Estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela*", decorreu entre 2016 e 2019. Tinha dois objetivos essenciais (Real *et al.* 2017): por um lado, proceder ao inventário sistemático do património histórico-arqueológico do município, principalmente através de levantamentos bibliográficos e ações de prospeção no terreno, e por outro selecionar um monumento arqueológico

para estudo e valorização. O monumento eleito para esse fim foi a anta da Lapa da Meruje, que será tratada adiante. Apesar de se ter antecipado à partida um volume de dados importante, um fator totalmente inesperado, porém, veio alterar profundamente as metodologias preestabelecidas e, sobretudo, a visão que até então se tinha da presença humana na região — os dramáticos incêndios florestais de outubro de 2017. Com efeito, o desaparecimento do coberto vegetal nos territórios de montanha do município — que abarcam o sector setentrional da Serra do Caramulo — permitiu a colocação de meios humanos e materiais no terreno para a prospeção intensiva desses espaços que beneficiaram de condições de visibilidade do solo nunca antes tidas. Ora, o grande resultado foi a identificação de um número verdadeiramente inesperado de estruturas sob mamoa — de que se fizeram desde logo diversos balanços (Carvalho 2020; Carvalho e Carvalho 2018; Carvalho *et al.* 2020, 2021a) — que havia que inventariar, cartografar, delimitar e proteger (Real *et al.* 2019).

O número de estruturas tumulares sob mamoa pré e proto-históricas no concelho de Vouzela ascende hoje (fevereiro de 2024) a 174 ocorrências, incluindo dólmenes de diversas dimensões e tipologias, cistas de inumação neocalcolíticas e cistas de incineração da Idade do Bronze. Estas descobertas, que em certa medida se repetiram também no concelho vizinho de Oliveira de Frades (Soares 2021), justificaram um segundo projeto, *"Megálitos, espaços, gentes e ambiente nas manifestações tumulares pré e proto-históricas de Lafões"* (2020-2023), derivado do anterior mas consignado a estas realidades e outras manifestações coevas (arte rupestre, afloramentos monumentalizados, povoados fortificados) e alargado à totalidade da região de Lafões, isto é, abarcando também os concelhos de Oliveira de Frades e S. Pedro do Sul. O objetivo principal deste segundo projeto foi o de dar continuidade aos trabalhos de prospeção anteriores — o que enfrentou as limitações impostas pela regeneração espontânea da vegetação — e reunir dados para interpretar este novo quadro geral da presença humana antiga que se esboçava na região. Procedeu-se assim, não só à elaboração de inventários patrimoniais (em permanente atualização), como na realização de trabalhos intrusivos (sondagem ou escavação) para obtenção de elementos contextuais (Carvalho *et al.* 2022).

Outro projeto que nasceu do primeiro é a *"Etnoarqueologia das montanhas da Beira Alta (Vouzela-Lafões)"* (2022-2025), que se circunscreve ao estudo pluridisciplinar de um microterritório, objeto de tratamento como caso de estudo, formado pelas atuais freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, Fornelo do Monte e Ventosa, no concelho de Vouzela. Nestas freguesias de montanha, com efeito, as práticas agropastoris e silvícolas tradicionais, designadamente em espaços de baldios, estão em desaparecimento acelerado como resultado de diversas causas (mecanização, êxodo rural, etc.), pelo que urge documentá-las metodicamente. A importância deste projeto para o estudo das práticas funerárias pré e proto-históricas advém-lhe da sua perspetiva diacrónica (Tente e Carvalho, s.d.; Tente e Melo, s.d.) e consequente profundidade histórica (inicia-se com os primeiros agricultores neolíticos), e pelo facto de buscar contextos domésticos, entre os quais se espera poder identificar habitats coevos dos monumentos sob mamoa.

Este é, pois, o quadro geral da investigação arqueológica onde se têm vindo a integrar os trabalhos na anta da Lapa da Meruje.

2. PROTEÇÃO, ESTUDO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MEGALÍTICO DE VOUZELA: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

Para além do inventário sistemático de sítios que decorre diretamente dos trabalhos de prospeção, foi também colocado em prática um conjunto de medidas de proteção dessas ocorrências, sendo que muitas tiveram especial pertinência e urgência no período pós-incêndios (Real *et al.* 2019; Carvalho 2021):

Marcação dos sítios arqueológicos através de faixa sinalizadora com o logotipo da Câmara Municipal de Vouzela e delimitação do perímetro dos monumentos e das mamoas com marcos de

cimento. No início, esta sinalização visou impedir o atravessamento dos sítios pela maquinaria pesada usada nos trabalhos de silvicultura que se seguiram aos incêndios florestais.

Contacto com os proprietários ou usufrutuários dos terrenos por forma a consciencializá-los acerca das medidas que deverão adotar para evitar a destruição ou dano dos sítios arqueológicos. No pós-incêndios, estes contactos decorreram paralelamente a ações gerais de divulgação e sensibilização junto das populações locais, ações que contaram com a intervenção dos presidentes das juntas de freguesia.

Acompanhamento/fiscalização dos trabalhos de abate de árvores e de abertura de estradões. Este trabalho é levado a cabo não apenas pela equipa camarária encarregue da gestão do património cultural, mas também pelos respetivos fiscais. Com esta medida, definiram-se também áreas de não reflorestação em torno dos sítios arqueológicos mais suscetíveis de destruição em caso de alteração do uso do solo.

Em termos de investigação, tem-se vindo a proceder a trabalhos intrusivos de tipo sondagem ou escavação, além de outros estudos específicos, tais como historiografia da investigação antiga (Carvalho 2023), levantamento da arte gravada (Carvalho e Pires 2023), proveniência e traceologia de artefactos em sílex (Carvalho *et al.* 2018), análise dos processos de formação dos depósitos sedimentares (Simões *et al.* 2023), etc. Porém, convém sublinhar dois pontos quanto às estratégias e metodologias empregues em escavação, que se regem por princípios conservacionistas (no espírito da Carta de Cracóvia), a saber:

Os sítios selecionados para o efeito estão integrados, quer em projetos de reabilitação próprios que visam expressamente a sua conservação e valorização — é o caso da Lapa da Meruje — ou encontram-se sob ameaça (ou já parcialmente destruídos), pelo que a escavação, que pode ser em extensão, busca a sua conservação através do registo. A escavação da mamoa da Idade do Bronze do Monte Cavallo integrou-se nesta última situação (Carvalho *et al.* 2021b).

Em contexto de investigação pura, as estratégias de escavação são tão minimalistas quanto possível. Isto significa que se limitam a setores dos monumentos que respondam a questões científicas bem definidas *a priori* por forma a que o impacto da intervenção seja o menor possível mas, ao mesmo tempo, capaz de produzir resultados significativos (para exemplos diversos, ver Carvalho *et al.* 2022).

Quanto à valorização deste património, é a partir de 2016, com o arranque do primeiro projeto de investigação acima referido, que se começaram a implementar diversas ideias e iniciativas de divulgação e valorização, que se podem estruturar da seguinte forma no que ao megalitismo diz respeito:

Eventos e publicações científicas. O município apostou na realização regular das chamadas *Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*, que tiveram já três edições (2019, 2021 e 2023), com atas publicadas (ou em vias de publicação, no caso da terceira edição) em linha editorial própria, com o objetivo de promover balanços gerais da investigação arqueológica na região e tendo como públicos-alvo não apenas investigadores mas também munícipes dos três concelhos lafonenses e outros interessados.

Ações e atividades junto do grande público. Além da abertura das referidas Jornadas ao público não especialista, têm sido realizadas outras ações e atividades visando especificamente (ainda que não exclusivamente) os munícipes de Vouzela, que seria exaustivo listar aqui. Entre as mais significativas, refram-se excursões guiadas a monumentos, exposições temporárias no Museu Municipal de Vouzela, realização regular de "dias abertos" nas escavações (dias em que se abre a escavação a visitantes sem marcação, após anúncio nos *media* locais e regionais) e palestras diversas (como a comemorativa dos cem anos das escavações de A. de Amorim Girão na Lapa da Meruje, realizada nos paços do concelho a 29 de março de 2017).

Reabilitação e valorização de monumentos. É neste âmbito que têm tido lugar os trabalhos na Lapa da Meruje, entretanto já classificada como Sítio de Interesse Público, por proposta formal do município. Em termos de valorização, o município promoveu a criação de um roteiro megalítico local, "*Gigantes de Pedra. Rota Cultural do Megalitismo de Vouzela*", que integra cinco monumentos arqueológicos (Lapa da Meruje, Casa da Orca da Malhada do Cambarinho, Mamoa 1 de Vale d'Anta, Mamoa 1 de Rebordinho e Afloramento Monumentalizado da Malhada do Cambarinho) e um geomonumento, e da qual se produziu um desdobrável próprio, disponível no Posto de Turismo de Vouzela. Este roteiro assumirá a curto prazo uma escala regional, ao passar a articular-se com a "*MEG, Rota de Megalitismo de Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga*", cuja criação foi promovida pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (Carvalho, P.S. 2021).

3. O PROJETO DE ESTUDO, REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ANTA DA LAPA DA MERUJE

Este monumento, pertencente à união de freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, localiza-se no centro de uma depressão de meia vertente no sector noroeste da Serra do Caramulo, a 925 m de altitude (Fig. 1). Está oculto na paisagem, mas detém uma ampla vista para o Maciço da Gralheira, a Norte. As linhas de água sazonais que aqui confluem encontram-se represadas desde finais da década de 1990, o que contribui para a criação de um espelho de água artificial. Este contexto paisagístico único foi complementado com a construção de diversas infraestruturas pela autarquia (acesso e estacionamento automóvel, passadiço em madeira, e delimitação da mamoa). A estes fatores decisivos na seleção do monumento para valorização acresceu o seu grande potencial científico.

Com efeito, a Lapa da Meruje foi apenas sondada aquando da sua primeira intervenção arqueológica, em 1917 (Girão 1921: 31), e desde então tem integrado algumas das principais sínteses produzidas sobre o megalitismo beirão (Moita 1966: 218; Leisner 1998: 68). Porém, não se realizaram novos trabalhos de escavação, havendo apenas a registar o seu levantamento topográfico a 13 de agosto de 1965 (Leisner 1998: tafel 59, I-21-1) e a integração na carta arqueológica do município (Marques 1999: 27). Novos trabalhos foram retomados apenas em 2016, mas de forma intermitente porque se encontram diretamente dependentes das diversas fases do projeto de reabilitação em curso.



FIGURA 1. Vista geral da bacia de montanha no quadrante noroeste da Serra do Caramulo onde se localiza a anta da Lapa da Meruje (no centro inferior da imagem), durante as escavações (fotografia de drone por H. Pires). Em caixa: localização do monumento no território português

3.1. O projeto de estudo

As escavações arqueológicas incidiram na câmara, no corredor e no átrio do monumento, de modo a recuperar informação científica e a permitir, após o projeto de reabilitação, a circulação dos visitantes no seu interior. Abriu-se também uma sanja na metade sul da mamoa para registo da estratigrafia e arquitetura da mesma (Fig. 2). Os resultados destes trabalhos foram já objeto de uma primeira publicação (Carvalho 2018), pelo que se apresentam aqui apenas os seus aspetos principais com atualizações.



FIGURA 2. Levantamento topográfico e fotografia de conjunto da Lapa da Meruje, podendo ver-se as diferentes áreas do monumento objeto de intervenção arqueológica (topografia e fotografia de drone por H. Pires).

A Lapa da Meruje é um monumento em granito, de grandes dimensões, cuja mamoa, bem conservada, tem 32 m de diâmetro por 2 m de altura. A câmara, de sete esteios, tem aproximadamente 3 m² de área, e o corredor, que se distingue em planta e alçado, atinge 8-9 m de comprimento. A câmara está reforçada por um espesso contraforte (2,5 m) e um anel pétreo em torno do mesmo (formado por grandes blocos graníticos), e a mamoa era coberta por uma carapaça pétrea (ainda bem conservada nalguns troços) delimitada exteriormente por um anel de contenção (formado por lajes dispostas na vertical) que se ergueria acima da sua superfície.

Terá sido esta imponente estrutura a suscitar eventos de reutilização em época proto-histórica e medieval, em particular nesta última. A câmara terá então sido utilizada como abrigo, o que implicou a remoção de parte do seu preenchimento e, dessa forma, a perturbação dos níveis pré-históricos. Os trabalhos mais recentes, no entanto, permitiram verificar que ainda existem depósitos neolíticos basais bem preservados.

O corredor não foi sujeito aos mesmos eventos, facto para o qual terá contribuído a "estrutura de condenação" que selou a entrada e o átrio em momento ainda impreciso da transição Neolítico-Calcolítico. Nestes espaços apareceram apenas materiais pré-históricos, portanto sem evidência de reutilizações posteriores. O átrio seria lajeado e a sua fachada teria um dispositivo cénico que incluía duas estelas antropomórficas, uma de cada lado da entrada. Apenas subsiste hoje a do lado esquerdo (Fig. 3); a do lado oposto terá sido arrancada naquele momento, uma vez que se identificou o seu alvéolo selado pela "estrutura de condenação".



FIGURA 3. Aspeto do corredor e do átrio da Lapa da Meruje após a sua escavação em 2018. Note-se a presença de grandes lajes no chão do átrio e de uma estela antropomórfica junto à entrada do corredor (lado esquerdo do observador).

A presença de materialidades relacionadas com o simbólico não se resume a estas estelas. Na escavação da "estrutura de condenação" foi possível recuperar um "ídolo" antropomórfico em granito (27 cm de comprimento) e na sanja encontraram-se seixos de quartzito de silhueta antropomórfica, no contacto entre a base da mamoa e o paleossolo, o que sugere uma deposição intencional. No corredor e na câmara foram identificadas gravuras, de difícil visualização sem condições de luz apropriadas. Trata-se de figurações abstratas, sobretudo covinhas, mas há conjuntos mais complexos em esteios da câmara (onde se reconhecem temas ondulados, talvez um báculo, entre outros, ainda por registar) e no esteio E8. Neste, além de outros elementos compositivos, existe um signo formado por quatro linhas verticais encimadas por um triângulo (Carvalho 2020: 12 e fig. 4), que se aproxima tipologicamente do motivo no esteio C4 da Orca do Picoto do Vasco, em Vila Nova de Paiva (Cruz 2001: 97 e fig. 71).

No contexto de revolvimento medieval na área da câmara, onde surgiu cerâmica datável do século XII, encontraram-se geométricos em sílex, que podem ser testemunho da construção e primeira utilização do monumento, isto é, em inícios do IV milénio a.C. (Neolítico Médio). Isto significa que a Lapa da Meruje se integrará na primeira fase do megalitismo regional. A sondagem junto ao esteio E14, na câmara, revelou uma camada basal com material de pequenas dimensões ainda *in situ* (p. ex., dezenas de contas discoides em xisto), o que faz prever a obtenção de dados cruciais quando se escavar a totalidade deste espaço. Por seu lado, a análise de micromorfologia de sedimentos desta camada revelou abundante material vegetal não lenhoso (folhas, cascas) e fúngico (esclerócios), total ou parcialmente carbonizado, pequenos fragmentos de carvões de madeira e fitólitos de gramíneas, o que sugere poderem resultar de "[...] fibras têxteis ou outros objetos incluídos nos rituais funerários, que envolveriam mais propriamente plantas, ou elementos botânicos perecíveis e de pequeno porte, do que madeira grossa" (Simões *et al.* 2023: 106). Esta observação é importante porque poderá permitir a datação do nível fundacional deste dólmen recorrendo a amostras orgânicas de vida curta diretamente correlacionáveis com o seu primeiro momento de utilização.

No contacto entre a base da mamoa e o substrato geológico (um terraço fluvial formado por pequenos seixos de quartzito) identificou-se ainda um nível arqueológico contendo cerâmica lisa, talhe da pedra (sobretudo quartzito) e numerosos carvões. Este contexto resulta da acomodação física (e ritual?) do local prévia à edificação do monumento (Simões *et al.* 2023), com a qual estarão relacionados os "ídolos" sobre seixo acima referidos. A eventual presença de carvões de espécies de vida curta permitirá a sua datação direta.

3.2. O projeto de reabilitação e valorização

O projeto de reabilitação incide sobre dois espaços do monumento — câmara e corredor — e na rocha utilizada na sua construção, o que resultou do seguinte diagnóstico (Carvalho e Costa 2021a, 2021b):

Como referido acima, a escavação arqueológica não se alargou à totalidade da câmara por razões de segurança. Com efeito, a pesada laje de cobertura assenta apenas em quatro pontos dos esteios da mesma e encontra-se resvalada para o interior pelo seu lado norte (Fig. 4), podendo colapsar caso os esteios deste lado percam estabilidade, por exemplo com a remoção em escavação do espesso depósito sedimentar. Este facto, que constitui uma ameaça à estabilidade do edifício, impede não só a escavação como também a futura circulação de visitantes no interior do monumento.

Da mesma forma, alguns esteios do corredor apresentavam uma notória inclinação para o interior, o que se foi acentuando após a escavação deste setor, devido ao esvaziamento dos sedimentos que o preenchiam e, dessa forma, estabilizavam os esteios.

O material de construção do monumento é obtido a partir de um granito biotítico-moscovítico de grão médio a grosseiro, disponível na geologia local (Ferreira 2010), e apresenta alguns sinais de meteorização, tais como arredondamento, esboroamento e criação de fissuras (sobretudo no topo dos esteios onde assenta o chapéu da câmara). Esta meteorização derivará em parte das oscilações sazonais da pluviosidade (valores médios: 8 mm em julho e 127 mm em dezembro) e temperatura (valores médios: 32°C em julho e -5°C em dezembro) na área.



FIGURA 4. Vista de conjunto da câmara funerária da Lapa da Meruje antes de iniciados os trabalhos arqueológicos (2016) e pormenores do contacto entre a tampa e os respetivos esteios. Estas observações a olho nu determinaram a necessidade de um projeto de reabilitação específico.

Perante este cenário, definiu-se neste projeto de reabilitação um objetivo prioritário: intervir na arquitetura do monumento no sentido de garantir a sua estabilidade estrutural geral (Carvalho e Costa 2021a, 2021b). Já os efeitos da meteorização do granito parecem não requerer intervenção a curto prazo, uma vez que a comparação entre o estado atual do dólmen e o que se percebe a partir da análise das suas fotografias de inícios e meados do século passado (Fig. 5) não mostra qualquer alteração visível. Pôde deduzir-se que esta questão não terá uma influência decisiva na conservação do conjunto.

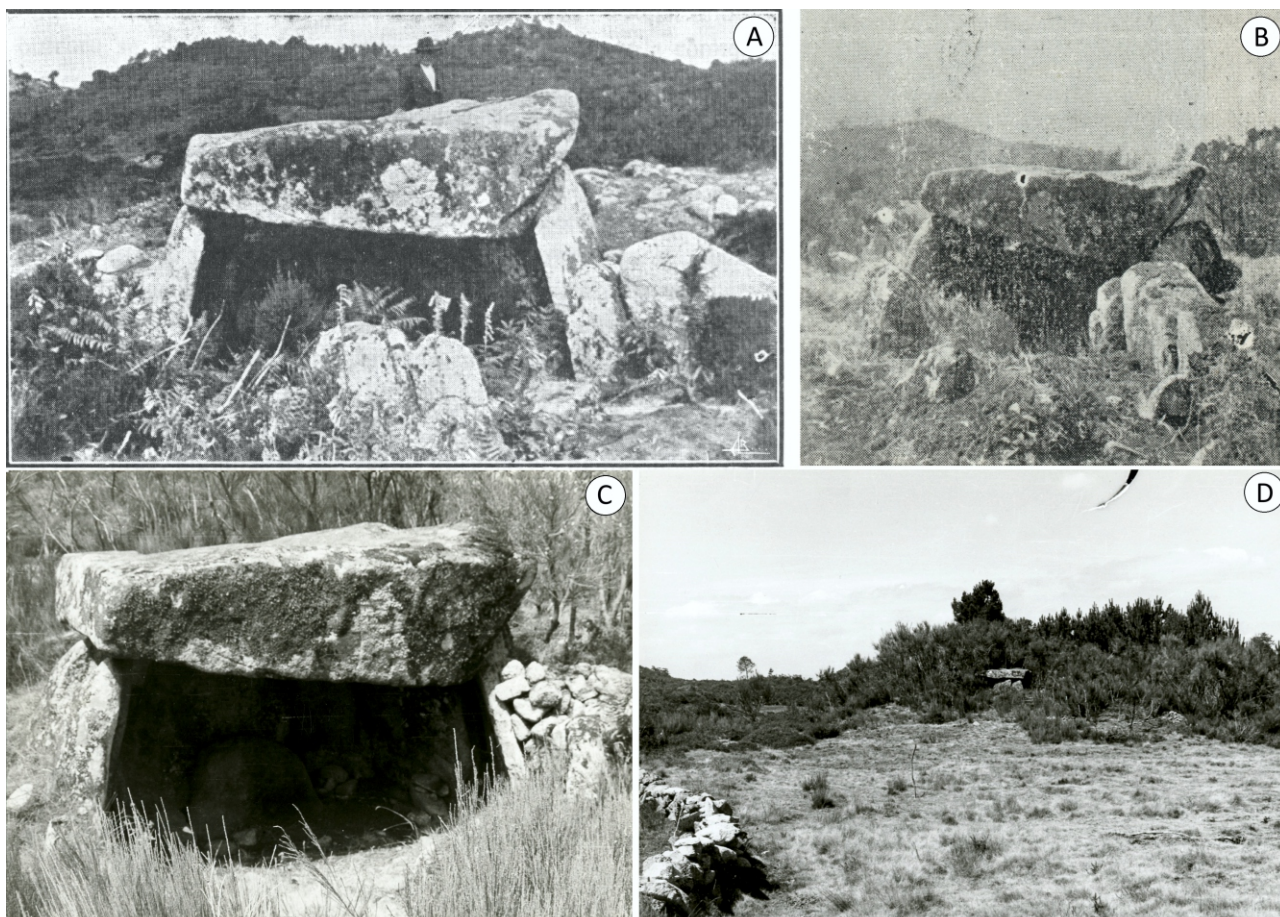


FIGURA 5. Aspetos da Lapa da Meruje ao longo do século XX: A) fotografia talvez de 1917, ano em que foi sondada por Girão (1921); B) fotografia inserta em obra sobre as vias romanas do distrito de Viseu (Figueiredo 1953); C) e D) fotografias inéditas do *Arquivo Leisner* (AL/AF/AM/07/o8662 e AL/AF/AM/07/o8668, respetivamente; ver Carvalho 2023) datadas de 1944 (data da primeira visita do casal Leisner à Serra do Caramulo) e/ou de 1965 (ano do levantamento topográfico do monumento feito por H. Schubart, segundo Leisner 1998).

Assim, foram levadas a cabo as seguintes ações:

Levantamento topográfico e tridimensional pormenorizado dos elementos que constituem o monumento, incluindo o registo geométrico de todos os esteios e da tampa do monumento e a geometria da mamoa e de toda a sua envolvente, para documentação, caracterização da situação atual, e produção de um modelo numérico.

Realização, em 2021, de uma sondagem até à base do esteio E14, na câmara, para determinação da sua profundidade e eventual existência de contraforte ou calços e, dessa forma, aferir as condições de estabilidade originais do edifício megalítico e um melhor balizamento das necessidades do projeto de reabilitação. A sondagem não pôde ser levada até à base do esteio dada a profundidade da mesma e a presença de calços (Fig. 6). Estes dados permitiram no entanto concluir pela estabilidade da estrutura.



FIGURA 6. Final da sondagem de 2021 junto à face interna do Esteio 14, da câmara da Lapa da Meruje, a qual ficou inacabada devido à presença dos espessos calços junto à base do mesmo que se podem ver na fotografia (fotografia de C. Tente)

Reereção e estabilização dos esteios do corredor para impedir o seu colapso (e eventual quebra) no futuro, dada a sua exposição às intempéries e, sobretudo, face à pressão exercida pela mamoa sobre os mesmos. Esta ação, realizada em 2023 (Fig. 7), passou pela escavação (sob controlo arqueológico) da parte de trás dos esteios. Foi possível determinar o comprimento total de cada esteio e qual a porção enterrada, o que se conseguiu através da identificação (e escavação) dos respetivos alvéolos e calços.

Na posse destes dados, os esteios foram então recolocados na sua posição original (vertical) e o espaço criado pela escavação repleto com sedimentos sobre geotêxtil.



FIGURA 7. Aspectos dos trabalhos de escavação da traseira dos esteios do corredor e sua recolocação na vertical em 2023 (fotografias de J. Rocha)

Do levantamento tridimensional acima referido produziu-se um modelo numérico para aferição da estabilidade da câmara funerária no decorrer da intervenção a realizar neste espaço, assim como a sua estabilidade futura. À data de redação do presente texto (fevereiro de 2014), encontra-se em apreciação pela tutela um projeto de execução que prevê uma estrutura metálica cuja colocação decorrerá em duas fases principais: durante o progresso da escavação arqueológica e depois em moldes definitivos (Fig. 8). O que já se tem como adquirido é que a escavação arqueo-lógica e a colocação dessa estrutura terão de ter lugar em estreita articulação e de forma coordenada. É possível que no decorrer destes trabalhos haja lugar a reajustamentos na colocação da estrutura metálica que, mantendo a sua eficácia estrutural, sirva para reduzir o impacto visual da mesma.

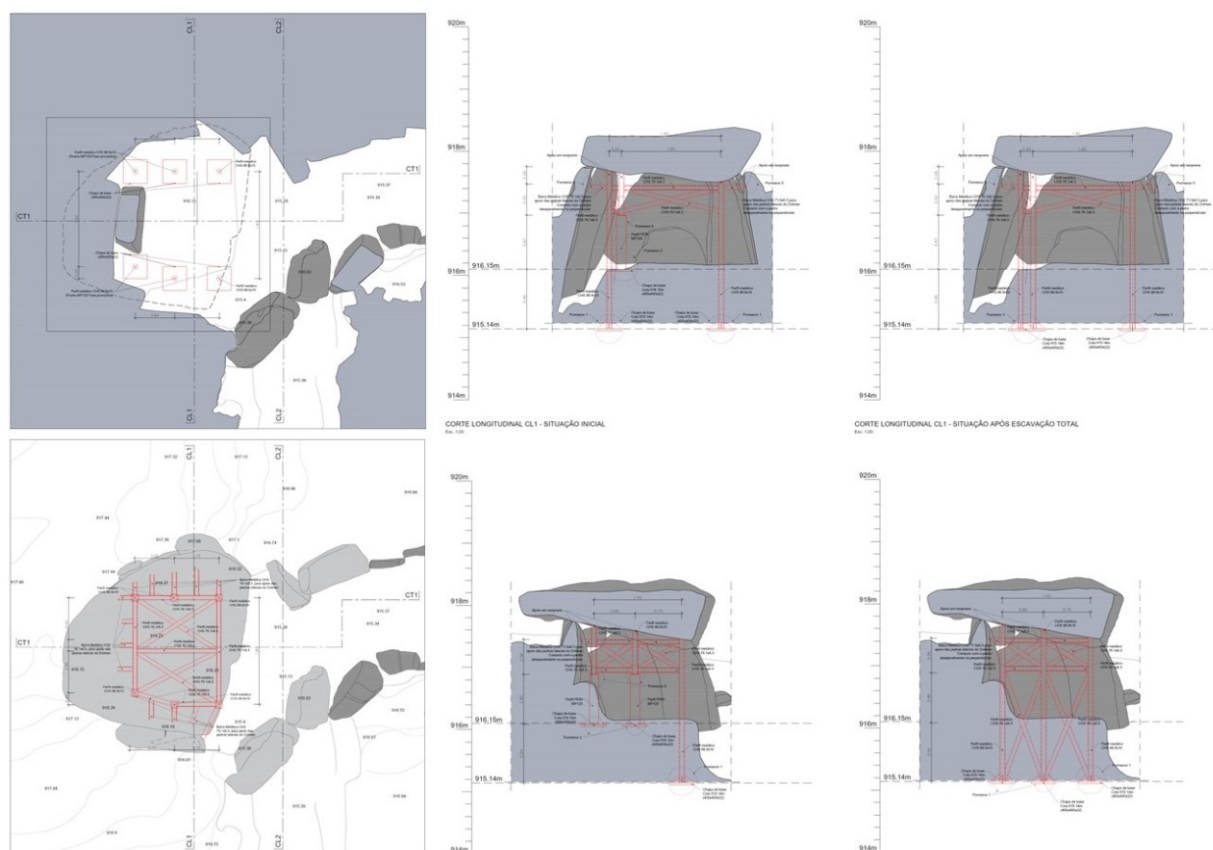


FIGURA 8. Projeto de estabilidade elaborado para a câmara funerária da Lapa da Meruje: plantas e cortes longitudinais e transversais da 1.ª fase (coluna do meio) e 2.ª fase (coluna na direita) de colocação da estrutura metálica de apoio (estudo e peças gráficas por A. Costa)

4. CONCLUSÕES: VALORIZAÇÃO, AMEAÇAS E MONITORIZAÇÃO

Assim que se iniciarem os trabalhos no terreno, em data ainda por determinar, duas outras questões merecerão tratamento:

Tendo-se verificado existir arte megalítica gravada nas faces internas dos esteios da câmara e do corredor (embora praticamente invisível a olho nu), de que modo poderá esta componente particular da história e das vivências do sepulcro neolítico ser valorizada junto do grande público sem que se ponha em causa a sua integridade?

Que tipo de estruturas de acesso e de proteção do monumento serão as mais adequadas face ao impacto humano decorrente das diversas atividades que têm lugar na envolvente (e que poderão intensificar-se num futuro próximo)? Com efeito, precisamente graças ao polo de atração que este local exerce na região, decorrem aqui numerosas atividades de lazer (passeios e piqueniques, prática de BTT, pesca desportiva, etc.) que acarretarão um impacto extra sobre o monumento, que há que acautelar.

Como referido no início, o Município de Vouzela conta com infraestruturas (centro de recursos, museu municipal) e meios diversos que são utilizados por uma equipa técnica que monitoriza o território e, dessa forma, também o estado da anta da Lapa da Meruje. Além de ter capacidade e meios para garantir pequenas intervenções pontuais (reconstrução dos muros de pedra seca, manutenção dos cartazes sinalizadores do sítio, etc.), têm formação e competências para, em ligação com as tutelas e o apoio técnico-científico proporcionado pelos protocolos de colaboração com universidades, alertar e produzir pareceres junto da tutela sobre qualquer anomalia ou alteração notórias do estado de conservação do monumento, e daí desencadear as ações que, conjuntamente, se considerarem necessárias. O tipo de intervenção no local que se descreveu acima não é impeditivo, antes pelo contrário, da tomada de medidas reversivas que, em última instância, poderão prever o reenterramento da área escavada para proteção do edifício dolménico.

O arranjo final do acesso ao interior do monumento far-se-á através do átrio, por duas razões: por ser esse o acesso original, e por questões de segurança, isto é, para "desmotivar" os visitantes a descer diretamente pelos esteios do corredor. O encaminhamento dos visitantes far-se-á através da construção de estruturas simples e muito pouco impactantes, tais como degraus, muretes delimitadores, pisos de circulação, etc. Estas estruturas recorrerão a materiais locais (lajes de granito) que se coadunarão plenamente com os usados na construção do monumento neolítico mas que, simultaneamente, permitirá ao visitante distinguir os elementos arquitetónicos neolíticos originais das estruturas recém-construídas.

Não se pode deixar de referir ter-se podido verificar o "parecer" da população local sobre esta intervenção, um "parecer" que nos foi sendo transmitido durante os trabalhos de campo e os "dias abertos" que defende a preservação do monumento com o aspeto e a configuração que se lhe reconhece (Fig. 5), isto é, sem estruturas adicionadas que lhe alterem grandemente a imagem (e as lendas associadas) que dele essa população conserva há gerações.

Referências citadas

- CARVALHO, A.F. (2018) - Anta da Lapa da Meruje (Vouzela, Portugal). Resultados preliminares dos trabalhos em curso. In SENNA-MARTINEZ, J.C., DINIZ, M., CARVALHO, A.F. eds. - *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 201-216.
- CARVALHO, A.F. (2020) - Realidades inesperadas. Monumentos tumulares e monumentos cerimoniais pré-históricos da região de Lafões. *Kairós*. 8, p. 5-20.
- CARVALHO, A.F. (2021) - Estudo e valorização dos monumentos megalíticos de Vouzela, um projeto iniciado há cem anos. In CARVALHO, A.F., coord. - *Encontro de arqueologia do megalitismo de Viseu Dão Lafões. Investigação, conservação, valorização*. Viseu: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (Beira Alta; LXXX: 1-2), p. 59-83.
- CARVALHO, A.F. (2023) - Aristides de Amorim Girão e Georg Leisner. Imagens do megalitismo de Lafões em meados do século XX. In CARVALHO, A.F., TENTE, C., REAL, M.L., eds. - *II Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela (Estudos de História e Arqueologia de Vouzela; 2), p. 37-50.
- CARVALHO, A.F., CARVALHO, P.S., BRANCO, D.M., ANASTÁCIO, J.P., ROCHA, J., PEREIRA, L.A. (2021a) - Monumentos dolménicos e estruturas tumulares proto-históricas de Vouzela no quadro da região de Lafões: resultados preliminares dos trabalhos em curso. In REAL, M.L., CARVALHO, A.F., TENTE, C., eds. - *I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela (Estudos de História e Arqueologia de Vouzela; 1), p. 22-37.
- CARVALHO, A.F., CARVALHO, P.S., SOARES, F., ANASTÁCIO, J.P., COSTELA, Y. (2020) - Wildfires and megalithic survey. Inventory and preliminary analysis of Neolithic to Bronze Age mounds in the Lafões territory (Beira Alta, Portugal). In SPASOVA, D., GENOV, A., eds. - *Megalithic monuments and cult practices. Proceedings of the third international symposium*. Blagoevgrad: Neofit Rilski University Press, p. 164-174.
- CARVALHO, A.F., COSTA, A. (2021a). Ações de estudo e valorização do património megalítico de Vouzela (Viseu). O projeto de reabilitação da Anta da Lapa da Meruje. *CONREA '21. Congresso da reabilitação*. Aveiro: Universidade de Aveiro (EasyChair Preprint N.º 5942).
- CARVALHO, A.F., COSTA, A. (2021b) - O projeto de reabilitação da Anta da Lapa da Meruje (Vouzela, Viseu): princípios, objetivos e propostas preliminares. *Al-Madan*. 24, p. 101-106.
- CARVALHO, A.F., MELO, D., CUESTA-GÓMEZ, F., SOARES, F., ROCHA, J., PEREIRA, T. (2022) - Novos dados sobre as manifestações tumulares pré e proto-históricas de Lafões. Síntese dos trabalhos de campo de 2016-2021. *Beira Alta*. LXXXI, p. 73-111.
- CARVALHO, A.F., PEREIRA, T., GIBAJA, J.F. (2018) - Proveniências e utilização do sílex no megalitismo de Lafões (Viseu, Portugal). Primeira abordagem a partir dos conjuntos dos dólmenes da Lapa da Meruje e de Antelas. In SENNA-MARTINEZ, J.C., DINIZ, M., CARVALHO, A.F. eds. - *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 217-232.
- CARVALHO, A.F., PEREIRA, T., PAYA, A., MAÇÃS, J., OLIVEIRA, H.N. (2021b) - A mamoa proto-histórica de Monte Cavallo, Vouzela. In REAL, M.L., CARVALHO, A.F., TENTE, C., eds. - *I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela (Estudos de História e Arqueologia de Vouzela; 1), p. 58-75.
- CARVALHO, A.F., PIRES, H. (2023) - Primeiros resultados da aplicação do Modelo de Resíduo Morfológico no estudo da arte megalítica de Lafões. In CARVALHO, A.F., TENTE, C., REAL, M.L., eds. - *II Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela (Estudos de História e Arqueologia de Vouzela; 2), p. 115-132.
- CARVALHO, P.S. (2021) - Quando a arqueologia faz sentido. MEG, Rota de Megalitismo de Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga. In CARVALHO, A.F., coord. - *Encontro de arqueologia do megalitismo de Viseu Dão Lafões. Investigação, conservação, valorização*. Viseu: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (Beira Alta; LXXX: 1-2), p. 275-293.

CARVALHO, P.S., CARVALHO, A.F. (2018) - Para uma recuperação do megalitismo de Lafões (Viseu, Portugal). O concelho de Vouzela enquanto case-study. In SENNA-MARTINEZ, J.C., DINIZ, M., CARVALHO, A.F. eds. - *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 37-50.

CRUZ, D.J. (2001) - *O Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-História recente*. Coimbra: Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento; policopiada).

FERREIRA, N., coord. (2010) - *Carta geológica de Portugal. Notícia explicativa da Folha 17-A, Viseu*. Lisboa: Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

FIGUEIREDO, C.J.M. (1953) - Subsídios para o estudo da viação romanas das Beiras. *Beira Alta*. XII: 2-3, p. 153-208.

LEISNER, V. (1998) - *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter.

MARQUES, J.A.M. (1999) - *Carta arqueológica de Vouzela*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.

MOITA, I.N. (1966) - Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta. *Ethnos*. V, p. 189-297.

REAL, M.L., CARVALHO, A.F., TENTE, C. (2017) - Projeto de estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu): objetivos e primeiros resultados. *II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal. 2017: Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 113-123.

REAL, M.L., CARVALHO, A.F., TENTE, C., BRANCO, D.M., PEREIRA, L.A., CARVALHO, P.S., RAMOS, T. (2019) - Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017. In ROCHA, L., BRANCO, G., SANTOS, I., eds. - *IV Congresso internacional sobre Arqueologia de transição*. Évora: Universidade de Évora (Scientia Antiquitatis; 2), p. 461-476.

SIMÕES, C.D., MARTINS, D.H., OLIVEIRA, R., CARVALHO, A.F. (2023) - Processos de formação e práticas construtivas na Anta da Lapa da Meruje e na Mamoa 1 da Gândara da Seixa (Vouzela). In CARVALHO, A.F., TENTE, C., REAL, M.L., eds. - *II Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela (Estudos de História e Arqueologia de Vouzela; 2), p. 97-114.

SOARES, F. (2021) - Expressões tumulares de Oliveira de Frades. O dólmen de Antelas e outros monumentos com *tumulus* do concelho. In CARVALHO, A.F., coord. - *Encontro de arqueologia do megalitismo de Viseu Dão Lafões. Investigação, conservação, valorização*. Viseu: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (Beira Alta; LXXX: 1-2), p. 41-57.

TENTE, C., CARVALHO, A.F. (s.d.) - Mountain archaeology at Caramulo (central-northern Portugal) in the *longue durée*. Landscape formation and *baldios* in Vouzela. In FERNÁNDEZ-MIER, M., ed. - *Archaeology of commons: Management, property right and governance*. Oxford: Archaeopress; no prelo.

TENTE, C., MELO, D. (s.d.) - The formation of Medieval territories in mountain areas. A perspective from archaeology and written records at Caramulo (Lafões, central-northern Portugal). *Reti Medievali Rivista*; no prelo.

Gestão e proteção do património megalítico: novas ideias

Fernando Carrera Ramírez

Universidade de Vigo

ABSTRACT

O documento faz uma breve análise dos processos de degradação do património megalítico no noroeste da Península Ibérica. A partir da constatação da persistência das alterações, são apresentadas propostas com diferentes objectivos. Por um lado, acções para uma melhor gestão do conjunto dos sítios; por outro lado, sugestões para a proteção de um sítio durante o processo de escavação, quer este seja ou não proposto para apresentação ao público.

Keywords: conservação, valor patrimonial, degradação, riscos.

1. Introducción

A oportunidade oferecida pelo *Seminário Internacional de Conservação e Reabilitação de Monumentos Megalíticos* permite-nos abordar um tema ao qual temos dedicado muitos esforços e que continua a preocupar-nos intensamente. E embora este artigo fale em geral do património megalítico, a maior parte da argumentação será baseada nas experiências acumuladas no estudo dos monumentos com pintura parietal. Trata-se de um caso interessante, porque enriquece o valor dos sítios, mas também complica a conservação, ou, se quisermos, expõe o sítio escavado a uma rápida deterioração.

Estamos plenamente convencidos de que todas as antas foram decoradas e que a atual ausência de pintura se explica pela sua extrema sensibilidade à deterioração. Parece, pois, possível associar uma série de soluções arquitectónicas únicas (mamoas, megálitos) a formas artísticas igualmente únicas: a pintura e a gravura megalíticas. Esta expressão cultural reveste-se de enorme interesse científico, fornecendo novas bases interpretativas para o conhecimento das sociedades neolíticas, quer através da interpretação direta da própria arte, quer através de outras inferências culturais que podem ser retiradas do estudo das técnicas artísticas.

Tudo isto não só enriquece o potencial científico do complexo megalítico, como também aumenta consideravelmente o seu valor patrimonial. De facto, outros valores que caracterizam o monumento (estéticos, simbólicos) são potenciados pela presença da arte parietal: veja-se, por exemplo, os casos da Anta de Antelas ou do Dólmen de Dombate. Em suma, trata-se de uma magnífica expressão artística pré-histórica, repleta de informação ainda por desvendar e com um potencial estético e simbólico por vezes notável.

No entanto, convém esclarecer que os argumentos que aqui serão apresentados pretendem abranger todo o património megalítico e não apenas os monumentos com pinturas ou gravuras. Exigimos a proteção e a preservação de todo o conjunto de sítios, desde os mais modestos aos mais monumentais exemplares ibéricos: todos eles são relevantes para a construção da história dos nossos antepassados. Além disso, a maior parte da argumentação poderia ser exportada para outros patrimónios culturais, mesmo não arqueológicos.

Assim, nos parágrafos que se seguem, faremos uma análise pessoal da degradação dos monumentos, para depois discutirmos algumas ideias sobre a proteção e a conservação deste magnífico património. E a resposta a este desafio, o da preservação, só pode ser abordada a partir da crítica dos modelos habituais, auto-absorvidos em visões estreitas e parciais.

2. A deterioração dos monumentos megalíticos

Num trabalho mais ambicioso (Carrera, 2011a) analisámos há algum tempo os processos de alteração que afectam os monumentos megalíticos com pintura parietal. As conclusões do estudo deixaram uma evidência devastadora (fig. 1): a maioria das alterações teve uma origem antrópica. Estas afectações foram mais relevantes na envolvente imediata dos sítios e nas arquitecturas, com processos de origem natural a degradarem as pinturas ou, em menor grau, as pedras utilizadas na construção.

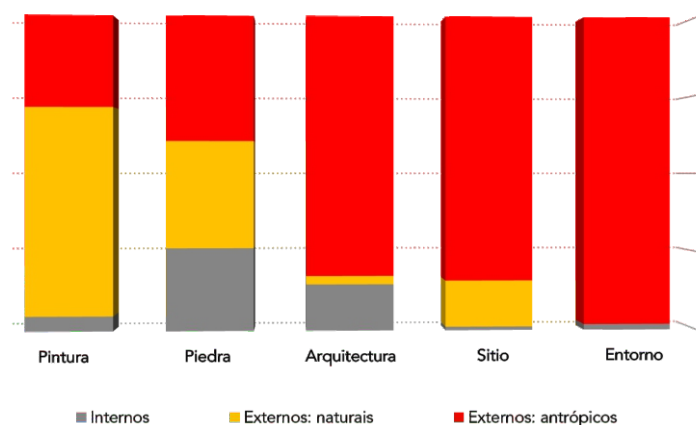


Figura 1. Percentagem de participação dos agentes de alteração no conjunto de sítios estudados.

Começando pelo mais delicado, é evidente que a pintura megalítica é um elemento de grande sensibilidade à degradação. Basta dizer que são geralmente pinturas pouco aglutinadas, muitas vezes aplicadas sobre uma camada preparatória com uma composição argilosa que aumenta a sua fragilidade. A prova desta sensibilidade é precisamente a grande degradação da pintura nos monumentos que estiveram expostos ao ar livre durante muito tempo: nada se conserva neles.

No entanto, como já dissemos, a maior parte das alterações observadas no património megalítico tiveram a ver com a ação humana indiscriminada. Em primeiro lugar, a espoliação - bem conhecida de todos - que a maior parte dos sítios sofreu há muito tempo, processos que, segundo julgamos, desapareceram atualmente. Sem pretendermos ser estatísticos, mas demonstrando a persistência das alterações antrópicas, descreveremos as observações directas realizadas entre 1997 e 2001 em relevantes monumentos megalíticos da Galiza. Durante estas visitas, observou-se uma série de agressões (tab. 1) que, em alguns casos, passariam despercebidas se não fossem as repetidas visitas, embora outras sejam - diretamente - a destruição total dos monumentos.

É muito importante notar que estas são apenas as inspecções efectuadas a um conjunto muito limitado de grandes monumentos, na tentativa de identificar vestígios de pintura megalítica. Trata-se, portanto, de uma seleção muito pouco representativa: monumentos abertos (escavados ou muito degradados), com arquitetura monumental e mais ou menos visitados pelo público em geral. Assim, as alterações observadas são de pouca relevância estatística, mas têm um significado simbólico notável, uma vez que se trata de um grupo "seleto" de monumentos megalíticos do Noroeste da Península Ibérica.

Monumento	Alteração	Ano	Grao
Pedra da Moura	Lavoura na zona mais próxima da estrada (zona SE, corredor)	1997	2
Pedra Cuberta	Fissuração lousa L1 por pressão de um pinheiro	1997	3
Arca da Piosa	Reflorestação com eucaliptos no monte	1997	3
Casota de Berdoias	Giz e batom em gravuras	1998	1
Arca da Piosa	Pintura a carvão em todos os ortostatos	1998	1
Roza das Modias	Florestação recente com eucaliptos na zona de SE da mamoa	1998	3
Anta de Chao Mazós	Florestação recente (pinheiro) da mamoa	1998	3
Chan dos Touciños 1	Ortóstatos deslocados	1998	2
Necrópolis de Lousada	Desmatamento e lavoura de 5 sepulturas megalíticas	1998	4
Coto dos Mouros	Pneu a arder dentro da câmara	1998?	3
Fornela dos Mouros	Pista próxima do local	1999	3
Roza das Modias	Giz e batom em gravuras	1999	1
Casa da Moura	Lousa C5 em movimento	1999	3
Serra das Motas X	Incêndio florestal entre 1999-2000	1999	2
Fornela dos Mouros	Deslocação da lousa de cabeceira	1999	3
Casota de Berdoias	Alargamento da estrada de acesso, asfalto a 1m da câmara	1999	3
Casa dos Mouros	Pintura a carvão sobre L2, afectando a pedra e a pintura.	1999	2
Forno dos Mouros	Aplicação de substância estranha (oleosa?), na pintura de C1	1999	3
Anta da Parxubeira	Reflorestação com eucaliptos na propriedade imediata	2000	1
Arca da Piosa	Caminho novo a 20 m. do dólmen	2000	3
Casiña da Moura	Atividade florestal intensa e imediata	2000	1
Chan de Castiñeiras 1	Queda do ortostato C1 sobre a câmara	2000	3
Anta do Meixueiro	Limpeza de relva com roçadora, sobre pintura	2000	2
Monte dos Marxos	Destruição total da câmara e do túmulo, lousas deslocadas 1 km	2000	4
Roza das Modias	Arado zona oeste da mamoa	2000	3
Pedra Cuberta	Pintada com carvão vegetal em R2	2000	2
Casa dos Mouros	Mudança de uso do solo da exploração agrícola no dolmen sw (túmulo)	2001	1
Mámoa Agro da Pena	Destruição total por bulldozer	2001	4

Tabela 1. Alterações observadas desde 1997 na série de monumentos visitados. O grau de perturbação é medido de 1 a 4 (4, muito grave).

Das alterações registadas, destacam-se as relacionadas com actividades agrícolas: a lavra total dos túmulos da necrópole de Lousada (Roupar, Lugo), e a lavra parcial do túmulo da Pedra da Moura. A reflorestação com espécies florestais parece ser bastante frequente: eucaliptos nas necrópoles de Arca da Piosa e Roza das Modias (fig. 2), ou pinheiros em Chao Mazós. Em muitos casos, foram observadas actividades não autorizadas, quer urbanísticas (estradas, vias rápidas), quer florestais, na envolvente imediata dos sítios (ex. Casa dos Mouros). Particularmente célebre foi o caso de Pedra Cuberta, em que só a denúncia jornalística conseguiu resolver a agressão provocada por alguns pinheiros sobre a estrutura megalítica. Em extremos diferentes encontram-se o abate/enraizamento descontrolado em torno de monumentos (Casiña da Moura) ou a frequência com que se encontram monumentos completamente escondidos por vegetação descontrolada, sendo talvez o exemplo mais notório a necrópole de Marco do Camballón. Este processo de abandono pode, por vezes, ser completado por um incêndio florestal, como o observado na Mámoa X Serra das Motas, que provocou danos irreversíveis nos ortostatos pintados.

Mais frequentes são os pequenos actos de vandalismo: graffitis, pichações, fogueiras, etc., de intensidade variável e, no caso dos graffitis, de iconografia luxuriosa. Nos últimos anos temos assistido a novos graffitis em Arca da Piosa, Casa dos Mouros ou Pedra Cuberta. Embora um pouco mais antigos, há também graffitis recentes em Dombate e Axeitos. Muitos destes graffiti (com carvão) coincidem com restos de fogueiras no interior do monumento. Neste grupo, mais de carácter claramente vandálico, encontra-se a queima de um pneu no interior de uma majestosa câmara com pinturas (Coto dos Mouros). Tal como acontece com os petróglifos, no caso dos monumentos onde as gravuras são bem visíveis, os seus sulcos são preenchidos com giz e outros materiais corantes (até batom: Roza das Modias e Casota de Berdoias). Algumas manchas são particularmente graves, pois estendem-se diretamente sobre a pintura megalítica, como se pode observar no Forno dos Mouros (fig. 3).

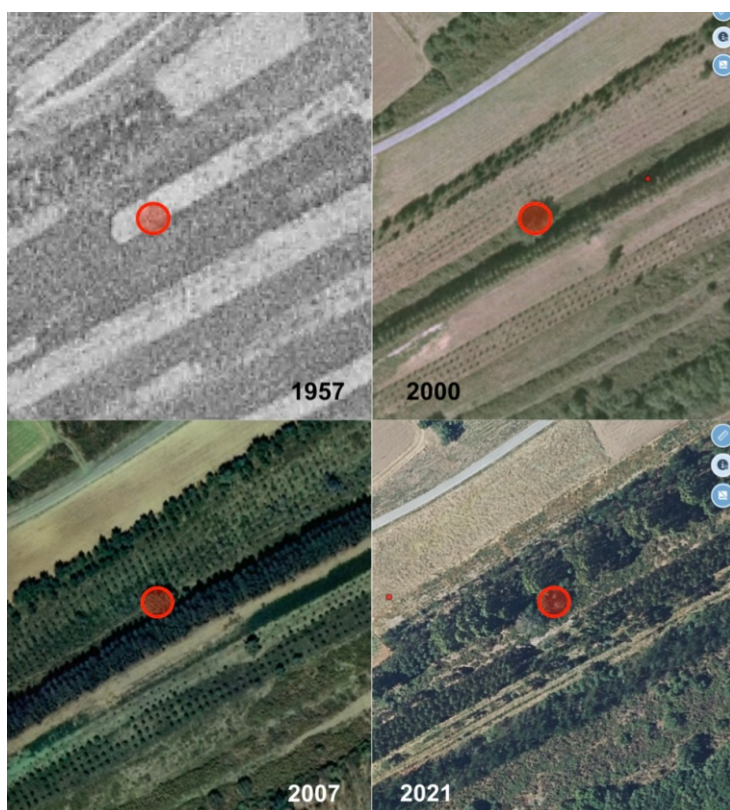


Figura 2. Ortofotografias aéreas do monumento Roza das Modias (Vilalba, Lugo). Note-se a alteração do uso do solo e, em geral, o aumento do coberto florestal.



Figura 3: Vista do ortostato C1 do Forno dos Mouros (Toques, A Coruña). Notar as manchas na pintura parietal.

Finalmente, neste curto período e geografia limitada, é de referir o desaparecimento completo de dois monumentos: Monte dos Marxos (fig. 4) e Agro da Pena. Em ambos os casos, por ações conscientes de destruição ligadas a mudanças de uso do solo por parte dos proprietários.

E, embora não esteja registado na tabela 1, poderíamos falar do aspeto objetivo (cuidado versus abandono) dos monumentos mais visitados. Este aspeto tem uma influência significativa na perceção que o público tem da importância do monumento para aqueles que são responsáveis pela sua proteção. De acordo com este aspeto, a impressão recebida é a de que a maioria dos monumentos megalíticos não tem relevância, porque todos eles – com muito poucas exceções – apresentam um aspeto substancial de abandono: vegetação, lixo, etc.

Como dissemos, se olharmos para o conjunto das observações acima assinaladas, é evidente (fig. 1) que existe uma clara disparidade entre o número de alterações e os agentes dominantes: 11% dos danos correspondem a agentes de alteração internos (derivados das próprias características do objeto), 29% a agentes naturais e 60% a agentes antrópicos. Além disso, a partir da observação do conjunto das alterações, é evidente uma diferenciação notável: há uma clara divisão entre as alterações que afectam a arte parietal (agentes naturais e internos) e as que afectam o resto dos elementos arqueológicos (arquitetura, maquia e envolvente), que são predominantemente de origem antrópica.

No que diz respeito às alterações internas, estas limitam-se quase exclusivamente às fragilidades internas da estrutura arquitectónica e das próprias pedras, geralmente relacionadas com a sua tendência para o deslocamento.



Figura 4. Vista aérea (Google Earth) da zona onde se encontrava o monumento do Monte dos Marços (Rodeiro, Pontevedra). Note-se o desaparecimento do tumulus e o repovoamento com eucaliptos.

As alterações provocadas por agentes externos de tipo natural foram concentradas em dois grupos: os factores climáticos e os factores biológicos. Este último grupo inclui as várias formas de biodeterioração, enquanto as alterações de origem climática incluem um leque mais vasto de processos: desde a ação dissolvente e abrasiva da água (na pintura, no tumulus) até aos processos de retração-dilatação do reboco.

Finalmente, como já foi referido, os agentes antrópicos estão na origem de muitas das alterações identificadas. A tabela 2 resume as principais alterações antrópicas identificadas nos monumentos onde foram efectuados diagnósticos. Da interpretação destes dados, pode concluir-se que as alterações são provocadas pelos seguintes agentes:

As principais alterações antrópicas identificadas nos monumentos onde foram efectuados diagnósticos. Da interpretação destes dados, pode concluir-se que as alterações são provocadas pelos seguintes agentes:

Cerca de 50% dos casos são iniciativas individuais de destruição (também vandalismo), incluindo a deflagração de incêndios. Algumas delas (remoção de lajes, etc.) não representam um risco para o futuro, enquanto outras ainda estão plenamente activas.

O 28% são acções individuais, de empresas ou de colectividades, relacionadas com interesses agrícolas: mudança de uso do solo, limpeza, reflorestação, etc., ou mesmo abandono dos sítios. E, em menor escala, outras iniciativas relacionadas com obras e vias de comunicação.

Uns surpreendentes 16% correspondem ao que entendemos como acções erradas (ou inacções) por parte das administrações ou dos técnicos: escavações não protegidas, acções de conservação incompletas, falta de manutenção e abandono, ou mesmo autorização de obras na proximidade dos sítios.

Finalmente, cerca de 6% são alterações resultantes da atividade turística.

Como se pode ver, os protagonistas são uma grande variedade de entidades que reflectem, no fundo, a profunda indiferença e desinteresse que sentem pelo património megalítico. É muito fácil de compreender: não o consideram seu património, sua herança.

Alteração	Indivíduos	Empresas	Entidade menor	Administrações e técnicos	TOTAL
Fogo	31	-	-	1	32
Vegetação superior	6	-	7	6	19
Acções de conservação	-	-	-	7	7
Trabalhos de escavação	-	-	-	13	13
Silvicultura	5	3	18	-	26
Agricultura e pecuária	27	1	-	3	31
Abandono	1	4	1	8	14
Vias de comunicação	1	1	2	9	13
Vandalismo	106	-	1	-	107
Turismo	17	-	-	-	17
TOTAL	194	9	29	47	279

Tabela 2: Número de alterações por forma e por agente (antrópico).

Embora não seja comparável do ponto de vista quantitativo, a degradação resultante da própria atividade arqueológica tem certamente um forte conteúdo exemplar e a sua persistência é inaceitável. E, no entanto, em escavações efectuadas nas últimas décadas, assistimos ao desaparecimento de pinturas por terem sido expostas à chuva após a escavação, a limpezas agressivas que eliminaram quaisquer vestígios pictóricos, ou à utilização de sistemas de documentação tão obsoletos e agressivos como o método bicromático para a documentação de gravuras. A arqueologia deve assumir a sua responsabilidade perante o sítio que escava: enquanto descobridora e, portanto, geradora de património cultural, tem a obrigação de promover as condições que garantam a sua preservação.

3. GESTIÓN DEL PATRIMONIO MEGALÍTICO

O que vimos no capítulo anterior é uma situação que, infelizmente, apenas evoluiu nas últimas décadas. E coloca-nos desafios de tal ordem que só podemos encontrar uma solução propondo uma "reinvenção" dos sistemas de gestão do património cultural. E, dada a dinâmica, para que esta revolução ocorra, os profissionais do património devem adotar uma vontade enérgica de liderar estas mudanças e, no mínimo e numa primeira fase, assumi-las como necessárias.

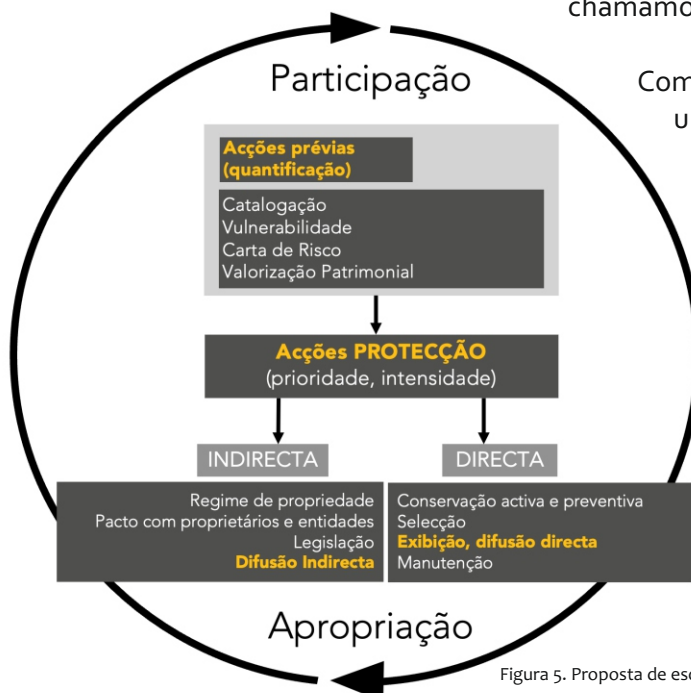
Embora a tenhamos desenvolvido mais extensamente noutros escritos (Carrera, n.p.) e seguindo as propostas de outros autores (Agnew et al., 2015), entendemos que as linhas essenciais de uma mudança de estratégia na proteção do património cultural megalítico devem incluir:

Colocar a melhoria da consciência política e cidadã no primeiro plano das prioridades de ação;

Conceber e implementar planos de gestão do património megalítico que respondam a todas as necessidades de gestão de forma integrada;

Mas tecnicamente, para aprofundar soluções de conservação inovadoras e eficazes;

E sobretudo, e isto é simultaneamente condição e efeito (sensibilização), envolver (e beneficiar) as comunidades, dando-lhes um protagonismo que atualmente não existe. É aquilo a que chamámos, noutros textos, a "democratização" da gestão.



Como é fácil de compreender, estes objectivos têm uma miríade de aspectos programáticos a abordar. E é precisamente esta complexidade que explica a nossa insistência na urgência de um planeamento exigente através de planos de gestão (Carrera e Fábregas, 2003). Estes planos devem abordar de forma integrada todos os aspectos da gestão do património: quantificação, proteção e divulgação. Mas em vez de serem entendidos como uma ação linear sucessiva, separada e desconexa, estes objectivos convencionais devem ser vistos como fases de um processo circular sem princípio nem fim, como uma série contínua de acções interrelacionadas (fig. 5).

Figura 5. Proposta de esquema para a gestão integrada do património cultural.

Nesta visão, o objetivo final seria a apropriação social, condicionando e dirigindo o resto das acções. Entende-se assim que a valorização pública do património megalítico é o objetivo último da gestão. Isto consegue-se tanto através de programas de divulgação convencionais como, sobretudo, através da participação direta dos diferentes agentes sociais no resto das acções de gestão. Neste sentido, é independente da mera publicidade, precisamente porque não é concebida como uma ação limitada à difusão do conhecimento, mas como uma premissa que permeia toda a gestão. Em suma, a gestão do património megalítico é entendida como um processo integrado (todas as acções ao mesmo tempo) e participado (todos os actores) que visa, em última instância, o seu reconhecimento e fruição pela sociedade, de modo a que seja a sociedade a dirigir ativamente a sua defesa e fruição.

Na prossecução desta ambição, consideramos urgente melhorar o planeamento da divulgação, sensibilização ou, se quisermos, apropriação, incentivando a participação dos diferentes actores sociais. Precisamos também de melhorar as metodologias de catalogação, introduzindo conceitos como a valorização do património e, claro, a vulnerabilidade e o risco. Só a partir daí poderemos renovar e melhorar os sistemas de proteção, tanto indirectos (legislação, também participativa) como directos (conservação), articulando ambos com a divulgação.

Este ambicioso projeto é o que propomos como única via possível para compreender, proteger e divulgar o património funerário e megalítico. Obviamente, utilizaremos como argumento as observações efectuadas sobre a série fechada de monumentos do noroeste da Península Ibérica que contêm arte parietal pré-histórica, o que os torna os elementos mais singulares e delicados do conjunto. No entanto, deve entender-se que o programa ideal deveria abranger todo o fenómeno megalítico/tumular, o que está muito para além das pretensões e possibilidades deste trabalho.

Os planos devem ter dois âmbitos de ação paralelos: a quantificação e a proteção; e a partir deles uma multiplicidade de sugestões de entidade e objectivos muito diferentes. Em primeiro lugar, considera-se que o trabalho inicial (quantificação) deve ser o conhecimento da entidade e do estado de conservação do conjunto a proteger, que no nosso trabalho se limita apenas a alguns monumentos megalíticos, mas que deve abranger todos eles. Este trabalho deve incluir informação tão relevante como a estimativa do valor patrimonial ou da vulnerabilidade.

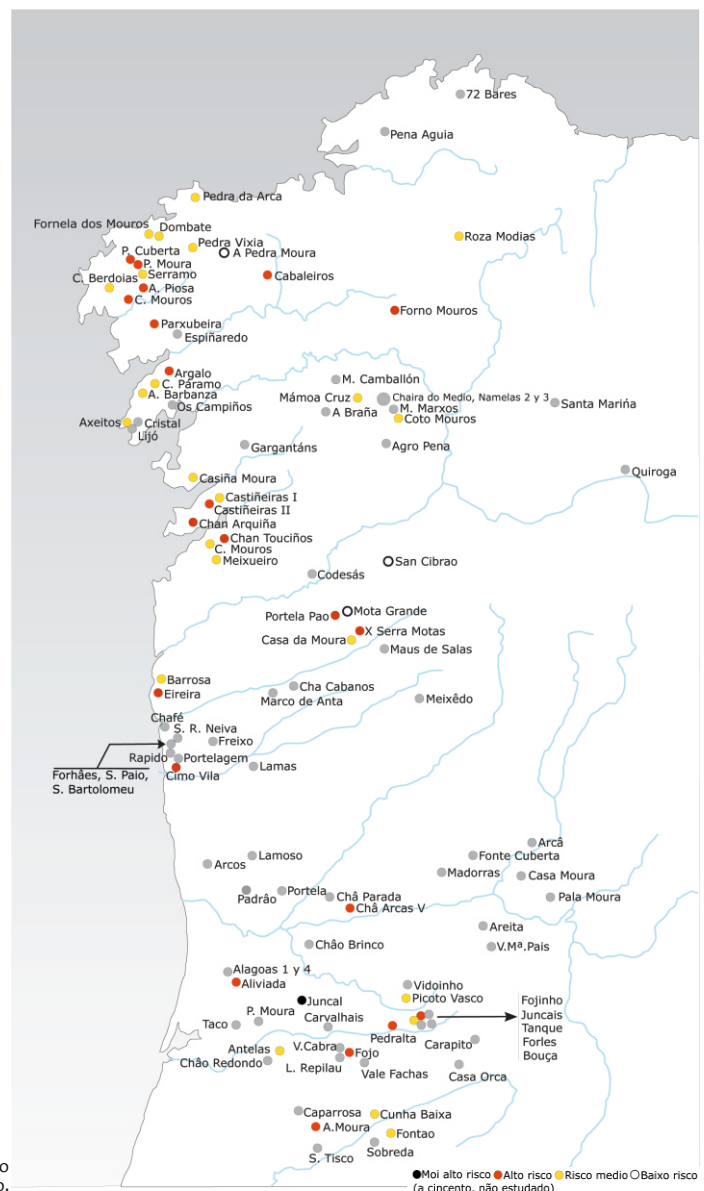


Figura 6. Mapa dos monumentos citados no texto, com indicação do risco de deterioração.

Como acaba de ser dito, as primeiras iniciativas em qualquer processo de gestão de um grande conjunto patrimonial são a sua avaliação quantitativa: a sua catalogação, evidentemente, mas também o diagnóstico do seu estado e a estimativa do risco de degradação (fig. 3). Estes elementos serão fundamentais para decidir a necessidade de acções directas de protecção para impedir o avanço de novas alterações. Assim, encontramos monumentos num nível de risco médio-alto onde devem ser estabelecidas acções preventivas urgentes. De acordo com o exposto, tais acções devem ser realizadas prontamente em sítios como Juncal, Aliviada, Portela do Pão, Coto dos Mouros, etc.

Paralelamente, é possível estabelecer o valor patrimonial de cada um dos sítios (4 é o valor máximo), fazendo a avaliação com base em quatro critérios: científico, simbólico, estético e económico. De acordo com esta análise, os monumentos mais "valiosos" são Dombate, Forno dos Mouros, Mota Grande e Coto dos Mouros na Galiza; Antelas, Arquíña da Moura e Juncal em Portugal.

Os "melhores" monumentos são considerados não só porque têm um alto valor patrimonial, mas também porque apresentam um baixo risco de alteração (alto índice de eficiência patrimonial, IEP, Carrera, 2011a: 582), e para estes recomendamos uma acção destinada a expô-los ao público. Fomos bastante restritivos nas propostas, tendo em conta a complexidade e os recursos financeiros necessários. O critério fundamental foi a protecção da arte parietal com o mínimo investimento possível. Obviamente, todas estas informações não predeterminam o futuro do sítio, que será exposto se houver vontade e financiamento suficientes.

Com o exposto, estaremos em condições de conceber e programar acções que visem a protecção deste conjunto, quer através da protecção directa dos sítios (incluindo a musealização), quer através de outras acções de carácter jurídico e legislativo. E, em relação a tudo isto, as estratégias de socialização do conhecimento e de apropriação do património. No entanto, as acções de promoção da participação devem estar intrinsecamente interligadas com as restantes. Por exemplo, as tarefas de quantificação podem muito facilmente incorporar a participação dos cidadãos.

Com tudo isto, conseguimos estabelecer quatro tipologias de acção sobre o conjunto de sítios (tab. 3). A complexidade da proposta aumenta à medida que aumenta a valorização do património:

Cobertura com sedimentos. É o tipo de acção sobre os monumentos que não vão ser expostos, os de menor valor patrimonial ou de maior risco de deterioração. Trata-se da simples cobertura com sedimentos de todo o monumento ou das partes mais sensíveis (devido à presença de arte pré-histórica). Na realidade, os monumentos permanecerão sempre parcialmente visíveis (ortostatos, mamões), pelo que esta proposta não invalida a sua participação em acções expositivas mais simples e com objectivos mais amplos (percursos culturais, etc.). Neste grupo incluem-se alguns monumentos de elevado valor patrimonial que foram encobertos devido à relevância das possíveis acções de escavação e/ou exposição necessárias (Forno dos Mouros, Coto dos Mouros, Anta de Serramo). Pertencem também a este grupo sítios relevantes com tímidas tentativas de musealização (Afife, Pedra da Arca) cujo muito mau estado de conservação recomenda uma cobertura urgente.

Ao ar livre sem obras. Este é o grupo de menor valor patrimonial entre os sítios identificados como dignos de serem mostrados. São sítios em estado de conservação muito diverso, desde alguns com tratamentos em estado aceitável até aos francamente degradados e sem elementos de arte parietal (Fornela dos Mouros) ou mesmo sem mamão (Barrosa, Casota de Berdoias). Em todos eles, os tratamentos propostos são de pouca importância, e o aumento das intervenções recomendadas nos mais destacados (Arca do Barbanza, Casa dos Mouros, Arca da Piosa)

dependerá do interesse social e administrativo. As acções são muito diversas, indo desde o abate de árvores (Arca da Piosa) ou limpeza de vegetação (Parxubeira, Casa dos Mouros), reparação de estradas (Parxubeira), tratamentos simples de estabilização (Fornela dos Mouros) até ao revestimento parcial da pintura preservada (Arca da Piosa, Casa dos Mouros, Parxubeira). Nalguns casos em que a propriedade é muito diversificada (Casa dos Mouros), a compra do terreno por uma administração pública é fortemente recomendada.

Monumento	Valor patrimonial	IEP	Monumento	Valor patrimonial	IEP
PROPOSTA: SEM EXPOSIÇÃO (reenterramento)			PROPOSTA: EXPOSIÇÃO (*reconstrução, **cuberta, o resto sem obras significativas)		
Forno dos Mouros	3,0	0,7	Antelas*	3,2	1,2
Mota Grande	3,0	6,7	Arquiña da Moura*	3,0	1,2
Coto dos Mouros	3,0	3,0	Juncais**	3,2	1,2
Tanque	2,4	0,8	Arca da Barbanza	2,6	2,0
Portela do Pau	2,4	1,7	Picoto do Vasco	2,5	3,6
Afife	2,2	0,7	Casa dos Mouros	2,5	0,9
Pedra da Moura	2,2	1,0	Arca da Pioza	2,5	0,9
Chã de Arcas	2,2	0,9	Casota do Páramo	2,4	1,8
Juncal	2,1	0,8	Barrosa	2,2	2,2
Casa da Moura	2,1	2,6	Parxubeira	2,2	0,8
Castiñeiras 2	2,1	1,9	Casota Berdoias	2,0	2,4
Fojo	2,0	1,0	Casa dos Mouros	1,8	1,6
Serra das Motas	2,0	1,0	Fontão	1,7	0,8
Mámoa da Cruz	1,9	1,9	Fornela Mouros	1,5	2,5
Casarota do Fusiño	1,9	4,7	Pedra Moura	1,2	2,0
Pedra da Arca	1,9	3,0	Axeitos	2,8	1,9
San Cibrao	1,7	5,7	Roza das Modias	2,7	1,4
Chan dos Touciños	1,7	1,5	Pedra Cuberta	2,7	1,1
Anta de Serramo	1,6	1,6	Cabaleiros	2,6	1,8
Pedralta	1,5	0,7	Meixueiro	2,5	1,0
Argalo	1,5	0,8	Chan de Arquiña	2,5	1,5
Casiña da Moura	1,4	1,7	Cunha Baixa	2,1	1,4
Pedra Vixia	1,3	2,8			
Aliviada	1,2	0,5			
Cimo de Vila	1,2	1,0			
Chan de Armada	1,1	0,6			

Tabela 3. Avaliação do valor patrimonial e proposta de ação para os monumentos estudados.

Ao ar livre com obras de construção. Trata-se de monumentos com suficiente relevância patrimonial para recomendar a sua exposição, embora seja necessário realizar algumas obras prévias de importância variável, segundo cada caso: estabilização da estrutura (Cunha Baixa, Pedra Cuberta), cobertura da pintura com sedimentos (Pedra Cuberta, Chan de Arquiña), atuação direta sobre a arte parietal (Roza das Modias, Chan de Arquiña), etc. Para além de tudo isto, na maioria dos casos, são recomendados acordos com entidades locais (vizinhos, etc.) para o cuidado e manutenção dos sítios (Axeitos, Meixueiro). É também muito comum a recomendação de uma melhor sinalização dos sítios e, frequentemente, a alteração do regime de propriedade (Roza das Modias).

Reconstrução do sítio e/ou mamoa, cobertura artificial. Embora com critérios diferentes, os dois últimos graus são acções de musealização muito marcadas sobre monumentos muito notáveis com arte parietal muito significativa. A complexidade deste tipo de projectos exige decisões que ultrapassam a análise superficial que estamos a realizar, pelo que não foram acrescentados novos sítios aos que atualmente apresentam este tipo de acções: Antelas, Arquiña da Moura, Juncais, Dombate e Chan de Castiñeiras¹.

4. A gestão (e a exposição) de um sítio escavado

As propostas apresentadas no capítulo anterior são apenas uma proposta teórica para a gestão integrada do conjunto de sítios. Na parte final do artigo, gostaríamos de refletir sobre a responsabilidade da Arqueologia na escavação e proteção de sítios megalíticos e, eventualmente, na sua apresentação ao público.

Para assegurar a conservação, no final da escavação, o profissional da Arqueologia (e a sua equipa) deve enfrentar vários desafios e, a partir daí, tomar decisões complexas. Em primeiro lugar, estabelecer a vulnerabilidade e o valor patrimonial do sítio e, com base nisso e em acordo com as autoridades, decidir sobre as acções futuras no sítio. Como indicado acima, as alternativas podem ser a exposição ou a simples cobertura do sítio, embora nas escavações de emergência (obras públicas) as decisões possam mesmo incluir a deslocação ou mesmo a destruição do sítio. De todas elas, a cobertura com sedimentos deve ser a mais frequente, porque tem como objetivo devolver o sítio a condições semelhantes às que tinha antes da escavação e que permitiram a sua conservação. Por outro lado, a exposição do sítio ao ar livre coloca sempre em risco a sua preservação e implica uma cadeia de decisões e acções complexas que exigem equipas multidisciplinares e recursos financeiros substanciais.

No caso de se propor a apresentação pública, em qualquer dos seus graus, deve entender-se que se trata de uma decisão a longo prazo que não se limita a um conjunto de acções mais ou menos imediatas. E, dadas as dificuldades, entendemos que é uma decisão que deve ser traduzida num plano de gestão de maior ou menor complexidade, com um planeamento muito exigente que deve ser ordenado em a) uma série de projectos iniciais; b) a sua execução; e c) a implementação de um sistema de gestão que permita a sustentabilidade futura de todas as acções de apresentação e conservação.

Este Plano de Gestão deve, dada a complexidade e ambições acima referidas, garantir a obtenção de condições de partida essenciais:

Acima de tudo, a viabilidade jurídica do projeto; a certeza de que existe uma infraestrutura de gestão estável;

Em relação ao que precede, a questão da propriedade dos terrenos deve ser estudada em pormenor;

A existência de fontes de financiamento estáveis e seguras;

A inexistência de factores técnicos e sociais irresolúveis. Entre estes, a falta de certas infraestruturas de base (acessos, etc.) ou a extrema sensibilidade à alteração dos vestígios, por exemplo, podem ser considerados negativos.

Em suma, a planificação do projeto deve visar uma série de objectivos (Carrera, 2011b: 426) irrenunciáveis:

Proteção. Qualquer intervenção num sítio deve garantir a preservação adequada dos vestígios arqueológicos. A exposição não deve comprometer a conservação, caso contrário é incorrecta. Para além disso, as garantias de preservação devem ser estabelecidas como consequência do próprio Plano.

Compreensão. O Plano não faz sentido se não incentivar o visitante a ter uma compreensão correcta dos elementos arqueológicos e do seu significado histórico e cultural. Neste sentido, utilizou-se o termo "musealização" para indicar as propostas especificamente destinadas a alcançar

este objetivo. Conocimiento. Para garantizar los objetivos anteriores, es necesario un conocimiento preciso del yacimiento: la difusión de conocimiento necesita, como es obvio, la previa existencia de un discurso histórico a transmitir.

A estética. O potencial estético, a monumentalidade, a capacidade de impressionar dos vestígios arqueológicos escavados são elementos significativos de um projeto de exposição. A intervenção deve protegê-los e mesmo potenciá-los, de modo a que este tipo de valores constitua uma parte importante da experiência que o público retira da visita. O cuidado com esta componente estética deve estender-se à relação sítio/ambiente e aos elementos artificiais introduzidos pelo projeto.

Embora se trate de um objetivo mais controverso e certamente de difícil concretização, consideramos, pessoalmente, que as ações devem também visar a criação de espaços de fruição e recreio públicos.

Finalmente, a intensidade habitual das ações propostas exige a disponibilidade de recursos consideráveis. Por conseguinte, o projeto deve ser financeira e socialmente sustentável. Isto significa que deve haver financiamento, mas também que deve estar integrado nas estruturas socioeconómicas da zona envolvente.

Compreende-se agora que tenhamos indicado que, independentemente da dimensão das ações, as consideramos como um Plano de Gestão, em cuja conceção e execução deve participar uma equipa técnica muito ampla.

Escavação

Como já foi referido, o arqueólogo deve assumir a responsabilidade pela proteção dos sítios que escava. No caso dos sítios megalíticos, o elemento mais comprometido será, sem dúvida, a arte parietal, mas também elementos de fácil erosão (pavimentos, perfis, mamoa, etc.). Por conseguinte, durante o processo de escavação, os técnicos encarregados das tarefas de conservação devem considerar as ações provisórias necessárias para evitar a degradação destes elementos. Assim, pode ser proposto um vasto leque de ações de conservação preventiva.

Os arqueólogos devem assumir a responsabilidade pela proteção dos sítios que escavam. No caso dos sítios megalíticos, o elemento mais comprometido será, sem dúvida, a arte parietal, mas também elementos de fácil erosão (pavimentos, perfis, mamoa, etc.). Por conseguinte, durante o processo de escavação, os técnicos encarregados das tarefas de conservação devem considerar as ações provisórias necessárias para evitar a degradação destes elementos. Como consequência, pode ser proposta uma ampla gama de ações de conservação preventiva.

Em todos os casos, deve ser rigorosamente evitada a ação direta dos agentes atmosféricos mais agressivos (chuva, vento, geada, etc.), que poderiam arruinar a arte parietal (especialmente a pintura) a muito curto prazo. Embora as medidas a tomar possam ser variadas, uma cobertura temporária será geralmente suficiente para este controlo. A falta de tal proteção levou à perda de pintura em alguns monumentos recentemente escavados. No caso de poder haver um intervalo de tempo moderado entre a escavação e outras ações de conservação ou de exposição, é aconselhável cobrir com sedimentos as áreas com arte pré-histórica.

Em relação ao que precede, pode ser urgente prever uma drenagem para evitar o alagamento na proximidade imediata da câmara. As zonas de escavação tornam-se frequentemente zonas alagadas que concentram as águas pluviais da zona envolvente, mesmo que exista uma cobertura temporária.

Esta situação deve ser evitada através de um sistema de drenagem (perimetral, central, de cobertura, etc.) concebido especificamente para o local.

Além disso, será muitas vezes importante controlar as condições climáticas (humidade e secagem), que podem provocar fissuras graves (nas pinturas de reboco), cristalização de sais ou outros processos agressivos. O técnico de conservação deve estabelecer as condições ambientais recomendadas para cada local.

Finalmente, a aplicação de produtos adesivos ou consolidantes, sempre indesejáveis, pode ser indispensável nalguns casos, o que ficará ao critério de um técnico de conservação-restauro. Além disso, e na medida do possível, devem ser adiados até ao momento da limpeza, altura em que podem ser aplicados com maior precisão.

Identificação (e documentação)

No trabalho de catalogação efectuado sobre os monumentos megalíticos da Galiza (Carrera, 1997), foi identificada pintura num bom número de sítios conhecidos desde a antiguidade. Deixando de lado uma relativa falta de atenção historiográfica, tudo o que foi dito acima indica a razoável complexidade que envolve muitas vezes a identificação da arte parietal megalítica, seja ela pintura ou gravura. Em particular, há que reconhecer a dificuldade de identificação da pintura, quer devido à escassez e fragilidade dos vestígios conservados, quer devido à possível confusão com as pátinas naturais (por exemplo, óxidos de ferro lixiviados), o que exige uma perícia e uma experiência consideráveis.

Não existem procedimentos milagrosos, mas sim riscos razoáveis de eliminação se forem tomadas decisões erradas. A primeira das sugestões exige a participação de pessoal especializado e, mais concretamente, de equipas técnicas de conservação no trabalho de campo, capazes de identificar os pigmentos, de proceder a limpezas cautelosas e, evidentemente, de tomar decisões quanto à introdução de produtos (consolidantes, solventes) que modificam irreversivelmente a composição química do conjunto.

Para evitar interferências com a fase de escavação, é aconselhável adiar os trabalhos de identificação para depois de terminada a escavação, e é essencial utilizar fontes de luz de intensidade suficiente, lupas de aumento e uma boa dose de perseverança. A fotografia digital e os programas de tratamento de imagem revelam-se essenciais tanto para a documentação como para a identificação, devendo ser utilizadas todas as técnicas que minimizem a intervenção direta sobre a arte pré-histórica.

Quando os outros métodos se revelam ineficazes, a limpeza direta torna-se indispensável, embora nesta fase deva ser limitada à utilização de sistemas mecânicos secos (escovas, punções de madeira, etc.) e com rejeição absoluta da introdução de solventes orgânicos. Por outro lado, o nível de limpeza necessário para uma simples identificação e documentação é claramente inferior ao exigido para uma exposição pública, pelo que se deve estabelecer um objetivo e um limite precisos para este tratamento: a limpeza é o mais irreversível dos tratamentos de conservação.

Caracterização e diagnóstico dos materiais

É difícil propor um esquema geral de aplicação para este grupo de trabalhos, cuja intensidade depende em grande parte dos objectivos finais definidos no projeto de intervenção arqueológica (plano de gestão). Como se compreenderá, as decisões sobre a destruição, o revestimento ou a exposição do sítio condicionarão a intensidade dos estudos de diagnóstico. No entanto, há uma série de trabalhos mínimos que terão interesse tanto para a conservação como para o conhecimento histórico puro: análise da composição dos pigmentos e dos rebocos, estudo dos suportes pétreos, datação direta, etc.

A exposição ao ar livre do sítio exporá a pintura a condições particularmente agressivas. Consequentemente, nos sítios que vão ser sujeitos a este nível de intervenção, deve ser efectuado um estudo mais detalhado dos materiais, abrangendo as suas propriedades mecânicas e hídricas: porosidade, capilaridade, propriedades mecânicas, alterações dimensionais, resistência ao gelo ou à cristalização de sais, resistência à dissolução, etc. Nestes casos, deve também ser efectuada uma estimativa dos principais agentes de alteração, o que permitirá a conceção de acções de conservação eficazes. Estas incluem um estudo macro e microclimático, estudos hidrogeológicos, estudos de biodeterioração, análise estrutural da arquitetura, composição das águas de circulação, etc. Como exemplo deste tipo de estudo exaustivo, podemos referir o realizado sobre a anta de Dombate (Bello et al., 1997), que serviu para delinear um projeto de conservação bastante exigente que veio a condicionar os modelos expositivos.

Acções pós-escavação: propostas definitivas

Como indicado nos capítulos precedentes, a valorização do património do sítio condicionará essencialmente o futuro do sítio, que se inclinará para o simples revestimento, a exposição pública ou a destruição nunca desejada (com ou sem deslocação dos vestígios). Parece claro que a exposição implicará um projeto mais complexo, mas as outras alternativas exigirão igualmente um plano de ação que a equipa técnica deverá agora elaborar. Em função deste plano, serão agora abordadas as acções definitivas de conservação, que, como já foi referido, podem implicar trabalhos de intensidade e natureza muito diferentes.

No que diz respeito à conservação, esta diversidade de situações permite imaginar a grande variedade de acções possíveis, exigindo propostas específicas adaptadas às condições e ao estado do objeto. Não nos deteremos numa longa lista de soluções e critérios, que ultrapassa largamente o âmbito deste documento. Em contrapartida, algumas ideias podem ser encontradas na bibliografia publicada (Carrera, 2011a).

O projeto de manutenção

Quer se trate de conservação ou de outras acções (musealização, etc.), tudo requer cuidados permanentes no futuro, que devem ser abordados pelo plano de manutenção (e de monitorização). Este tipo de acções, de menor intensidade mas periódicas, tornaram-se cada vez mais a chave para a proteção a longo prazo dos sítios e devem ser integradas na gestão do património arqueológico.

5. CONCLUSÕES

Nas páginas anteriores procurámos salientar a importância e a delicadeza da arte parietal que decora a maioria dos monumentos megalíticos. Quer na arte, quer no próprio monumento, é inaceitável que persistam processos de alteração tão acentuados como os observados. É, pois, indispensável desenvolver um conjunto ambicioso de acções para o conjunto do património tumular e megalítico, incluindo diferentes níveis de intervenção para assegurar a proteção de todos os sítios.

Nos sítios em que se decide realizar acções mais ambiciosas, destinadas à apresentação pública, as condições e exigências são ainda mais rigorosas, desde a própria identificação e documentação até às condições de preservação futura de todos os elementos arqueológicos.

Em ambos os casos, é indispensável a elaboração de planos de gestão, quer para o conjunto do sítio, quer para um sítio específico. E, neste contexto, a Arqueologia deve assumir a sua responsabilidade preponderante nesta tarefa, adaptando as suas metodologias de atuação de acordo com os exigentes requisitos do património megalítico.

6. BIBLIOGRAFÍA

Agnew, N., Deacon, J., Hall, N., Little, T., Sullivan, S. y Taçon, P. (2015): *Rock Art: A Cultural Treasure at Risk*. Los Angeles: Getty Conservation Institute. Disponible en: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/rock_art_cultural.html [Consulta: 26/2/2024].

Bello Diéguez, J.M.; Carrera Ramírez, F. e Cebrián del Moral, F. (1997). El proyecto de conservación del Dolmen de Dombate. *Brigantium*, 10. pp: 393-408.

Carrera Ramírez, F. (1997). Recientes aportaciones al catálogo de dólmenes pintados de Galicia. *Brigantium*, 10. pp: 409-414.

Carrera Ramírez, F. (2011a). *El arte parietal en monumentos megalíticos del Noroeste Ibérico*. BAR International Series 2190, Oxford.

Carrera Ramírez, F. (2011b) Crónica del fracaso. Tipos y criterios de intervención en monumentos megalíticos. *La tutela del patrimonio prehistórico*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura. pp: 423-434.

Carrera Ramírez, F. (no prelo). Reflexões sobre a preservação da arte rupestre: conservação ou gestão?. En: *Il. o Côa Symposium: A gestão e conservação de sítios com Arte Rupestre*. Museu do Côa, 3 e 4 de dezembro de 2021.

Carrera Ramírez, F. & Fábregas Valcarce, R. (2002). The protection and management of the megalithic art of Galicia, Spain. *Conservation and Management of archaeological sites*, vol 6, nº 1. London. pp: 23-37.

A salvaguarda, estudo e valorização de monumentos megalíticos na Região Centro

Gertrudes Branco

Arqueóloga – CCDR Centro, Universidade de Évora, CHAIA/UÉ [2023]
– Research financed with Nacional Funds through FCT – Portuguese
Foundation for Science and Technology, within the scope of the fallow
projects: Ref.^a UIDB/00112/2020

Resumo:

O nosso contributo reflete sobre o aporte dos trabalhos arqueológicos, efetuados no âmbito da salvaguarda, estudo e valorização, para o conhecimento e inventariação dos monumentos megalíticos existentes na Região Centro, tendo por base a informação constante do *Portal do Arqueólogo*, gerido e atualizado pelo Património Cultural I.P.

Palavras Chave: Monumentos megalíticos, gestão, inventariação, Região Centro.

Abstract:

Our contribute reflects on the contribution of archaeological work, carried out in the context of safeguarding, study and enhancement, to the knowledge and inventory of existing megalithic monuments in the Central Region, based on the information contained in *Portal do Arqueólogo*, managed by the Património Cultural I.P.

Keywords: Megalithic monuments, management, inventory, Central Region.

Enquadramento Regional

"Em poucas dezenas de quilómetros está representado o mundo todo: amenidade e braveza, a montanha e o vale, a civilização e a selvajaria" (Aquilino Ribeiro, em entrevista, *apud* Almeida *et al.*: 2003). São as palavras de Aquilino Ribeiro que expressam a diversidade de paisagens que podemos encontrar na Região Centro.

Esta encontra-se delimitada a ocidente pelo Oceano Atlântico e a oriente pela fronteira administrativa com Espanha. Por ela escoam as águas das bacias hidrográficas de alguns dos mais importantes rios ibéricos e nacionais (Tejo, Douro, Mondego, Vouga e Lis) que correm em vales, muitas vezes encaixados, no maciço central, onde podemos encontrar algumas das principais cadeias montanhosas do país (Montemuro, Açor, Lousã, Serra de Aire e Buçaco), que culminam no ponto mais alto da Serra da Estrela.

É nesta região que se cruza o norte Atlântico e sul Mediterrâneo, como bem definiu Orlando Ribeiro (1945). Deste cruzamento resulta uma diversidade de paisagens naturais (e culturais), que, Alexandre Cancela d'Abreu (2004), individualiza em seis grupos, compostos (Figura 1) por trinta unidades de paisagem, tão diversificadas como o ondulado suave do planalto granito de Penedono (a uma altitude superior a 600m), passando pela paisagem húmida, plana e aberta da Ria de Aveiro, ou pelos cabeços arredondados da Serra da Malcata (1075m), apenas para mencionar alguns exemplos das paisagens contrastantes que caracterizam a Região Centro. Esta diversidade responde, e corresponde, aos contrastes geomorfológicos e ambientais, que, certamente, influenciaram as relações bióticas e as estratégias adaptativas, que as comunidades humanas adoptaram, nestes diferentes territórios, ao longo dos séculos.

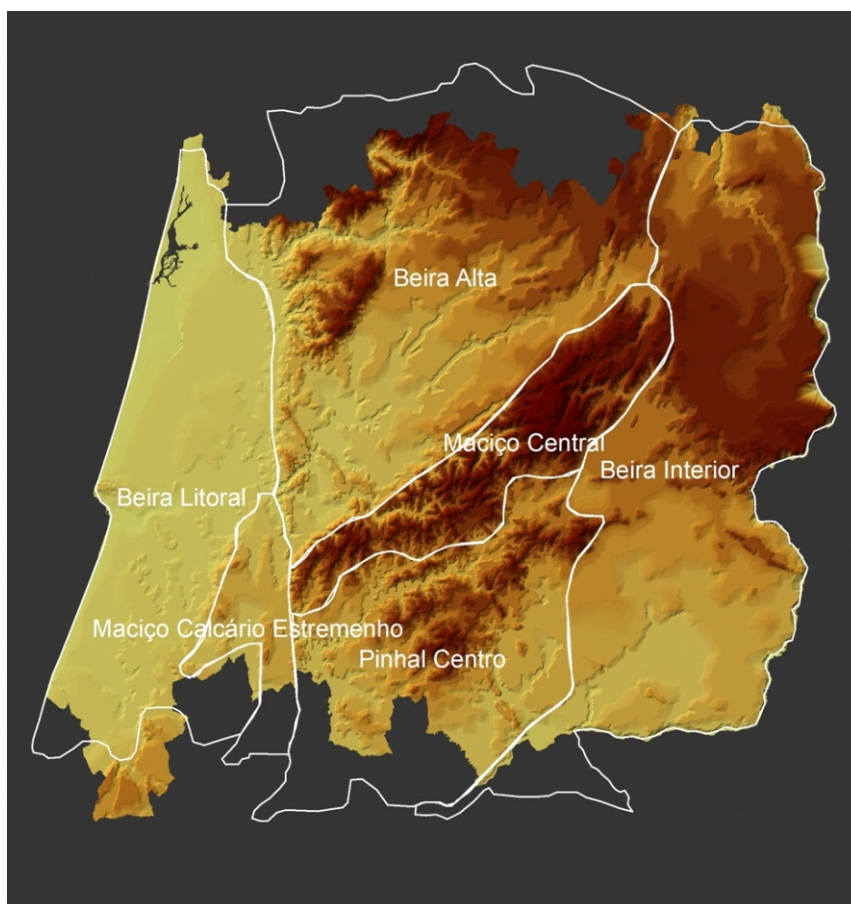


Figura 1 – Grupos de Unidades de Paisagem da Região Centro, de acordo com Alexandre Cancela d'Abreu et al, 2004. Informação cartográfica disponibilizada pela Direção-Geral do Território

No que respeita a divisão administrativa, aquela que baliza os limites da nossa pesquisa, esta é composta pelos 77 concelhos, delimitados a noroeste – pelo concelho de Ovar, a nordeste – pelo concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a sudoeste – pelo concelho de Porto de Mós, e a sudeste – pelo concelho de Idanha-a-Nova.

Estes encontram-se distribuídos por seis NUTS III (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), territorialmente afetos à gestão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro I.P. (CCDRC I.P.), a saber: Região de Aveiro; Viseu Dão Lafões; Beira Baixa; Região de Coimbra; Região de Leiria; Beiras e Serra da Estrela.

Megalitismo na Região Centro

No atual contexto legislativo compete ao Património Cultural I.P., organismo sob superintendência e tutela da área governativa da cultura, em articulação com outras entidades, designadamente as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, I. P., as autarquias e outras entidades públicas e privadas, a salvaguarda do Património Arqueológico, de acordo com o previsto na Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

Entre as competências atribuídas (Portaria n.º 388/2023, de 23 de novembro) é dever do Património Cultural I.P. organizar e manter atualizado o inventário do Património Arqueológico, do qual constam, atualmente, 36.890 sítios arqueológicos terrestres e 2.229 sítios arqueológicos subaquáticos. Esta atribuição prossegue as diretivas constantes da Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista), aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 6 de janeiro de 1992, que impele os estados subscritores à "(...) manutenção de um inventário do seu património arqueológico e classificação de monumentos e de zonas de proteção (...)" (alínea i, art. 2.º), e é consultável através do *Portal do Arqueólogo* (disponível em: (<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>)).

Foi este inventário que, limitado pelo horizonte temporal dos últimos 10 anos (2014 a 2023), e circunscrito à divisão administrativa da Região Centro, serviu de base à nossa pesquisa documental. Esta restringiu-se à procura, no campo "*Tipo de Sítio*", das expressões "*Mamoa*", "*Anta/dólmen*", "*Monumento megalítico*" e "*Menir*", considerando que, dentro da lista de termos comportadas pelo inventário, são as que melhor enquadram o polimorfismo das representações funerárias abrangidas pela designação de "*Megalitismo*". Ao longo do texto, optamos por agregar estas diferentes tipologias sob a designação genérica de "*Monumento megalítico*".

Este exercício aponta-nos para a existência de 1.176 monumentos megalíticos funerários inventariados na Região Centro, 1.046 dos quais se encontram georreferenciados no *GeoPortal*, disponibilizado *on-line* pelo Património Cultural I.P.

Com base nestes dados podemos correlacionar a localização dos monumentos megalíticos com diferentes variáveis existentes na Região Centro, algumas das quais abordadas neste texto, nomeadamente administrativas (concelhos, NUTS) e ambientais (unidades de paisagem), entre tantas outras (Tabela 1). Contudo, este é um exercício especulativo, representativo de uma tendência, que não pode ser confundida com a realidade, e que deve acautelar as ilações de natureza crono-cultural.

Unidade de Paisagem	MM	Unidade de Paisagem	MM
Alto Paiva e Vouga	145	Pinhal Interior	99
Bairrada	13	Pinhal Litoral – Aveiro - Nazaré	11
Baixo Paiva	6	Planalto da Beira Transmontana	5
Beira Baixa – Tejo Internacional	121	Planalto de Penedono	0
Beira Litoral: Leiria – Ourém - Soure	1	Ria de Aveiro e Baixo Vouga	0
Campinas de Idanha	4	Serra da Arada	28
Castelo Branco – Penamacor - Idanha	18	Serra da Estrela	4
Coimbra e Baixo Mondego	0	Serra de Montemuro	38
Cova da Beira	4	Serra do Caramulo	53
Cova de Celorico	1	Serras da Gardunha, de Alvelos e do Moradal	47
Dão e Médio Mondego	123	Serras da Lousã e Açor	98
Maciço calcário: Coimbra - Tomar	9	Serras de Aires e Candeeiros	0
Montes Ocidentais da Beira Alta	77	Serras de Leomil e Lapa	72
Mosaico Agroflorestal – Castelo Branco	7	Tejo Superior e Internacional	37
Penha Garcia e Serra da Malcata	14	Vale do Zêzere	11

Tabela 1 – Contabilização dos Monumentos Megalíticos (MM) por unidade de paisagem.
(Fonte: GeoPortal)

Os sítios inventariados são uma amostragem dos monumentos conhecidos até ao momento, muitos terão sido destruídos ao longo dos séculos, muitos serão registados e descobertos num futuro próximo, com o aprimorar das tecnologias de pesquisa. Se quisermos tirar uma ilação, que seja a da mais valia para o conhecimento, que advém do maior investimento em investigação, feito, de forma diferenciada, nas diferentes geografias representadas, em consonância com o maior, ou menor, interesse dos investigadores pelos territórios e realidades crono-culturais neles inscritas.

Estudo, proteção e valorização

O propósito do nosso contributo não se prende com qualquer estudo ou consideração de natureza crono-cultural. A abordagem que fazemos aos monumentos megalíticos da Região Centro procura, em primeiro lugar, sublinhar a sua forte presença neste território, e alerta para a necessária da sua qualificação, no âmbito de intervenções de estudo, proteção e valorização, conforme concebidas na Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

Neste ponto importa referir que o *Portal do Arqueólogo* para além dos sítios arqueológicos, terrestres e subaquáticos, regista, igualmente, os trabalhos neles efetuados e o projetos que os enquadram. Esta informação permite-nos estimar, aproximadamente, as intervenções efetuadas em cada um dos 1.176 sítios arqueológicos registados na Região Centro, e, simultaneamente, identificar, de forma exemplar, os pontos focais que contribuem para o aumento do conhecimento destes monumentos, em paralelo, muitas vezes, com intervenções que culminam na sua destruição, comprometendo o legado devido às gerações vindouras, e testemunhando a ausência de uma política nacional destinada ao estudo, proteção e valorização do património arqueológico.

Para melhor compreensão dos dados apresentados, esclarecemos: integramos no âmbito dos "estudos" os trabalhos efetuados no âmbito de Projetos de Investigação Plurianuais de Arqueologia; a "proteção" contabiliza os trabalhos efetuados no âmbito de intervenções preventivas, de minimização e emergência; no campo "valorização" registamos os trabalhos efetuados com o intuito de permitir a divulgação e fruição pública dos monumentos, e em "outros" apontamos as restantes intervenções, nomeadamente, de monitorização e realocização. Eventualmente, algumas das intervenções podem incluir-se em mais do que uma categoria, durante mais do que um ano, e assim foram contabilizadas.

Estudo	Proteção			Valorização	Outros
	Acompanhamento	Prospecção	Escavação		
83	4	179	7	13	29

Tabela 2 – Contabilização da totalidade dos trabalhos arqueológicos realizados em monumentos megalíticos.

Na última década totalizamos 315 trabalhos arqueológicos em 267 (22,7%) monumentos megalíticos. Estas intervenções localizaram-se em 23, dos 77 concelhos existentes na Região Centro. Atendendo ao facto de 23 concelhos não possuírem qualquer monumento megalítico registado, os restantes 31 concelhos, na última década, não efetuaram e/ou beneficiaram de qualquer ação de estudo, proteção e/ou valorização dos monumentos existentes no seu território.

A propósito dos dados compilados, mais uma vez salvaguardando que são os constantes do *Portal do Arqueólogo*, aprez referir, de forma exemplar, daquelas que são as intervenções realizadas nos monumentos megalíticos da Região Centro.

No capítulo "estudo", os trabalhos arqueológicos contabilizados resultaram, na sua grande maioria (76%), de trabalhos de prospecção arqueológica efetuados na região de Dão-Lafões, ao abrigo dois projetos sequenciais de investigação plurianuais de arqueologia, o primeiro - *LAFÕES: Estudo do Património Histórico-Arqueológico de Vouzela* (2016/2020) – liderado pelo investigador responsável Manuel Real, e o segundo - *MEGA Lafões: Megálitos, espaços, gentes e ambiente nas manifestações tumulares pré e proto-históricas de Lafões* (2020/2023) – liderado por António Faustino de Carvalho.

De acordo com os dados que se encontram registados no *Portal do Arqueólogo*, ambos os projetos contribuíram para a (re)localização de 63 monumentos megalíticos, 12 dos quais foram objeto de escavação arqueológica.

Atendendo aos valores apresentados pelo investigador (Carvalho, 2023), estes números são meramente indicativos, testemunham a desatualização do *Portal do Arqueólogo*, e as dificuldades sistemáticas da tutela em cumprir aquelas que são as suas competências legalmente atribuídas, nomeadamente, as respeitantes à atualização dos inventários patrimoniais.

Afastando-nos desta questão, importa realçar nestes projetos a relação que estabelecem a salvaguarda, facultada pela inventariação sistemática do património arqueológico, que se torna válida e disponível para outros investigadores, para outros projetos, e, inclusive para os instrumentos de gestão territorial dos municípios abrangidos, sem descorar a componente científica, de cariz histórico-culturalista, que auxilia a construção da história destes territórios.

Estes projetos visam: "*aprofundar e sistematizar de modo uniforme os abundantes dados de terreno, tanto antigos como recém-obtidos, de que se dispõe hoje em Lafões*" (Carvalho et al, 2022: 77). Para o efeito, beneficiaram do desaparecimento temporário da densa cobertura vegetal da região, ocorrida na sequência dos trágicos incêndios de 2017, o qual permitiu a relocalização de monumentos que se julgavam destruídos, e a descoberta de inúmeros outros sítios que permaneciam desconhecidos da arqueologia.

Ainda no capítulo restrito do "estudo" do megalitismo da Região Centro, refram-se os dois projetos liderados pelo falecido Professor Doutor João Carlos de Senna-Martinez para a Plataforma do Mondego (Carregal do Sal e Nelas), nomeadamente: *Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego* (2016/2018) e *Antigas Sociedades Camponesas e Megalitismo na Plataforma do Mondego* (2019/2022), que retomam o estudo, interrompido desde 2006, centrado a sua intervenção, fundamentalmente, na escavação da Orca da Travanca, Orca da Lapa do Lobo (Figura 2), Monumento da Víbora e Dólmen de Troviscos¹.



Figura 2 – Orca da Lapa do Lobo, Nelas. Fotografia da escavação (©Branco, 2018)
Projeto: *Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego* (2016/2018)

No capítulo da "proteção" contabilizamos os trabalhos arqueológicos efetuados em monumentos megalíticos, incluídas na Categoria C e D do *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, dividindo-os por tipo de trabalho: acompanhamento, prospeção e escavação.

Com os dados disponíveis, é notória a escassez de referências aos monumentos megalíticos no âmbito do acompanhamento arqueológico. Estes são referidos, fundamentalmente, no âmbito dos trabalhos de prospeção arqueológica efetuada aquando da realização de estudos de impacte ambiental. Podemos deduzir que uma vez identificados em fase de estudo, a sua afetação é evitada em fase de obra, daí a sua ausência dos registos de acompanhamento arqueológico, e inclusive de escavação? Provavelmente, a resposta encontre-se apenas nas diferentes dimensões dos territórios perscrutados pelos diferentes tipos de trabalho.

Neste capítulo, mais uma vez, a tónica na componente da prospecção e da inventariação, para relevar o contributo dos trabalhos efetuados, em 2021, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Tondela, pelo arqueólogo municipal (Dr. Jorge Arrais).

Este trabalho contribuiu para a inventariação de 81 monumentos megalíticos. É um trabalho sistemático de (re)localização dos sítios arqueológicos existentes no município, tendo a pesquisa documental, e a prospeção sistemática, sido *"acompanhada de novas interpretações do respetivo regulamento [do Plano Diretor Municipal], criando diretrizes atualizadas para a preservação e salvaguarda do património do Concelho de Tondela"*. Contudo, é mais do que isso, é um dos escassos exemplos de investimento municipal na inventariação do seu património. É o sistematizar do conhecimento histórico e arqueológico de um território, que, de forma demasiado discreta e silenciosa, é compilado ao longo de anos, pelo arqueólogo municipal, que demora em divulgar e publicar, mas cujo volume e importância do seu trabalho não pode, nem deve, ser subestimado.

A *"conservação pelo registo científico"*, através de ações de escavação dos monumentos megalíticos, tem tido pouca representatividade na Região Centro. Tal significa que estamos a encontrar soluções para a salvaguarda destes monumentos, ou apenas que estes estão a ser destruídos em total desconhecimento?

A propósito refira-se que, de acordo com a informação que nos foi cedida, de modo gracioso, pelo ICNF, as áreas ardidas nesta região, entre 2017 e 2022, coincidiram com a localização de 272 monumentos megalíticos. Não é o impacte dos incêndios que faz perigar a sua preservação, são as ações subsequentes, nomeadamente a abertura de acessos, para permitir o corte mecânico e transporte da madeira, e as ações de surriba necessárias à atividade de reflorestação.

Um dos exemplos de salvaguarda, pela escavação, de um monumento megalítico, encontra-se na intervenção da Moita da Galinha (2021). A equipa do Campo Arqueológico de Proença-a-Nova, liderado pelo Doutor João Caninas procura conhecer e caracterizar o monumento, do ponto de vista da sua arquitetura e rituais funerários, provendo, simultaneamente, as condições necessárias à sua preservação, incluindo a negociação com o proprietário para o afastamento de um caminho, que passa no limite, a colocação de um painel explicativo, terminando na reconstrução parcial desta estrutura. Alia-se conhecimento, salvaguarda, fruição e educação patrimonial, a uma situação, que no reverso, resultaria na irremediável destruição de um bem patrimonial (Caninas *et al*, 2021).

Ainda neste capítulo, pela importância dos resultados obtidos referimos a intervenção na Mamoa 1 e 3 do Casarão, em Águeda (Figura 3). Estes monumentos foram identificados no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Parque Empresarial do Casarão, bastante destruídos por ações prévias de desmatização e ripagem do terreno, tendo sido, integralmente, escavados em 2015/2016, pela equipa liderada pelo arqueólogo Miguel Jorge Gomes Tavares de Almeida.

Sobre a intervenção, refere o responsável: *"No que respeita ao espólio arqueológico, os trabalhos realizados nesta Mamoa 1 do Casarão revelaram um conjunto artefactual significativo, de que se destaca a frequência de objectos líticos talhados, maioritariamente em sílex (...) Não menos importante surge a*

presença de placas de xisto gravadas, uma das quais com a representação de uma figura humana" (Almeida et al, 2017).

Um dos monumentos – Mamoia 2 do Casarão – permanece preservada *in situ* no espaço ajardinado do espaço empresarial, sendo objeto de ações de monitorização semestrais.



Figura 3 – "Detalhe da figuração antropomórfica principal da placa gravada nº 74, recuperada na escavação da Mamoia 1 do Casarão, na zona da condenação da porta da câmara funerária." (©Almeida et al, 2017: 11)

O capítulo da valorização do património arqueológico, em concreto das intervenções em monumentos megalíticos, merecia uma extensa reflexão da comunidade arqueológica, à semelhança do que, se fez, e bem, a propósito dos 30 anos da recuperação do Menhir da Meada, em Castelo de Vide.

Entre as temáticas a abordar, listamos a sustentabilidade das intervenções, a médio e longo prazo, o seu enquadramento dentro das dinâmicas patrimoniais, do município e da região, para além, das especificidades a atender pelos projetos, entre os quais o respeito devido ao conjunto de regulamentos legais, e recomendações internacionais, no topo das quais podemos colocar a Carta de Carcóvia, relativa aos Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, datada de 26 de outubro de

2000, da qual consta: "(...) Qualquer intervenção que afete o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem. Os aspetos destrutivos das escavações devem reduzir-se tanto quanto seja possível (...) os trabalhos de conservação de achados arqueológicos devem basear-se no princípio da intervenção mínima (...) deve encorajar-se: o recurso a técnicas modernas; a criação de bases de dados; a utilização de sistemas de informação e a utilização de técnicas de apresentação virtual dos sítios (...).»

Em 2023, encontram-se registadas 18 intervenções de valorização do património arqueológico, inseridas na Categoria B do *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*. Valor que representa 0,9% das 1.889 autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológico, no âmbito de projetos de arqueologia preventiva e de minimização (Categoria C). Ao longo da última década, registaram-se, como tal, 13 intervenções de valorização na Região Centro. São números que merecem reflexão, porque salvaguardamos tanto e apostamos tão pouco em valorização, e, consequentemente em divulgação e educação patrimonial? Somos uma arqueologia de reação a *inputs* externos, não somos uma arqueologia de ação, de antecipação, de planeamento e de valorização.

Sem me alongar numa temática que merece um extenso debate, com diversos intervenientes, bem mais avalizados, referimos dois exemplos registados na região.

Os trabalhos de conservação e restauro nas Mamoas 1 e 3 do Taco (Figura 4), promovidos pela Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, em 2014 (Carvalho, 2015), e os promovidos pela Câmara Municipal de Aguiar da Beira, no âmbito do projeto de requalificação do Dólmen 1 do Carapito (Figura 5).



Figura 4 – Mamoas 1 do Taco durante os trabalhos de restauro (©Branco, 2015)



Figura 5 – Dólmen 1 do Carapito, Aguiar da Beira (©Branco, 2023).

Conclusão

Con.clu.são

Acto de concluir

Desfecho

Aquilo que se deduz ou infere

Parte final de um texto ou de uma argumentação, geralmente com resumo das ideias principais.

Estas são algumas das entradas do Dicionário da Língua Portuguesa (*online*), que definem a palavra "*conclusão*", que claramente não se aplica ao contributo redigido, do qual subsistem, sem resposta, um conjunto significativo de interrogações. A escassez dos dados encerra essa conclusão em si mesma, e fragiliza qualquer dedução, que pretenda ir além do registo, para memória futura, de uma realidade datada, que rapidamente ficará desatualizada pelo positivo evoluir do panorama arqueológico nacional (acreditamos).

Bibliografia

CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário (2004) - Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental. Universidade de Évora/DGOTDU.

ALMEIDA, Miguel; MAIA, Carlos; ABRANTES, João Abrantes; COELHO, Sílvia; CORGA, Mónica, e BARRACA, Nuno (2017) – Intervenção de Arqueologia preventiva. Parque Empresarial do Casarão (Casarão, Borralha, Águeda, Aveiro). Relatório policopiado, disponível para consulta no *Portal do Arqueólogo*, p. 349.

ALMEIDA, A., GAMA, A., CRAVIDÃO, F., Cunha, L., & JACINTO, R. (Edits.). (2003). Fragmentos de um retrato inacabado: A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos – Centro de Estudos Geográficos – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CANINAS, J.; GASPAR, I.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M.; FÉLIX, P.; SEQUEIRA, A.; HENRIQUES, F.; BAPTISTA, P.; JOAQUINITO, A.; FONSECA, P.; PIRES, H.; CARVALHO, C. Neto de; MENDES, C.; CARMONA, A. (2021) Campo Arqueológico de Proença-a-Nova: estudo e valorização do megalitismo funerário. *Encontro de Arqueologia do Megalitismo de Viseu Dão Lafões: investigação, conservação, valorização*. Beira Alta, revista de estudos da região. 80 (1-2): Viseu: 153-177.

CARVALHO, António Faustino (2023) - O projeto de reabilitação da Anta da Lapa da Meruje no contexto do estudo e valorização do património megalítico de Vouzela (Viseu). Apresentação. Encontro 30 anos de recuperação do Menhir da Meada. Castelo de Vide, 12-13 de outubro de 2023

CARVALHO, António Faustino; MELO, Daniel; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; SOARES, Filipe Soares; ROCHA, João e PEREIRA, Telmo Pereira (2022) - Novos dados sobre as manifestações tumulares pré e proto-históricas de Lafões: Síntese dos trabalhos de campo de 2016-2021. Beira Alta. Estudos de Arqueologia. Viseu, CIM Viseu Dão-Lafões, Vol. LXXX1, n.º 1 e 2, p. 73-111.

CARVALHO, Pedro Sobral de (2015). Mamoas do Taco (Albergaria-a-velha). Valorização e Dinamização Cultural. Relatório Final. Vol. 1. Trabalhos de Arqueologia, disponíveis *on-line*.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; MONTEIRO, M.; FÉLIX, P.; PEREIRA, A.; MENDES, C. & CARVALHO, E. (2016) - Arqueologia de Proença-a-Nova: estado dos conhecimentos. *Atas do II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco*. Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: 447-474.

HENRIQUES, F. coord. (2021) Proença-a-Nova: Arqueologia e Património Construído. Associação e Estudos do Alto Tejo: 231p.

REAL, M. L., CARVALHO, A. F., TENTE, C. (2017) - Projeto de estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu): objetivos e primeiros resultados, in II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal. 2017: Estado da questão. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 113-123.

RIBEIRO, Orlando (1945) - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Coimbra: Coimbra Editora.

ANASTILOSE DE MONUMENTOS MEGALÍTICOS NO NORTE DO ALENTEJO E EXTREMADURA ESPANHOLA

Jorge de Oliveira(*)

(*)Catedrático Emérito da Universidade de Évora
Universidade de Évora, CHAIA[2023] - Research financed with Nacional
Funds through FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology,
within the scope of the fallow projects: Ref.º UIDB/00112/2020

Palavras-chave: Anastilose, Dólmen, Menhir, Alentejo, Extremadura

Resumo:

Nesta comunicação serão apresentados exemplos de reabilitação de monumentos megalíticos decorrente de mais de 40 anos de investigações arqueológicas efetuadas no norte do Alentejo e Extremadura espanhola. Sendo as estruturas megalíticas as mais antigas edificações arquitetónicas monumentais da humanidade as patologias que apresentam são múltiplas e muito diversas entre si. Por norma, a recuperação destas estruturas tem que ser antecedida de intervenções de carácter arqueológico que permitam identificar e reconhecer as melhores soluções para a sua preservação. Assim, nesta comunicação serão apresentados os resultados dos trabalhos efetuados em diferentes dólmenes e menhires, com cronologias que variam entre o 6º e o 3º milénios a.C..

Abstract:

This communication will be presented rehabilitation examples of megalithic monuments resulting from over 30 years of archaeological investigations carried out in northern Alentejo (Portugal) and Extremadura of Spain. Being the oldest megalithic structures monumental architectural buildings of humanity pathologies that present are multiple and very different from each other. Typically, the recoveries of these structures must be preceded by an archaeological nature of action to identify and recognize the best solutions for their preservation. Thus, this communication will present the results of the work carried out in different dolmens and menhirs, with timelines ranging from the 6th and 3th millenniums before Christ.

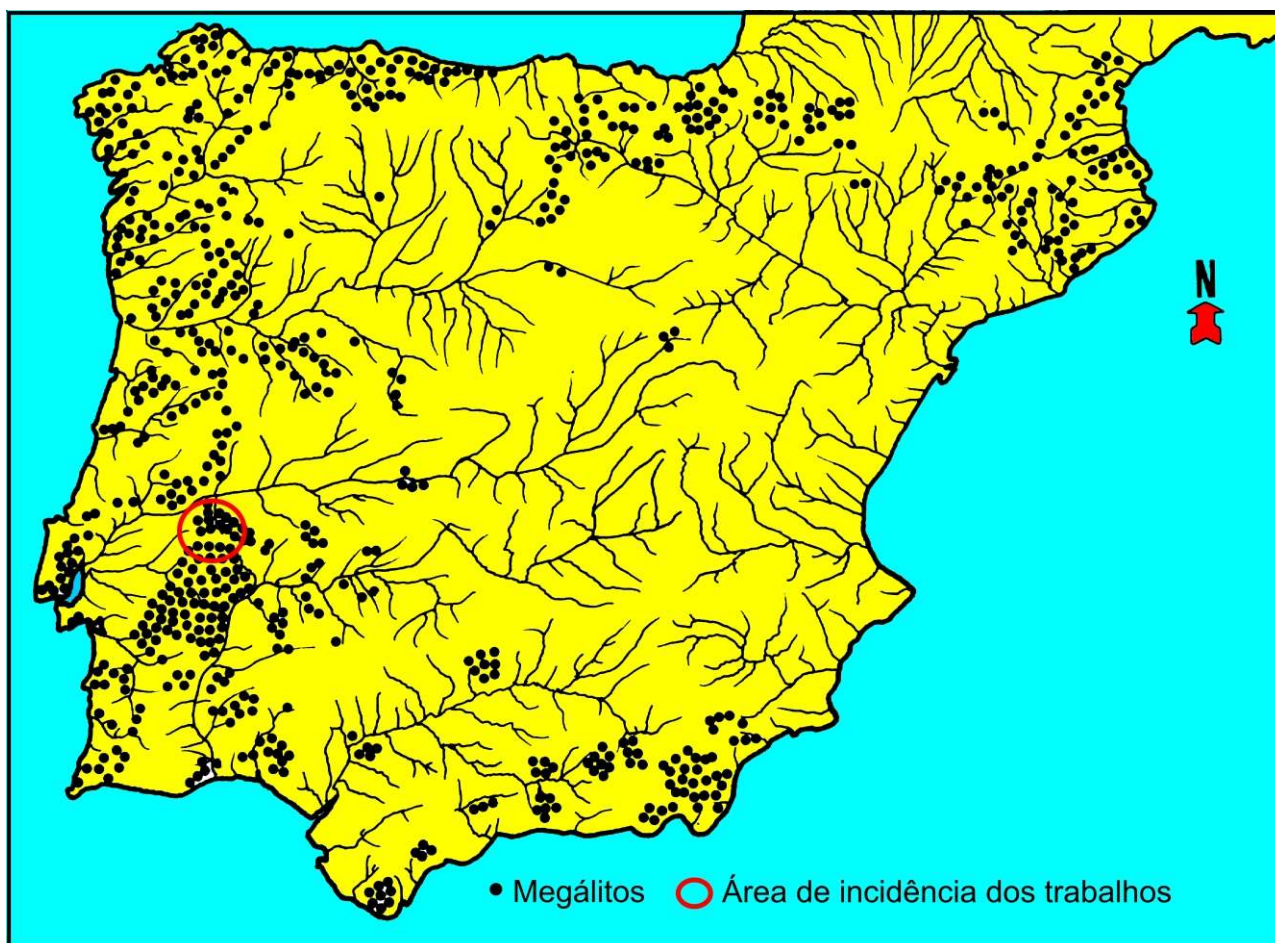
Previamente:

Se aplicarmos as recomendações da denominada "Carta de Veneza", aprovada pelo ICOMOS, em maio de 1964, qualquer intervenção arqueológica deverá contemplar, para além do que já a UNESCO recomendava em 1956 para o estudo científico de sítios históricos, todo um conjunto de cuidadosos critérios no que à conservação e sobretudo à reabilitação de monumentos arqueológicos diz respeito. Assim, no Artigo 15º da Carta de Veneza lê-se: "No entanto, todos os trabalhos de reconstrução deverão, à partida, ser excluídos. Apenas a anastilose, isto é a remontagem das partes existentes, mas desmembradas, poderá ser encarada. Os materiais de reintegração deverão ser sempre reconhecíveis e o seu uso deverá restringir-se ao mínimo necessário para assegurar a conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas." (ICOMOS, 1964)

Especifica ainda o Artigo seguinte que: "Todos os trabalhos de conservação, de restauro e as escavações deverão ser sempre acompanhados pela compilação de documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos ou críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, de consolidação, de recomposição e de reintegração, assim como os elementos técnicos e formais identificados no decurso dos trabalhos deverão ser anotados. Esta documentação deverá ser guardada nos arquivos de um organismo público e colocada à disposição dos investigadores, recomendando-se a sua publicação." (ICOMOS, 1964).

Assim, foram estas recomendações aplicadas em todas as intervenções que desenvolvemos em sítios arqueológicos, especialmente nos monumentos megalíticos, que desde 1980 até ao presente temos vindo a estudar e consequentemente a recuperar.

Nesta comunicação pretendemos, de uma forma resumida, apresentar apenas alguns dos trabalhos mais significativos de recuperação de monumentos megalíticos que desenvolvemos ao longo de mais de 40 anos, no Alto Alentejo e na Extremadura espanhola, especificamente no Termo Municipal de Cedillo. Foi sempre nossa preocupação ao longo dos vários projetos de investigação que desenvolvemos sobre megalitismo recolher o maior número de informações afetando o menos possível as estruturas dos monumentos. Porque temos e desde sempre tivemos perfeita consciência que uma escavação arqueológica, por mais minuciosa que seja, resulta sempre numa destruição patrimonial procurámos minimizar os efeitos dessas ações evitando afetar diretamente as estruturas e, sempre que possível, desenvolvendo ações de consolidação, colagem e /ou remontagem dos monólitos seus constituintes.



1 – Mapa do Megalitismo Peninsular

Foi também nossa preocupação constante e sempre que o monumento o possibilitava manter reservas arqueológicas suficientemente amplas para posteriores trabalhos de revisão estratigráfica. Estas reservas claramente evidenciadas nas plantas gerais de cada monumento estudado incidiram especialmente nas áreas das mamoadas. Nalguns casos evitaram-se reservas no interior dos monumentos por forma a não truncar a compreensão da utilização geral do espaço funerário. Contudo, por vários motivos, alguns monumentos sujeitos as escavações não sofreram qualquer decapagem na área da câmara.

As grandes dimensões de alguns monumentos e a sua precária estabilidade também nos obrigaram, em diversas situações, a evitar a escavação de significativas áreas das mamoadas e alvéolos, provavelmente de grande importância científica. A continuada ação dos trabalhos agrícolas em torno da maior parte dos monumentos provocou a quase total e generalizada destruição das estruturas pétreas que os envolviam. A maior parte dos esteios destes monumentos apenas se encontram estabilizados pelos calços que nos alvéolos os consolidam. A atual ausência das couraças líticas, fundamentais ao equilíbrio de forças que os esteios e as coberturas entre si exercem, criou um estado de equilíbrio precário que a menor movimentação de solos nas suas imediações pode provocar a sua total derrocada. Foi esta uma das significativas condicionantes dos trabalhos de escavação e sondagem desenvolvidos.

Nos mais de trinta monumentos megalíticos por nós intervencionados alguns foram-no exatamente como forma de minimizar ações de destruição perpetradas por atividades agrícolas, florestais ou mesmo por gratuito vandalismo. Os trabalhos então por nós realizados nalguns casos limitaram-se ao registo gráfico e fotográfico e recolha de espólios tal era o estado de destruição em que encontrámos os monumentos.

Metodologia genérica adotada na escavação e reabilitação de dólmene



Anta da Soalheira (Alter do Chão). Escavação

Apresentamos as nossas intervenções divididas em monumentos em granito e monumentos em xisto porque as metodologias de reabilitação foram substancialmente distintas atendendo ao volume e sobretudo à diferente resistência dos respetivos elementos arquitetónicos.

Os trabalhos de escavação e sondagem que efetuámos nos monumentos que são abordados neste estudo desenvolveram-se entre 1981 e 2017. Ao longo destes trinta e cinco anos a metodologia e a técnica de escavação não foram constantes, evoluindo, quer em termos de rigor e estratégia de abordagem, quer

em soluções de reabilitação, muito condicionadas pelos recursos disponíveis. Se esta natural evolução não possibilita o isolamento de um único modelo de trabalho, a variabilidade dos monumentos obrigou a soluções também distintas. Contudo, em todas as ações que envolveram movimentação de solos procedemos, antes de qualquer decapagem, a um levantamento fotográfico pormenorizado. Paralelamente efetuámos o levantamento topográfico do monumento e área envolvente. Concluído este primeiro levantamento procedia-se à limpeza por raspagem de toda a área a intervencionar por forma a retirar o coberto vegetal sem se alterar significativamente o relevo do terreno.

Limpa a área da escavação estabeleceram-se dois eixos ortogonais orientados nos sentidos Norte - Sul e Oeste - Este, magnéticos, procurando-se, sempre que possível, que a sua interceção coincidissem com uma zona da área funcional do monumento procurando-se, assim, sempre que possível, que um dos eixos, o dos XX, seccionasse longitudinalmente todo o monumento. Esta situação ocorreu sempre que os corredores ou aberturas se orientavam, ou pouco se desviavam, dos 100 graus, Este.

A partir destes dois eixos ortogonais estabeleceu-se uma rede de quadrículas de 2 X 2 metros de lado que cobria todo o monumento e espaço envolvente, por forma a ultrapassar sempre a área provável da mamoa. Esta rede de quadrículas servia para a localização planimétrica (latitude e longitude) dos registos que houvesse necessidade de fazer ao longo da escavação.

É lugar-comum que uma escavação arqueológica é sempre uma destruição. Inúmeras vezes se comparou a decapagem estratigráfica efetuada durante uma escavação à destruição irremediável das folhas de um livro, à medida que se avançava na sua leitura.

Nos últimos anos, de forma mais ou menos clara, todos os arqueólogos mostraram reconhecer a importância do pormenorizado registo arqueológico e da reserva de testemunhos para, de algum modo, se obviar a uma irremediável destruição do *livro arqueológico*. O registo gráfico e fotográfico em diferentes suportes das projeções horizontais, por estratos e dos seus cortes em conjunto, a par da elaboração de um relatório pormenorizado das ações desenvolvidas, parecem ser as soluções mais generalizadas para a possível releitura das *páginas destruídas*. Por circunstâncias várias apercebemo-nos que é na segunda, ou posteriores leituras que o sítio escavado é melhor compreendido. Muitas vezes, por situações diversas e pressões múltiplas a leitura efetuada no campo carece do tempo de reflexão necessário sendo, quando ainda possível, completado já sobre a mesa do laboratório e sem possibilidade de confirmação.

Aponte-se o arqueólogo como um dos principais responsáveis pela destruição da informação arqueológica original, mas recorde-se que para proteger é necessário estudar e compreender e para isso, a maioria das vezes, é necessário escavar. Diz-nos a experiência que mais de oitenta por cento do tempo despendido no campo com a escavação de um monumento megalítico é ocupado no registo e recuperação do monumento. Torna-se claro, naturalmente, que serão os investigadores os que melhor poderão delinear a recuperação destes, ou de outros monumentos, porque são os únicos que, em pormenor, puderam durante a escavação identificar a técnica e os materiais utilizados pelos construtores originais.

Numa visão geral do estado de conservação do património megalítico da região que há várias décadas estudamos, verificamos que muitos monumentos apresentam vestígios de corte de pedra nos seus esteios e coberturas. Outros fatores contribuíram também para a destruição destes monumentos. De entre eles destacamos as violações e os sismos. Nos nossos dias com a mecanização da agricultura, maiores são ainda os estragos nos monumentos arqueológicos em geral e nos megalíticos em particular.

Se a escavação no interior dos monumentos funerários pode provocar irreparáveis problemas na sua estabilidade devido à extração dos enchimentos, tão ou mais perigosas parecem ser as profundas lavours que, destruindo as mamoas, anulam o contrapeso sobre a base dos esteios. As subsolagens para preparação dos terrenos destinados à plantação de eucaliptos, oliveiras e amendoeiras e o estabelecimento de pivots de rega automática parecem ser hoje a principal causa da destruição do património em geral e do megalítico em particular.

Ao longo dos nossos trabalhos de investigação várias foram as situações diagnosticadas que levaram a diferentes estratégias. Sumariamente passaremos a descrever alguns aspetos das ações de recuperação efetuadas

Dólmenes em granito

Dólmen da Bola da Cera – Marvão

Estado do monumento antes da intervenção:

Na câmara vários fragmentos de esteios e do chapéu impossibilitavam o acesso ao seu interior. No corredor eram visíveis dois esteios, encontrando-se um deles muito inclinado para o interior.

Para se proceder à escavação da câmara houve necessidade de remover o chapéu do seu interior e dos fragmentos de esteios. Decapou-se, igualmente toda a terra da mamoa, mas mantiveram-se *in situ* as pedras que a compunham. A escavação da mamoa possibilitou-nos compreender a sua técnica construtiva e perímetro.

Recuperação do monumento:

Após a escavação e à semelhança do que efetuámos na Dólmen dos Pombais procedeu-se à montagem de um muro de pedra no interior da câmara para apoio dos esteios. Os seus fragmentos e os da cobertura que haviam sido retirados do interior da câmara voltaram ao mesmo local. O esteio do corredor que se encontrava muito inclinado foi reposto na posição original e calçado com blocos de granito. Para evitar que eventualmente voltasse a ser deslocado construiu-se, também, em pedra seca, um pequeno muro transversal que internamente apoiava os dois esteios do corredor. Toda a área escavada foi posteriormente coberta com terra crivada.

Dólmen da Figueira Branca – Marvão



Anta da Figueira Branca (Marvão) – recolocação das terras no interior da câmara

Estado do monumento antes da intervenção:

Durante a escavação deste grande monumento percebemos que toda a estrutura arquitetónica tinha sido muito afetada por um violento sismo que provocou a fratura da maioria dos esteios mesmo junto à base ainda antes do monumento ter sido utilizado. Assim a câmara e o corredor apresentavam-se totalmente vazios, mas cobertos pelos esteios fraturados. O chapéu encontrava-se tombado e, igualmente fraturado junto à câmara funerária.

Recuperação do monumento:

O trabalho de recuperação ficou limitado à justaposição dos cinco fragmentos em que se encontra fraturado o chapéu e à construção de um muro de pedra seca no interior do monumento para consolidação dos esteios. Os alvéolos de fixação dos desaparecidos esteios do corredor foram preenchidos com pedra miúda e posteriormente cobertos com terra crivada. A principal e mais morosa ação de recuperação incidiu sobre a mamoa. Colmataram-se as falhas no revestimento lítico com pedras dispersas na zona, de calibre idêntico ao das que ainda se conservavam *in situ*. O anel composto por pedras de maiores dimensões que delimitava o perímetro geral da mamoa foi reconstituído nos locais mais afetados. Posteriormente toda a área do monumento foi coberta com uma camada de terra com cerca de cinco centímetros para consolidação geral.

Dólmen da Cabeçuda – Marvão

Estado do monumento antes da intervenção:

A Dólmen da Cabeçuda incluía-se num muro de divisão de propriedade. Dos esteios da câmara apenas dois não se encontravam fraturados e tombados. A cobertura esmagava todo o conjunto. O corredor apresentava quatro esteios e uma tampa. A pedra de guilhotina ainda fecha o vão que se forma sobre as tampas do corredor e o chapéu.

Recuperação do monumento:

A escavação deste monumento possibilitou reconhecer que os esteios da câmara se encontravam fraturados junto à base, tal como já se havia verificado no dólmen da Figueira Branca que se situa a poucas centenas de metros deste monumento. Ambos sofreram os efeitos de um terramoto, responsável pelo estado de derrocada em que se encontram.



Anta da Cabeçuda (Marvão) – após sua recuperação

Para o desenvolvimento da escavação foi necessário proceder à prévia desmontagem da parede que sobre a Dólmen se levantava. Com o auxílio de uma máquina removeu-se o chapéu e três dos esteios tombados. Aberto o acesso ao interior da câmara iniciou-se a decapagem controlada do depósito arqueológico. Os restantes esteios que se mantiveram no local foram primeiramente apoiados por postes de madeira e posteriormente por muros de pedra seca. Concluída a escavação procedeu-se à remontagem do monumento colocando-se na posição original os esteios fraturados. Foi necessário fazer assentar sobre as partes ainda inseridas nos alvéolos os fragmentos tombados. Ao fim de quatro dias de trabalho de máquina e do esforço de cinco homens conseguiram-se reerguer três esteios. Internamente apoiaram-se em muretes de pedra seca. Recuperada a posição original dos esteios ainda foi tentada a sobreposição do chapéu. Contudo, porque a estabilidade de todo o conjunto é precária e porque já nem todos os esteios apresentam as mesmas dimensões, optou-se por deixar o chapéu encostado na face poente da câmara. Refeita a mamoa em torno dos esteios cobriu-se toda a área intervencionada com terra crivada. Faltava, finalmente, refazer o muro de divisão de propriedade que anteriormente assentava sobre o dólmen. Para evitar que novamente seccionasse o monumento acordou-se com os proprietários dos terrenos proceder à construção de uma parede de pedra seca que envolvesse todo o monumento, incluindo a mamoa. Conseguiu-se, assim, evitar a construção de um muro sobre o monumento e ao mesmo tempo separavam-se as duas propriedades e defendia-se o dólmen dos efeitos dos trabalhos agrícolas. Construiu-se, pois, uma cerca circular, em pedra seca, com 120 centímetros de altura e um diâmetro de 12 metros que envolve todo o monumento. Duas aberturas viradas respetivamente a norte e a sul possibilitam o acesso ao dólmen da Cabeçuda pelos dois proprietários dos terrenos que confinam com o dólmen.

Dólmen I dos Coureleiros – Castelo de Vide

Estado do monumento antes da intervenção:

De entre os quatro monumentos que formam a provável necrópole dos Coureleiros o dólmen I parece ter sido o de menores dimensões. Apenas três esteios da câmara eram visíveis, dois dos quais fraturados junto ao solo.

Recuperação do monumento:

A escavação possibilitou reconstituir a planta total do monumento através da identificação dos alvéolos dos esteios já desaparecidos. Pouco se podia fazer por este monumento. Após a escavação procedeu-se à cobertura com terra crivada de toda a área afetada. Como a principal causa da destruição deste dólmen foram os trabalhos agrícolas que nada deixaram da mamoa, procedeu-se à vedação de todo o monumento com postes de madeira tratada unidos por arames de ferro zincado. Alguns anos depois voltámos a visitar o monumento e constatámos que a vedação por nós implementada tinha sido removida.



Anta II dos Coureleiros (Castelo de Vide) – após a sua recuperação

Dólmen II dos Coureleiros – Castelo de Vide

Estado do monumento antes da intervenção:

O estado de destruição e adaptação a pocilga deste dólmen é já testemunhado desde o século XIX. Em torno da câmara uma cerca de pedra definia a esplanada de uma pocilga. A câmara servia de abrigo aos animais. No espaço funerário apenas o esteio de cabeceira parece não ter sido afetado. O chapéu encontra-se tombado e fraturado no interior do monumento. Do corredor não nenhum vestígio se observava à superfície.

Recuperação do monumento:

Neste monumento apenas escavámos na área onde provavelmente se localizava o corredor e abrimos uma curta sondagem na área da mamoa, conseguimos, contudo, reconhecer toda a planta do corredor e compreender, em parte, a estrutura arquitetónica da mamoa. No corredor identificaram-se os alvéolos de fixação dos esteios e procedeu-se à reimplantação num deles de um grande bloco de granito que jazia a quatro metros a sul do monumento. Pelas dimensões verificou-se que correspondia a um dos alvéolos detetados. Na reimplantação deste monólito de grande peso (8560 Kg) utilizámos uma máquina cedida pela Câmara Municipal de Castelo de Vide. O esteio foi implantado e consolidado de forma idêntica ao do dólmen III. Após a escavação toda a área afetada foi coberta com terra crivada.

Dólmen III dos Coureleiros - Castelo de Vide

Estado do monumento antes da intervenção:

Implantada numa zona de terrenos leves e muito trabalhados agricolamente, este dólmen sofreu os efeitos da lavoura mecanizada. Para além da destruição, nos últimos anos, de grande parte da mamoa e da metade norte do corredor, este sepulcro foi também alvo de profundas violações no interior da câmara que terão originado a fratura de um esteio e a queda de outro.

Recuperação do monumento:

Para além da remontagem de sectores significativos da mamoa e da sua posterior cobertura com terra crivada, procedeu-se à reimplantação no alvéolo original do esteio tombado. Esta operação foi realizada com o recurso à introdução de calços líticos em ambas as faces compactadas com saibro humedecido. Toda a área intervencionada foi posteriormente coberta com terra crivada. A violação detetada e que penetrou cerca de sessenta centímetros no solão foi preenchida com blocos de granito para consolidação do interior do monumento.

Concluída a consolidação da estrutura funerária procedeu-se à vedação do monumento com a utilização de postes de madeira tratada unidos por arames de ferro zincado. A área protegida das lavouras inclui todos os vestígios de mamoa detetados durante a escavação.

Dólmen IV dos Coureleiros – Castelo de Vide**Estado do monumento antes da intervenção:**

Nos finais do século XVI foi anexada ao monumento megalítico uma pequena casa de habitação, hoje transformada em palheiro. A câmara e corredor do monumento foram transformados numa pocilga. A câmara muito destruída apresenta os esteios fraturados e deslocados. Fragmentos da cobertura da câmara encontram-se tombados junto aos esteios.

Recuperação do monumento:

O trabalho desenvolvido neste monumento tendo em vista a sua recuperação centrou-se na desmontagem da parede da pocilga que limitava o monumento a nascente e ao rebaixamento geral das outras paredes, por forma a que se evidenciasse todo o monumento. A escavação efetuada na área do corredor possibilitou a recuperação da sua planta, ao mesmo tempo que se processou a desmontagem de uma já parcialmente destruída calçada, destinada a nivelar a pocilga e que cobria quase totalmente os esteios do corredor. A câmara transformada em abrigo para os animais tinha sido fechada com uma parede de pedra seca. Para libertar o monumento destes elementos descaracterizadores procedeu-se à desmontagem parcial dos muros recentes. A pedra retirada foi utilizada para calçar interiormente os esteios. Posteriormente toda a área escavada foi preenchida com terra crivada.

Dólmen do Porto Aivado – Castelo de Vide**Estado do monumento antes da intervenção:**

Um amontoado de blocos de granito é a imagem que se guarda deste monumento antes da escavação. Nenhum dos fragmentos de esteios que afloravam à superfície da terra se encontrava implantado em alvéolos. Na escavação efetuada identificaram-se dois pequenos fragmentos de esteios ainda integrados nas fossas de fixação e um outro que atendendo à profundidade a que se encontrava pareceu-nos poder considerá-lo também *in situ*. Devido às várias e profundas violações que este monumento sofreu ao longo dos tempos, não foi possível identificar mais alvéolos.

Recuperação do monumento:

O estado de destruição em que se encontrava este monumento e a ausência de negativos claramente identificados inviabilizaram a sua recuperação arquitetónica. Após a escavação deste dólmen procedemos unicamente à cobertura com terra crivada de toda a área afetada.

Dólmen do Sobral – Castelo de Vide



Anta do Sobral (Castelo de Vide) – após a sua recuperação

Estado do monumento antes da intervenção:

Este monumento, implantado junto à estrada que liga Castelo de Vide a Portalegre, apresentava-se rodeado de forte vegetação que o encobria e o chapéu encontrava-se tombado para sul.

Recuperação do monumento:

Embora não tivéssemos procedido à escavação deste monumento desenvolvemos uma curta campanha de limpeza e recuperação arquitetónica. Para além do corte

da vegetação que o encobria, com a ajuda de uma máquina recolocámos sobre o topo dos esteios o chapéu, conferindo-se assim ao dólmen do Sobral uma imagem que desde há muito havia perdido.

Dólmen da Soalheira – Alter do Chão

Estado do monumento antes da intervenção:

Este monumento encontrava-se coberto por enormes blocos de granito sobre ele depositados durante a construção duma pista para corridas de cavalos. A prévia existência de várias pedras tombada no terreno, isto é, um monumento megalítico parcialmente destruído, estimulou os operadores das máquinas durante a construção da pista de cavalos a servirem-se do mesmo local para depor as pedras que extraíam da obra. Assim, pouco se conseguia observar do monumento antes dos trabalhos de escavação e salvamento.



Anta da Soalheira (Alter do Chão)
– após a sua recuperação

Recuperação do monumento:

Depois de se proceder à remoção dos blocos de granito recentemente depositados sobre a estrutura funerária iniciámos a necessária escavação do monumento. Rapidamente nos apercebemos que se encontrava muito destruída. Esteios fraturados e tombados misturavam-se com materiais de épocas posteriores. Observou-se que durante a Idade Média e durante o Período Romano o monumento

funerário neolítico foi utilizado como espaço de abrigo e profundamente alterado estruturalmente. Concluída a escavação procedemos à colagem de dois esteios da câmara que se encontravam fraturados e também à colagem dum menhir que se encontrava fraturado na área do monumento funerário, provavelmente reutilizado durante a construção do dólmen. Como desconhecíamos o local exato de implantação original do menhir erguemo-lo no interior dum suave abatimento que se encontrava a norte do corredor do espaço funerário. Para a colagem destas peças utilizámos pivots internos e garras externas unidos com resina epóxi. A cobertura da câmara funerária encontrava-se tombada e parcialmente truncada na área envolvente. Perante a existência de apenas dois esteios inteiros na área da câmara tornava-se impossível voltar a colocar a cobertura no seu local. Assim optámos por montar duas peças metálica no local onde se situaria o esteio de cabeceira já desaparecido para, conjuntamente com os dois esteios originais poderem suportar e equilibrar as quatro toneladas de peso do chapéu granítico. Toda a área escavada foi preenchida com as terras daí extraídas e, assim, recuperou-se dum monte de pedras informes um singular monumento funerário megalítico e um menhir que se encontravam completamente perdidos.



Anta da Horta (Alter do Chão) – após a sua recuperação

Dólmen da Horta – Alter do Chão

Estado do monumento antes da intervenção:

O dólmen da Horta apresentava quatro dos seis esteios ainda existentes na área da câmara tombados para o interior. Os dois que ainda se erguiam apresentavam uma inclinação muito acentuada apenas não tinham ainda tombado porque uma velha oliveira que crescia junto ao monumento suportava o peso destas peças graníticas. Da estrutura do corredor já nada restava. A mamoa, na face poente, encontrava-se truncada até à base para nesse local se pre-

parar o terreno destinado a exploração hortícola, de onde lhe advém o seu nome, Anta da Horta.

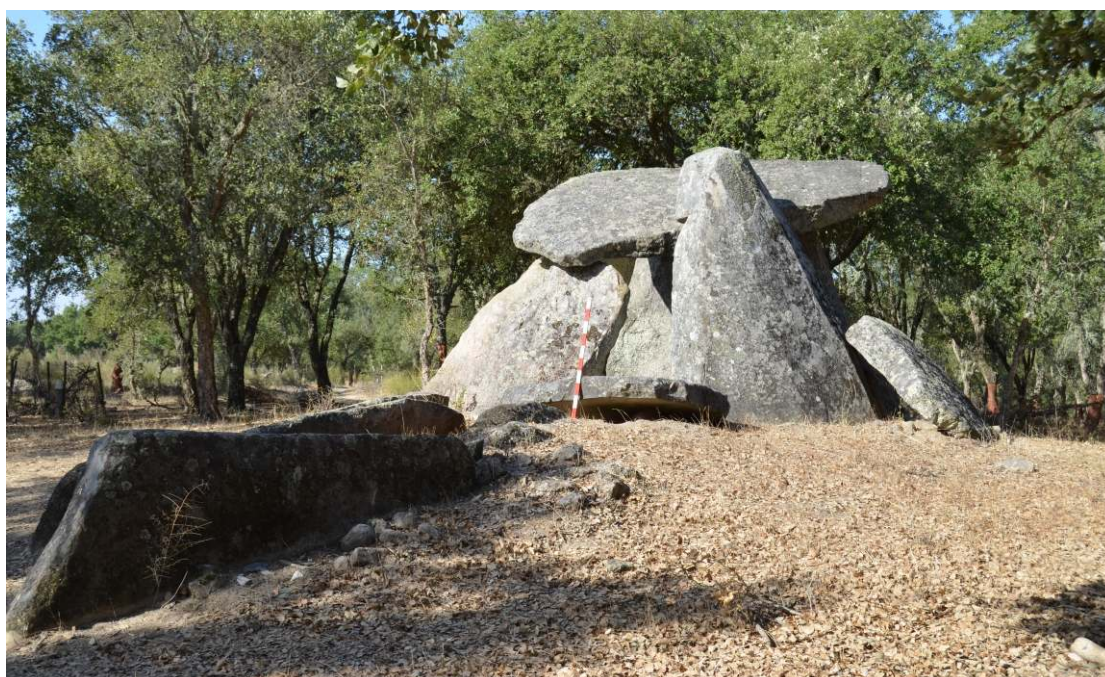
Recuperação do monumento:

Os trabalhos efetuados neste monumento destinavam-se originalmente a recuperar arquitetonicamente o dólmen para ser incluído num roteiro turístico. Assim, depois de se ter arrancado a velha oliveira procedemos à escavação integral do monumento para permitir a reimplantação dos esteios tombados nos alvéolos originais. Durante a fase de escavação foi possível recolher um espantoso espólio funerário, sobretudo na área do corredor, mas do qual já não restava nenhuma peça estrutural in situ. Os esteios da câmara e corredor foram reimplantados nos alvéolos originais e calçados com os mesmos blocos de granito que há mais de 5000 anos foram utilizados e todo o interior do monumento, até à altura do atual solo, foi preenchido com pedra e terra retirada durante a escavação. Por forma a estabilizar o corte na mamoa construiu-se um muro de pedra seca na face norte que posteriormente foi recoberto com terra. Com os trabalhos desenvolvidos neste monumento foi possível recuperar um importantíssimo espólio que hoje se exhibe em dois museus e reabilitar um monumento megalítico que se encontrava tombado e escondido sob as raízes duma velha oliveira.

Dólmen dos Saragonheiros I – Nisa

Estado do monumento antes da intervenção:

Este grande monumento faz parte duma necrópole da qual hoje subsistem quatro dólmenes. A intervenção inicial levada a cabo deste sepulcro destinava-se, apenas, a avaliar se um dos esteios do seu longo corredor era, de facto, um menhir reutilizado. Confirmada essa suposição, procedemos, posteriormente, à abertura duma sondagem por entre os fragmentos de uma grande laje de granito que identificámos a cerca de 14 metros para poente do monumento. Outra laje semelhante encontra-se, também tombada, a idêntica distância, mas para sul do dólmen. A norte do monumento encontrava-se laje idêntica, desconhecemos a que distância, mas que não há muitos anos, para facilitar os trabalhos agrícolas, foi fraturada e a maior porção removida para junto do sepulcro.



Anta dos Saragonheiros (Nisa) – após a sua recuperação

Recuperação do monumento:

Tentando perceber qual o significado destas enigmáticas lajes abrimos uma estreita sondagem por entre os fragmentos da laje situada a poente. Nas terras compactadas imediatamente abaixo desta laje encontrámos três fragmentos de recipiente cerâmico com decoração vulgarmente denominada cardial. Porque para o estudo pormenorizado deste complexo e interessante monumento necessitávamos de recursos financeiros que não estavam inicialmente previstos pela entidade financiadora (Município de Nisa), limitámo-nos a tentar recolocar, sobre os esteios da câmara do monumento o grande chapéu, que há muito, tinha descaído para o lado Sul. Esta tentativa de reposição, a pedido da autarquia, e com o auxílio de uma gigante grua e duas retroescavadoras não foi globalmente conseguida porque a altura dos esteios da câmara não era idêntica, devido à fratura de um e ao abatimento para o interior de mais dois. Conseguiu-se, pelo menos, apoiar o chapéu sobre três dos esteios da câmara evitando que a aquele que suportava sozinho todo o peso da laje de cobertura viesse a colapsar pela linha de fratura que já apresenta. Esperamos conseguir mais apoios para continuar o estudo deste impressionante monumento, mas especialmente, compreender o significado das lajes que se situam no limite da mamoa e qual a provável relação das cerâmicas atribuíveis ao Neolítico mais antigo com o sepulcro, mas sobretudo com o grande fragmento de menhir reutilizado como esteio do corredor.

Dólmenes em xisto

Dólmen dos Pombais - Marvão

Estado do monumento antes da intervenção:

A Dólmen dos Pombais apresentava-se com quatro esteios da câmara tombados para o interior e os restantes muito fraturados nos topos. O chapéu, único elemento em granito, descansava sobre os esteios tombados. Todo o seu perímetro tinha sido alvo de cortes para extração de pedra. No corredor apenas os esteios da face sul se encontravam praticamente intactos. Com a escavação efetuada na mamoa confirmou-se que esta se encontrava completamente destruída na metade norte.

Recuperação do monumento:

Para a realização da escavação no interior do monumento houve necessidade de se proceder à remoção da cobertura da câmara e ao levantamento dos esteios tombados. Aquando da queda destes, parte da mamoa que lhe servia de contrapeso foi deslocada e arrastada.

Após a escavação reimplantaram-se nos respetivos alvéolos os esteios tombados. Embora se tivesse procedido à remontagem da mamoa onde se apresentava destruída, lado sul, esta já não possuía altura suficiente para possibilitar a estabilidade dos esteios agora reimplantados. Mesmo assim, no interior dos alvéolos, consolidámos os esteios com auxílio de terra crivada e utilizámos os calços líticos originais. Para completar a estabilização da câmara funerária e de parte do corredor fomos obrigados a construir uma estrutura de pedra seca no interior do monumento à qual se encostaram estes esteios. A atual diferença de alturas dos monólitos e a truncagem no perímetro do chapéu inviabilizaram a sua reposição sobre a câmara, ficando tombado sobre a mamoa. Toda a área escavada foi recoberta com a terra crivada.



Anta da Fonte da Pipa (Nisa) – escavação

Dólmen da Fonte da Pipa – Nisa

Estado do monumento antes da intervenção:

Tal como a dólmen da Nave do Padre-Santo também esta foi afetada pela florestação com eucaliptos. Do monumento após a sua destruição nada mais restava à superfície do que alguns fragmentos de esteios tombados e dois blocos de xisto que ainda pareciam conservar-se no local original. Da mamoa nada restava. Valas profundas tinham sido abertas, quer na mamoa, quer no espaço interno do monumento.

Recuperação do monumento:

Uma cuidada escavação possibilitou recuperar os alvéolos dos esteios desaparecidos ou arrancados. Se a recuperação gráfica da planta do monumento ainda foi possível, a sua recuperação arquitetónica tornou-se completamente inviável. Apenas um fragmento de um esteio que se encontrava tombado próximo de um dos alvéolos foi reimplantado. Após a escavação toda a área foi recoberta com terra crivada.

Dólmen da Nave do Padre Santo – Nisa

Estado do monumento antes da intervenção:

Todos os investigadores que anteriormente já haviam noticiado este monumento foram unânimes ao considerá-la como a de maiores dimensões da freguesia de Montalvão. Tal como mais de duas dezenas de sepulturas megalíticas desta freguesia, também esta foi afetada pelas subsolagens para a plantação de eucaliptos. Dos esteios de xisto que formavam este sepulcro apenas um fragmento do de cabeceira se encontrava ainda implantado no alvéolo. Os restantes, muito fraturados foram dispersos por uma grande área. A mamoa foi totalmente destruída.

Recuperação do monumento:

A recuperação possível deste monumento limitou-se à definição da sua planta através dos alvéolos e à recolha do espólio que ainda se mantinha na área decapada. Foi impossível proceder à reimplantação de qualquer esteio devido ao estado de destruição geral do monumento. Por forma a evidenciar o local na atual paisagem povoada de eucaliptos procedeu-se à concentração possível dos fragmentos de esteios junto ao de cabeceira e cobriu-se toda a área com gravilha de calibre médio.

Dólmen da Lomba da Barca – Nisa

Estado do monumento antes da intervenção:

O dólmen da Lomba da Barca apresentava apenas quatro esteios da câmara. Da mamoa ainda eram visíveis vestígios junto ao esteio de cabeceira. Na área do corredor já nada restava.

Recuperação do monumento:

Com o desenvolvimento da escavação foi possível identificar, quer os alvéolos dos esteios da câmara já desaparecidos, quer os do corredor. No interior de um dos alvéolos da câmara ainda se identificou parte de um esteio. Concluída a escavação procedeu-se ao enchimento dos alvéolos com pedra miúda e construiu-se uma pequena parede de pedra seca no interior do monumento para reforço dos esteios. Toda a área escavada foi coberta com terra crivada.

Dólmen da Charca Grande de la Regañada – Cedillo



Anta da Charca de la Regañada (Cedillo) – reimplantação dum esteio do corredor

Estado do monumento antes da intervenção:

Este monumento será, eventualmente, o de maiores dimensões situado no termo Municipal de Cedillo. Quando o identificámos apenas afloravam à superfície o topo de quatro esteios da câmara e vários blocos de quartzito leitoso de dimensões médias colocados, não há muitos anos, junto aos esteios. Os depósitos destes grandes blocos de quartzito junto aos esteios resultaram da limpeza do terreno devido às práticas agrícolas. Do corredor nada era visível.

Recuperação do monumento:

No decurso da escavação deste monumento funerário foi identificado o corredor constituído por dois esteios de grande dimensão a que se juntavam na zona terminal vários outros pequenos monólitos, todos de xisto. Os de maior dimensão encontravam-se muito tombados para o interior e os mais pequenos apresentavam-se arrancados e parcialmente deslocados dos seus alvéolos. Na câmara também dois dos esteios estavam muito inclinados para o interior e um apresentava grandes fissuras na parte superior. Em toda a área envolvente da câmara e corredor foi removida a terra superficial o que nos permitiu compreender a dimensão e técnica construtiva da mamoa pétrea. No limite sul da mamoa identificámos um lajeado formado por blocos de xisto. Terminada a sondagem arqueológica promovemos a implantação nos seus alvéolos os pequenos esteios que se encontravam deslocados na zona terminal do corredor, assim como o reposicionamento dos esteios da câmara e corredor. Porque os recursos eram muito limitados procedemos à estabilização do esteio fragmentado do corredor apenas com recurso a cimento cola. Tendo-se compreendido a técnica construtiva da mamoa, procedemos à sua recuperação.

A estrutura pétrea da mamoa foi remontada recorrendo-se para esse fim aos blocos de xisto dispersos pela lavoura, sobre os quais depositámos uma camada de terra crivada. Apenas na metade norte da mamoa recolocámos uma camada de pequenos blocos de quartzo que originalmente revestiam toda a colina tumular. Esta estratégia de reabilitação do monumento foi acordada com o Ayuntamiento de Cedillo e com o parecer favorável dos arqueólogos da Junta da Extremadura. O interior do espaço funerário foi preenchido por blocos de xisto intervalados por camadas de terra crivada até meia altura



Anta da Charca de la Regañada (Cedillo) – após a sua recuperação

possibilitando, assim, a estabilização da estrutura dolménica. A restante área onde interviemos na zona da mamoa foi novamente coberta com terra crivada. No átrio do monumento identificámos outra estrutura lítica, mas que não foi devidamente compreendida para evitar que afetássemos as raízes duma velha sobreira que aí se erguia. Os esteios do monumento que foram reimplantadas nos seus alvéolos foram compactados apenas com terra crivada e com os calços originais que ainda se conservavam no local.

A estratégia adotada na remontagem da mamoa destinou-se a informar os visitantes do monumento sobre a forma de construção da colina tumular.

Dólmen da Joaninha – Cedillo

Estado do monumento antes da intervenção:

Este dólmen, totalmente obtido por lajes de xisto, que justapostas formam um monumento em forma de saco, apresentava-se relativamente bem conservado, embora, como ocorre em praticamente todos os monumentos de xisto já nenhuma cobertura do espaço funerário subsistisse. Na área envolvente do monumento observavam-se os comuns blocos de quartzo leitoso que originalmente revestiriam toda a mamoa, permitindo a sua sinalização a grande distância.

Recuperação do monumento:

Após a escavação do interior do espaço funerário e de um sector da mamoa, que nada afetou a estrutura funerária, procedemos à reposição das terras no interior do monumento e recobrimos a sondagem da mamoa com a mesma terra. Procedemos, igualmente ao carreamento dos blocos de quartzo que se dispersavam para além do perímetro da mamoa para junto monumento e, finalmente com pilares de madeira e rede ovelheira delimitamos o monumento evitando que trabalhos agrícolas o viessem a afetar.

Dólmen da Eira dos Guardas – Cedillo**Estado do monumento antes da intervenção:**

Este pequeníssimo monumento funerário apresentava todos os seus diminutos esteios abatidos para o interior, selando, praticamente o acesso ao seu interior. Da mamoa observavam-se alguns blocos de quartzo leitoso dispersos pela área envolvente.

Recuperação do monumento:

Desde a nossa identificação deste monumento a comunidade rural sempre nos disse que se tratava dum "hornillo" feito pelos portugueses que no seu interior confeccionavam as refeições na época da ceifa. Na verdade, assim que iniciámos a remoção dos esteios tombados para o interior identificámos várias camadas de cinza e fragmentos dum "prato ratinho". Só a maior profundidade conseguimos identificar materiais líticos neolíticos, contemporâneos, portanto, da construção do pequeno sepulcro.



Dólmen da Eira dos Guardas – Cedillo – Escavação

A reabilitação do monumento resumiu-se à colocação na posição original dos pequenos esteios nos seus alvéolos sendo compactados por terra crivada e ao preenchimento do espaço funerário também por terra crivada. Por fim carregámos para junto do monumento os blocos de quartzo que se dispersavam para lá da área da mamoa.

Dólmen dos Quatro Lindones – Cedillo**Estado do monumento antes da intervenção:**

Este monumento que se localiza no limite de quatro antigas propriedades, situação da qual decorre o seu nome, apresentava a estrutura lítica suficientemente estável embora no interior se reconhecessem vários abatimentos resultantes de antigas violações.

Recuperação do monumento:

Após a escavação do interior do monumento e da abertura de sondagens na área da mamoa, o interior foi preenchido com blocos de quartzo que se dispersavam na área envolvente, decorrente da destruição da mamoa devido aos trabalhos agrícolas. Posteriormente foi recoberta a área escavada da mamoa e também o interior do espaço funerário com a terra crivada.

Metodologia genérica adotada na escavação e reabilitação de menhires

Para além das ações de reabilitação em monumentos megalíticos funerários também efetuámos a reabilitação de vários menhires no norte do Alentejo que a seguir, sumariamente, descrevemos. Os trabalhos de escavação desenvolvidos junto à base dos menires da Água da Cuba, Carvalhal, Meada, Patalou e Saragonheiros obedeceram, genericamente, a metodologias idênticas. Em qualquer destas ações procurou compreender-se o processo de implantação e de fixação do monólito, a par da recolha de elementos que, de alguma forma, pudessem contribuir para a sua datação. Antes de se efetuar qualquer

movimentação de solos, para além do levantamento topográfico e fotográfico e da limpeza por raspagem do coberto vegetal, estabeleceram-se dois eixos ortogonais, orientados nos sentidos Norte-Sul e Este-Oeste, magnéticos, fazendo-se coincidir a sua interseção com uma zona o mais próximo possível da base do monumento. Paralela a estes dois eixos estabeleceu-se uma rede de quadrículas de 2 X 2 metros de lado.



Menhir do Patalou (Nisa) – antes da sua recuperação

O posicionamento do monólito o mais próximo da interseção dos dois eixos possibilitou que se desenvolvesse a escavação em quadrados alternados, obtendo-se assim vários cortes estratigráficos. Atendendo-se a rocha e registados gráfica e fotograficamente as estratigrafias, iniciava-se a decapagem dos outros quadrados opostos, por unidades estratigráficas. Se o processo inicial de escavação foi idêntico em todos os menires estudados, o seu desenvolvimento foi já completamente diverso. No menir da Água da Cuba guardou-se como testemunho o quadrante sudeste, procedendo-se à escavação dos outros três quadrantes até se atingir o solão, formado por um granito muito alterado. Nas imediações da base deste monólito, e sobre o solão, identificámos alguns blocos de granito, algo rolados, geralmente a uma profundidade que variava entre os setenta e os oitenta centímetros. Estes blocos de origem coluvial e com evidentes sinais de meteorização nada tinham a ver com a implantação do menir.

Na escavação efetuada junto do menir do Carvalhal utilizou-se a mesma metodologia, embora não se tivesse guardado mais reserva que não fosse a metade sul da fossa de implantação. A escavação em toda a área deste monólito justificou-se pela necessidade que tínhamos de confirmar a existência, ou não, de alvéolos, ou ortóstatos fraturados nas suas imediações e que possibilitasse esclarecer, de vez, se se tratava dum menhir-estela, ou do último esteio sobrevivente de algum dólmen, como alguns investigadores afirmavam.

Os trabalhos desenvolvidos em torno do menir da Meada decorreram de forma idêntica aos anteriormente descritos. A ação de recuperação programada para este monólito implicou a integral escavação da área envolvente e a desmontagem de toda a estrutura de apoio que se incluía no estreito alvéolo. Numa área de dezasseis metros quadrados em torno do fragmento ainda implantado, extraiu-se toda a terra, ficando a descoberto o solão de base.

No menhir do Patalou, porque se encontrava tombado houve necessidade de se escavar toda zona onde situava o alvéolo, mas, mesmo assim preservou-se como testemunho o quadrante sudoeste.

O menhir dos Saragonheiros porque se encontrava incorporado na estrutura do corredor do dólmen, com o mesmo nome, obrigou a uma escavação integral da área envolvente por forma a avaliar se o seu alvéolo original deste menhir se encontrava nas imediações, o que não se veio a registar. Vejamos agora, mais pormenorizadamente, os trabalhos desenvolvidos na reabilitação de dois dos menhires mais significativos desta região e que permitiram datá-los, o Menhir da Meada e o Menhir do Patalou.



Menhir dos Saragonheiros (Nisa) – escavação

Menir da Meada – Castelo de Vide

Estado do monumento antes da intervenção:

O menir encontrava-se fraturado em duas partes. A maior tombada para poente pouco se afastava da parte ainda incluída no alvéolo. Este fragmento, de menores dimensões, apresentava uma ligeira inclinação também para poente. As superfícies de contacto encontravam-se muito deterioradas, quer pela ação dos elementos, quer pela ação do fogo.



Menhir da Meada (Castelo de Vide) – antes da escavação

Recuperação do monumento:

Constatado que o alvéolo e os calços existentes eram insuficientes para garantir a estabilidade necessária ao equilíbrio de todo o monumento, procedeu-se ao alargamento do alvéolo e à colocação na vertical do fragmento ainda introduzido na fossa de fixação. Este alvéolo foi alargado em cerca de cinquenta centímetros em torno do monólito, construindo-se com cimento, pedra, brita e areia uma sapata suficientemente sólida. Esta estrutura de consolidação atingiu uma altura de 130 centímetros desde a base do menir. Em forma de calote de esfera possui um diâmetro de cerca de 3,20 metros, envolvendo completamente o monumento. Após duas semanas de secagem retomaram-se os trabalhos com a abertura de três furos transversais à base do menir onde se introduziram três barras de aço envolvidas em resina epóxi e pó de granito para consolidação de uma linha de fratura. Todas as fissuras foram fechadas com a mesma cola e o mesmo pó de pedra. Consolidada a fratura procedeu-se à preparação das superfícies de contacto. O elevado grau de deterioração da rocha obrigou à extração de uma camada de cerca de dez a quinze centímetros em ambas as superfícies. Quando se obtiveram superfícies estáveis abriu-se em cada



Menhir da Meada (Castelo de Vide) – construção de sapata de betão



Menhir da Meada (Castelo de Vide) – união das duas porções

uma um furo centrado onde se introduziu um cilindro de aço tratado com 4,5 centímetros de diâmetro e 120 centímetros de comprimento. Ao fragmento do menir que se encontrava tombado colou-se, de imediato e com os produtos anteriormente descritos, o *pivot* central. No fragmento *in situ* procedeu-se à abertura de um furo com o dobro do diâmetro da barra de aço. Esta diferença de diâmetro destinou-se a possibilitar a afinação de acerto no momento da união. Cerca de quinze centímetros abaixo do relevo identificador da glândula pênica que se observa na extremidade do menhir abriram-se quatro furos destinados a receber as garras de amarração para levantamento do bloco de granito que se encontrava tombado. A união dos dois fragmentos que começou a ser preparada desde o dia 14 de Junho de 1993 efectivou-se, unicamente, no dia 25 de Setembro, com o auxílio de duas máquinas cedidas por uma pedreira local. Ao fim de várias tentativas foi possível erguer a parte superior e uni-la à restante através, mais vez, de resina epóxi que envolveu o pivot central e os calços de granito que entre as duas partes foi necessário colocar para estabelecer o equilíbrio de todo o conjunto. Cinco garras de aço embutidas na face exterior reforçaram a união. Algum cimento, cola de pedra e pequenos blocos de granito possibilitaram o enchimento necessário para a recomposição do menhir e ganhar o perfil mais próximo do original. Conseguiu-se, assim, recuperar o maior menhir da Península Ibérica e o primeiro a ser datado.



Menhir da Meada (Castelo de Vide) – 30 anos após a sua recuperação

Menhir dos Patalou – Nisa

Estado do monumento antes da intervenção:

O menhir do Patalou encontrava-se tombado numa suave encosta virada a Este. Com quatro metros de comprimento este bloco granítico de forma assumidamente fálica apresentava na superfície superior vestígios de quatro covinhas. Junto ao menhir ergue-se uma jovem sobreira.

Recuperação do monumento:

Em colaboração com o Município de Nisa programou-se um projeto de reimplantação deste menhir tendo como principal objetivo a sua fruição pública. Paralelamente, importava identificar eventuais materiais datáveis que nos ajudassem a posicionar cronometricamente a ereção do monólito e perceber a técnica de implantação no terreno. Mais uma vez procurou-se deixar uma reserva científica o que nos levou a escavar apenas três quadrantes determinados pela interceção dos dois eixos ortogonais organizadores da escavação que se cruzavam junto à base do menhir. Durante a escavação foi possível identificar uma lamela em sílex e um bloco de corneana naturalmente afeiçãoada que terá sido utilizado para abrir, originalmente, o alvéolo de fixação do menhir. Também no fundo do alvéolo em condições excecionais de conservação, numa concentração de argila com que foi estabilizado o menhir recolheu-se uma pequena porção de madeira carbonizada que submetida a datação resultou na idade de: Cal BP 6290 a 6185, data que veio confirmar a anteriormente obtida para o Menhir da Meada de: Cal BP 6960 a 6760. Estas datações únicas para este tipo de monumentos, vieram confirmar o que há já alguns anos se

considerava como aceitável que era a muito maior anterioridade dos menhires isolados em relação aos dólmens. Efetuada a escavação havia que reerguer o menhir no alvéolo original. Contudo, porque o solo atual apresenta uma potência significativamente inferior ao que existiria nos inícios do 5º milénio antes de Cristo, haveria que aprofundar e, por esse motivo destruir o registo do alvéolo original para se obter uma fossa que sustentasse de pé e em segurança os 4 metros de altura deste monumento. Por outro lado, junto ao alvéolo original encontra-se uma sobreira cujas raízes invadiram toda a área. Para reerguermos o menhir no mesmo local seríamos obrigados a abater a árvore que é uma das espécies protegidas pela lei portuguesa. Assim, para evitar a destruição do alvéolo original e o abate da sobreira, optámos por reerguer o menhir a seis metros para norte do local original, colocando-se nesse sítio um pequeno marco granítico que informa o posicionamento primitivo do monumento. Para a reimplantação do menhir procedeu-se à abertura duma fossa com 80 centímetros de profundidade, que corresponde à extensão da porção do monólito que originalmente estava inclusa na terra e que nos foi possível detetar pela análise do desgaste da superfície do menhir que estava em contacto como o solo.

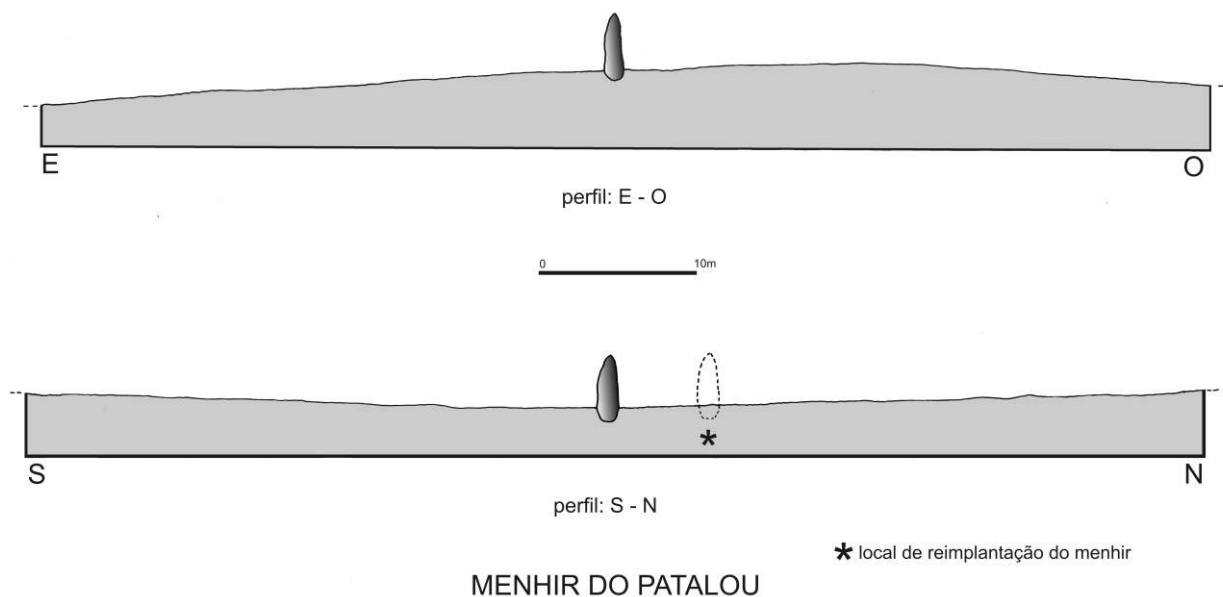


Menhir do Patalou (Nisa) – identificação do alvéolo



Menhir do Patalou (Nisa) – em fase de reimplantação

Durante a escavação percebemos que para a fixação original do menhir apenas foi utilizada, no interior do alvéolo argila compactada sem recurso a qualquer calço de pedra. Assim, na nova reimplantação socorremo-nos apenas de pó de pedra recolhido numa pedreira próxima, compactado com auxílio de água. Ficou, assim, reerguido o Menhir do Patalou, junto do qual se montou um painel explicativo para informação de todos os que quiserem visitar o monumento.



Menhir do Patalou (Nisa) – perfis



Menhir do Patalou (Nisa) – após a sua recuperação

Conclusão

A diversidade de situações em que se encontram os monumentos contribuiu para que não se tivesse recorrido a uma única metodologia de escavação. A melhoria do equipamento, a nossa crescente experiência e a problematização das situações decorrentes das diversas ações contribuíram também para que diferentes formas de abordagem dos monumentos fossem ensaiadas. Procurou-se, acima de tudo, recolher o maior número de informações evitando colocar em perigo a estabilidade arquitetónica. Na recuperação das sepulturas megalíticas procuraram-se sempre soluções reversíveis. Nunca se utilizaram materiais exógenos. Constatou-se que a recuperação dos monumentos afetados pela plantação de eucaliptos só muito parcialmente é possível efetuar. Como causas para essa dificuldade encontramos o elevado grau de destruição das mamoadas e fratura dos esteios e a fragilidade do xisto em que foram talhados. O recurso à construção de muros de pedra seca foi o processo mais utilizado na recuperação dos alçados originais. Se excetuarmos o Dólmen do Sobral e em parte o dos Saragonheiros 1, em mais nenhum caso foi possível proceder à colocação da cobertura sobre os esteios da câmara sem recurso a escavação prévia. Este facto ficou-se a dever, não tanto à dificuldade de os elevar, mas às diferentes alturas que hoje os esteios apresentam, sendo necessário, na maioria das vezes proceder à sua reimplantação e isso só é possível com recurso à escavação integral do monumento. A recuperação de falhas nas mamoadas só foi executada em monumentos onde conhecíamos a técnica utilizada. Procurou-se, naturalmente, evitar a implantação de esteios em alvéolos aos quais não tivéssemos a certeza de pertencerem. Preferimos manter tombados os elementos líticos de um dólmen a inventar um novo monumento.



Anta da Soalheira (Alter do Chão) – após a sua recuperação

A recuperação dos menhires implicou, como vimos, estratégias diferentes. O da Meada foi o que obrigou a uma metodologia mais intrusiva, mas a sua grande volumetria e sobretudo o estado de fissuração do granito obrigou-nos a utilizar técnicas de colagem e fixação que dificilmente serão reversíveis. Pelo contrário, no menhir do Patalou tudo foi preservado, desde a fossa de implantação original à técnica de implantação.

Ao longo de quase quarenta anos de direção de trabalhos arqueológicos maioritariamente dedicados ao megalitismo procurámos sempre apreender o máximo de informação possível durante a fase de escavação mas, paralelamente, nunca descurámos a obrigatória necessidade de consolidar, ou reabilitar os monumentos objeto de estudo, sacrificando, muitas vezes mais tempo e dinheiro com essas ações do que com a investigação propriamente dita, tentando sempre responder às normas expressas na "Carta de Veneza", aprovada pelo ICOMOS, em 1964.

Bibliografia

- CANINAS, J.C. Pires e HENRIQUES, F.J. (1985); Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa, in *Actas das 1as. Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.
- BUENO, Primitiva (1988); Los Dolmenes de Valencia de Alcantara, Excavaciones Arqueologicas en España nº155, Ministerio de Cultura, Madrid.
- DIAS, Ana Carvalho e OLIVEIRA, Jorge Manuel, (1981); *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*, Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.
- LEISNER, George e Vera (1956); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (1)*, Walther de Gruyter, Berlin.
- Idem, (1959); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (2)*, Walther de Gruyter, Berlin.
- Idem, (1965); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (3)*, Walter de Gruyter, Berlin.
- Lopes, Flávio; Gouveia, Miguel Brito (1964); Tradutores da *Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*, ICOMOS, Veneza, 25 a 31 de Maio de 1964.
- Oliveira, Jorge de; Dias, Ana C. (1981); *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*, Edição da Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.
- Oliveira, Jorge de (1995); *Sepulturas Megalíticas del Termino Municipal de Cedillo - Provincia de Cáceres* - Edicion del Ayuntamiento de Cedillo, Cáceres.
- Oliveira, Jorge de (1997); *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, 1º Vol. - edição bi-lingue, patrocinada pelas Câmaras de Marvão, C. de Vide, Nisa, V. de Alcântara, Herrera de Alcântara e Cedillo e pela Delegação Regional do Ministério da Cultura, Ed. Colibri, Lisboa.
- Oliveira, Jorge de (2006); *Património Arqueológico da Coudelaria de Alter*, Ed. Colibri / Universidade de Évora, Lisboa.
- OLIVEIRA, Jorge de; PARREIRA, João; PEREIRA, Sérgio (2007); *Nova Carta Arqueológica de Marvão*, Nº. especial da *Ibn Maruán*, Ed. C.M. de Marvão / Ed. Colibri.
- OLIVEIRA, Jorge (1993); "Territórios e Variabilidade Megalítica no Nordeste Alentejano", *Actas do 1.º Encontro – Transformação e Mudança*, UNIARQ, Cascais-Lisboa.
- OLIVEIRA, Jorge (1993); "Reutilizações e Reaproveitamentos de Materiais em Sepulturas Megalíticas do Nordeste Alentejano", *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. I, Porto.
- OLIVEIRA, Jorge (1996); "Datas absolutas de monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever", *Actas do 2º Congreso de Aqueologia Peninsular*, Zamora.
- OLIVEIRA, Jorge (1996); "As pequenas antas de Montalvão e Cedillo", *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo de Monsaraz*, C.M. de Reguengos de Monsaraz e UNIARQ, Lisboa.
- OLIVEIRA, Jorge; OLIVEIRA, Clara (1999); "Continuidade e Rupturas do Megalitismo no Distrito de Portalegre", *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol III, ADECAP, Porto.
- OLIVEIRA, Jorge (1999); "Economia e Sociedade dos Construtores de Megálitos da Bacia do Sever", *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol III, ADECAP, Porto.
- OLIVEIRA, Jorge de (2001); "O Megalitismo de Xisto da Bacia do Sever Montalvão – Cedillo", *Muitas antas pouca gente? Trabalhos de Arqueologia* 16, IPA, Lisboa. 2001
- OLIVEIRA, Jorge de (2003); "A arte rupestre no contexto megalítico Norte-Alentejano", *Sinais de Pedra*, Fundação Eugénio de Almeida, (ed. electrónica).
- OLIVEIRA, Jorge de; Moitas, E; OLIVEIRA, Clara (2007); "Monumentos Megalíticos do Concelho de Arronches", *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. (no prelo)
- OLIVEIRA, Jorge de (2007); "Coudelaria de Alter – 3 anos de trabalhos arqueológicos", *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. (no prelo)
- OLIVEIRA, Jorge de; RIBEIRO, Margarida; PINTO, Mário (2007); "Património Arqueológico em Nisa - Revisão do PDM", *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. (no prelo)
- OLIVEIRA, Jorge de (2007); The Tombs of the Neolithic Artist-Shepherds of the Tagus Valley, *Actas da I Reunión de Estudios sobre la prehistoria reciente en el Tajo internacional*, BAR nº S 1765.

- OLIVEIRA, Jorge de (1995); "A Recuperação do Menir da Meada - Castelo de Vide", *Ibn Maruán*, n.º 5, Câmara Municipal de Marvão.
- OLIVEIRA, Jorge de (1998); "Antas e Menires do Concelho de Marvão", *Ibn Maruán*, n.º 8, Câmara Municipal de Marvão.
- OLIVEIRA, Jorge de (2000); "A Anta II de S. Gens – Nisa", *Ibn Maruán*, n.º 9/10, Câmara Municipal de Marvão.
- OLIVEIRA, Jorge de (2000); "A Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide", *Ibn Maruán*, n.º 9/10, Câmara Municipal de Marvão.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2000); "Menires do Distrito de Portalegre", *Extremadura Arqueológica*, Número Especial de Homenagem a Elías Diegués, Cáceres.
- *Coureleiros*, (brochura de informação turística), C.M. de Castelo de Vide.

Reabilitar Megalitismo... Recuperar Património: 25 anos de investigação

Leonor Rocha

Universidade de Évora, CHAIA [2023] – Research financed with
Nacional Funds through FCT – Portuguese Foundation for
Science and Technology, within the scope of the fallow projects:
Ref.^a UIDB/00112/2020

Resumo:

Pretende-se, com este trabalho, apresentar alguns exemplos de reabilitação de monumentos megalíticos realizados pela signatária desde 1998, no âmbito de inúmeros projetos de investigação.

O estudo científico de um qualquer monumento megalítico passa por diferentes tipos de ações, desde a sua identificação, à escavação, estudos gerais e/ou específicos sobre espólios e arquiteturas, que deve terminar, sempre que possível, com a sua valorização e fruição pública.

Nesta perspetiva, os trabalhos arqueológicos realizados podem incidir sobre monumentos que, à partida, já se encontram em evidente estado de degradação ou, pode ser no âmbito da escavação que, por razões várias, venham a surgir problemas estruturais. Em qualquer dos casos, acaba por se verificar a necessidade de se proceder a ações de conservação/ reabilitação para os quais, muitas vezes, o arqueólogo não possui o adequado apoio técnico, mas que tem de executar da melhor forma.

Refletir sobre mais de 25 anos de trabalhos de conservação e restauro realizados em monumentos megalíticos, funerários e não funerários, no Alentejo, analisando o modo como se procedeu a diferentes reabilitações em termos estruturais e os respetivos resultados, parece-nos ser importante no sentido de avaliar ações antigas, mas, também, melhorar intervenções futuras.

Palavras-chave: Recuperar; Reabilitar; Megalitismo; Alentejo; Portugal

«Património:

é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.»

Carta de Cracóvia 2000, Cracóvia (Polónia), 26 de outubro de 2000.

Um Quarto de Século em torno do Megalitismo Alentejano

O meu interesse pelas questões relacionadas com o megalitismo ocorreu muito cedo, logo em 1988, no 1º ano da Faculdade, nas aulas da disciplina de Pré-História, com o Professor Victor dos Santos Gonçalves que contribuiu, de forma decisiva, para o meu gosto por esta temática e que se veio a tornar o meu orientador nas fases seguintes do meu percurso académico, mestrado e doutoramento.

Ouvir falar de antas, monumentos que até então nunca tinha conhecido no terreno, das suas arquiteturas e espólios, era sem dúvida um tema que me fascinava pelo que, no verão do ano seguinte já estava a participar em trabalhos de prospeção no Alentejo e, em 1990 (e anos seguintes), participava na escavação de um dos monumentos mais complexos em termos de arquitetura e de espólios do Alentejo Central, a Anta 2 do Olival da Pega (OP2), em Reguengos de Monsaraz.

Procurar compreender as problemáticas associadas ao Megalitismo, a relação do mundo não funerário com o funerário, a sua distribuição espacial, as suas arquiteturas, orientações, espólios acabou por se tornar um percurso de investigação, que se iniciou em 1994, precisamente num dos grupos megalíticos mais conhecidos, o de Pavia e que depois se estendeu ao Alentejo porque, para se compreender dinâmicas temos de analisar a folha não apenas no ramo e árvore onde se encontra mas, também, no contexto da sua floresta...

Sítios e problemáticas

Desde 1994, altura em que, como referi anteriormente iniciei os primeiros trabalhos em monumentos funerários, mais precisamente em sepulturas tipo cista (Poço do Cortiço, Alandroal) que, ao contrário do que se esperava não eram da Idade do Bronze mas sim do Período Romano (Rocha, 1995), e que foram escavadas por estarem em contexto de emergência (destruição por ação fluvial) que optei, maioritariamente, não por me dedicar a investigar grandes monumentos, muito bem conservados, mas sim pelos que, de algum modo, se encontravam ameaçados ou mesmo ruína. Naturalmente que esta opção acabou por comportar vários constrangimentos...por um lado a escassez de informação científica e, por outro, a constante necessidade de realizar ações de conservação/valorização.

Na realidade, o megalitismo funerário alentejano sempre padeceu de vários problemas derivados essencialmente da existência de um conjunto (significativo) de monumentos que foram escavados ao longo do séc. XX sendo que, muitas vezes, no âmbito dessas intervenções se retiravam esteios e/ou tampas para facilitar aos trabalhos. A sua não recuperação, posterior, conjugada com a existência de trabalhos agrícolas de maior porte, com recurso a maquinaria mais pesada, acarretou danos significativos a este património, sobretudo às estruturas mais pequenas ou mais fragilizadas.

Em termos do estudo do megalitismo alentejano, depois de uma primeira fase de grande dinâmica arqueológica, derivado dos trabalhos de J. Leite de Vasconcelos, V. Correia, M. Heleno e o casal Leisner, o século XX entra, na segunda metade, num período com menos trabalhos e menor número de projetos de investigação, à exceção dos realizados no Norte Alentejano pelo Professor Jorge de Oliveira e os realizados no concelho de Reguengos de Monsaraz, pelo Professor Victor Gonçalves.

Nas primeiras décadas deste século, este tema ganha novo fôlego devido, sobretudo, ao elevado número de trabalhos realizados no âmbito de projetos de AIA (em que se destaca o Projeto Alqueva) que, nalguns casos permitiu recuperar e valorizar monumentos.

Numa abordagem às arquiteturas dos monumentos megalíticos devemos, em primeiro lugar, entender que a sua biografia não se esgota na sua construção e utilização original. Como referem Jean-Pierre Mohen e Chris Scarre *"cada sepultura possui a sua própria história. Esta história decompõe-se em três etapas. A função original, tal como foi planificada pelos construtores (.../...) por vezes impossível de apreender. As utilizações posteriores misturam os traços da primeira ocupação (.../...) a escavação constitui a última etapa"* (Mohen e Scarre, 2002: 142). Esta longa história de sobrevivência desses monumentos ao longo dos milénios teve, efetivamente, diferentes consequências em termos estruturais.

Os dados compilados no decurso dos meus trabalhos, testemunham diferentes momentos da vida destes monumentos, resultante da "atração" que os mesmos exerceram sobre as populações que foram habitando estes espaços ao longo dos tempos. Esta traduz-se, frequentemente na sua reutilização, que em muitos casos pode conduzir ou a alterações na sua arquitetura inicial ou, em casos mais graves, conduziu à sua destruição parcial ou total.

Neste contexto, as pequenas sepulturas megalíticas são aquelas que, apesar de aparentemente terem sido as que menos alterações sofreram alterações nas suas arquiteturas originais, acabaram por ser, as mais danificadas com a introdução de uma agricultura mecanizada. As antas de corredor, por outro lado,

apresentam uma maior variabilidade de afetações, seja pela reutilização dos seus elementos pétreos para outras construções, seja pela destruição de partes dos seus componentes (sobretudo os corredores e mamoadas), seja pela sua reutilização/remodelação, com a construção de nichos, compartimentos, estruturas anexas, entre outras, como exemplifica a anta do Olival da Pega 2, (Gonçalves, 1999), em Reguengos de Monsaraz.

Em termos gerais, quando analisamos os dados disponíveis sobre estas estruturas megalíticas funerárias e não funerárias, estes apontam para um conjunto bastante alargado de sítios que sofreram afetações pelo que muitos necessitam de intervenções de conservação e restauro urgentes.

Monumentos intervencionados

Considerando que, por restauro, se entende um conjunto de ações que visam devolver ao monumento a sua arquitetura primitiva, no todo ou em parte, visando não só a sua recuperação, mas, também a sua valorização, de modo a poder prolongar-se a sua permanência no tempo e no espaço, foram considerados para o presente trabalho apenas o conjunto de sítios em que existiu uma intervenção de recuperação mais significativa no âmbito dos trabalhos que realizei ou individualmente ou como co-responsável.

Alinhamento do Monte da Têra (Pavia, Mora). 1996-1998

O alinhamento do Monte da Têra localiza-se na freguesia de Pavia, concelho de Mora, distrito de Évora; as coordenadas U.T.M. (C.M.P. 409, esc. 1: 25 000) são M = 213871 | P = 213938 e com uma altimetria de 164 m.

O monumento foi identificado em janeiro de 1996 (L. Rocha e M. Calado), durante trabalhos de prospeção que se vinham a desenvolver na freguesia de Pavia. Eram visíveis à superfície cinco monólitos de granito, tombados para Sul e alinhados (Fig. 1). Os trabalhos de escavação realizados no verão do mesmo ano permitiram identificar uma estrutura pétrea contínua, tipo calçada, onde se encontravam embutidos os alvéolos dos menires (Rocha, 2000).



Figura 1. Aspeto do Alinhamento da Têra em 1996

Apesar desta estrutura se encontrar praticamente à superfície, por estar protegida pelos monólitos tombados, encontrava-se muito bem conservada (Fig. 2) o que permitiu constatar que, originalmente, este alinhamento seria constituído por nove menires, uma vez que existiam mais quatro alvéolos.



Figura 2. Pormenor da implantação, in situ, de um dos menires na estrutura.

No decurso da escavação os menires foram removidos dos seus alvéolos, de forma manual, de modo a poder compreender-se a sua construção e modo de implantação.

No final dos trabalhos arqueológicos, procedeu-se à reposição dos menires nos respetivos alvéolos (1998), com o auxílio de cordas, troncos, cintas específicas em material resistente e não abrasivo com o apoio de meios mecânicos (Fig. 3). Neste caso concreto não houve necessidade de se realizar qualquer trabalho de restauro uma vez que os cinco monólitos estavam intactos.

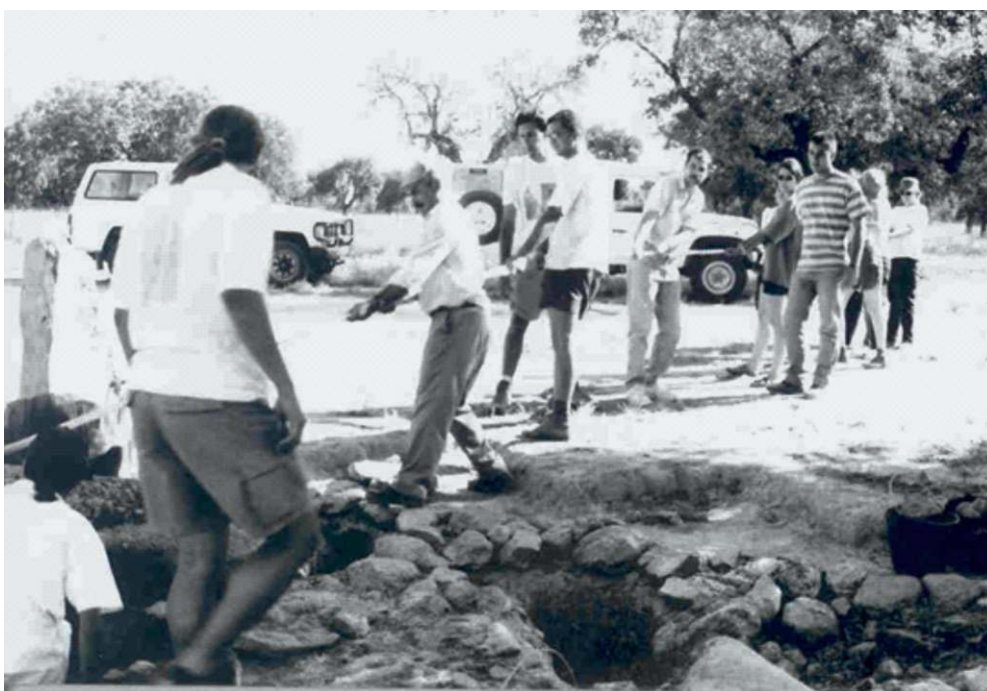


Figura 3. Trabalhos de reposicionamento de um dos menires.



Figura 4. Aspeto do Alinhamento do Monte da Têra, na atualidade

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Recinto de Vale d' El Rey (Pavia, Mora). 2001-2002

O recinto megalítico de Vale d'El Rey (ou Rei) é ainda conhecido por cromeleque do Monte das Figueiras atendendo à existência de duas notícias sobre a sua identificação, a primeira pelo casal Leisner (Leisner e Leisner, 1956) e, a segunda pela equipa dos serviços Geológicos de Portugal (Zbyszewski *et al.*, 1977).

Localiza-se na freguesia de Pavia, concelho de Mora, distrito de Évora; as coordenadas U.T.M. (C.M.P. 409, esc. 1: 25 000) são M = 211940 | P = 214930 e com uma altimetria de 166 m.

O monumento que se encontrava em excelente estado de conservação (Fig. 5) foi desmantelado nos finais dos anos 70 do séc. XX, durante o período de ocupação da herdade. Os menires ficaram então amontoados nas imediações do local original (Fig. 6).

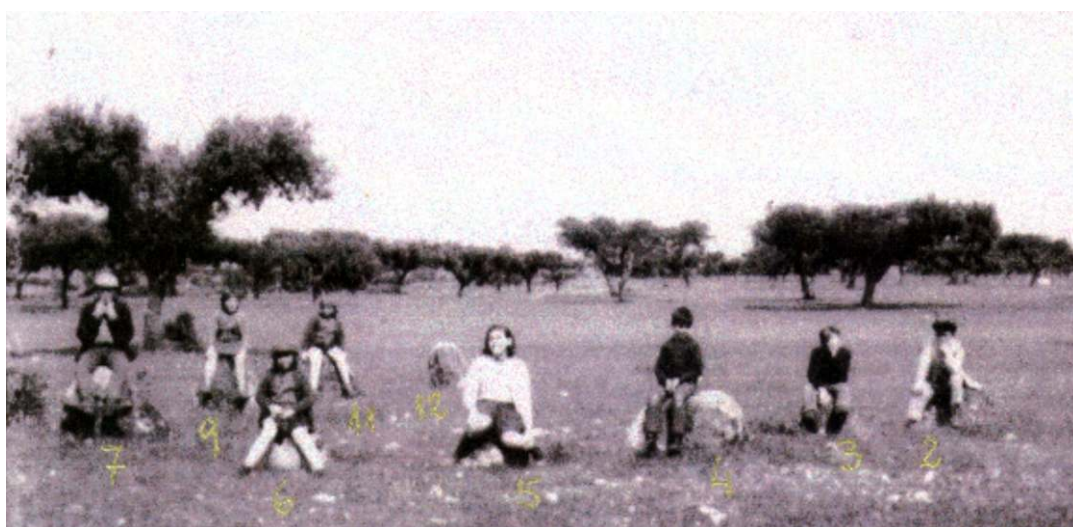


Figura 5. Família Mexia d'Almeida no Recinto (meados séc. XX)



Figura 6. Estado do monumento em 1997



(@Calado, 2004)

Figura 7. Pormenor do alvéolo da base truncada do Menir 2, no decurso da escavação



Figura 8. Recinto de Vale d'El Rey, na atualidade

Anos mais tarde, quando se estava a escavar o Alinhamento da Têra, o proprietário da Herdade da Têra demonstrou o seu desejo de recuperar este monumento o que conduziu à realização, em 2002, de uma escavação (M. Calado e L. Rocha) na área onde, conjugando as fotografias antigas da Equipa dos Serviços Geológicos e da família Mexia d'Almeida, das plantas realizadas e de informação oral, se considerava estarem localizados os alvéolos (Calado, 2004).

Como diria V. Correia, "circunstâncias felizes" permitiram que, apesar da remoção mecânica dos menires, os seus alvéolos não só não ficaram muito afetados como o fato de alguns menires se terem partido, pela base (Fig. 7), possibilitou que, com a conjugação dos dados anteriormente referidos, fosse possível identificar a sua posição original.

Assim, no caso deste recinto, depois de localizada a localização original dos menires, foram removidos os fragmentos existentes nos alvéolos de modo a poder realizar-se o trabalho de colagem, que foi realizado sob a coordenação não de um especialista em restauro, mas de um especialista em rochas (escultor). Foi utilizada cola específica para matérias rochosas com adição de pó de pedra (granito) que assegurou não só a estabilidade do restauro, mas, também, a sua invisibilidade.

Na fase final, procedeu-se aos trabalhos de reposicionamento dos doze menires nos respetivos alvéolos, com o auxílio de cordas, troncos, cintas específicas em material resistente e não abrasivo e, também uma retroescavadora.

Atualmente o monumento continua bem preservado (Fig. 8), mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Recinto Megalítico do Alto da Cruz (Brotas, Mora). 2011-2012

O Recinto Megalítico do Alto da Cruz, constituído por seis menires, todos tombados (Fig. 9), foi identificado pela signatária e Pedro Alvim, em 2011 (Alvim e Rocha, 2011). Este sítio está associado a um menir isolado, também tombado (Fig. 10), identificado em 2002, no decurso de trabalhos de prospeção (Rocha, 2005a). Localizam-se na freguesia de Brotas, concelho de Mora, distrito de Évora; as coordenadas U.T.M. (C.M.P. 409, esc. 1: 25 000) são, respetivamente, M= 200947 | P= 207850 e com uma altimetria de 186m, M= 201266 | P= 207882 e com uma altimetria de 193m. (Alvim e Rocha, 2011; Rocha, 2021b)

A intervenção arqueológica realizada em 2012 incidiu no recinto, de planta cruciforme, e no menir isolado. Durante a escavação foi necessário deslocar os menires, de forma manual, através de postes (madeira), com exceção dos menires 3 e 7 que, devido ao seu peso, tiveram de ser movimentados por meios mecânicos, com o apoio de cintas não abrasivas.

Os trabalhos realizados no conjunto de menires do Alto da Cruz permitiram verificar que os monólitos se encontravam tombados sobre as suas estruturas de fundação originais, embora em dois menires não tenha sido possível identificar, com clareza, os alvéolos (Rocha, 2021a). Na fase final, procedeu-se aos trabalhos de reposicionamento de quatro dos menires do Recinto (ficaram deitados os dois que não foi possível ter a certeza sobre os seus alvéolos) e reposicionados quatro (Fig. 11). Também o menir isolado, que se encontrava com a base *in situ*, foi possível recuperar.

Neste caso, apesar dos trabalhos de recuperação e valorização do monumento terem envolvido, também, meios mecânicos (retroescavadora) devido à dimensão de alguns dos monólitos, a maior parte do trabalho foi realizado com o auxílio de troncos, cordas e cintas específicas em material resistente e não abrasivo. Como nenhum dos menires se encontrava fraturado não existiu a necessidade de se proceder a trabalhos de restauro dos monólitos.



Figura 9. Recinto do Alto da Cruz após limpeza da vegetação, em 2012



Figura 10. Menir isolado do Alto da Cruz, em 2002



Figura 11. Reposicionamento de um dos menires do Recinto do Alto da Cruz



Figura 12. Aspeto final do menir isolado, em 2014



Figura 13. Aspeto final do recinto do Alto da Cruz, em 2012

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Menir do Cabeço da Areia (Brotas, Mora). 2011

O menir do Cabeço da Areia foi identificado pela signatária, através da informação oral do proprietário da Herdade das Águias, em 2005. Administrativamente, pertence à freguesia de Brotas, concelho de Mora, distrito de Évora, com as coordenadas U.T.M. M= 201905 | P = 210397 e com uma altimetria de 125m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 409).



Figura 14. Menir do Cabeço da Areia antes dos trabalhos de escavação e recuperação (2011)

Os trabalhos arqueológicos realizados pela signatária e Pedro Alvim (Rocha e Alvim, 2018) permitiram concluir que este menir se encontrava tombado com a base *in situ* (Fig. 14) e identificar a respetiva fossa de implantação, depois de removido, manualmente, o monólito.

No final dos trabalhos foi possível recuperar o monumento sem quaisquer trabalhos de restauro adicionais uma vez que o monólito não apresentava nenhuma fratura. A área do alvéolo foi coberta com rede de obra, sobre a qual se assentou um enrocamento de pedras recolhidas nas imediações de modo a assegurar a sua estabilidade e, posteriormente, coberto e colmatado com as terras crivadas provenientes da escavação.

Neste caso, os deslocamentos do menir durante os trabalhos de escavação e para a sua reabilitação foram efetuados por meio de cordas e correntes metálicas com proteção de uma manga de borracha, de forma a evitar qualquer agressão à superfície do menir e tração manual e mecânica (Fig. 15 e 16).

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.



Figura 15. Pormenor da remoção do menir, para escavação do alvéolo



Figura 16. Trabalhos de reposicionamento do menir



Figura 17. Aspeto final do menir no final dos trabalhos de recuperação, em 2011

Recinto Megalítico das Fontainhas (Pavia, Mora). 2005/2012

O recinto megalítico das Fontainhas foi descoberto, nos anos setenta do século XX, pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal, que publicou não só a sua descoberta, mas, também, uma planta do monumento, que não apresentava os dois menires mais afastados. (Zbyszewski et al., 1977).



Figura 18. Aspeto do monumento em 2005.



Figura 19. Trabalho de reposicionamento do pequeno menir, a Norte.



Figura 20. 2.ª Fase dos trabalhos de restauro: pormenor da abertura da perfuração central.

Administrativamente, pertence à freguesia de Pavia, concelho de Mora, distrito de Évora, com as coordenadas U.T.M. M=201043 | P=218157, e de altimetria 145m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 409).

O recinto das Fontainhas apresentava em 2005, apenas seis menires, todos com as bases *in situ*, mas inclinados. O menir central, de maior dimensão, estava fraturado em duas partes (Fig. 18). Nas imediações tinham sido identificados em 2005 (pela signatária e M. Calado), mais dois menires, um do lado Norte, a cerca de 15 m, junto à estrada de terra batida que atravessa o conjunto e outro, a cerca de 70 m, a Nordeste. Ambos se encontravam tombados e quase totalmente enterrados.

A escavação realizada em 2005 (coordenada pela signatária e M. Calado), incidiu sobre o recinto e os dois menires isolados tendo sido possível perceber que todos os monólitos se encontravam com as bases *in situ*, mas, também, que o recinto teria originalmente mais menires. (Calado, Rocha e Alvim, 2011).

Os trabalhos de recuperação e valorização deste conjunto acabaram por se realizar em duas fases distintas, uma logo em 2005, com o reposicionamento de todos os menires nos respetivos alvéolos, incluindo o fragmento do menir central. Esta fase foi realizada apenas com meios manuais, com o auxílio de troncos, cordas e cintas específicas em material resistente e não abrasivo (Fig. 19).

A segunda fase, de restauro (colagem) do menir central só ocorreu em 2012, altura em que foi possível à autarquia de Mora pro-videnciar uma grua de apoio, pois devido ao tamanho e peso do fragmento distal, este teria de ser integralmente levantado para se poder reposicionar sobre a respetiva base. Em termos gerais, este foi o trabalho que envolveu mais meios e exigiu maior responsabilidade em termos técnicos. Foi necessário colocar-se e colar um espigão metálico no fragmento de base, sensivelmente no centro, e abrir uma perfuração no fragmento, na mesma posição (Fig. 20).



Figura 21. Alinhamento dos dois fragmentos

Posteriormente, o bloco foi levantado e lentamente posicionado sobre a base que tinha também alguma cola espalhada (Fig. 21). Este processo foi, mais uma vez, realizado não por um especialista em restauro, mas por um especialista em rochas (escultor), Manuel Pisco.

Foi utilizada uma cola específica para matérias rochosas com adição de pó de pedra (granito) que assegurou não só a estabilidade do restauro, mas, também, a sua invisibilidade.

Depois de posicionado foi possível verificar algumas falhas/lacagens (Fig. 22), pelo que foi ainda necessário colmatar com cola misturada com pó de granito alguns dos interstícios existente.



Figura 22. Aspeto do processo de restauro do menir central, na fase final



Figura 23. Aspeto do processo de restauro do menir central, na fase final



Figura 24. Recinto megalítico das Fontainhas em 2024

Atualmente o monumento continua bem preservado e é passível de ser visitado.



Figura 25. Aspeto atual do menir que se encontra mais afastado, a Nordeste

Anta da Courela da Granada da Anta (Vimieiro, Arraiolos). 2014

A Anta da Courela da Granada da Anta (Vimieiro, Arraiolos) foi identificada em 2013, através de informação oral do proprietário (Rocha, Santos e Branco, 2013). Administrativamente, pertence à freguesia de Vimieiro, concelho de Arraiolos, distrito de Évora, com as coordenadas U.T.M. M= 221913.82 | P= 203340.51 e de altimetria 255m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 424).



Figura 26. Vista do estado inicial da Anta da Courela da Granada da Anta, em 2013

A intervenção realizada neste monumento em 2014, foi considerada de emergência, considerando o seu aparente mau estado de conservação e risco de destruição. A remoção do caos de blocos que se encontravam sobre o monumento (Fig. 26), algumas manualmente (Fig. 27), outras, pela sua dimensão, com a ajuda de cordas e de um veículo de tração, permitiu a identificação dos esteios e visualizar a planta do monumento, sensivelmente em "P", ou seja, um corredor, incipiente, constituído apenas por um esteio de cada lado, alinhado com o lado Sul da câmara.



Figura 27. Pormenor dos trabalhos de recuperação realizados

O estado geral era médio/reduzido, considerando que todos os esteios da câmara sofreram amputações, a ausência de um dos esteios do lado Sul da câmara e do esteio de cabeceira se encontrar completamente inclinado para o exterior.

Neste caso, os trabalhos de recuperação e valorização incidiram sobre os dois esteios que se encontravam mais inclinados, reposicionando-os, de forma manual e com apoio de cintas. No final, foi colocada manta geotêxtil, apenas no interior, coberta por terras e pedras.

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Anta dos Soeiros (Vimieiro, Arraiolos). 2018

A sepultura protomegalítica dos Soeiros (Vimieiro, Arraiolos), foi identificada em 2010 (Rocha, Santos e Branco, 2013). Administrativamente, pertence à freguesia de Vimieiro, concelho de Arraiolos, distrito de Évora, com as coordenadas U.T.M. M= 222735.02 | P= 210701.23 e de altimetria 220m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 410).

A pequena sepultura dos Soeiros tinha apenas parcialmente conservada a sua câmara megalítica aparentemente de planta ovalada, fechada, sem corredor e sem *tumulus*. De acordo com a informação que nos foi fornecida pelo proprietário, esta destruição não foi intencional e ocorreu em meados do séc. XX, quando se estava a proceder à construção do tanque elevatório das águas para os arrozais existentes á data, na herdade (Fig. 28).



Figura 28. Aspeto do pequeno monumento no início dos trabalhos de escavação, em 2018

© Leonor Rocha



Figura 29. Anta dos Soeiros em escavação



A intervenção arqueológica neste monumento (Fig. 29) permitiu compreender que, em termos estruturais, faltava um dos esteios da câmara, e que não se encontrava deslocado nas imediações. Assim sendo, no final dos trabalhos, acabou por se realizar uma ação de recuperação e valorização deste monumento bastante simples, a construção de um muro, em pedra seca, com a função de reter a terra/areão que foi colocada sobre a manta geotêxtil no interior (Fig. 30).

Exteriormente, dada a inexistência de *tumulus*, à sua proximidade ao tanque e à existência de uma estrada de terra batida, optou-se por não se realizar qualquer ação de conservação.

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Figura 30. Aspeto do monumento no final dos trabalhos de conservação

Anta do Velho (Monforte, Monforte). 2011-2013

A anta do Monte Velho, também designada por Velho 1, é um monumento megalítico com câmara e corredor (Fig. 31) e encontra-se registada desde 2001 (Oliveira, 2001).



Administrativamente, pertence à freguesia de Monforte, concelho de Monforte, distrito de Portalegre, com as coordenadas U.T.M. M= 259413.11| P= 241238.66 e de altimetria 315m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 371).

Os trabalhos realizados na anta do Monte Velho (L. Rocha e P. Morgado) tiveram como objetivo a escavação do monumento para, por um lado avaliar a extensão dos danos causados por violações e atos de vandalismo e, por outro, obter dados científicos.

Figura 31. Aspeto da Anta do Velho no início dos trabalhos, em 2011

A intervenção incidiu na câmara, corredor e mamoa, sendo na área do corredor que acabaram por se realizar alguns trabalhos de conservação/valorização, devido à existência de duas tampas caídas no interior que tiveram de ser removidas mecanicamente, com o apoio de cintas específicas em material resistente e não abrasivo (Fig. 32).



Figura 32. Remoção mecânica das tampas tombadas dentro do corredor



Figura 33. Restauro e valorização final do monumento



Figura 34. Pormenor do corredor no final dos trabalhos

No final dos trabalhos, as tampas foram colocadas no corredor, na área inicial, onde supostamente se localizariam e procedeu-se à colocação de geotêxtil e areão em toda a área (Fig. 33 e 34). Um dos objetivos desta ação deve-se ao fato deste monumento se encontrar integrado no Percorso de Megalitismo do concelho de Monforte.

Anta da Meada 2 (Santo Aleixo, Monforte). 2019-2021

A anta da Meada 2 é um monumento megalítico de grandes dimensões, com câmara e corredor e encontra-se registada desde, pelo menos, 1957 (Deus e Viana, 1957), existindo desde então registos de vários trabalhos arqueológicos que culminaram na intervenção realizada (L. Rocha e P. Morgado) entre 2019 e 2021.

Administrativamente, pertence à freguesia de Santo Aleixo, concelho de Monforte, distrito de Portalegre, com as coordenadas U.T.M. M= 260991.07 | P= 220090.11 e de altimetria 270m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 398).



Figura 35. Aspeto da Anta da Meada 2, no início dos anos 90 do séc. XX

(@Arquivo C.M. Monforte)



Figura 36. Aspeto do monumento em 2019

Os trabalhos realizados na anta da Meada 2 (L. Rocha e P. Morgado) tiveram como objetivo avaliar a extensão dos danos causados por violações e anteriores trabalhos, apenas documentados fotograficamente, mas que alteraram significativamente o estado do monumento (Fig. 35 e 36) (Rocha e Morgado, 2022). Era evidente, em 2019 que este monumento apresentava um elevado grau de destruição/afetação, em termos de arquitetura, com toda a metade Sul (câmara e corredor) destruída. Conservava apenas quatro esteios na câmara, três deles truncados e com marcas de corte por cunhas de madeira. Do corredor tinha-se apenas, à superfície, blocos/fragmentos de granito de maiores dimensões e um esteio, fragmentado, *in situ*, do lado Sul.

No âmbito destes trabalhos houve necessidade de remover os blocos de granito que se encontravam à superfície, através de meios mecânicos, de forma controlada e com recurso a cintas não abrasivas. Foi também necessário proceder-se à colocação de vigas metálicas que assegurassem a estabilidade dos esteios da câmara, que se encontravam muito inclinados para o interior.



Pese embora a intervenção realizada tenha permitido identificar alvéolos da câmara e do corredor, não forneceu evidências sobre quais seriam os elementos pétreos (esteios) que estariam posicionados nesses locais, pelo que a equipa optou por não realizar qualquer trabalho de conservação/ reabilitação/ valorização.

Figura 37. Aspeto atual da Anta da Meada 2.

Considerações finais

No âmbito deste artigo foram considerados, apenas, um conjunto selecionado de sítios megalíticos que, para além da intervenção arqueológica realizada contaram, também, com trabalhos de conservação e restauro. Persistem outros, como é o caso da Anta da Tapada do Castelo (Marvão) e o do Menir da Caeira (Arraiolos) que não foram aqui considerados por não se terem, ainda, realizados os trabalhos de restauro finais (Rocha, 2021b, 2022).

Como se pôde verificar, os maiores trabalhos realizados incidiram sobre os monumentos não funerários, menires isolados ou em recintos e, os de menor porte, sobre monumentos funerários, sendo que, neste caso, também se deve realçar que se tratava de monumentos que se apresentavam, à partida, mais destruídos. Assim sendo, a sua recuperação ou a ação de repor o seu estado inicial tornava-se mais difícil, muitas das vezes provocada pela ausência dos elementos pétreos que os integravam ou, por não se ter a certeza (científica) da sua posição original.

Entramos numa fase em que a legislação existente obriga a que os monumentos classificados não possam ter intervenções de conservação e restauro sem parecer e acompanhamento de um técnico de conservação e restauro. Contudo, observando os inúmeros procedimentos que fomos realizando ao longo das últimas décadas, com o apoio de pessoas formadas "pela experiência" e não com títulos académicos, que podemos concluir? Correu mal? Provocámos a degradação dos monumentos? Parece-me que não. Na verdade, os exemplos que temos de intervenções mais agressivas, em termos de respeito pela identidade original do monumento, chegam-nos exatamente pela via dos especialistas de outras áreas.

Esta questão, da nossa capacidade de atualmente sermos capazes de compreender todas as alterações/destruições que ocorreram num monumento em fases posteriores à sua construção, quer por ação do tempo (deteriorações naturais) quer devido a alterações provocadas pela ação humana, deve ser, no meu entender, o princípio basilar subjacente aos trabalhos de reabilitação dos monumentos megalíticos. Todo e qualquer trabalho de conservação deve, efetivamente, ter em conta os dados científicos recolhidos e respeitar a sua autenticidade.

Podemos, e devemos, tentar realizar ações que visem manter o valor histórico e artístico dos nossos monumentos de modo a preservá-lo para as gerações futuras, mas não podemos, nem devemos, alterar a sua identidade e os princípios arquitetónicos que estiveram na génese da sua construção.

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, P.; ROCHA, L. (2011) - Os menires do Alto da Cruz: novos dados e algumas reflexões sobre o Megalitismo da área de Brotas (Mora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.14. Lisboa: IGESPAR, p. 41-55.
- CALADO, M.; ROCHA, L.; ALVIM, P. (2007) – Neolitização e Megalitismo: o recinto megalítico das Fontainhas (Mora, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10. Nº 2. Lisboa: IPA, p. 75-100.
- CUNHA, A. M. (1985) - *Carta arqueológica de Monforte na escala 1/50 000*. Monforte: Câmara Municipal de Monforte.
- DEUS, A. D.; VIANA, A. (1957) - Notas para o estudo dos dolmens da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto.
- LEISNER, V.; LEISNER, G. (1959) - *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlim: Madrider Forschungen.
- LOPES, F.; CORREIA, M. B. (2014) - *Património Cultural. Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- OLIVEIRA, J. de (2001) - *Paisagens Megalíticas. Norte Alentejano. Percursos Megalíticos dos concelhos de Monforte, Fronteira e Sousel*. Região de Turismo de S. Mamede.
- ROCHA, L. (2022) - A reutilização simbólica de menires no Alentejo Central: o caso do Menir da Caeira (Arraiolos, Portugal). *Romper Fronteiras, Atravessar Territórios. Breaking Borders, Crossing Territories*. Coord. M^a Jesus SANCHES, M^a Helena BARBOSA e Joana de Castro TEIXEIRA. Porto: CITCEM, p. 411-426.
- ROCHA, L. (2021a) – The menhirs of Alto da Cruz (Mora, Portugal): new data, new readings. *Madrider Mitteilungen*. 62. Berlim, p. 1–37.
- ROCHA, L. (2021b) - Anta da Tapada do Castelo (Santo António das Areias, Marvão) no quadro das paisagens megalíticas do Norte Alentejano. *Memórias das Freguesias de Santo António das Areias e Beirã*. IBN MARUAN. Ed. Colibri/C. M. Marvão, p.75-92.
- ROCHA, L. (2000a) – O Alinhamento do Monte da Têra, Pavia (Mora): resultados da 1^a campanha (1996). *Trabalhos de Arqueologia*. 16. Muitas antas, pouca gente? Lisboa: IPA, p. 183-194.
- ROCHA, L. (2005a) – *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: FLL
- ROCHA, L. (1995) – A necrópole romana do Poço do Cortiço (Alandroal). *Notícia da 1^a Campanha de escavações. Almadan*. 2^a série. nº 4. Almada, p. 163.
- ROCHA, L.; ALVIM, P. (2018) - O Menir do Cabeço da Areia (Brotas, Mora). *DE GIBRALTAR AOS PIRENÉUS. Megalitismo, Vida e Morte na Fachada Atlântica Peninsular*. Senna- Martínez, J.C; Diniz, M; Carvalho, A.F. (Eds). Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 341-352.
- ROCHA, L.; ALVIM, P. (2016) - Alto da Cruz (Mora, Portugal): um exemplo da diversidade e ritualidade megalítica. *VI Congreso del Neolítico en la Península Ibérica*. Libro de resúmenes de comunicaciones y pósteres. Granada, p.107.
- ROCHA, L.; MORGADO, P. (2022) - A Anta da Meada 2 (Monforte): a difícil sobrevivência de um monumento megalítico. *Scientia Antiquitatis*. Évora, nº 2, p. 70-88.
- ROCHA, L.; SANTOS, I.; BRANCO, G. (2013) – *Património(s) de Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; REYNOLDS de SOUSA, H.; NORTH, C. T.; LEITÃO, M. (1977) - *Nouvelles découvertes de cromelechs et de menhirs au Portugal*. CSGP. Lisboa: [s.n.]. 61, p. 63-73.

Restituir arquiteturas abertas. Breve reflexão sobre o que não aparece esquece, se interessa ou não fazer aparecer, mas talvez seja melhor esquecer

Mário Varela Gomes

Prof. Jubilado da FCSH, Academia Portuguesa de História

Resumo

Pretende-se fazer breve reflexão sobre as questões relacionadas com o estudo, conservação e divulgação das chamadas arquiteturas megalíticas abertas, ou seja, os menires isolados, dispersos em campos de menires, ou estruturados em alinhamentos e cromeleques. Naquele contexto abordam-se alguns grandes equívocos sobre tais monumentos, que a falta de investigação sobre as suas origens, cronologias e funções, permitem especulações. A existência de tais monumentos, possuindo morfologias mais ou menos naturalisticamente fálicas, não deixam de despertar reações, muitas vezes negativas, até entre arqueólogos, não só em relação àquelas ocorrências, mas até a quem os pretende estudar, nomeadamente por parte de sectores religiosos e feministas, da nossa sociedade. Analisam-se casos de coerção social e de sucesso ou de insucesso, relativas às restituições e pervivências das arquiteturas abertas.

Palavras-chave: Menir, campo de menires, alinhamento, cromeleque.

Abstract

The aim of this paper is to make a brief reflection on issues related to the study, conservation and dissemination of the so-called open megalithic architectures, that is, isolated menhirs, dispersed in fields of menhirs, or structured in alignments and cromlechs. In that context, some major misconceptions about such monuments are addressed, and the lack of research into their origins, chronologies and functions allows speculations. The existence of those monuments, having more or less naturalistically phallic morphologies, never fails to arouse reactions, often negative, even among archaeologists, not only in relation to such occurrences, but even among those who want to study them, particularly from religious and feminist sectors of our society. Cases of social coercion and of success or failure are analysed, relating to the restitution and survival of open architectures.

Keywords: Menhir, field of menhirs, alignment, cromlech.

Palavras prévias

Os menires, isolados, dispersos em campos de menires ou estruturados, em alinhamentos e cromeleques, não foram em Portugal, até ao último quartel do século XX, objeto de estudos científicos, desconhecendo-se até então, a sua integração cultural. Ulteriormente, a mudança de tal paradigma conduziu a que a sua conservação, como herança cultural e fruição pública, fossem acauteladas, na maioria dos casos através da tentativa de os repor na sua posição original, mesmo se reerguidos em paisagens assumidamente distintas das que primitivamente os enquadravam. Estas ações, como quaisquer reposições, restauros, restituições ou medidas de preservação, levantam problemáticas diversas, tanto técnicas e científicas, sobretudo as ligadas à conservação, como de carácter deontológico, onde cabe incluir os ideais românticos dos estetas apreciadores de ruínas e dos fundamentalistas amantes da poética do fragmento.

As formas, por vezes naturalisticamente fálicas, dos menires não deixam ninguém indiferente e existe público esclarecido que as aprecia, designadamente por pertencerem a mundo simbólico complexo e antigo, embora a outros provoque reações negativas à sua existência, manutenção e estudo, tal ocorrendo, até mesmo, entre alguns arqueólogos.

Em meu entender, após mais de meio século de estudar arquiteturas abertas, as primeiras com carácter permanente na Europa, e de ter investigado tais ocorrências, tanto de norte a sul do nosso país, mas também em outros da Europa (Anati e Gomes, 2013; 2014), aquelas atitudes devem-se às seguintes quatro grandes questões:

1. A primeira decorre da morfologia dos menires, não raro naturalisticamente fálicos, conotados nas sociedades hodiernas europeias sobretudo com a intimidade sexual, mas também usados como símbolo, umas vezes apotropaico e de fertilidade, outras com carácter ofensivo. Em meados dos anos setenta, da passada centúria, ouvimos o testemunho de habitante do planalto da Caramujeira, respeitosamente explicar que a forma do menir ali outrora existente, se assemelhava à "*natureza de um homem*" (Gomes, Monteiro e Serrão, 1978: 39).

2. A errónea, mas antiga, crença, entre a maioria dos arqueólogos, de que os menires estão irremediavelmente destituídos de contexto, tanto arqueológico como até cultural. Trata-se de desconhecimento grave, pois para além do manancial informativo que constituem as suas localizações, orientações, morfologias, estruturas de sustentação, decorações em relevo, gravadas ou pintadas, quando escavados com metodologia arqueológica têm oferecido deposições de carácter ritual, a eles associadas, como elementos dormentes e moventes de mós manuais, lâminas de machados ou de enxós, de pedra picotada e polida, fragmentos de recipientes de cerâmica e, até, restos de fauna e flora, nomeadamente encarbonizados, que têm permitido obter datações absolutas pelo método do radiocarbono (AMS). Mas, junto ou perto dos menires, também se têm vindo a encontrar estruturas de combustão, como aconteceu em Vale Pincel (Sines), em Padrão 1 (Vila do Bispo), e Caramujeira (Lagoa), ou outras de diferentes tipos. No último arqueossítio mencionado, detetou-se solo de argila vermelha artificialmente construído, onde assentava bétilo de calcário e se encontrava grande vaso de cerâmica com decoração plástica. Não é, pois, desejável continuar a corroborar a declaração oitocentista do, à época, erudito barão de Bonstetten (1865: 25), expressada na obra *Essai sur les Dolmens*, que haveria de influenciar negativamente muitos pré-historiadores europeus, tanto seus contemporâneos, como seria expectável, como gerações ulteriores: "*Le menhir et un monument banal qui n'à ni âge ni patrie; il sert encore aujourd'hui de clôture, de borne territoriale, de cippe funéraire, de monument commémoratif, et on le retrouve constamment avec ses différentes destinations à toutes les époques et dans tous les pays*" (Gomes, 1994: 317);

3. O estudo das arquiteturas abertas requiere preparação teórica, com incursões diversas em outras ciências humanas, mas em especial na antropologia cultural, semiótica, histórica das mentalidades, áreas que a grande maioria dos arqueólogos não domina, estando agarrados às materialidades da realidade visível e arredados dos grandes contributos teóricos, pelo que raramente ultrapassam o patamar descritivo do que dizem estudar. Não podemos esquecer que um menir isolado, os campos de menires, ou os menires estruturados em alinhamentos e cromeleques são materializações que refletem construções cognitivas, traduzidas em linguagem simbólica. Elas são o fruto de conceptualizações, para nós pouco transparentes, mas certamente polissémicas. Enfim, como dissemos, trata-se de áreas que o ensino e a prática arqueológica em outros países há muito abraçaram, mas, entre nós, a preparação académica, circunscrita a informação empírica básica, continua a esquecer;

4. Num tempo, como o nosso, de novas encruzilhadas ideológicas e tecnológicos, o exacerbamento da virilidade simbólica dos menires, pode constituir atentado às conceções feministas da sociedade. O impacto da morfologia fálica dos menires esconde que, muitos deles, carregam símbolos femininos (triângulos púbicos, vulvas, serpentes), conjugando os dois elementos primordiais capazes de reproduzirem a vida humana e criando, até, monumentos com significado andrógino.

Todavia, os menires, a sua existência e estudo, são tendencialmente mal-aceitos por muitas pessoas do género feminino.

Como resultado das problemáticas mencionadas, a grande maioria dos leigos em Arqueologia e História, mas até muitos colegas arqueólogos, não raro referem-se aos menires de modo sarcástico, tentando fazer humor fácil, recorrendo à graça torpe, comportamento bem ilustrado durante o decorrer do seminário onde apresentámos o presente texto. Ele será sobretudo próprio do desconhecimento, dos tabus ligados ao sexo e às questões que Freud e os seus continuadores tão bem estudaram, ou simplesmente a graves défices cognitivos.

Outra importante reação toca a agressividade, tanto laica como religiosa, tentando inculcar certa descredibilidade em quem pretende estudar aquele tipo de monumentos. Podemos afirmar que existe, no nosso país e apesar da afamada riqueza de construções megalíticas, importante lacuna de estudos sérios sobre as arquiteturas abertas.

Seguem-se curtas reflexões sobre as problemáticas mencionadas, a que se poderiam juntar outras.

Alguns grandes equívocos

A impreparação de certos arqueólogos, aliada à ânsia de divulgarem novidades, para se fazerem notados ou por satisfação pessoal, desacreditam a Arqueologia, como ciência humana holística e o seu papel social.

Constitui exemplo do que referimos, a notícia errada, dada por arqueólogos ao *Jornal Expresso*, de que alinhamento de menires, em Tera (Mora) teria sido erguido na Idade do Ferro, porque junto a eles se encontraram sepulturas de incineração daquele tempo, mas que ilustram o reconhecimento de antigo local sagrado e a sua reutilização, aspecto que não é único. Mas a mesma notícia, de autoria de Cândida Santos Silva (1997), é estranhamente intitulada "O mistério dos homens fálicos", conduzindo-nos a acreditar que a candura da jornalista não reside apenas no seu nome pois, como diria Monsieur de La Palisse (1470-1525), não há homens que não sejam fálicos. O público que lê jornais não deve ser confundido.



Figura 1. Grandes equívocos. **A.** Folha do *Jornal Expresso* (1997), com a notícia errada, dada por arqueólogos, de que o alinhamento de menires de Tera teria sido erguido na Idade do Ferro. A mesma está estranhamente intitulada "O mistério dos homens fálicos". A candura da jornalista não residirá apenas no seu nome? **B.** Imagem de Obelix, criada por Alberto Uderzo, ilustrando um construtor de menires fora de tempo. Júlio César e outros autores transmitiram-nos que os Gaulses reuniam-se em antigos recintos megalíticos, mas não os construíam

Faz parte do imaginário de quase todos nós a figura do poderoso Obelix, criada por Alberto Uderzo, para ilustrar um construtor de menires ao tempo da romanização da Gália. Trata-se de narrativa fora de tempo pois, Júlio César e outros autores transmitiram-nos que os Gauleses se reuniam em antigos recintos megalíticos, mas eles não os construíam. Durante décadas expliquei isto, repondo a verdade histórica, a turmas de alunos incrédulos, que também devido a informação errada, acreditavam na coexistência do Homem e dos dinossauros.

A estela-menir da Herdade do Barrocal (Reguengos de Monsaraz), identificada em 1993 por Francisco Serpa, foi sujeita a experiência que se pretendeu incluir na denominada Arqueologia Experimental. Em 2006, Manuel Calado e outros arqueólogos, tentaram reerguer aquele monólito, que havíamos estudado em 1995 e sobre ele apresentado comunicação, em 2000, ao *2º Colóquio Internacional sobre Megalitismo* ocorrido em Monsaraz (Gomes, 2006: 130; 2007a), através de meios não mecanizados. O resultado apesar do aparato, do clima de festa vivido entre os muitos participantes ou assistentes, assim como de variados representantes dos órgãos de comunicação social e de até quem oferecesse comprimidos de Viagra aos empenhados voluntários na experiência, foi nulo, desastroso e mesmo dececionante. Após várias tentativas, o monólito, que correu sérios riscos de se partir, acabou por não ser levantado. Tal haveria de ocorrer no dia seguinte, com o contributo de retroescavadora. Desconhecemos se a tutela da Arqueologia autorizou a experiência, que registos existem sobre os meios disponíveis e o plano seguido para executar tal tarefa, etc., mas o recinto que integra a estela-menir, e tão importante quanto ele, não foi intervencionado e continua ao abandono.

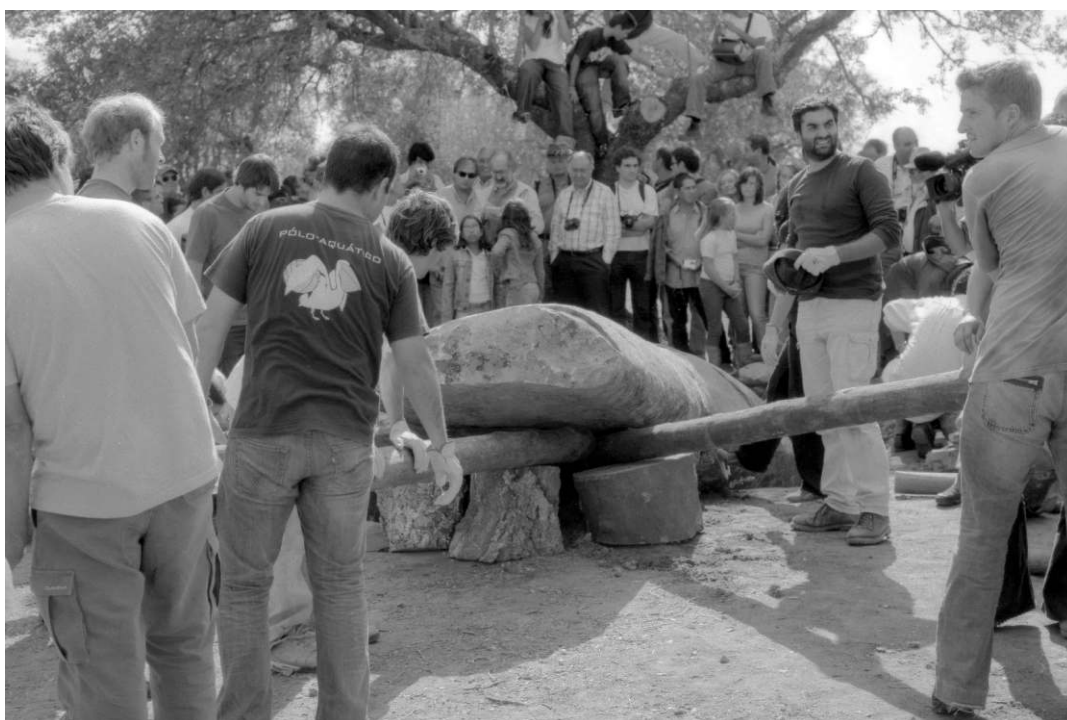


Figura 2. Falsa arqueologia experimental. Grande festa, mas resultado nulo, na tentativa de reerguer a estela-menir do Barrocal (Reguengos de Monsaraz), em 2006 (foto M. V. Gomes, RVI/06-14).

Feminismo radical?

Tenho colecionado exemplos de atitudes relacionadas com aquilo que reputo de feminismo radical. Assim, uma então jovem assistente da Universidade de Coimbra, e hoje conhecida professora da mesma instituição, quando dois seus colegas (Drs Vasco Mantas e João Monteiro), durante visita de estudo que fazíamos à Vidigueira, em 1984, me comunicavam terem identificado o que julgavam tratar-se de menir e me pediam para certificar tal classificação (menir de Mac Abraão, Vidigueira), aquela, que eu não conhecia de lado nenhum, irrompe na conversa e faz-me a pergunta, muito pouco académica:

"*Gostas de caralhos?*" Fiquei algo surpreso, com o uso inesperado do vernáculo. Pensei de imediato tratar-se de provocação ordinária. Contive-me e respondi-lhe, "*Por enquanto só dos de pedra.*" E foi assim que, alguém do meio académico, com responsabilidades pedagógicas, agiu perante o desconhecimento e algo mais, que de momento não entendi.

A resposta, ou parte dela, chegar-me-ia depois, quando em 1988 referi e mostrei, em comunicação apresentada a colóquio que organizei em Montemor-o-Novo, comemorativo dos 25 anos da descoberta da Gruta do Escoural (Gomes, 1989: 262), diapositivos de cromeleque, formado por monólitos de pequenas dimensões, mas alguns deles contendo gravuras, de Monte Novo, no Chão de Sines, que identifiquei, no local ulteriormente ocupado por população calcolítica. Então a arqueóloga corresponsável por escavações ali realizadas, negou publicamente e algo encolerizada, a existência dos menires e do recinto por eles formado. Não obstante, alguns anos depois o arqueossítio mostrava painel, informando da presença do monumento megalítico pré-existente à ocupação calcolítica.

Julgo que a antipatia de certos elementos do género feminino por menires conduziu a que senhora que me sucedeu na direção do Museu Municipal de Arqueologia de Silves, resolvesse eliminar área, com fundo de areia, onde se expunham alguns menires e bétilos decorados da Caramujeira (Lagoa), sem qualquer explicação, deixando-os amontoados a um canto, à espera não sei de quê. O menir 3 da Vilarinha, que se encontrava próximo não foi mexido, certamente por falta de coragem final, dada a sua grande volumetria e peso.

Estamos perante atitudes que expressam repulsa e incompreensão, mas que não sugerem constituir apenas simples coincidências. Será que em breve assistiremos a alegres grupos feministas a destruírem menires? A eliminarem antigos símbolos fálicos cuja presença, segundo aluna do curso de História da minha universidade, constitui ofensa pública às mulheres.

Possuo argumentos, alguns publicados, para afirmar que muitos de tais monumentos não chegaram aos dias de hoje, porque foram derrubados e partidos há cerca de 5000 anos, pelos adoradores da super-divindade feminina, a deusa-mãe de olhos solares, com origem mediterrânica. Quem disse que a História nunca se repete?

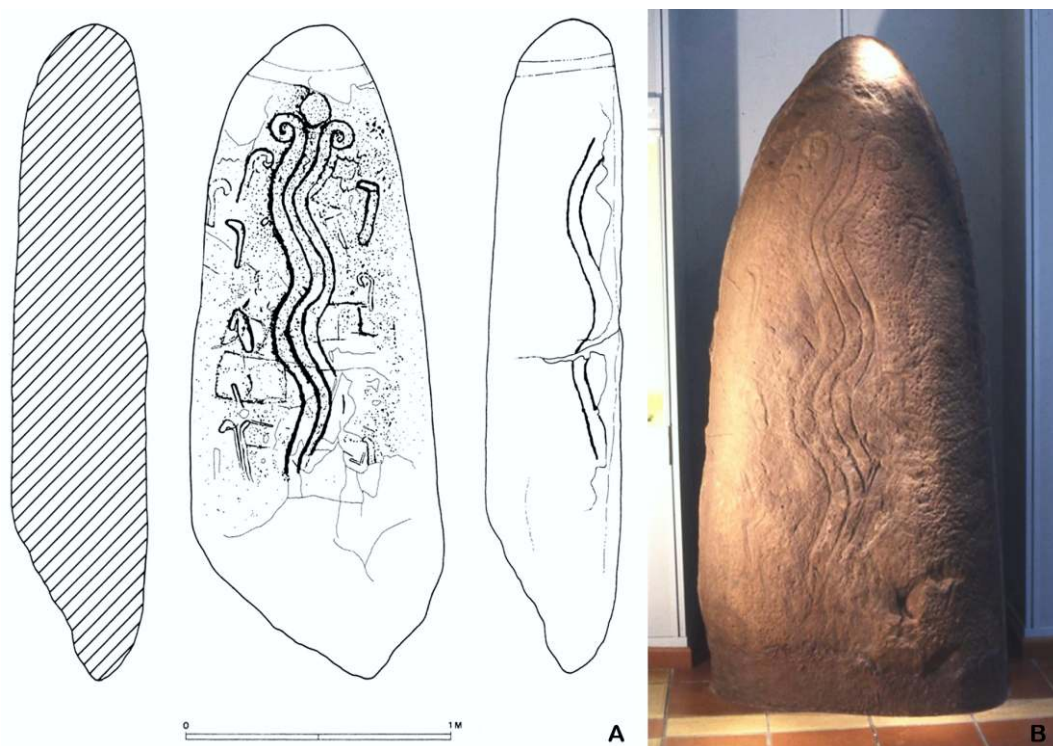


Figura 3. Menir 3 do Alinhamento da Vilarinha (São Bartolomeu de Messines, Silves) (lev. e foto de M. V. Gomes, 1995)

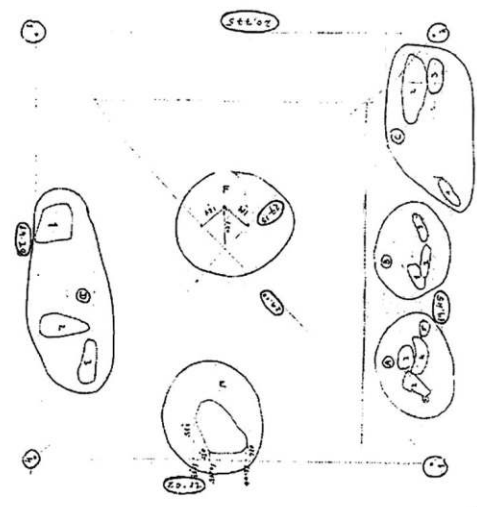
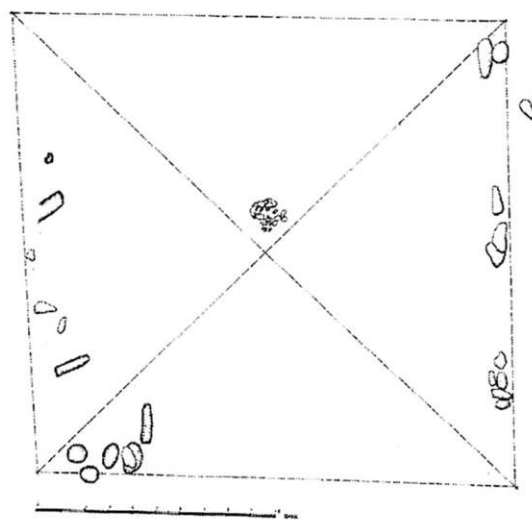


Figura 4. A. Cromeleque do Xarez (Reguengos de Monsaraz), antes da sua transladação (foto M. V. Gomes, 1977); **B.** Plantas do Cromeleque do Xarez, tal como foi encontrado, em 1968, por J. Pires Gonçalves (lev. Humberto J. Ramalho)

Coerção social e religiosa

Em 1988, o arqueólogo Nuno Vasco Oliveira, então técnico-superior do Instituto Português de Arqueologia, a trabalhar na extensão de Castro Verde, e com quem nunca me tinha cruzado, declarou, perante alguns dos meus alunos, que não se deveria ter investido no estudo do que dizia ser o "completamente inventado" Cromeleque do Xarez, não oferecendo provas do que afirmava embora, talvez influenciado por um seu antigo professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E acrescentava, irritado, entre outros argumentos acompanhados de impropérios, que quem se dedicava ao "estudo de caralhos", aludindo certamente aos menires e a mim, não poderia ter qualquer crédito científico. Infelizmente, desconhecemos, passado um quarto de século, quais os contributos significativos que aquele deu à Arqueologia e à Cultura portuguesa, mas deduzimos que nutria sobretudo forte antipatia pelos menires. Deixo outros comentários sobre este caso aos psiquiatras.

O Prof. Rosado Fernandes, perante as duas dezenas de alunos que comigo trabalhavam no Cromeleque do Xarez, aliás erguido em propriedade que era sua, dirigiu-se-nos para declarar, em tom jocoso, que tinha tido quarenta ereções numa manhã, aludindo às quatro dezenas de monólitos reerguidos no cromeleque, esquecendo-se que muitos eram de pequenas dimensões não constituindo grandemente para tal gloriosa narrativa. Depois de outras piadas de gosto duvidoso, concluiu por dizer aos alunos que bem se podiam esforçar, mas o fim profissional deles era serem caixas num qualquer supermercado. Aquele que até foi diretor da Faculdade de Letras de Lisboa, onde há muito se estudava Arqueologia, enganou-se, pois, daqueles alunos, sete deles doutoraram-se, sendo hoje quatro professores universitários de Arqueologia e quase todos os restantes arqueólogos ou a trabalharem em áreas de outras ciências humanas (Gomes, 2000; 2002).

O mesmo erudito professor, depois do falecimento de José Pires Gonçalves, que identificou o Cromeleque do Xarez e dirigiu o seu restauro, haveria de pôr em causa tal trabalho, onde de certo modo colaborou. Estas atitudes podem prender-se com o facto de a vasta propriedade do Prof. Rosado Fernandes ter sido submersa pelas águas do regolfo da barragem do Alqueva, mas também ao seu conhecido gosto por polémicas e provocações. Desenhos, da autoria do topógrafo Humberto J. Ramalho, feitos aquando da identificação do Cromeleque do Xarez, elucidam bem a forma que teria a planta do monumento, tendo-se escavado a estrutura de sustentação do seu menir central.

A violência socio-religiosa contra os monumentos megalíticos e os antigos cultos litolátricos possui longo historial, bem conhecido, com anátemas e fartas recomendações clericais, dos bispados e Santa Sé, durante as Idades Média e Moderna. Ilustra caso de rara sobrevivência a esses ataques, o menir tombado, do tipo pedra talha, que fotografámos, em 1987, nos arredores de Reguengos de Monsaraz, onde se reconheceram tentativas de despedaçamento e duas enormes cruzes, pintadas de cor branca, para dali afastar o demónio.

O caso mais antigo com que diretamente nos confrontámos, no terreno, respeitante à conservação de menires, ocorreu em 1975, na Caramujeira (Lagoa). Quando, com Jorge Pinho Monteiro, reconhecemos, a pedido da direção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, um dos menires, o maior, e encontrámos, em área de areias a ele adjacentes, cerca de três dezenas de outros, com diferentes morfologias e dimensões, alguns amontoados e destinados à produção de cal. Salvos com grande dificuldade, do seu total desaparecimento, depois de desagradáveis e longas conversações, não só com o proprietário do terreno onde jaziam, como com quem tinha comprado àquele a exploração de areia ali existente, acabariam por me serem oferecidos. Como se costuma dizer, fiquei com a criança nos braços.

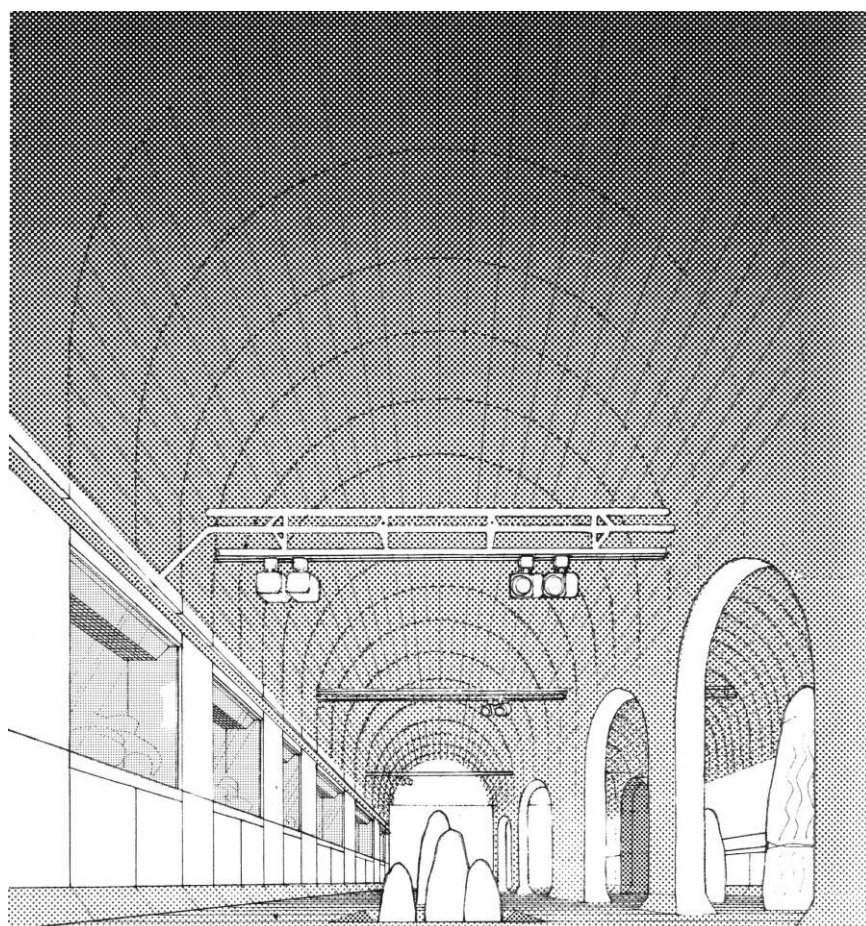


Figura 5. Menir do tipo pedra-talha, com sinais de tentativas de despedaçamento e grandes cruzes pintadas de cor branca, para afastar o demónio, Reguengos de Monsaraz (foto M. V. Gomes, RV/87-64)

Sendo necessário urgentemente retirar os menires do terreno, não fora os meus interlocutores mudarem de ideias, a autarquia da Lagoa proporcionou para tal, camioneta e grande armazém, então devoluto, para onde os fizemos transportar, acautelando-se para que se não partissem ou deteriorassem, pois não só apresentavam certa fragilidade, dado serem afeiçoados em calcários brandos, como muitos deles apresentavam decorações em relevo.

Como não existia nenhum museu em Lagoa, por nossa sugestão, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), órgão que então tutelava a Arqueologia nacional, contactou o Museu de Faro, onde sabíamos haver salas disponíveis e capazes de poderem ser musealizadas, de modo a valorizar aquele raro património. Todavia, o diretor daquele oficiou o IPPC argumentando a recusa em receber tais monumentos, a maior parte de dimensões modestas, mas dadas as formas e a simbologia que apresentavam, não serem apropriadas à exposição pública e, muito menos, num antigo monumento religioso onde o museu estava instalado, que até foi convento feminino.

Entretanto, em Lagoa, a autarquia encontrou excelente local para a exposição dos menires e do restante espólio procedente do mesmo arqueossítio, como de outros que identificáramos, o antigo depósito de água da vila, interessante edifício do século XIX. Este não tinha então qualquer utilidade, pois as suas funções passaram a ser desempenhadas por depósito erguido nos finais dos anos cinquenta e que ainda hoje ali se ergue.



A



B

Figura 6. A. Projeto para centro de interpretação do megalitismo da Lagoa, da autoria dos arquitetos Mário Varela Gomes e Sérgio Infante (des. S. Infante); B. Menires da Caramujeira, partidos e amontoados junto ao cemitério de Lagoa (fotos M. V. Gomes, 1980)

O autor destas linhas e o Prof. Arq.^{to} Sérgio Infante, especialista em reabilitação do património construído, elaboraram, *pro bono*, projeto de adaptação daquele espaço a centro de interpretação dos menires do concelho de Lagoa, pois, entretanto, surgiram novos exemplares (Areias das Almas). Este seria aprovado pela tutela.

Com as obras quase concluídas, e alguns menires já cuidadosamente transportados e erguidos no interior do edifício, trabalho por nós seguido, sem nos comunicar, o então presidente da autarquia, o Sr. Abel Santos, mandou dali retirar os menires. O espaço a que a população já chamava "museu dos caralhos", denominação que deve ter contribuído para a nefasta resolução presidencial, foi utilizado para albergar biblioteca sem valor, constituída maioritariamente por romances, mas legada por cidadão local. Os menires foram então brutalmente removidos com monta-cargas e retroescavadora, sem quaisquer cuidados, partindo-se alguns, riscando-se as superfícies de quase todos, nomeadamente as decorações, acabando amontoados junto ao cemitério da vila. A talvez propositadamente descuidada transladação, custou ainda a perda de três monólitos, um deles gravado.

A maioria daqueles raros testemunhos das primeiras comunidades neolíticas do Algarve e das mais antigas esculturas monumentais da Europa (VI-V milénios A.C.), encontra-se hoje no Museu Nacional de Arqueologia (MNA), para onde eu e o Dr. Francisco Alves, à data seu diretor, os fizemos transportar. Cinco deles estiveram expostos no Museu Municipal de Arqueologia de Silves e dois na exposição permanente do MNA.

Apesar de algumas promessas de diretores do MNA, nunca se chegou a remontar o grande menir 1, o único bilito que se conhece e que possui impressiva morfologia e decoração em relevo, cujo volume distal esteve patente ao público, durante alguns anos, logo por ironia do destino, perto das instalações sanitárias do museu. Em tempos ainda recentes, ele teve os seus minutos de fama, ao integrar a entrada da exposição *Ídolos. Olhares Milenares* naquele museu, embora não tenha merecido qualquer referência no catálogo da mesma (Gomes, Monteiro e Serrão, 1978; Monteiro e Gomes, 1979: 357-363, 371-373; 1981: 78-81, 84, figs 32, 34, 36, 37; Gomes, 1997d: 160, 162, fig. 14).



Figura 7. A. Porção distal do menir 1 da Caramujeira (Lagoa) (foto M. V. Gomes, 1975); B. O mesmo monumento, exposto na entrada da exposição *Ídolos. Olhares Milenares*, no Museu Nacional de Arqueologia (2021) (foto MNA)

Sucessos e insucessos

Na biografia de muitos de tais monumentos, que estudei e tentei proteger, existem histórias de maior ou menor sucesso, mas também de completo insucesso, no concernente à sua conservação e vida ulteriores.

Quanto a nós, mais interessante menir (3) do Alinhamento da Vilarinha (São Bartolomeu de Messines, Silves), já antes mencionado, teve de ser reerguido no Museu Municipal de Arqueologia de Silves, acautelando a conservação das suas importantes gravuras e relevos, dada a fragilidade do arenito vermelho em que foi talhado (Gomes, 2007b: 152-156, fig. 11; 2008). Outros menires daquele alinhamento foram reerguidos *in situ*, encontrando-se hoje integrados em circuito pedestre, onde não tem havido sinais de deterioração. E o mesmo ocorreu com o grande menir de Abrutiais (Gomes, 1996: 163, fig. 15A), naquela mesma zona, que os habitantes das redondezas diziam conter riquezas, não fora alguém mais sonhador e afoito o partir para tentar enriquecer.

Ainda no Algarve, perto da península de São Vicente – Sagres, a escavação do menir 1 do Padrão (Vila do Bispo), proporcionou testemunhos de comportamentos humanos coevos a ele ligados, como estrutura de combustão e a deposição de lâminas de machado e de enxó de pedra polida, como depois de reerguido, outros hodiernos, denunciando práticas mágico-religiosas separadas por milhares de anos, pois há pessoas que ali vão depositar pequenos objetos e acender velas. O seu estado de conservação tem-se mantido e considero-o um caso de sucesso, embora infelizmente não tenha sido possível intervencionar outros menires que se encontravam próximos alguns partidos, talvez constituindo antigo alinhamento, removido e semidestruído aquando do alargamento da estrada que conduz à praia da Ingrina (Gomes, 1994: 331, 332, fig. 7; 1997d: 150, 155, fig. 3).

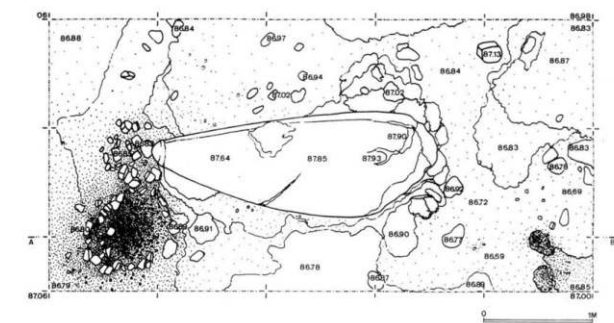


Figura 8. Menir 1 do Padrão (Vila do Bispo) (lev. E fotos de M. V. Gomes, 1994)

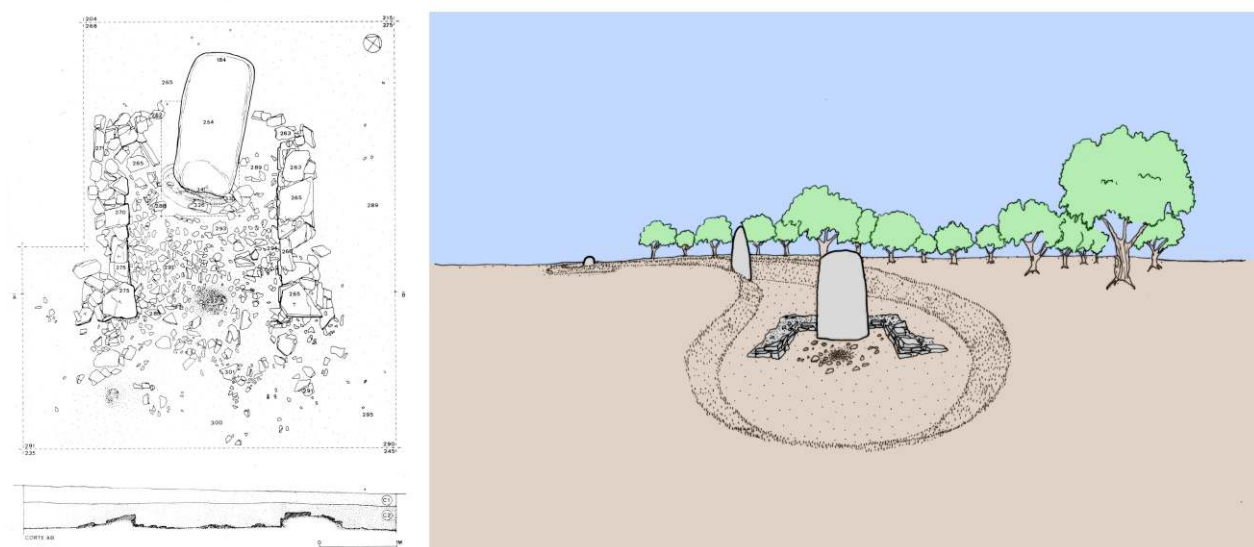


Figura 9. Menir 5 do campo de menires de Perdígões (Reguengos de Monsaraz). Durante a escavação, registo desenhado do existente e proposta de musealização (foto M. V. Gomes, R.VII/87-23; lev. M. V. Gomes e projeto de M. V. Gomes e R. Cunha, 1987).

Um dos menires do Alinhamento de Pedra Longa (Montemor-o-Novo), teve de ser conservado no Museu de Arqueologia daquela cidade, mas talvez um dia possa ser recolocado no seu local de origem. Pior sorte teve o menir 5 dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz), apresentando enorme forma estelar, erguido no Neolítico e integrado em pequeno recinto, possuindo planta com forma de pórtico, durante o Calcolítico, que apesar da classificação oficial, como Imóvel de Interesse Público, e de existir projeto de musealização para o conjunto, ou campo de menires, de que fazia parte, aprovado pela tutela e do conhecimento da autarquia, foi arrancado do lugar onde se encontrava há milénios e usado para tapar nascente, no fundo de grande charca, ou chavanco, jazendo hoje a cinco metros de profundidade. As nossas reclamações não encontraram eco, na tutela, câmara municipal, ou na empresa de Arqueologia, que tem vindo a explorar o povoado calcolítico existente nas proximidades dos menires (Gomes, 2006: 128, fig. 2). Também no mesmo concelho, o menir de Santa Margarida, igualmente

classificado Imóvel de Interesse Público e que outrora se associava a desaparecida capela, com aquela santa como orago, conhecida como protetora das grávidas e da maternidade, aspeto que não podemos dissociar da presença do monólito, usado como pedra de escorregar, foi barbaramente amputado da sua extremidade distal, durante alargamento de estrada da responsabilidade municipal. Fizemos chegar protesto à edilidade e à tutela, que talvez tenha valido o mau trabalho de anastilose que agora ali se observa (Gomes, 2006: 129, figs 3 e 4).



Figura 10. Menir de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz), Face com covinhas, por onde se escorregava. Vistas de sul, intacto há milhares de anos, fraturado em 2006 e mal anastilosoado (fotos M. V. Gomes, 1987; R V/87-30, R VI/06-22).

A modo de conclusão

A constatação empírica permite concluirmos que o modo mais eficaz de preservar os menires é mantê-los ou colocá-los de pé, tal qual existiram nos tempos pré-históricos. Assim, alguns deles chegaram aos dias de hoje, em certos casos com funções que em nada têm a ver com aquelas para que foram erguidos. Boa parte destes sobreviventes de longo curso diacrónico, serve de limites, a que podem encontrar-se ligadas práticas mágico-religiosas, sobretudo no âmbito da fecundidade e fertilidade, humana ou dos campos. Recordemos que o menir de Luzim, o primeiro a ser como classificado como tal, em 1864 (Ferreira, 1864; 1875: 14, 15) ou a estela-menir da Caparrosa (Tondela), que identificámos e demos a conhecer, continuam erguidos *in situ*, embora o pequeno alinhamento que se associava àquele último monólito tenha desaparecido devido a abertura de caminho. A classificação que promovi, como Imóvel de Interesse Público, em nada valeu à conservação daquele importante testemunho (Gomes, 1993; Gomes e Monteiro, 1974-1977).



Figura 11. A. Menir de Luzim (Penafiel), dado a conhecer em 1864; B. Estela-menir da Caparrosa (Tondela) identificada em 1975 (fotos de M. V. Gomes, 1989; 1975)

O mesmo entendimento tiveram José Pires Gonçalves e Henrique Leonor Pina, responsáveis pela identificação e primeiros estudos dos menires alto-alentejanos (Gonçalves, 1970; 1972; 1975; Pina, 1971; 1976). Aquele segundo investigador escreveria: "*(...) o estado actual de conservação dos cromlechs é, em geral, mau, e, aos olhos dos leigos, os menhirs raro merecem maior atenção e respeito do que outras pedras, cada vez mais frequentemente destruídas para construção do que quer que seja, ou para libertar os campos dum obstáculo ao seu cultivo. Há, infelizmente, tristes provas destes factos e foi também para obviar a factos como estes que o autor e o Dr. Pires Gonçalves procederam, em Agosto de 1969, à erecção do belo menhir fálico do Outeiro-Barrada, no Termo de Monsaraz*" (Pina, 1971: 152).

Aquela ação não beneficiou de uma escavação em extensão da área onde jazia o menir, localmente conhecido como Penedo Comprido ou Pedra do Lagarto, embora algumas pedras, ao que parece desarticuladas entre si, tenham feito crer a possibilidade de constituírem os restos da estrutura de sustentação daquele. Todavia, dado que a população local acreditava que o menir indicava a existência ou mesmo escondia muitos objetos de ouro, uma vez erguido diminui o perigo de ser despedaçado durante a pesquisa de tal tesouro (Saa, 1964: 45-48). Foi também perante a ameaça de desaparecimento, reutilizada a sua matéria-prima em qualquer construção, que J. Pires Gonçalves reergueu o fragmento meso-distal do menir da Bulhoa (Reguengos de Monsaraz), sobre volume proximal moderno. Recordemos que a parte original em falta deste paradigmático monumento, agora restituída pelo restauro, foi usada como peso de lagar.

Na extremidade norte da Beira Alta, o grande menir de Vale de Nascença ou do Fontelo (Armamar), possui história recente, algo rocambolesca, pois foi deslocado do local em que esteve ereto e depois tombado, durante milénios, para estrema junto a estrada, onde o estudámos, em 2020, a convite da municipalidade local, com conhecimento da Junta de Freguesia. Não decorreu muito tempo para que o seu proprietário o tivesse vendido, por cento e vinte euros, e fosse carregado para longe, onde o comprador o iria despedaçar, tendo em vista calcetar a entrada de casa. Em boa hora a Câmara Municipal teve conhecimento do seu desaparecimento e resgatou-o, pagando o valor com que tinha sido transacionado. Resolveu então erguê-lo próximo do sítio onde foi encontrado, sem consultar os arqueólogos que o tinham estudado ou outros. Só que o terreno era particular e a proprietária, quando



Figura 12. Menir de Vale de Nascerães (Fontelo, Armamar). Derrubado e deslocado, à espera de ser despedaçado e reerguido (fotos M. V. Gomes e O. Sousa, 2020, 2021).

viu o menir erguido, não o quis lá, devido a razões que podemos apenas suspeitar. Uma nova solução foi transladá-lo para junto de cruzamento, tudo isto, mais uma vez, feito sem qualquer indicação ou acompanhamento técnico, apesar do monólito se encontrar em vias de classificação e existir publicação monográfica sobre o mesmo (Gomes e Sousa, 2021).

No Cromeleque e Alinhamento de Portela de Mogos (Évora), onde foi possível reintegrar menir devolvido por particular que o dali tinha levado, reergueram-se alguns menires, quando se determinaram as estruturas de implantação respetivas, nomeadamente o grande menir central e as estelas-menires encontradas tombadas (Gomes, 1997b; 1997c; 2011). O mesmo ocorreu no monumento denominado Cromeleque dos Almendres, aquele que goza de maior visibilidade, onde se procedeu à anastilose de dois monólitos, tendo em vista recuperar as volumetrias e imagens primitivas. Este trabalho foi realizado pelo canteiro Manuel Estêvão Graxinha, então funcionário da Câmara Municipal de Évora, que haveria depois de proceder à anastilose do grande menir da Meada (Gomes, 1997a; 1997c; 2011).

O Prof. Arq.^{to} Leonel Fadigas, desenhou projetos de arranjo e integração paisagística para os dois monumentos antes mencionados, embora nunca implementados, presumo que devido a ocuparem terrenos particulares que a acostuada inércia da tutela nunca quis desanexar e indemnizar os respetivos proprietários. O segundo daqueles recintos constitui hoje importante foco de atração turística, que lhe tem provocado alguns danos, dado não existir qualquer tipo de controlo dos comportamentos dos seus muitos visitantes, nomeadamente da percentagem de delinquentes que todos os grupos humanos possuem. Já vi gente em cima de menires, a rasparem as superfícies para tentarem visualizar as gravuras e, pior, houve alguém que fez orifício profundo em um dos monólitos. Cartas que enviei, em 2002, ao Arq.^{to} Pedro Roseta (Ministro da Cultura) e ao Doutor Paulo Pereira (Vice-Presidente do IPA - Instituto Português de Arqueologia), solicitando medidas de proteção para os menires e estelas-menires de ambos cromeleques referidos, nem sequer mereceram a acusação institucional da sua receção.

As mais-valias auferidas da atração turística que é o Cromeleque dos Almendres, nunca contribuíram para o prosseguimento do seu estudo, monitorização da conservação e divulgação científica, pois até nem existe, no local, informação sobre o mesmo, a suas possíveis funções, evolução, cronologia e simbolismos, chegando muitos visitantes a usufruir daquele lugar de modo menos ortodoxo, ali praticando desde atos sexuais, a meditação e música ou a tentativas de entrar em contato com o transcendente.

Chegamos frequentemente a questionarmo-nos se não teria sido preferível deixar repousar no esquecimento o Cromeleque dos Almendres, quase sem acesso a automóveis e sem visitantes, conforme o encontrei há meio século atrás? Não temos dúvidas que estudar, reerguer e dar visibilidade a monumentos megalíticos acarreta responsabilidades diversas, por vezes inusitadas, que os arqueólogos não se podem arrogar e de que os poderes, local e central, não querem assumir. *O que é que temos que fazer?*



Figura 13. Cromeleque dos Almendres (Guadalupe, Évora) (foto aérea de M. Ribeiro, as outras de M. V. Gomes, 2001)

Cumpra agradecermos ao colega Jorge de Oliveira o amável convite para participarmos no *Seminário Internacional de Conservação e Reabilitação de Monumentos Megalíticos*, comemorativo dos trinta anos da reereção do Menir da Meada e felicita-lo pelo trabalho.

Bibliografia

- ANATI, E.; GOMES, M. V. (2013) – *The Züschen Megalithic Monument (Kassel, Hessen) and its Engravings. Animal Traction, Ploughs, Carts and Wagons in Neolithic Europe*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.
- ANATI, E.; GOMES, M. V. (2014) – *Stonehenge Prehistoric Engravings. Weapons for Ancestors or for Gods?*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.
- BONSTETTEN, A. de (1865) – *Essai sur les Dolmens*. Genève: Imprimerie de Jules-Guillaume Fick.
- FERREIRA, S. R. (1864) – Apontamentos para a história topographica de Penafiel, *O Século XIX*. Porto. nº 5, 3.
- FERREIRA, S. R. (1875) – *Antiguidades do Porto*. Porto: Typographia Lusitana.
- GOMES, M. V. (1989) – Arte rupestre e contexto arqueológico, *Almansor*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 7, 225-269.
- GOMES, M. V. (1993) – O Marco de Anta ou estela-menir da Caparosa (Tondela, Viseu), *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 1, 7-27.
- GOMES, M. V. (1994) – Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português – Trabalhos recentes e estado da questão, *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 2, 317-342, V ests.
- GOMES, M. V. (1997a) – Cromeleque dos Almendres, um dos primeiros grandes monumentos públicos da Humanidade, *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 25-34.
- GOMES, M. V. (1997b) – Cromeleque da Portela de Mogos. Um monumento sócio-religioso megalítico, *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 35-40.
- GOMES, M. V. (1997c) – Estátuas-menires antropomórficas do Alto-Alentejo. Descobertas recentes e problemáticas, *Brigantium*. La Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña, 10, 225-279.
- GOMES, M. V. (1997d) – Megalitismo do Barlavento Algarvio – Breve síntese, *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia, 11, 12, 147-190.
- GOMES, M. V. (2000) – Cromeleque do Xarez – A ordenação do Caos, *Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva*. Beja: Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, 2, 17-190.
- GOMES, M. V. (2002) – *De Monsaraz e o seu Termo ao Cromeleque do Xarez*. Lisboa: Fundação Convento de Orada.
- GOMES, M. V. (2006) – Menires de Reguengos de Monsaraz. Um património ameaçado, *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série, 14, 127-130.
- GOMES, M. V. (2007a) – Estela-menir da Herdade do Barrocal (Reguengos de Monsaraz, Évora): resultados dos trabalhos de 1995, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 10(1), 43-71.
- GOMES, M. V. (2007b) – Nés à l'Extrême Sud-Ouest de l'Europe: Les menhirs de l'Algarve et l'avènement de l'idéologie mégalithique, *Les Expressions Intellectuelles et Spirituelles des Peuples sans Ecriture*. Paris: Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques / Commission of the Intellectual and Spiritual Expressions of Non-Literate Peoples, 147-157.
- GOMES, M. V. (2008) – O alinhamento da Vilarinha (São Bartolomeu de Messines, Silves). Arquitectura e arte megalítica, *Xelb*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves, 8(1), 51-74.
- GOMES, M. V. (2011) – Estátuas-menires antropomórficas da Região de Évora. Novos testemunhos e problemáticas, *Estelas e Estátuas-menires da Pré à Proto-História*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal, 11-36.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1974-1977) – A estela-menir decorada da Caparrosa. Nota de descoberta, *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, série III, VII-IX, 89-93.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P.; SERRÃO, E. da C. (1978) – A estação pré-histórica da Caramujeira. Trabalhos de 1975/76, *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, I, 33-72.

- GOMES, M. V.; SOUSA, O. (2021) – Menir de Fontelo (Armamar, Viseu). Primeira notícia, *Portvgalia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nova série, XLII, 5-18.
- GONÇALVES, J. P. (1970) – Menires de Monsaraz, *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 9ª série, II, 151-176.
- GONÇALVES, J. P. (1972) – Arte rupestre de Monsaraz, *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, V, 489-502.
- GONÇALVES, J. P. (1975) – Roteiro de alguns megálitos da Região de Évora, *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 58, 241-261.
- MONTEIRO, J. P.; GOMES, M. V. (1979) – Menires do Algarve, *XV Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 355-374.
- MONTEIRO, J. P.; GOMES, M. V. (1981) – The menhirs of Portugal, *Bollettino del Centro Camuno di Studi Preistorici*. Capo di Ponte: Centro Camuno di Studi Preistorici, XVIII, 75-88.
- PINA, H. L. (1971) – Novos monumentos megalíticos do distrito de Évora, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, 151-162.
- PINA, H. L. (1976) – Cromlechs und menhirs bei Évora in Portugal, *Madridrer Mitteilungen*. Madrid: Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, 17, 9-20.
- SAA, M. (1964) – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*, vol. V. Lisboa: Tipografia da Sociedade Astória.
- SILVA, C. S. (1997) – O mistério dos homens fálicos, *Expresso*: Impresa. Lisboa, 23.Agosto.1997, 10, 11.

Alguns apontamentos sobre o património megalítico do Alto Alentejo, à boleia do processo de classificação do megalitismo alentejano

Nelson A. C. Almeida

Arqueólogo, CCCR Alentejo

Resumo

O processo de classificação do Megalitismo Alentejano em curso tem permitido recolher um conjunto de dados essenciais sobre os monumentos megalíticos existentes na região do Alto Alentejo. Uma das tarefas essenciais neste processo de classificação consiste na relocalização e registo do estado de conservação dos monumentos alvo deste processo. Este artigo irá debruçar-se sobre o estado de conservação de alguns dos monumentos megalíticos identificados no Alto Alentejo.

Palavras-chave: Megalitismo, Alto Alentejo, Classificação, Conservation.

Abstract

The current process of classifying the Alentejo Megalithic heritage has allowed us to collect a set of essential data on the megalithic monuments in the Alto Alentejo region. One of the essential tasks in this classification process is the relocation and recording of the state of conservation of the monuments. This article will focus on the state of conservation of some of the megalithic dolmens and menhirs identified in the upper north of Alentejo.

Key-words: Megaliths, Alto Alentejo, Classification, Conservation.

O processo de classificação do Megalitismo Alentejano

Antes de se avançar para esta sinopse sobre o estado de conservação do megalitismo do Alto Alentejo é necessária uma deslocação até ao Guadiana para perceber a origem do processo de classificação do Megalitismo Alentejano. Com a construção da barragem do Alqueva e do sistema de rega que esta barragem abastece, verificou-se um aumento exponencial da área agrícola em regime intensivo e superintensivo no Baixo Alentejo e no Alentejo Central. O aumento da área de plantio de olival e amendoal em exploração recorrendo a este tipo de agricultura levou à alteração do uso do solo em grandes extensões destes territórios.

Numa primeira fase, os trabalhos de preparação dos solos consistem em revolvimentos extremamente profundos realizados por maquinaria pesada e abertura de valas para a colocação das canalizações e irrigação. O resultado destas intervenções é uma alteração profunda e irreversível da paisagem. Esta alteração da paisagem, ao intervir profundamente no subsolo origina um impacto extremamente negativo em todo o património arqueológico, não escapando a esta investida o património megalítico.

O fenómeno registado nos últimos anos levou a Direção-Geral do Património Cultural, por proposta da Direção Regional de Cultura do Alentejo à abertura de um Processo de Classificação do Megalitismo Alentejano, consubstanciado nas razões apresentadas nesse mesmo anúncio de abertura:

"Estarmos na presença de um conjunto de valor incalculável. Sendo um referencial na paisagem de longa diacronia, é no Alentejo que se encontra uma das maiores concentrações de monumentos megalíticos da Península Ibérica e uma das mais relevantes à escala europeia, com uma cronologia entre o 5^a e o 3.^o milénio a.C."

"A proteção, investigação e valorização deste recurso cultural de elevada potencialidade, numa perspetiva de salvaguarda e ordenamento do território constitui uma tarefa premente considerando o processo acelerado de mudança de uso do solo que se tem intensificado nas últimas décadas, com sucessivas destruições de monumentos. A ameaça real intensificou-se com a rápida e profunda transformação da paisagem decorrente de novos modelos de desenvolvimento agrícola. A paisagem megalítica corre assim o risco de desaparecer."

O interesse deste conjunto foi atestado pelos pareceres do Professor doutor Victor Gonçalves e da Professora doutora Ana Catarina Sousa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Professor doutor Paulo Pereira da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, apresentados na proposta de abertura deste processo. Nesse sentido, foi publicado um primeiro anúncio em 2022, que iniciou o processo de classificação deste património (Anúncio 39/2022, diário da república, n.º 40/2022 Serie II, de 25 de fevereiro). Em 2023, foi revogado e aberto um novo anúncio (Anúncio 17/2023, diário da república, n.º 31/2023, Serie II, de 23 de fevereiro.). Essa revogação deveu-se aos resultados dos trabalhos de realocização dos monumentos megalíticos listados no primeiro anúncio. Estes trabalhos de realocização contaram com a participação de um alargado grupo de técnicos da tutela, das autarquias, da academia e da sociedade civil que permitiram clarificar a lista dos monumentos a classificar.

O estado do megalitismo do Alto Alentejo.

Uma das tarefas essenciais implementadas para o processo de classificação do Megalitismo Alentejano consiste na realocização e registo do estado de conservação dos monumentos alvo deste processo. Este trabalho de campo permitiu realocar e verificar o estado de conservação de alguns dos monumentos megalíticos identificados no Alto Alentejo. Mas antes de falar do estado dos monumentos megalíticos propriamente ditos, é necessária uma análise à geologia da área, uma vez que é ao substrato rochoso que os megálitos vão buscar a sua substância.

Em termos geológicos, e concentrando apenas nas litologias utilizadas na construção megalítica, o Alto Alentejo divide-se, principalmente entre os granitos a sul e os xistos a norte. Os xistos correspondem à Formação Xisto-arenítica da Urra constituída por xistos cloritizados, de grão fino a muito fino, às vezes mosqueados, demonstrando evidências de metamorfismo (Fernandes *et al.*, 1973 em Neto de Carvalho, C. e Rodrigues, J., 2005). No que respeita as rochas magmáticas intrusivas destaca-se para uma pequena mancha do Maciço de Portalegre, tectonizado, o mais antigo da região (492,7 ± 3,5 milhões de anos) representado pelo Granito da Alagoa (Solá, 2007; Pereira *et al* 2010). Relativamente ao Maciço de Nisa-Albuquerque, com uma extensão transfronteiriça de cerca de 1000 km², mais a norte, distinguem-se no concelho de Nisa três fácies de granito: Granito de Nisa, Granito de Alpalhão e Granito de Gáfete (Solá, 2007). O Granito de Nisa é um granito biotítico-moscovítico de granulometria grosseira, fortemente porfiroide com megacristais de feldspato, ocupando a maior área. O Granito de Gáfete, envolvido pelo Granito de Nisa, apresenta grão médio a fino, de cor amarelada, predominantemente moscovítico, ocorrendo fraturado e moderadamente alterado. O Granito de Alpalhão (Pinheiral), envolvido pelo Granito Gáfete, é um granito biotítico, de grão muito fino, textura homogénea e cor acinzentada, disperso em pequenas manchas (Neto de Carvalho e Rodrigues, 2005). Mais a sul, na formação da Urra, aparecem xistos negros landeilianos, de idade ordovícica (Pereira, 1995). A megaestrutura de Crato-Arronches-Campo Maior apresenta uma faixa central com rochas metamórficas de alto grau, limitada por sequências afetadas por metamorfismo de grau mais baixo.

A megaestrutura de Assumar apresenta uma possível evolução progressiva das condições de metamorfismo desde fácies de baixo grau a intermédio (Pereira, 1995). O ortogneisse de Assumar localiza-se no limite entre as unidades do Neoproterozoico e do Câmbrio inferior da Megaestrutura de Assumar. É um milonito de composição granítica com tonalidade rosada e apresenta tendência ocelada, com uma foliação subvertical (Roseiro *et al*, 2023).



Antas com elementos estruturantes em xisto. Anta das Pedras Brancas, concelho de Gavião (em cima) e Anta da Lomba da Barca (direita), concelho de Nisa

É neste substrato rochoso local que os primeiros agricultores vão buscar a matéria-prima para os seus monumentos. O aprovisionamento dos elementos líticos construtivos acontece na envolvente do local de implantação, na sua grande maioria não excedendo uma distância superior a 1-2 km (Boaventura, 2000). Por essa razão, verificamos que os monumentos localizados mais a norte são construídos com recurso ao xisto como podemos ver na anta das Pedras Brancas no concelho de Gavião.

A geologia da região reflete-se ainda mais neste monumento uma vez que a referência às "pedras brancas" reflete a grande quantidade de quartzo presente no local e que deveria cobrir a mamoa agora inexistente. Caso similar encontramos em outro monumento em xisto, a anta da Lomba da Barca, no concelho de Nisa. A vantagem e o problema dos xistos é serem fortemente laminados o que facilita a sua preparação aquando da elaboração dos elementos que vertebram as antas, mas que aumenta a sua fragmentação e fracturação com o passar dos tempos. Mais a sul, verifica-se o recurso ao xisto no monumento da Nave Fria 1, no conselho de Arronches, quando, curiosamente, na anta da nave Fria 2, situada nas proximidades, foi utilizado o diorito (Oliveira *et al*, 2011). A transição entre xistos e granitos passa no concelho de Nisa pelo que na zona sul deste concelho os monumentos megalíticos apresentam elementos construtivos em granito. A anta dos Saragonheiros 1 representa um bom exemplo das antas em granito registadas neste concelho. De grandes dimensões, esta anta foi escavada e intervencionada recentemente ao abrigo do projeto Mega Nisa dirigido pelo Prof. Jorge Oliveira. Uma das últimas intervenções correspondeu à colocação da laje de cobertura (Oliveira, 2019).

Em termos metodológicos, os trabalhos de registo e definição do estado de conservação dos monumentos megalíticos obrigaram a elaboração de uma graduação desses monumentos que refletisse a realidade do estado em que se encontram, de uma forma indicativa e para uso pessoal. Optou-se por adotar uma escala de base dez que pudesse englobar a totalidade dos estados de conservação dos monumentos e que permitisse uma distinção efetiva entre eles. A referência que se faz ao corredor, nos casos em que os monumentos possam ser adscritos aos tipos 1, 2 e 3 da tipologia definida por Andrade e Gonçalves (2020), não deverá ser tida em conta.

Grau zero – O primeiro nível deveria obviamente abarcar o que não conhecemos. Ao longo dos séculos um número indeterminado de monumentos foi totalmente destruído não tendo permanecido qualquer conhecimento da sua existência. Trata-se de um universo cuja dimensão nunca será conhecida, mas cuja existência assenta na própria presença do fenómeno megalítico.



Anta do Vale do Gamenito 1, no concelho de Nisa. Este monumento foi destruído com o plantio de eucalipto no final do século XX (foto gentilmente cedida por Jorge Oliveira)

Grau um – Contrapondo com a inexistência da graduação anterior existe um conjunto de monumentos que se encontram atualmente totalmente destruídos, mas dos quais existe, por diferentes meios, conhecimento da sua existência. Alguns são identificados em obras científicas mais antigas, diplomática, outros em textos literários ou mesmo em correspondência privada.

Grau dois – Além dos monumentos definidos no ponto anterior, verifica-se que alguns monumentos foram totalmente destruídos, mas com conhecimento da sua existência e da sua localização. Infelizmente as destruições de monumentos megalíticos não são nem recentes nem exclusivas do baixo Alentejo e do Alentejo Central. Várias foram as antas destruídas no final do século passado originadas pela febre do eucalipto principalmente nos concelhos de Gavião e Nisa. Está nesta situação a anta da do Vale do Gamenito 1, no concelho de Nisa. Este monumento foi destruído com o plantio de eucalipto no final do século XX.

Grau três – Neste grupo consideram-se os monumentos parcialmente destruída com preservação de esteios da Câmara. Nesta situação verifica-se a existência de alguns elementos que delimitam ainda a câmara do monumento, mas sem a totalidade dos componentes arquitetónicos estando também ausentes quaisquer vestígios do corredor.

Grau quatro – algumas antas encontram-se parcialmente destruída, mas com preservação de esteios da Câmara e do corredor. Pode ser incluído nesta categoria um monumento de grandes dimensões, a anta da Serrinha 1 em Monforte, foi alvo de uma intervenção recente (Rocha e Morgado, 2020). Neste monumento a mamoa foi comida pelos trabalhos agrícolas e, como se pôde comprovar com as cheias do ano passado, possivelmente também com a fúria do rio que corre a norte. Alguns esteios já desapareceram. Situação idêntica encontramos mais a norte em Marvão, na anta da Granja, embora os esteios da câmara estejam quase todos presentes. Neste caso parte da zona onde se situa a mamoa foi cortada pela estrada.



Anta da Serrinha 1. Concelho de Monforte



Anta da Granja, Concelho de Marvão. Embora os esteios da câmara deste monumento estejam quase todos presentes, parte da zona onde se situava a mamoa foi cortada pela estrada. (Foto: Raul Ladeira, 2022)

Grau cinco – Certos monumentos apresentam os esteios da Câmara conservados ou com chapéu, mas com alguns esteios ausentes. Esta fase de conservação dos monumentos megalíticos é a mais presente na mente do cidadão comum, porque tem sido estilizada em sinalização vertical para identificar o património megalítico. Em Castelo de Vide, a Anta da Melriça representa um caso de tenacidade. O chapéu mantém-se em posição graças ao esforço de um único esteio do lado sudeste. Este esteio apresenta ainda um início de fratura em toda a sua largura. A área desta fratura apresenta ruborização possivelmente originada pela incineração de material vegetal presente no interior do monumento.

Grau seis – Quando os esteios da Câmara e do corredor aparecem conservados, ou noutra situação em que o chapéu da câmara ou do corredor se encontram conservados. Certas construções megalíticas sofreram menos impactes humanos e naturais e tiveram a sorte de manter a maior parte da sua estrutura pétrea.



Anta 1 do Tapadão (ou da Aldeia da Mata), Concelho do Crato. (Foto: Raul Ladeira, 2022)

Grau sete – Monumentos com câmara e corredor cobertos. A integridade estrutural encontra-se presente, mas faltando todos os elementos sedimentares e pétreos que constituíam a mamoa. À medida que o grau de conservação aumenta vai diminuindo o número de monumentos que podem ser incluídos nessa compartimentação. Um dos monumentos que apresenta estas condições de conservação, sendo também um dos maiores conhecidos no Alentejo é a anta 1 do Tapadão (ou da Aldeia da Mata), localizada no concelho do Crato.

Grau oito – Câmara e corredor cobertos com vestígios de mamoa. Em Portalegre encontra-se uma necrópole interessante localizada na margem esquerda da ribeira de Seda, denominada Campino. O monumento 1 foi o mais afetado tendo perdido parte da mamoa estando parte dos esteios descobertos, mas ainda conserva a laje de cobertura. E pode ser incluído nesta categoria. O monumento Campino 3 encontra-se na mesma situação tendo sofrido erosão de parte da sua mamoa. Infelizmente o coberto vegetal não permite uma boa leitura do que ainda se encontra conservado. A anta do Campino 2 é a que se encontra mais bem conservada. Embora o topo do monumento tenha sido afetado, ainda conserva boa parte da sua mamoa. É ainda perceptível o topo de alguns esteios. Como não apresenta *a priori* a cobertura da câmara foi inserida neste grupo. Caso apresentasse o esteio de cobertura poderia ser incluído no grau de conservação seguinte.



Anta do Campino 1. Necrópole megalítica do Campino. Em Portalegre, encontra-se uma necrópole interessante localizada na margem esquerda da ribeira de Seda, composta por vários monumentos

Grau nove – Neste grupo está-se na presença de monumentos extremamente bem conservados, muitas vezes apenas com o topo da mamoa afetada, verificando-se a câmara e o corredor cobertos com mamoa bem conservada.

Grau dez – Monumento com mamoa intocada. Os exemplares que cumpram os requisitos para ser integrados neste conjunto são escassos, mas existem. Correspondem sepulcros cuja integridade nunca foi comprometida estando perfeitamente conservados.

O património megalítico do Alto Alentejo não se resume apenas aos monumentos funerários. Também está representado por esses exemplares líticos solitários denominados menires. Estão atualmente identificados 26 monumentos desta tipologia na região (Oliveira, 2023). Alguns mais modestos como o menir da água de Cuba em Marvão, outros mais imponentes como o menir do Patalou em Nisa. Este menir foi alvo de uma intervenção recente que lhe restitui toda a sua grandiosidade (Oliveira, 2019). Grandiosidade que também ostenta o menir da Meada em Castelo de Vide, também ele alvo de restauro ainda no século passado (Oliveira, 2023). Uma vez que o seminário que levou à elaboração do texto que estão agora ler é precisamente a história deste menir à procura da sua verticalidade. E que verticalidade, sete metros olhando o céu! Nada melhor que terminar este periplo por alguns dos monumentos do Alto Alentejo com aquele que pode ser considerado, com a maior justeza, o seu *Ex Libris*.



O património megalítico do Alto Alentejo não se resume apenas aos monumentos funerários. Também estão bem representados os menires. Os Menires do Patalou, no concelho de Nisa, (esquerda) (Foto: Raul Ladeira. 2022) e Menir da Meada, no concelho de Castelo de Vide (direita) contemplam-nos do alto da sua verticalidade

Conclusões

Como era expectável verifica-se a existência de um estado de conservação variável entre os monumentos analisados. O passar do tempo refletiu-se de forma diferente para cada um deles. Nalguns casos a erosão provocada, ou não, pela agricultura resumiu o monumento à sua mais simples estrutura, permanecendo até hoje apenas um número inconstante de lajes de xisto ou granito.

Alguns monumentos foram destruídos em época recente, por mão humana. Outros apresentam apenas alguns esteios, outros ainda conservam cobertura e corredores e, nuns casos menos numerosos apresentam a mamoa conservada. Porém, representam um património ímpar que urge proteger. A classificação de grande parte dos Monumentos Megalíticos do Alentejo abre novas perspetivas para a valorização deste património. Este processo tem de ser entendido como um procedimento dinâmico que admita algumas alterações à medida que se caracterizam os monumentos em análise e se verifiquem alterações nas suas condições de conservação.

Confrontados com o fim das Direções Regionais de Cultura e a proximidade aos sítios que lhes era inerente, é fundamental que as intervenções neste património possam ser realizadas por técnicos especializados, mas sob iniciativa local, a nível autárquico ou supramunicipal. Estas entidades deverão ter nos seus quadros pessoal competente para intervir sobre o património.

Com a conclusão do processo de classificação do Património Megalítico Alentejano parece evidente se deverá passar para a classificação dos sítios mais relevantes dos outros períodos de ocupação deste território, desde a pré-história antiga até aos períodos moderno e contemporâneo.

Bibliografia

- Boaventura, R. (2000)- A Geologia das Antas de Rebuje (Monforte, Portugal). Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 3, N.º 2, pp. 15-23.
- Gonçalves, V. e Andrade, M. A. (2020): "Os núcleos megalíticos do Deserto e Barrocal das Freiras (Montemor-o-Novo, Alentejo médio) na construção das paisagens sagradas das antigas sociedades camponesas dos 4.º e 3.º milénios a.n.e.", OPHIUSA- Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. N.º 4, pp. 05-30.
- Neto de Carvalho, C. e Rodrigues, J. (2005) – "Património Geológico e Geomineiro de Nisa: caracterização do território e sua integração no Geopark Naturtejo". Açafa Online, 5, pp. 91-168.
- Oliveira, J. (2019) - "Meganisa", Câmara Municipal de Nisa.
- Oliveira, J. (2023) - "O Menhir da Meada, Castelo de Vide". Edições Colibri.
- Oliveira, J, Moitas, E. e Oliveira, C. (2011) - "Monumentos megalíticos do concelho de Arronches". Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3.as Jornadas, Lisboa, Edições Colibri/C. M. Fronteira, pp. 415-424.
- Pereira, M. F. C. C. (1995) - Estudo tectónico da megaestrutura de Crato-Arronches-Campo Maior: a faixa blastomilonítica e o limite setentrional da zona de Ossa Morena com o autóctone centro ibérico (nordeste alentejano). Tese de Mestrado. Departamento de Geologia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Pereira, M.F. & Silva, J.B. (2006). "Nordeste Alentejano". In: Dias, R., Araújo, A., Terrinha, P., Kullberg, J.C. (2006) Geologia de Portugal no contexto da Ibéria, pp.145-150.
- Rocha, L. e Morgado, P. (2020). "Duas novas datações para contextos funerários do Sul de Portugal: a Anta da Serrinha (Monforte)". Scientia Antiquitatis, vol.4, no.2, pp. 105–116
- Roseiro, J., Moreira, N., Nogueira, P. e Oliveira, D. (2023). Caracterização preliminar da deformação dos ortognaisses alcalinos e hiperalcalinos da Faixa Blastomilonítica (Zona de Ossa-Morena). Resumos do XI CNG 2023, Coimbra,
- Solá, A.R. (2007) Relações petrogeoquímicas dos maciços graníticos do NE Alentejano. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.

O Menir da Meada e a Paisagem – Projecto de Valorização

Nuno Lecoq

Eng. Agrónomo e Arq. Paisagista

Por amável convite do Prof. Jorge de Oliveira, há pouco mais de vinte anos, foi-me sugerida a elaboração de um projecto de intervenção com vista à salvaguarda do **Menir da Meada**.

Entendeu-se que a intervenção a propor não devia ser conflituante, não sobressair, nem pôr em causa a importância, o valor e a integridade do monumento a conservar, ou seja, não devia fazer "concorrência" com o elemento patrimonial em causa.

Zonamento / Funções propostas

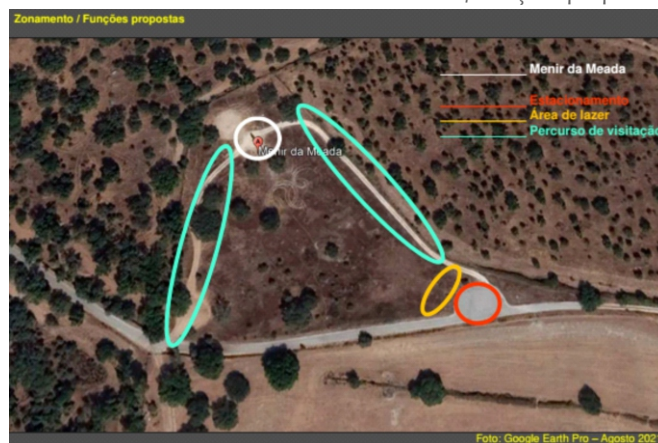


Figura 1 – Zonamento e Funções Propostas (vista aérea do local de implantação do Menir da Meada – Google Earth Pro – Agosto 2021).

Pretendia-se a concretização de uma proposta de intervenção assumidamente minimalista, mas que atingisse o objectivo imediato da protecção e conservação do menir, porém, sem criar constrangimentos para futuras intervenções e, que de uma forma preventiva, viesse a dar resposta a uma crescente visitação daquele que mais tarde veio a ser classificado como monumento nacional.

Assim, depois de estabelecido um conjunto de princípios foi elaborado um projecto que pretendeu contribuir para melhorar as condições de visitação ao Menir da Meada, mas sem perder de vista o objectivo principal acabado de referir, antes valorizando-o.

A área central, onde foi erguido o menir, encontrava-se com o solo algo compactado, despidido da vegetação que o deveria cobrir pela movimentação das máquinas e pisoteio.



Figura 2 – Vista parcial da via de acesso ao local antes da intervenção (11 de Março de 2001)



Figura 3 – Vista panorâmica da envolvente do menir antes da intervenção (11 de Março de 2001)



Figura 4 – Vista parcial da entrada na propriedade antes da intervenção – vê-se a parte inferior/base do menir, pequena mancha clara quase ao meio da imagem (11 Março 2001)



Figura 5 – Vista parcial da entrada na propriedade após a execução do projecto, basicamente do mesmo local da fotografia anterior (11 Março 2001)



Figura 6 – Fase da construção do acesso viário a sul da propriedade (07 Novembro 2001)



Figura 7 – Fase da construção do acesso pedonal (18 Dezembro 2001)

Assim, consideraram-se três as áreas a intervir, nomeadamente:

- o **percurso de visitação pedonal** já parcialmente existente e para integrar a **área envolvente** do menir;
- o **parque de estacionamento** para recepção das viaturas dos visitantes, com pavimento permeável;
- a criação de uma zona de **estadia** delimitada por pilares pequenos de madeira para uma ligeira demarcação do percurso prevenindo e crescimento da vegetação natural de herbáceas;
- a dotação de algum **mobiliário urbano**, mesas com bancos, e **sinalética** com informações sobre o monumento, mas mantendo o **prado natural** existente para enquadramento do menir e para que toda a área de intervenção continuasse a manter as características, as funções e as actividades de um território rural numa **paisagem cultural**.



Figura 8 – Vista parcial da área de lazer
(03 Maio 2002)



Figura 9 – Idem (continuação da imagem anterior)
(03 Maio 2002)



Figura 10 – Vista parcial do parque de estacionamento de viaturas
(03 Maio 2002)



Figura 11 – Vista panorâmica da envolvente
do menir após execução do projecto (s/ data)

Nota: não se apresenta nenhuma peça desenhada do Projecto dos Espaços Exteriores porque na altura em que foi elaborado (2001), o original do mesmo foi entregue a quem de direito e agora quando solicitado para ser tirada uma cópia, obtivemos a informação que o documento se tinha extraviado.



Mestre Manuel Graxinha e Nuno Lecoq, junto do Menir da Meada

PROBLEMAS EN LA CONSOLIDACIÓN DE ESTRUCTURAS MEGALÍTICAS, DOS EJEMPLOS

Paco Blasco Rodríguez

Arqueólogo

Partiendo del hecho de que una estructura desenterrada durante una excavación arqueológica comienza a deteriorarse desde el primer momento en la que la exponemos a los agentes externos, debería ser necesario que se tomen medidas para protegerlas de los elementos ambientales. En la mayor parte de los casos se opta por volver a cubrir con tierra lo desenterrado tras colocar una malla de geotextil que permita diferenciar la zona que se ha excavado, es la manera más económica de conseguir restablecer el equilibrio entre la estructura y su entorno y es la estrategia más utilizada para su protección debido a que los recursos económicos suelen ser muy ajustados.

En algunos casos se considera que el yacimiento excavado debe acondicionarse para su puesta en valor, son estos casos los que presentan una mayor dificultad, las normas generales para la ejecución de estos trabajos deben fundamentarse en las premisas que la UNESCO estableció en la Conferencia General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, en su 15.ª reunión celebrada en París del 15 de octubre al 20 de noviembre de 1968, en el apartado *Recomendación sobre la conservación de los bienes culturales que la ejecución de obras públicas o privadas pueda poner en peligro*.

Cada monumento tiene unas características especiales que hace necesario establecer un plan de conservación específico. A lo largo del tiempo he tenido la ocasión de realizar trabajos relacionados con la conservación de las estructuras megalíticas.

En 2010 llevé a cabo los trabajos de restauración y consolidación del sepulcro megalítico de Huerta Montero (Almendralejo, Badajoz) un edificio semisubterráneo con una cámara grande excavada en la caliza y con las paredes forradas con tapial y un corredor subterráneo.

En 2012 estuve a cargo de la dirección de la limpieza, consolidación y excavación del dolmen de Lácara, monumento singular del término municipal de Mérida.

Durante el 2023 he dirigido los trabajos de excavación de la estructura tumular del dolmen de Charca Grande de la regañada en Cedillo (Cáceres), construido con esquistos pizarrosos y clastos de cuarzo. Los trabajos de conservación que se pretenden realizar en el futuro representan un desafío importante debido a la naturaleza de los materiales. En la actualidad se están realizando el proyecto para la puesta en valor de este dolmen por lo que no se incluye dentro de este trabajo.

Huerta Montero

El descubrimiento casual de este sepulcro se produjo cuando un arado arrastró una losa de pizarra en una loma a las afueras de la población de Almendralejo, era una zona que a nivel superficial no se mostraba ningún indicio de la existencia de un yacimiento prehistórico. La excavación se realiza durante tres años ininterrumpidamente, desde 1988 a 1990, durante esta primera etapa se excava la cámara el corredor y la zanja de acceso, una vez concluido los trabajos se entierra con arena para su preservación. Hasta 2009 no se realizan los trabajos de puesta en valor del yacimiento de Huerta Montero, 18 años después de la excavación.

Trabajos de consolidación y reposición de los elementos estructurales

En el proyecto para la cubrición del monumento lo realicé conjuntamente con el arquitecto Antonio Holgado Gómez, a la hora de abordar el tema se tuvo en cuenta la composición de los materiales con los que se construye el monumento y se adopta como premisa principal la necesidad de construir una cubierta cerrada que cubriera todo el sepulcro ofreciendo la máxima protección.

La entrada se realiza a través de un porche que matiza la luz exterior, al final del cual se instala una amplia abertura acristalada orientada hacia el este, intentando reproducir las condiciones lumínicas de la tumba en su estado original cuando tenía la bóveda, lo que permite que se pueda observar el fenómeno de la entrada del sol en el solsticio de invierno.



Principio de la excavación retirada de las piedras que deja al descubierto un sector circular de la cámara

Si exceptuamos la piedra, el resto de los materiales con los que se construye la tumba tienen una constitución débil y resultan fácilmente degradables en un entorno abierto. El hecho de haber permanecido enterrado durante todo este tiempo ha propiciado que nos llegue en un excelente estado de conservación, pero el cambio de las condiciones ambientales puede desencadenar procesos erosivos que desestabilicen su estructura. Para evitar dichos procesos se ideó la citada cubierta cerrada a la que se dotó de un sistema de ventilación cruzada sencillo, consistente en vanos triangulares a ras de suelo tapados con chapas de acero perforadas con un diseño que no deja pasar la luz, pero propicia la circulación del aire evitando las nocivas humedades de condensación. Con ello se intenta reproducir en la medida de lo posible el ambiente que durante todo este tiempo ha disfrutado el monumento.

Cuando concluye la construcción de las paredes y techado de la cubierta en diciembre de 2009 se reanudan los trabajos de consolidación y reposición de los elementos estructurales.

Las primeras medidas que se toman van encaminadas a reforzar algunos de los elementos estructurales para fortalecer el monumento, especialmente en zonas muy concretas cerca de la superficie, donde las raíces y los trabajos agrícolas han provocado debilitamientos.

Aventurarse a ejecutar unos trabajos de consolidación sin tener un conocimiento exacto del estado de los materiales resulta muy arriesgado y puede ser hasta contraproducente para el monumento. Por lo tanto, se aconseja la mínima intervención en estos trabajos, centrándose en actuaciones puntuales sobre zonas problemáticas siendo respetuosos con los elementos originales.

Una vez se haya acondicionado el yacimiento, resulta ineludible realizar un seguimiento de varios años de duración, para observar cómo se comportan los diferentes elementos de la tumba (tapial, calizas, pizarras etc.) a lo largo del tiempo y comprobar si es efectiva la protección que le brinda la cubrición. También hay evaluar de qué manera afecta la circulación de personas durante las visitas para determinar si las estructuras permanecen estables o plantean algún problema que haga necesaria una nueva intervención.

En cuanto a la reposición de elementos queda claro que intentar devolver el aspecto original a un monumento arqueológico que pretende acondicionarse para poder ser exhibido, resulta desastroso en la mayoría de los casos, ya que las partes restauradas en exceso distorsionan la imagen del monumento al ocupar una zona mayor que resta protagonismo a las partes originales.

Una restauración acertada debe poseer la capacidad de sugerir al espectador la imagen que tuvo el monumento buscando una mejor comprensión del público en general, poco o nada acostumbrado a interpretar ruinas. Por ello se aconseja una intervención moderada que permita contemplar los elementos originales conservados.

Por lo arriba expuesto resulta obvio que no se intenta reconstruir en su totalidad el monumento, más bien se pretende reponer parte de los elementos constructivos con el fin de lograr una mayor unidad de la estructura arquitectónica que haga más comprensible su diseño y función.

Otro aspecto primordial que tiene que considerarse necesario en las restauraciones exige que los trabajos realizados sean reversibles, es decir, que cualquier actuación pueda desmontarse sin detrimento de la parte original del monumento. A este efecto se tomaron medidas tales como:

1- La diferenciación de las superficies originales y las restauradas mediante la colocación de una malla de fibra de vidrio (de cuadrados de 1cm) en la zona de contacto que permite la identificación de cada parte.

2- El uso de morteros realizados con los mismos materiales que los originales mejorando su capacidad de agarre con un aditivo de solamente el 5%.

Restauración del Tapial

La excavación de este monumento fue motivada por el hallazgo en 1989 de una losa de pizarra que en un principio se pensó correspondía a una tumba de cista de la edad del Bronce.

Al encontrar la hilada de piedras que correspondían al arranque de la bóveda no nos planteamos que fuera un enterramiento colectivo pues las piedras parecían tapar una cista. Al retirar las piedras y comenzar a excavar debajo apareció una línea circular que delimita una zona de caliza y otra de tierra

arcillosa, quedando claro que pertenece a un sector del círculo que sin lugar a dudas formaba parte de una cámara funeraria de la Edad del Cobre.



Tablazón para la reposición del tapial.



La delimitación entre el caleño y la tierra era clara, pero resultó imposible, en un primer momento, dilucidar que existía una pared de tapial que recubre toda la pared de caliza para darle mayor consistencia. No se detecta claramente hasta llegar a una profundidad de unos 50cm, fundamentalmente por estar excesivamente deteriorada y húmeda lo que ocasionaba que prácticamente no se diferenciara de la tierra de relleno.

También influye el hecho de que sea la primera vez que se constata una pared de tapial en una tumba colectiva. La zona perdida corresponde a un rectángulo de 175cm de largo por 50cm de alto con un grosor que oscila entre los 30 y 40cm.

El material utilizado para formar este tapial está compuesto básicamente de tierra arcillosa de color marrón oscuro (abundante en la zona) mezclada con gravilla de la caliza obtenido al machacar los terrones que se extrajeron durante la excavación del agujero de la tumba.

El molde de madera necesario para la fabricación del tapial tiene que hacerse directamente sobre la pared pues la curvatura de la cámara no es regular y resulta más eficaz construirlo in situ.



Construyendo el tapial



Se clavan entre los tablonos, en sentido vertical, cuatro tablas que sirvan de base a los puntales, fijándose éstos en la arena del centro de la cámara. Se necesitaron ocho puntales para asegurar fuertemente todo el conjunto.

Realizamos varias pruebas de masa para determinar la mezcla que mejor se adaptara a la restauración. La mezcla más idónea estaba formada por:

- 6 partes de tierra cribada obtenida del relleno de la tumba.

- 1 parte de caliza cernida.

- 1 parte de grava de caliza.

- 1 parte de cemento gris como adición aplicada disuelto en agua para una distribución más homogénea por toda la mezcla.

El agua se añade con moderación procurando que la masa quede humedecida de tal manera que si tomamos una porción y la apretamos con la mano se forme una bola que no se desmorone. La masa se realizó en una hormigonera para que resultara uniforme.

Toda la zona que se va a restaurar se cubre con malla de fibra de vidrio de color azul, (de cuadrados de 1cm) procurando que asome por los bordes.

Antes de verter la masa se aplica una lechada de agua con barro para que las superficies se humedezcan y no absorban el agua de la mezcla en exceso.



Construyendo el tapial

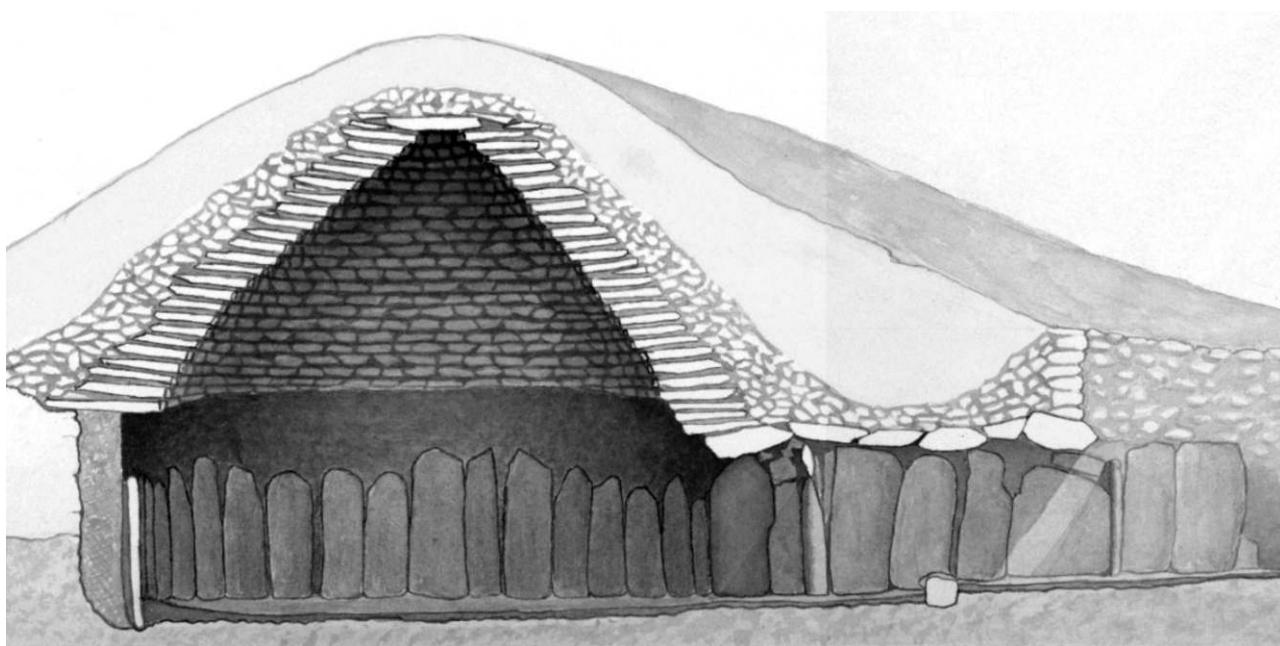


Se vierte la primera capa de masa de unos 15 cm de espesor y se procede a apelmazar con el pisón teniendo mucho cuidado en compactar bien todos los extremos para que el tapial quede fuerte y no se desmorone. Se continúan vertiendo capas de masa en tongadas de 15cm quedando perfectamente compactadas antes de proceder a echar una nueva capa.



Reposición de las piedras de la primera hilada de la bóveda de la cámara

Analizando las medidas de las piedras encontradas en el nivel de derrumbe de bóveda y de las que aún permanecen in situ, tomando referencias del grosor de la hilada con su capa de barro y de lo que sobresalen las piedras, se puede inferir que la bóveda se construyó con aproximadamente 26 hiladas de piedras trabadas con una argamasa (de arcilla superficial mezclada con caliza molida), y estaría coronada por una losa, como se desprende de las tumbas calcolíticas que aún conservan las bóvedas. El aspecto interior tendería a formar una figura irregular cónica, de paredes ligeramente curvas y con el vértice truncado y no hemisférica como en un primer momento se podría suponer, ya que en la falsa bóveda las piedras se disponen en todas las hiladas horizontalmente y no van inclinándose hasta alcanzar la verticalidad en el coronamiento como sucede en las bóvedas auténticas.



Dibujo de reconstrucción del sepulcro

Utilizaron pizarras con una medida estándar de 65cm. x 25cm trabadas con argamasa, dispuestas ligeramente inclinadas hacia la cámara sobresaliendo unos 15cm de la pared. Aseguraron sus extremos con piedras de tamaño medio trabadas con barro formando un murete circular que constituiría el fundamento del túmulo. Si nuestras estimaciones son ciertas, la cámara debería tener en la zona central una altura en torno a los 4m que desciende abruptamente hasta 1,60m en el arranque que se apoya directamente en el tapial, creando la sensación óptica de tener más amplitud.

La zona con más debilidad de todo el yacimiento está en los bordes de dicho paramento construido con tapial. En las partes en que se han perdido las piedras se produce una erosión del tapial al estar en contacto directo con el aire, cosa que no ocurre en las zonas donde se conservan las losas.

El método que ha ofrecido mejores resultados y a la vez resulta el más sencillo para atajar este problema consiste en reforzar la protección de los bordes cubriéndolos con una capa de barro que sirva para asentar las piedras. Con este trabajo no solo se consigue reforzar y proteger el tapial, sino que además devolvemos a la cámara un aspecto más homogéneo al restaurar la corona de arranque de la falsa bóveda, que hace más comprensible y atractivo el monumento al visitante. La zona más afectada por la falta de las piedras de la bóveda se localiza en la mitad norte que se encuentra más superficial y las labores agrícolas han desarraigado las losas de esta zona.

Las piedras se colocarán de manera similar a las que aún se conservan en su sitio, asomando un poco sobre el borde y con la inclinación que presentan las piedras originales. Disponemos de los datos de cuánto tienen que sobresalir de la pared y qué inclinación deben presentar. También conocemos por lo conservado como se articulaba el anillo de piedras que sirve para afianzar las losas de la bóveda y darle consistencia.

Durante la excavación de la tumba entre 1988-91 se halló un estrato que contenía algunas de las piedras de la bóveda. Éstas son las que se utilizarán para restaurar las zonas perdidas.

Una actuación como ésta, en la que pretendemos reponer parte de la estructura, necesita obligatoriamente un elemento de separación entre los materiales modernos y los antiguos. La malla de fibra de vidrio de 1cm. cumple a la perfección con este cometido ya que separa perfectamente las dos superficies, permitiendo una fácil reversibilidad de la actuación además de ser un material con alta resistencia a la degradación.

La separación entre la superficie antigua y el añadido quedará reflejada por una tenue línea de puntos de color azul proporcionándonos información a corta distancia. Esta línea de puntos no distorsiona la percepción de la unidad estructural que se pretende conseguir, ya que se pierde con la distancia, desapareciendo de la visión a unos tres o cuatro metros.

Comenzamos con presentar las distintas piedras sobre el borde de la pared cambiando y moviendo lo necesario para tratar de conseguir un efecto adecuado que no difiera de las originales.

Se realizaron varias pruebas para obtener una argamasa de barro que resultara parecida a la que se utilizó en la construcción y que permitiera afianzar las piedras. La masa elegida estaba formada por tierra obtenida del relleno de la tumba con una adición del 5% de cemento gris disuelto en agua. Se mezcló en la hormigonera para que la mezcla resultara lo más homogénea posible.

En primer lugar, se extendió la malla de fibra de vidrio por todo el perímetro a fin de dejar perfectamente señalado la parte original procurando que sobresaliese por el borde de la zanja. A continuación, se vertió la masa extendiéndose en una capa de 5cm de espesor donde se colocaron las piedras planas intentando situarlas con la inclinación y el vuelo semejante al de las piedras originales que están a su lado.



Antes de la restauración



Cámara restaurada

A medida que se van disponiendo las losas de la bóveda se colocan las piedras que van detrás formando la estructura anular que afianzaba dichas losas. Una vez acabado se esparce sobre la masa caliza cernida para conseguir un aspecto parecido en color y textura al original.



Lateral noroeste

Cuando se construye la tumba, el suelo de la cámara se preparó con un enlucido de barro muy duro aplicado de manera irregular sobre la arenisca. Encima se arrojaron pequeñas pizarras finas de color verdoso sin colocación aparente y sobre ellas se depositaron los cadáveres. Estas características obligan a trabajar sobre un entramado de tabloncillos para la extracción de la arena y la limpieza de un suelo tan delicado.



Lateral suroeste

En su estado primitivo, el tapial quedaba oculto en dos tercios de su altura, recubierto por losas de pizarra fijadas con barro al paramento. En su mayor parte estas pizarras fueron arrancadas quedando su impronta en el barro, conservándose en algunas las señales de las huellas de rotura producidas al intentar arrancarlas. De las piedras que se sacaron durante la excavación (1988-91) encontramos una de estas losas que se diferencian de las empleadas en la construcción de la bóveda por ser de mayores dimensiones. Se colocó apoyada en el paramento del lado s-w sobre una huella que encajaba con sus dimensiones.

Reposición de un dintel del corredor

El corredor se construyó con la técnica tradicional megalítica, a base de losas dispuestas en sentido vertical de gneis para formar los ortostatos, apoyadas a las paredes de la zanja y cerrado con losas dispuestas horizontalmente, del mismo material, formando una cubierta adintelada.

El corredor posee la estructura más resistente de toda la tumba. Cuando se liberó de la capa protectora de arena después de 18 años, comprobamos que permanece en excelentes condiciones, y no necesita de ningún trabajo de consolidación por el momento, pero se hace necesario llevar un estricto control del comportamiento de los materiales en el transcurso de los años por si se detecta algún problema que arriesgue su conservación.

Durante la excavación de la zanja (1988-91) encontramos cerca del corredor a nivel superficial una piedra de tamaño grande de gneis de "San Marcos" que pudo formar parte de la cubierta adintelada del corredor. En las paredes laterales del espacio entre los dos dinteles se conservan las piedras que sirvieron de tope a los extremos del dintel y coinciden con las medidas que pretendemos restituir.



Colocación del dintel



Dintel reintegrado

Se transportó con cintas y fue necesaria la participación de cuatro obreros, tuvimos la precaución de colocar un madero entre los dinteles fijos para hacer más suave el encajonamiento del nuevo dintel, permitiéndonos moverlo con mayor precisión para situarlo correctamente en el hueco.

Pasarela de recorrido de las visitas

Debido a la naturaleza de los materiales que componen el yacimiento (fácilmente erosionables) y a las dimensiones del monumento se plantea la construcción de una pasarela como la mejor forma para realizar la visita.



Estructura metálica



Pasarela terminada

Se proyecta con un armazón metálico y una superficie de madera que amortigüe el ruido de los pasos. En su diseño se estudió la altura adecuada para la mejor contemplación de la tumba, decidiéndose elevarla 40cm de la cota superficial del terreno.

La entrada, que se encuentra a nivel de la superficie, comienza con una suave rampa hasta alcanzar la altura de la pasarela a los 6m de su recorrido, manteniéndose así durante toda la zona de la cámara volviendo a descender en los últimos 6m antes de la puerta de salida.



Trabajos de limpieza y consolidación del dolmen de Lácara

El Dolmen del Prado del Lácara fue declarado Monumento Nacional el 3 de junio de 1931, y es el más representativo de Extremadura. Hoy es Bien de Interés Cultural con categoría de Monumento y puede encuadrarse históricamente desde finales del neolítico y la edad del cobre, IV y III milenio antes de Cristo. La estructura de la tumba obedece al esquema tradicional de vestíbulo, corredor largo y cámara poligonal con túmulo de grandes proporciones. La planta del túmulo tiene forma ovalada irregular con tendencia al círculo, midiendo 34,2m el eje longitudinal y 31,9m el transversal hasta el final del túmulo. Pero si tomamos como referencia su zócalo perimetral sería 28,9m el eje longitudinal por 23,8m el transversal. Del túmulo se conserva una altura media de 3,3m de los aproximadamente 6m que se le calculan hasta la losa de cubierta de la cámara, que posiblemente fuera la zona más alta.

Desde finales de marzo a principio de junio de 2011 se realizaron los trabajos de limpieza consolidación y excavación del dolmen de Lácara, el estado de deterioro provocado por el mal drenaje de las aguas de lluvia y las múltiples visitas que se vienen realizando desde los años 60 del pasado siglo han motivado esta intervención, llevada a cabo por la empresa Atrium contratada por la Consejería de Cultura y Educación de la Junta de Extremadura a través de la oficina de gestión Alba Plata estando incluido dentro del proyecto Vía de la Plata II.

Protección de los perfiles antiguos



Aspecto del perfil del lado noreste

Las paredes de la trinchera que realizó Martín Almagro durante las excavaciones de los años 1957-58 se han deteriorado de manera desigual, todo el perfil del lado noreste se encuentra muy desmoronado, ha perdido su verticalidad debido a las raíces de los arbustos, el trasiego de personas y a las lluvias que inciden más sobre este lado. Curiosamente el perfil del lado suroeste se mantiene en bastante buen estado.



Perfil suroeste



Perfil noreste

De los perfiles que rodean a la cámara en la zona que se encuentra detrás de la C4 están desmoronados y la parte trasera de la C7 tiene un socavón que dirige las aguas de lluvia hacia el suelo de la cámara.



Detrás de la C4



Socavón de la C7

Para proteger los perfiles del lado noreste se crea un muro ataludado compuesto de piedras y barro, se continúa con el talud por el perfil de la trinchera que rodea a la cámara.

Se comienza eliminando los restos de vegetación para poder colocar en la zona el geotextil que proteja la superficie y permita diferenciar la parte original de la nueva capa.



A continuación, se realiza el muro ataludado colocando las piedras más grandes en la base, trabándolas con barro, continuando hacia arriba siguiendo la inclinación del perfil. Las piedras se recogen de las inmediaciones, sobre todo de la zona donde se ubica el montón de la antigua excavación, la tierra utilizada para hacer el barro se obtiene de los montones una vez cribados.



Se terminan con una capa de piedras menudas trabadas con barro que compacten toda la superficie intentando crear una capa protectora que impida el deterioro de los perfiles.

En las zonas más problemáticas de la cámara, detrás de los ortostatos C4 y C7 se construyen muros de contención de las tierras del túmulo, los materiales utilizados son piedras de los alrededores y mortero de cal. Antes de comenzar se coloca geotextil para diferenciar la zona original, encima se construye el muro, por la cara visible se le aplica un enlucido de mortero de cal para que la nueva superficie creada resulte lo más neutra posible y no distorsione excesivamente la contemplación del monumento.



Creación de un muro de contención en la zona de la C4

También se construyen muros de contención detrás del ortostato C7 que presenta un socavón que desciende hasta 1m por encima del suelo de la cámara, para solucionar el problema se levanta un muro que llega hasta el suelo de la trinchera restableciendo el pequeño desnivel necesario para la zona drene bien. En el lateral suroeste de la primera antecámara se construye un pequeño muro para asegurar el fragmento de dintel que se apoya en el suelo de la trinchera y permitir un drenaje adecuado impidiendo que las aguas de la trinchera desagüen en el corredor.



Muro detrás de C7



Muro en el lateral de la primera antecámara

Una vez se han concluido los trabajos de consolidación de los perfiles de la trinchera y de drenaje se cubre toda la superficie del túmulo y la trinchera con una tela de fibra de coco para retener las tierras y crea con el tiempo una cobertura vegetal protectora a medida que se degrada.



Retirada de los fragmentos de ortostatos de la cámara y de los perfiles en la zona del corredor, creación del campo de piedras

Quizás una de las cuestiones más difíciles de resolver cuando se plantea la excavación en 1957 fuera el desplazamiento de los enormes fragmentos de losas que ocupaban la cámara y sus alrededores, esparcidos de manera caótica como consecuencia de la voladura con dinamita a fines del s XIX de la cubierta y la posterior manipulación de algunas losas para utilizarlas como piedra de cantera. La excavación dirigida por M. Almagro disponía solamente de gatos hidráulicos manuales y la fuerza de los obreros. Las piedras que se encontraron en la cámara fueron arrimadas a las paredes, apoyándolas sobre los ortostatos a la vez que se excavaba el suelo, no tuvo que ser nada fácil colocar las losas en las partes ya excavadas para poder continuar la excavación. Las piedras encontradas en los laterales del corredor se apoyaron en el perfil de la trinchera del noreste, como lo demuestran algunas fotografías de la época, con el paso de los años la pared de este perfil se ha ido desmoronando las piedras se han desplazado algunas hasta el suelo de la trinchera, y han permanecido medio enterradas.



Aspecto del dolmen al final de las excavaciones, 1958.

La retirada de los fragmentos de piedras supone un trabajo necesario para sanear la cámara y las trincheras, permitiendo además realizar los trabajos de drenaje esenciales para reducir la humedad y el encharcamiento que estaban acelerando el proceso de deterioro del monumento.

Para realizar los trabajos se requirieron los servicios de una grúa telescópica de tamaño medio, era importante que el camión no llegase a pisar el túmulo estacionándose en el borde y desplegando la grúa hasta la cámara o el perfil del corredor. Las piedras eran limpiadas de tierra para facilitar su extracción, convenientemente sujetas con cuerdas eran izadas, el proceso se realizaba muy lentamente para no dañar las losas ni los ortostatos.

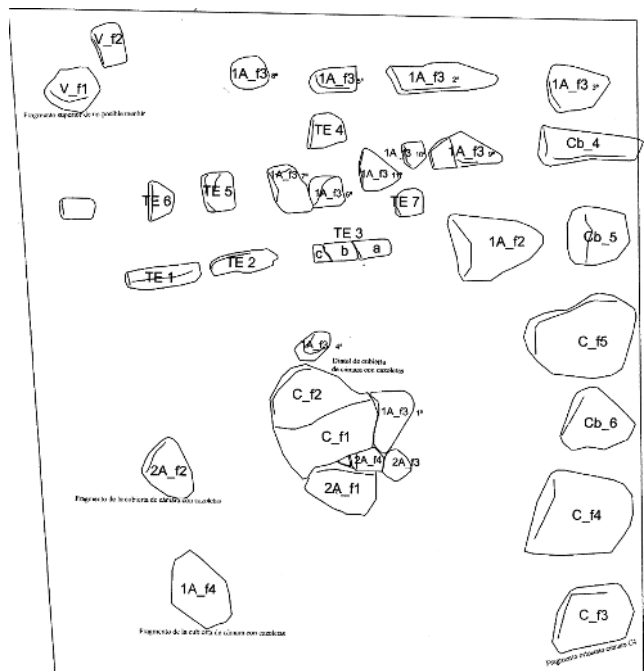
Una vez extraídas se colocaron en una explanada preparada con grava situada a 30m del vestíbulo hacia el sur, creando un campo de piedras.

En la línea del fondo se colocaron los fragmentos mayores que pertenecen a ortostatos de la cámara fracturados cuando se dinamitó el dolmen: C_f3 (corresponde al ortostato de la cámara C4 a la mitad superior que está junto a la C2), C_f4, Cb_6, C_f5, Cb_5, Cb_4, 1A_f3 3º, 1A_f2, 1A_f3 9º y 1A_f3 2º.

En el centro se colocaron los fragmentos de la cubierta de la cámara que se pudieron unir: C_f1, C_f2, 1A_f3 1º, 1A_f3 4º, 2A_f1, 2A_f3, 2A_f4, dos fragmentos pertenecientes a la cubierta se colocaron cerca porque no se encontró el lugar donde encajaban: 1A_f4 y 2A_f2.

En la esquina más próxima al dolmen se depositaron dos fragmentos de lo que pudo haber sido un menhir, el V_11 que corresponde a la terminación y el V_12.

El resto de los fragmentos son de dimensiones más pequeñas y resultan difíciles de adscribir a algún elemento específico.



Excavación de ortostatos del anillo tumular para su restitución

Del anillo peristáltico que circunda todo el túmulo se conservan los restos de algunas piedras, han llamado la atención de los expertos que han estudiado el dolmen, normalmente se ha pensado que formaban parte de la estructura interna del túmulo en la zona exterior y que no era visible, aunque algunos investigadores como los Leisner (1956: 303) lo describen acertadamente como el inicio de un plinto que rodearía el monumento.

Tras realizar una exploración detenida de las piedras se llegó a la conclusión de que se trataban de ortostatos tallados que estaban perfectamente encajados, en algún caso como en la Tadaio se conservan talladas en sus bordes escotaduras curvas que sirvieron para un engarce con los ortostatos que se encontraban a ambos lados.

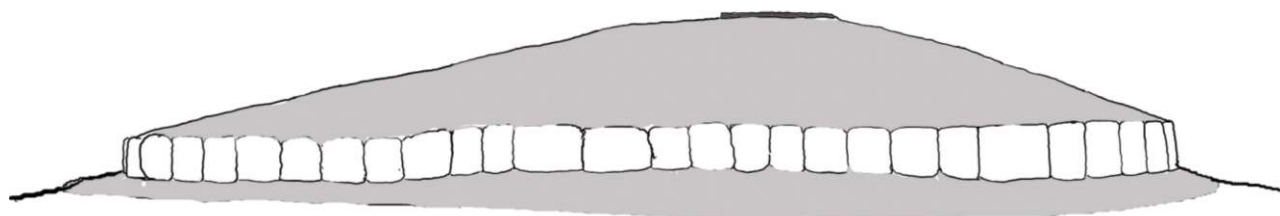
Al deterioro sufrido por el paso del tiempo que ha ido redondeando las formas de los ortostatos y erosionando sus partes visibles hay que añadir la destrucción provocada por los canteros que se dedicaron a socavar los ortostatos y despiezarlos para sacar bloques de menor tamaño que fueran manejables.

El empuje de las tierras del túmulo ejercido durante tanto tiempo unido a la destrucción provocada por los canteros ha dado como resultado que la mayor parte de las piedras aunque permanezcan en su sitio se encuentren inclinadas hacia el exterior, muchas de ellas tumbadas. También han desaparecidos bastantes ortostatos del zócalo, de los que aún permanecen en su sitio prácticamente ninguno conserve su altura original.

De las características observadas en el anillo tumular se puede deducir que posiblemente se trate de un zócalo perimetral que delimita toda la estructura tumular. Para comprobar esta hipótesis y a la vez intentar devolver algo del aspecto que tenía dicho zócalo se planteó la excavación algunos ortostatos excesivamente abatidos y restituirlos a su posición original.

Se excavaron en total siete ortostatos perimetrales, en todos se trazaron cuadrículas en la zona interna del ortostato, es decir la parte que contenía las tierras del túmulo, las medidas de dichas cuadrículas se ajustaron para que el hueco posibilitara el levantamiento del ortostato y pudiera apoyarse verticalmente sobre el perfil de la cuadrícula.

Existen varias razones para considerar el anillo perimetral que circunda el túmulo como un zócalo peristáltico visible ofreciéndonos una imagen del túmulo diferente a como normalmente se suelen interpretar en nuestra zona.



Reconstrucción del túmulo en su mitad noreste



Los ortostatos que forman este zócalo, son grandes, aunque las partes visibles en la actualidad estén erosionadas y mutiladas por los trabajos de los canteros, tenían una forma rectangular bastante uniforme y las superficies estaban perfectamente alisadas como se puede comprobar en las partes enterradas.

Existe una preocupación evidente por parte de los constructores para tratar de levantar una pared circular y lisa que tenían una altura aproximada de 1.5m. Es un zócalo que rodea toda la tumba. Existe una preocupación por parte de los constructores de intentar conseguir que las uniones entre los ortostatos destaquen lo menos posible, se constatan tres maneras diferentes de ensamblaje:



- La más tradicional que consiste en solapar los cantos de los ortostatos, es utilizada poco, para que no destaque el borde exterior excesivamente se adelgaza hasta conseguir un canto muy afilado que termina en una arista redondeada que resalta muy poco.
- En la segunda se enfrentan los cantos laterales de dos ortostatos procurando que las superficies exteriores queden enrasadas, las terminaciones laterales presentan los cantos rectos para una mejor unión, en algún ejemplo se han tallado los cantos a bisel consiguiendo una unión que soporta mejor los empujes del túmulo.
- En la tercera forma se prepara uno de los laterales con un cajeado (rebaje) cóncavo y el otro con un borde redondeado que permita unir perfectamente los ortostatos. Este tipo de ensamblaje no se ha documentado en ningún megalito de la zona.

El zócalo consigue dar una mayor esbeltez a la forma del túmulo, elevando su volumen cónico achatado, recordándonos la figura de una cabaña circular, más que la de una montaña artificial.

Existen ejemplos de zócalos peristálticos encontramos en otros dólmenes de la zona como en los de Montehermoso, de menor tamaño y en peores condiciones, posiblemente otros monumentos de gran tamaño también lo tuvieran como parece ser el caso de la Granja del Toriñuelo donde se descubrieron 10 metros de un anillo perimetral formado por ortostatos de granito bastante destrozados. Los dólmenes de la provincia de Huelva también suelen tener anillos peristálticos como los de El Pozuelo o el de Soto.

Creación de un sistema de drenaje

Uno de los problemas principales que se intenta solventar en esta intervención es la erradicación de humedades provocadas por un mal drenaje que produce un estancamiento de las aguas de lluvia en la zona del vestíbulo, el suelo de la cámara y el corredor desciende suavemente hacia el vestíbulo, pero a partir de la puerta de entrada hasta la piedra de clausura la pendiente se torna ascendente y se acumula al no poder desaguar, sirviendo la citada piedra de muro de contención.

Se establece un sistema de drenaje que discurre por el suelo de la antigua trinchera, para lo cual se necesita regularizar la superficie creando un suave desnivel desde el fondo de la cámara hacia la entrada. En el vestíbulo se realiza un pequeño canal que dirige las aguas hacia la esquina del suroeste continuando hacia el exterior del túmulo, por esta parte también vierten las aguas de la trinchera de este lado, para

encauzar las aguas de la trinchera del lado noreste se realiza un canal en el túmulo que pasa por el canto del ortostato del zócalo Ta d1.

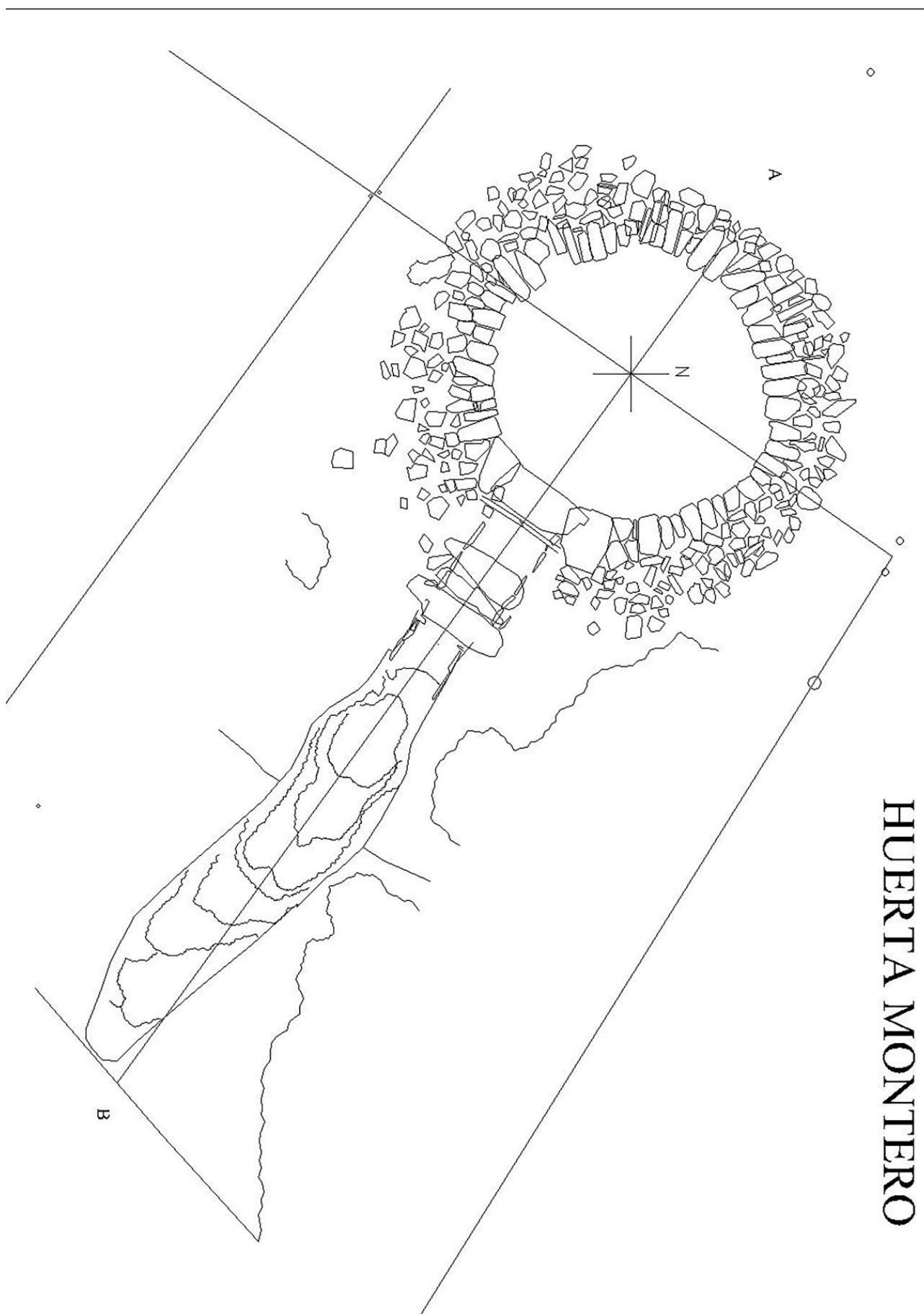
Para instalar el sistema de drenaje por el fondo de la antigua trinchera, primeramente, se excava una pequeña zanja del tamaño del tubo de drenaje, que tiene 20cm de diámetro, antes de colocar el tubo se cubre el fondo de la zanja con plástico para evitar que las aguas se filtren hacia las paredes del corredor, encima se coloca el tubo, la parte superior del mismo se cubre con grava para impedir la entrada de tierras que lo obstruyan.



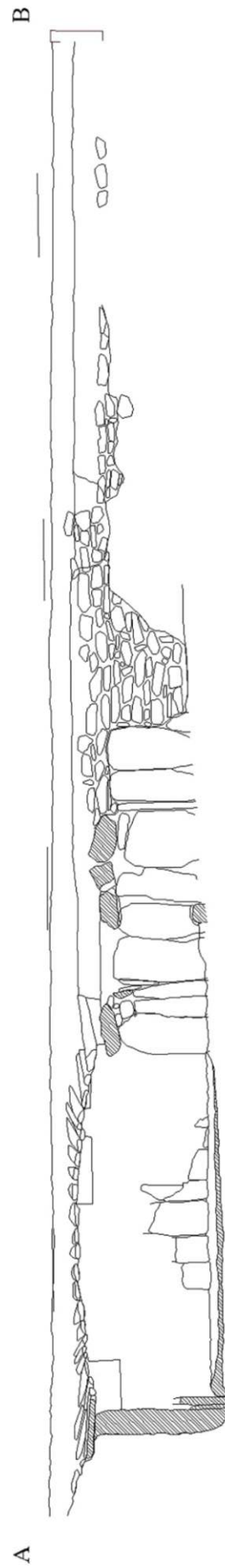
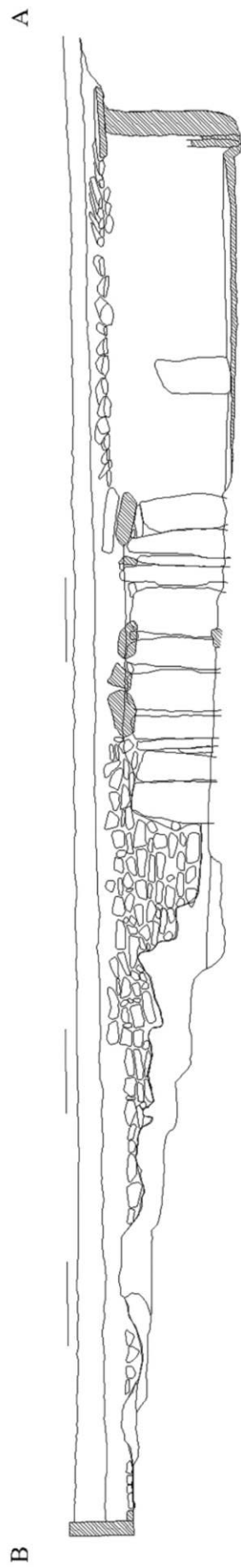
BIBLIOGRAFÍA

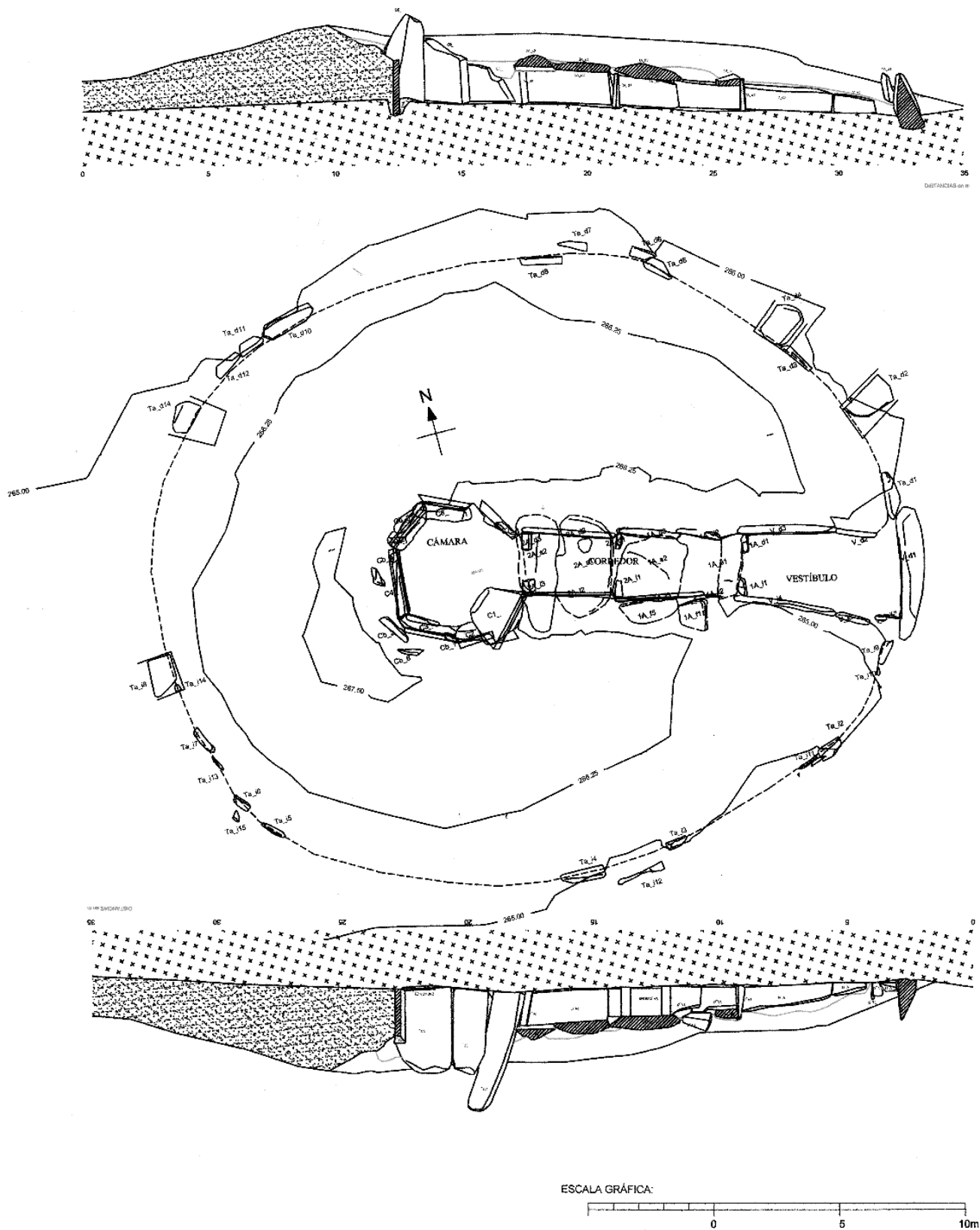
- ALMAGRO BASCH, M. (1959): "Excavaciones en el sepulcro de corredor megalítico de Lácara. Mérida (Badajoz)". *Revista de Estudios Extremeños*, XV, pp. 249-314.
- ALMAGRO GORBEA, M. y JIMENEZ ÁVILA, J. (2000): "Un altar rupestre en el Prado de Lácara (Mérida). Apuntes para la creación de un parque arqueológico." *Extremadura Arqueológica* VIII, pp.423-442.
- ALMENDRO, J.P. (1984): Contribución al estudio de los suelos de Almendralejo. VI Jornadas de Viticultura. Escuelas Universitarias "Santa Ana". Almendralejo.
- ANDRADE, M.A.(2010) "Rochas com covinhas no contexto do megalitismo Alto-Alentejano: o painel de São Domingos 2(Fronteira)" rev. Apontamentos de Arqueologia e Património 6. Lisboa pp7-14.
- BLASCO, F. y ORTIZ ALESÓN, M. (1991): "Trabajos arqueológicos en Huerta Montero, Almendralejo (Badajoz)" I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura. *Extremadura Arqueológica* II: 129-138.
- BUENO, P. (2000): "El espacio de la muerte en los grupos neolíticos y calcolíticos de la Extremadura española: Las arquitecturas megalíticas. *Extremadura Arqueológica* VIII: 35-80.
- BUENO, P. BALBÍN, R. y BARROSO, R (2000): Restauración y consolidación en yacimientos megalíticos del interior del Tajo. *Extremadura Arqueológica* VIII: 443-461. Mérida.
- CARRASCO MARTÍN M.J. (2000): "El sepulcro megalítico de la Granja del Toriñuelo. Jerez de los Caballeros (Badajoz)" *Extremadura Arqueológica* VIII, pp.291-324. Mérida.
- GONZALEZ CARBALLO J.L.(1992):"El conjunto dolménico de San Vicente de Alcántara(Badajoz)". *Rev. Norba* 11-12 pp.27-42. Cáceres.
- LEISNER, G. y V. (1943): *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Süden*. Berlin.
- LEISNER, G. y V. (1959): *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Western*. Berlín.
- MÉLIDA J. R.: (1913): "Arquitectura Dolménica Íbera. Dólmenes de la provincia de Badajoz" *R.A.B.M.* XXVIII pp9-13.
- MÉLIDA J. R. (1925):" Catálogo Monumental de España. Provincia de Badajoz (1907-1910) Madrid.
- MORALES, A. (2004): Intervención en el yacimiento arqueológico de Los Millares. Universidad de Almería.
- OLIVEIRA, J. DE (2016): "Exemplos de reabilitação de monumentos megalíticos no norte do Alentejo, Portugal", en *Actas do V Colloquio Internacional de Arqueologia*. 22-25 de noviembre de 2016. Instituto Cubano de Antropologia, La Habana: 104-120
- PRADA GALLARDO, A. CERRILLO CUENCA, E. (2008):"Paisajes de la prehistoria reciente en el Suroeste de Badajoz" rev *Cuadernos de Çafra*, n.VI. pp. 87-108.
- PRO C., VAQUERO J.M. y BLASCO F. (2017) "Una nota sobre la orientación astronómica del enterramiento megalítico de Huerta Montero (Almendralejo)" rev de *Estudios Extremeños*, tomo LXXIII- nº I- enero/abril pp 693-700
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO M. (2000): "El conjunto megalítico de la dehesa Boyal de Montehermoso." *Extremadura Arqueológica* VIII.: pp. 187-208. Mérida.
- SOARES J. y TAVARES DA SILVA C. (2010):" Anta Grande do Zambujeiro, arquitectura e poder. Intervenção arqueológica do MAEDS 1985-87" rev. *Musa* nº3 pp.83-129
- VILLALOBOS MEGÍA M. (2005): "El Terciario de Tierra de Barros". *Patrimonio Geológico de Extremadura*. Junta de Extremadura.

HUERTA MONTERO



Planta del sepulcro prehistórico de Huerta Montero, Almendralejo



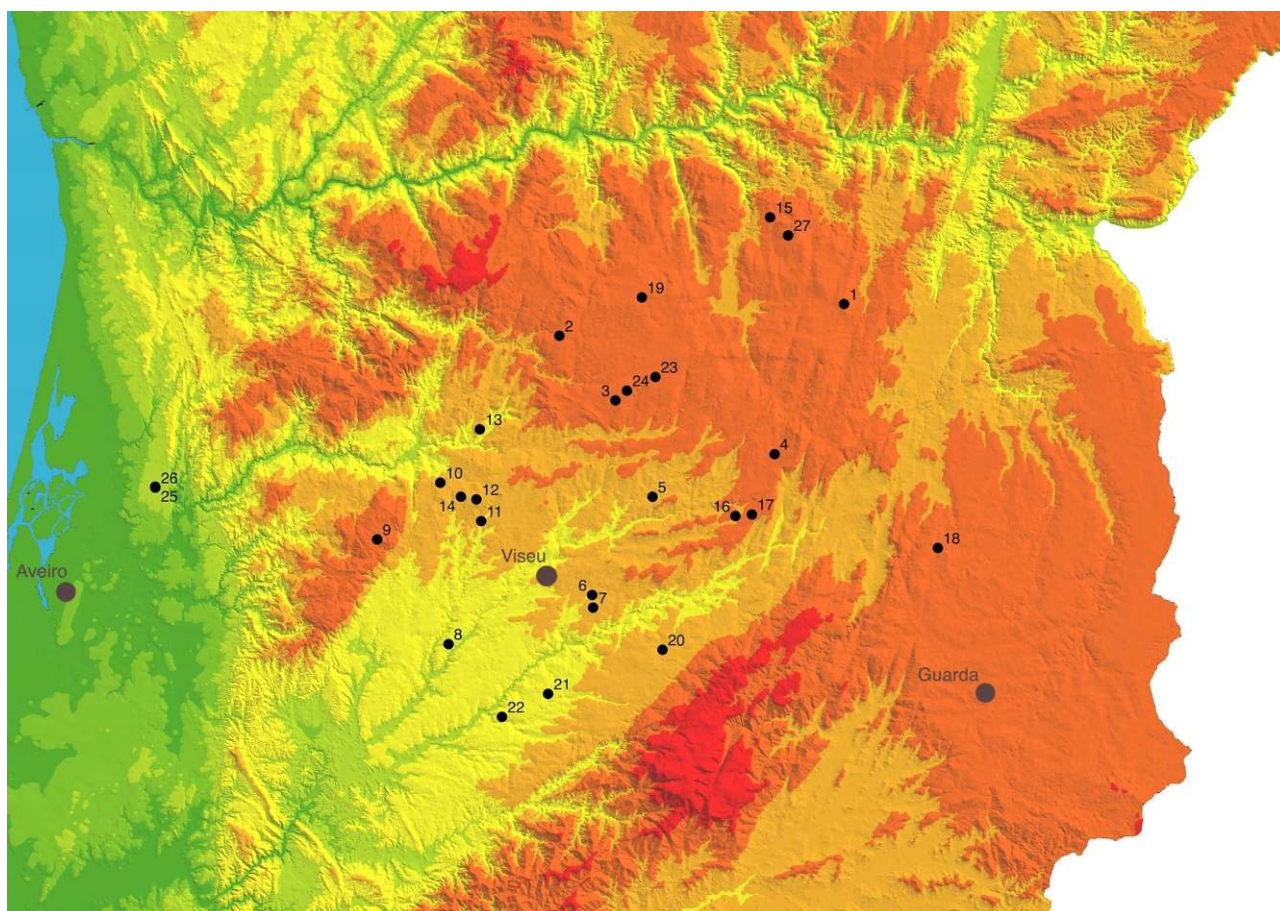


A necrópole megalítica da N.^a Sr.^a do Monte (Penedono) (1993-1995). E se fosse hoje?

Pedro Sobral de Carvalho

pedrosobraldecarvalho@eonic.pt
Eon, Indústrias Criativas, Lda

Os finais dos anos 80 e toda a década de 90 do séc. XX foram cruciais para o estudo do megalitismo da região Centro de Portugal. Para além de projetos de investigação que abrangeram vários ambientes geográficos, os então denominados Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Centro levaram a cabo um programa designado "Valorização do Património Megalítico" com o fim de promoverem este tipo de manifestações arquitetónicas. Foram então intervencionados alguns monumentos, a maioria alvo de trabalhos anteriores: Orca da Cunha Baixa (Mangualde) (Vilaça & Cruz, 1990), Lapa do Repilau, Antela do Repilau (Viseu) (Cruz *et alii*, 1989), Orca dos Juncais e Orca de Pendilhe (Vila Nova de Paiva) (Cruz, 1993b e 2001), Orca de Corgas da Matança e Orca de Cortiço de Algodres (Fornos de Algodres) (Cruz, 1993a; Cruz, Cunha e Gomes, 1988/1989), Dólmén 1 do Carapito (Aguiar da Beira) (Cruz & Vilaça, 1990), Dólmén de Antelas (Oliveira de Frades) (Cruz, 1995) e Dólmenes 1 e 2 da Lameira de Cima (Penedono) (Gomes 1996). Ainda neste período o então Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) promoveu trabalhos arqueológicos entre 1991 e 1993 na Anta da Arquinha da Moura (Tondela) (Cunha, 1993 e 1995; Silva, 1995). Em 1987 Ana Bettencourt procedeu a trabalhos de escavação e valorização do Dólmén 1 da Pedra da Moura, igualmente conhecido como Anta da Cerqueira (Sever do Vouga) (Bettencourt, 1989). Em 1989 Ana Leite da Cunha intervém na Anta do Pinheiro dos Abraços ou Dólmén de Bobadela (Oliveira do Hospital) na sequência de um programa de estudo, valorização e proteção de estações arqueológicas promovido pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, em colaboração com a Câmara de Oliveira do Hospital.



Monumentos megalíticos referidos no texto: 1: Dólmen 1 e 2 da Lameira de Cima; 2: Orca de Pendilhe; 3: Orca dos Juncais; 4: Dólmen 1 do Carapito; 5: Anta do Penedo do Com; 6: Orca da Cunha Baixa; 7: Orca dos Padrões; 8: Arquinha da Moura; 9: Lapa de Meruje; 10: Dólmen de Antelas; 11: Dólmen 2 de Chão Redondo; 12: Anta da Capela dos Mouros; 13: Anta da Cerqueira; 14: Anta da Lapa do Repilau e Antela do Repilau; 15: Dólmen de Areita; 16: Orca da Matança; 17: Anta de Cortiço; 18: Anta de Pera do Moço; 19: Orca das Seixas; 20: Anta de Rio Torto; 21: Dólmen do Seixo da Beira; 22: Anta da Cavada; 23: Orca de Forles; 24: Orca do Tanque; 25: Mamoia 1 do Taco; 26: Mamoia 3 do Taco; 27: Dólmen da Sr.ª do Monte



Anta da Cunha, Mangualde, Viseu (Foto José Alfredo)



Lapa do Repilau, Viseu, Viseu (Foto Pedro S. Carvalho).



Antela do Repilau, Viseu, Viseu (Foto Pedro S. Carvalho)



Orca dos Juncals, Vila Nova de Paiva, Viseu (Foto João Pinto)



Orca de Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu (Foto José Alfredo)



Orca e Coras da Matança, Fornos de Algodres, Guarda. (Foto Vera Caetano)



Orca de Cortiço de Algôdres, Fornos de Algodres, Guarda. (Foto Vera Caetano)



Anta Pintada de Antelas, Oliveira de Frades, Viseu. (Foto Filipe Soares)



Anta Pintada de Antelas, Oliveira de Frades, Viseu. (Foto José Alfredo)



Dólmen 1 da Lameira de Cima, Penedono, Viseu. (Foto Pedro S. Carvalho)



Dólmén 2 da Lameira de Cima, Penedono, Viseu. (Foto Pedro S. Carvalho)



Dólmén da Capela da Sr.ª do Monte, Penedono, Viseu. (Foto Pedro S. Carvalho)



Anta da Arquinha da Moura, Tondela, Viseu. (Foto Pedro S. Carvalho)



Dólmén 1 da Pedra da Moura, Sever do Vouga, Aveiro. (Foto José Alfredo)



Anta do Pinhal dos Abraços, Oliveira do Hospital, Coimbra.
(Foto Pedro S. Carvalho)

Estas foram as sementes que fizeram com que várias autarquias da região pretendessem o estudo e a valorização de mais monumentos megalíticos dos seus territórios. Logo em 1997 a autarquia de Penalva do Castelo promoveu trabalhos de estudo e valorização da Anta do Penedo do Com cujos resultados foram recentemente tema de uma dissertação de mestrado (Perpétuo, 2021) e a autarquia de S. João da Pesqueira promoveu os trabalhos no Dólmén de Areita (Gomes *et alii*, 1998). Em 1999 a Câmara Municipal de Moimenta da Beira promoveu a valorização de um dos seus dólmens

mais emblemáticos: a Orca das Seixas. A viragem do milénio trouxe novos investimentos em monumentos megalíticos da região. Em 2003 foram intervencionados o Dólmén 2 de Chão Redondo e a Anta da Capela dos Mouros (Sever do Vouga) (Santos, 2001; Santos *et alii*, 2010/2011). Em 2001 a Anta de Pêra do Moço (Guarda) foi alvo de um projeto de valorização e em 2004 foram executados trabalhos na Orca de Rio Torto (Gouveia). Entre 2007 e 2008 foram executados trabalhos de escavação e valorização do Dólmén de Seixo da Beira e na Anta da Cavada (Oliveira do Hospital) (Perpétuo & Gomes, 2012; Gomes, Perpétuo & Garcia, 2016). Mais recentemente, em 2014, executaram-se os trabalhos de restauro e valorização das Mamoas 1 e 3 do Taco (Albergaria-a-Velha) (Carvalho 2016, 2017; Carvalho & Caetano, 2016; Carvalho & Alves, 2017), em 2021-2022 os trabalhos de escavação e valorização na Orca de Forles (Carvalho, 2021) e em 2023 na Orca do Tanque (Sátão).

Cabe aqui referir, igualmente, o estudo, restauro e valorização da Lapa de Meruje, em Vouzela, da responsabilidade de António Faustino Carvalho, no âmbito do projeto "Estudo do Património Histórico-Arqueológico de Vouzela" que decorreu entre 2016 e 2019 dirigido por Manuel Luís Real com a corresponsabilidade de António Faustino Carvalho e Catarina Tente (Real *et alii*, 2017; Carvalho, 2018). Este projeto teve continuidade num outro exclusivamente dedicado ao megalitismo da área de Lafões intitulado "Megálitos, Espaços, Gentes e Ambiente nas Manifestações Tumulares Pré e Proto-históricas de Lafões (MEGA Lafões) e também num projeto em curso dirigido por Catarina Tente intitulado MONS – "Etnoarqueologia das Montanhas da Beira Alta (Vouzela) que decorre entre 2022 e 2025 que tem por objetivo a visão sistemática das interações homem-paisagem no Passado (Tente, 2023).

Por último, o projeto NeoMega "Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego: investigação, recuperação, integração e valorização patrimonial" dirigido por J. C. Senna-Martinez e José Manuel Ventura que se centra no estudo e valorização dos monumentos megalíticos dos concelhos de Nelas e Carregal do Sal.



Anta do Penedo do Com, Penalva do Castelo, Viseu. (Foto Pedro S. Carvalho)



Dólmen de Areita, S. João da Pesqueira, Viseu.
(Foto Pedro S. Carvalho)



Orca das Seixas, Moimenta da Beira, Viseu. (Foto Pedro S. Carvalho)



Dólmen 2 de Chão Redondo, Sever do Vouga, Aveiro. (Foto José Alfredo)



Dólmen da Capela dos Mouros, Sever do Vouga, Aveiro. (Foto Pedro S. Carvalho)



Dólmen da Capela dos Mouros, Sever do Vouga, Aveiro. (Foto Pedro S. Carvalho)



Anta de Rio Torto, Gouveia, Guarda. (Foto António Faustino Carvalho)



Anta de Pêra do Moço, Guarda, Guarda. (Foto Pedro S. Carvalho)



Dólmen de Seixo da Beira, Oliveira do Hospital, Coimbra (Foto Pedro S. Carvalho)



Anta da Cavada, Oliveira do Hospital, Coimbra (Wikicommons)



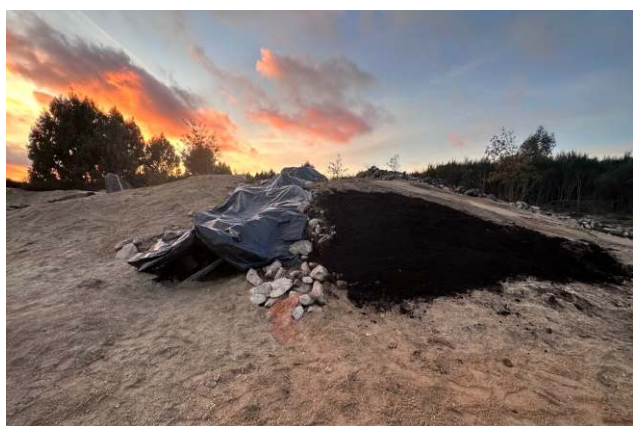
Mamoa 1 do Taco, Albergaria-a-Velha, Aveiro (Foto João Pinto)



Mamoa 1 do Taco, Albergaria-a-Velha, Aveiro (Foto Pedro S. Carvalho)



Orca de Forles, Sátão, Viseu (Foto José Alfredo)



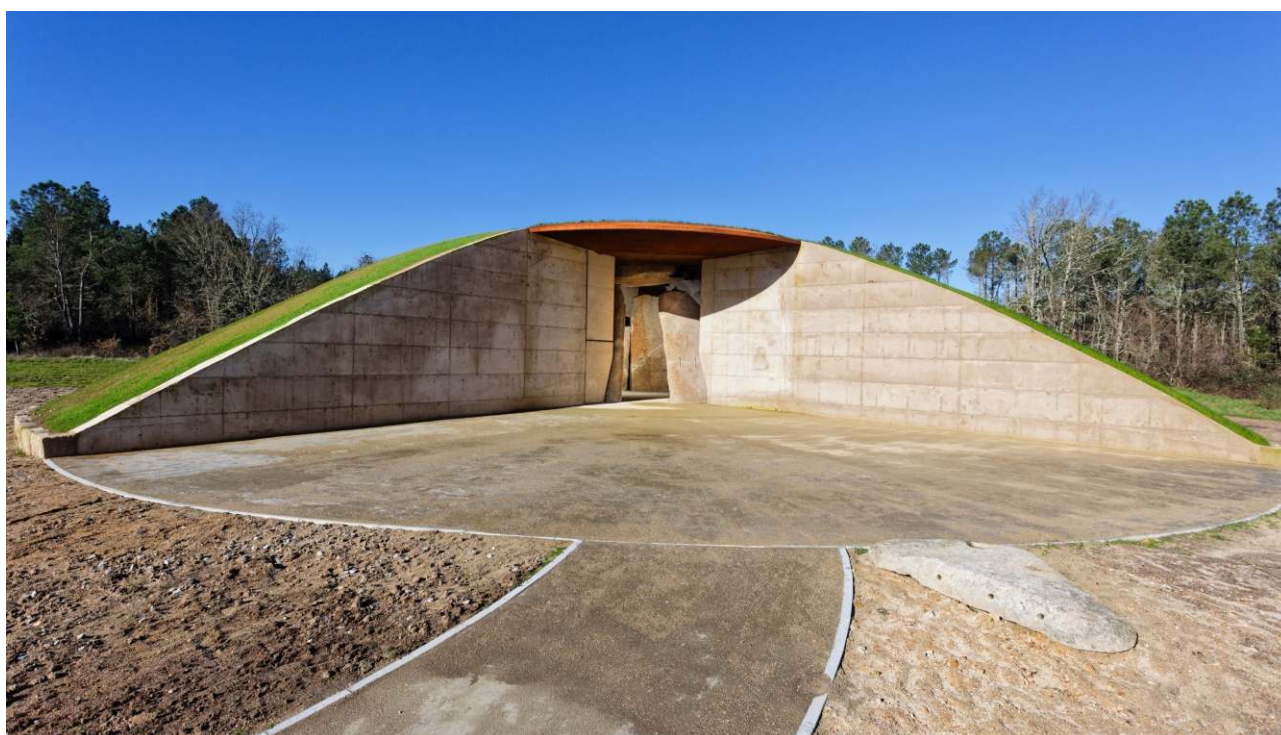
Orca do Tanque, Sátão, Viseu (Foto Pedro S. Carvalho)



Lapa de Meruje, Vouzela, Viseu (Foto José Alfredo)

Por fim, merecem um destaque especial os trabalhos efetuados no Dólmen 1 do Carapito (Aguiar da Beira) entre 2018 e 2024 (Carvalho, 2020 e 2021; Carvalho *et alii* 2020), sobretudo porque pela primeira vez nesta região foi feito um projeto com uma equipa disciplinar para a recuperação de um monumento megalítico.

A definição da estratégia de intervenção do Dólmen 1 do Carapito teve como princípio basilar a conservação do monumento megalítico, não descurando o controlo do acesso e do percurso a realizar até a mesmo e a reversibilidade das soluções respeitando o existente, mas corrigindo intervenções anteriores. Concomitantemente, procurou-se, igualmente, que a intervenção do espaço de receção aos turistas / visitantes fosse pouco intrusiva na paisagem e que fosse reversível (Carvalho *et alii* 2020; Carvalho, 2021). O projeto previu a reconstrução parcial da mamoa, a definição de novos acessos e atravessamentos pedonais, bem como a criação de um espaço de estacionamento do lado oposto da ribeira, para controlo da chegada de visitantes. Efetivamente, a equipa projetista tomou como pressuposto que a preservação e salvaguarda do monumento dependia inteiramente de medidas de intervenção que tivessem por base a cobertura de toda a câmara dolménica, considerando ser esta a única forma de garantir a conservação das gravuras a curto, médio e longo prazo.



Dólmen 1 do Carapito, Aguiar da Beira, Guarda. (Foto José Alfredo)



Dólmen 1 do Carapito, Aguiar da Beira, Guarda. (Foto Filipe Soares)



Dólmen 1 do Carapito, Aguiar da Beira, Guarda. (Foto José Alfredo).

Temos noção perfeita que muito há para corrigir, mas o mais importante é percebermos que existem monumentos que necessitam de um grande investimento em fase de projeto. Também sabemos que as soluções que servem de base a uma ação de valorização nem sempre são consensuais, havendo sempre detratores que mais não fazem do que criar entropias.

Temos que estar cientes da dificuldade de assumir soluções e de que estas têm que ser devidamente amadurecidas e assentes em demonstrações científicas. Por outro lado, e talvez a parte mais difícil, é convencer o poder político de que é necessário fazer investimentos em alguns trabalhos, muitos deles prévios aos próprios projetos. Encontra-se nesta fase, por exemplo, o projeto de restauro e valorização do Dólmen de Antelas (Oliveira de Frades) que aguarda a decisão política de se efetuar um conjunto de análises e medições que permitam seguir uma das várias soluções possíveis.

Como já o afirmámos em outra ocasião, embora não existam dois monumentos iguais, existem linhas orientadoras que são gerais e que se poderão aplicar a todos os monumentos (Carvalho, 2021). Assim, independentemente de cada monumento megalítico carecer de uma abordagem particular, podemos elencar alguns pressupostos de base que têm norteado as opções tomadas seguindo a mesma linha defendida por outros autores (Bello *et al* 1997).

O principal valor que deve nortear as opções é a **conservação e proteção do monumento**. Efetivamente, os monumentos megalíticos alvo de ações de restauro e de valorização encontram-se, geralmente, em más condições de preservação e, na maioria das vezes, bastante arruinados. Deste modo, há que inverter o processo de degradação e avançar com soluções que visem a preservação e a salvaguarda de toda a estrutura dolménica. Por outro lado, as soluções têm que ser pensadas para minimizar as consequências dos processos de degradação, sendo necessário antever as alterações que ocorrerão no futuro e, consequentemente, o estabelecimento de medidas de proteção preventivas. Muitos destes monumentos, sobretudo na zona centro, mas não só, possuem arte gravada e pintada nos seus esteios. Os métodos mais recentes de diagnóstico têm revelado um número crescente de motivos, essencialmente pintados, nos esteios dos dólmenes da Beira Alta. Muitos destes motivos apenas se veem após a limpeza das superfícies pétreas, exigindo um cuidado acrescido na sua proteção.

Um outro aspeto essencial sempre presente em qualquer projeto que se queira fazer num monumento, neste caso megalítico, é o investimento no seu estudo, ou seja no **conhecimento do monumento**. Só assim se consegue, por um lado, perceber a ruína no seu todo e, por outro, obter conteúdos para a construção de uma narrativa. Efetivamente, a perceção de uma ruína está condicionada ao grau de conhecimento que o observador/visitante possui. Quanto mais essa ruína está degradada, mais difícil se torna a sua perceção. Torna-se, deste modo, crucial tornar a ruína/monumento entendível pelo maior número de pessoas.

A **valorização/musealização** do monumento é, no fundo, o que determina o sucesso dos pressupostos anteriores. Um projeto de musealização deve respeitar a integridade do monumento, nunca esquecendo o meio social natural, patrimonial e cultural em que está enquadrado.

Bibliografia

- Arqueohoje, s.d, *Circuito Pré-histórico da Nave*, Câmara Municipal de Moimenta da Beira.
- Arqueohoje (2001), *Circuito pré-histórico de Talhadas (Sever do Vouga)*, Câmara Municipal de Sever do Vouga.
- Bettencourt, Ana M. S. (1989). Campanha de escavação e consolidação da Mamoa 1 da Cerqueira (Serra do Arestal - Sever do Vouga), *Arqueologia*, nº 19, Porto, pp. 85-113.
- Bello, Jose Maria; Carrera, Fernando; Cebrián, Fernando (1997). El proyecto de conservación del Dolmen de Dombate. *Brigantium*. 10, pp. 393-408.
- Carvalho, António Faustino (2018). Anta da Lapa de Meruje (Vouzela, Viseu, Viseu): primeiros resultados das escavações arqueológicas em curso, in Senna-Martinez, J. C. eds. – *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*, Nelas: Fundação Lapa do Lobo, pp. 201-216.
- Carvalho, Pedro Sobral de (2006). A necrópole megalítica da Senhora do Monte (Penedono, Viseu). Um espaço sagrado pré-histórico na Beira Alta, *Estudos Pré-históricos*, vol. 12, Centro de estudos Pré-históricos da Beira Alta, Viseu, 231 páginas.
- Carvalho, Pedro M. Sobral de (2016). *Taco a Taco. A história de dois monumentos (Albergaria-a-Velha)*, Câmara Municipal de Albergaria a Velha.
- Carvalho, Pedro M. Sobral de (2017). Tumulações da Pré-história Recente do Centro / Norte Litoral: o caso das Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha), in *Atas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Arqueologia em Portugal. Estado da Questão*, Lisboa, pp. 505-517.
- Carvalho, Pedro M. Sobral de (2020). A intervenção no património arqueológico. Usufruir versus ocultar/registar: o caso da Mamoa do Carapito, *Livro de Atas. Encore 2020, 4º Encontro de conservação e reabilitação de edifícios*, LNEC, pp. 159-162.
- Carvalho, Pedro M. Sobral de (2021). Quando a arqueologia faz sentido. MEG, Rota de Megalitismo de Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga, *Beira Alta*, vol. LXXX, nº 1 e 2, volume temático, Viseu, pp. 275-293.
- Carvalho, Pedro M. Sobral de; Gomes, Luís Filipe C. (2006). A valorização de monumentos megalíticos como meio de dinamização local, *Conímbriga*, 45, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 25-32.
- Carvalho, Pedro M. Sobral de; Caetano, Vera (2016). As Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha). Recuperação e valorização patrimonial, *Albergue – História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha*, Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, nº 3, pp. 219-253. (com Vera Moreira Caetano).
- Carvalho, Pedro M. Sobral de; Alves, Lara (2017). A arte megalítica da Mamoa 1 do Taco (Albergaria-a-Velha). Novos resultados, in *Atas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Arqueologia em Portugal. Estado da Questão*, Lisboa, pp. 1021-1035. (com Lara Bacelar Alves).
- Carvalho, Pedro M. Sobral de; Tavares, Alice; Costa, Aníbal; Caetano, Vera (2020). Usufruir versus ocultar / registar. O caso da Mamoa do Carapito, in *Conservar e Reabilitar o Património Edificado arqueológico, tradicional, monumental e contemporâneo, Almadan*, 2ª série, 23, pp. 60-67.
- Cruz, Domingos Jesus da (1993a). Monumentos megalíticos do concelho de Fornos de Algodres, *Estudos Pré-Históricos*, vol. 1, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, Viseu, pp. 111-112.
- Cruz, Domingos Jesus da (1993b). A Orca dos Juncais (Queiriga, Vila Nova de Paiva, Viseu), *Estudos Pré-Históricos*, vol. 1, Viseu, pp. 67-81.
- Cruz, Domingos Jesus da (1995). Dólmen de Antelas (Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades, Viseu). Um sepulcro-templo do Neolítico final na Beira Alta, *Estudos Pré-históricos*, vol. 3, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, Viseu, pp. 263-264.
- Cruz, Domingos Jesus da (2001). *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*, 2 vols., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tese de doutoramento não publicada, policop.
- Cruz, Domingos Jesus da; Ana M. Leite da; Gomes, Luís Filipe C. (1988/89). A Orca de Corgas da Matança. (Fornos de Algodres), *Portugália*, nova série, vol IX-X, Porto, pp. 31-54, Vests.

- Cruz, Domingos Jesus da; Cunha, Ana M. Leite da; Gomes, Luís Filipe C.; Carvalho, Pedro M. Sobral de (1989). Escavação da Antela do Repilau (Couto de Cima, Viseu), *Beira Alta*, vol. XLVIII, fasc. 3-4), pp. 387-400.
- Cruz, Domingos Jesus da; Vilaça, Raquel (1990). *Trabalhos de Escavação e Restauro no Dólmen 1 do Carapito (Aguiar da Beira, dist. da Guarda). Resultados preliminares*, Porto, Faculdade de Ciências, 23 pp., VI Est., 1 desd. [Trabalhos do Instituto de Antropologia "Dr. Mendes Corrêa", nº 45].
- Cunha, Ana Maria Cameirão Leite (1993). Pinturas rupestres na Anta da Arquinha da Moura (conc. de Tondela, Viseu): notícia preliminar, *Estudos Pré-históricos*, 1, Viseu, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, pp. 83-87, IV ests.
- Cunha, Ana Maria Cameirão Leite (1995). Anta da Arquinha da Moura (Tondela), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (1), Porto, SPAE, pp. 134-152.
- Gomes, Luís Filipe C. Lopes (1996). A Necrópole da Lameira de Cima (Penedono, Viseu), *Estudos Pré-históricos*, vol. 4, Centro de estudos Pré-históricos da Beira Alta, Viseu.
- Gomes, Luís Filipe C.; Carvalho, Pedro M. Sobral de; Perpétuo, João M. André; Marrafa, Carmo (1998). O dólmen de Areita (S. João da Pesqueira). *Estudos Pré-históricos*, vol. 6, Centro de estudos Pré-históricos da Beira Alta, Viseu, pp. 33-93.
- Gomes, Luís Filipe C.; Carvalho, Pedro M. Sobral de (1999). *Monumentos megalíticos no concelho de Penedono*, Câmara Municipal de Penedono.
- Gomes, Luís Filipe C.; Perpétuo, João Miguel André; Garcia, Joaquim (2016). Conservação e valorização de monumentos megalíticos. Da inocência das soluções aos resultados efectivos. *Actas da II Mesa-Redonda «Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história»* (Porto, Nov. 2011), *Estudos Pré-históricos*, vol. 18, Centro de estudos Pré-históricos da Beira Alta, Viseu, pp. 1-30.
- Perpétuo, João Miguel André (2021). *A Anta do Penedo do Com (Penalva do castelo, Viseu). Reflexões sobre os dólmenes do Douro Interior frente aos resultados da escavação*, dissertação de mestrado realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policop.
- Perpétuo, João M. André; Garcia, Joaquim Ascensão (2007). Cómo y para qué conservar pinturas en un dolmen. El caso de Arquinha da Moura (Lajeosa do Dão, Tondela, Viseu), *Actas do IV Congreso Internacional sobre musealización de yacimientos arqueológicos — Conservación y presentación de yacimientos arqueológicos en el medio rural — Impacto social en el território* (Santiago de Compostela, 13 a 16 Novembro 2006), edicion Xunta de Galicia, Conselleria de Cultura e Deporte, Dirección Xeral de Patrimonio Cultural, pp. 233-238.
- Perpétuo, João Miguel André; Gomes, Luís Filipe C. (2012). A Arcainha do Seixo (Oliveira do Hospital, Coimbra) — Um século depois de Santos Rocha, Santos Rocha. *A Arqueologia e a Sociedade do seu Tempo*, Figueira da Foz, pp. 81-113.
- Real, Manuel; Carvalho, António Faustino; Tente, Catarina (2017). Projeto de estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu): objetivos e primeiros resultados, *Arqueologia em Portugal. 2017 Estado da Questão*, Associação dos Arqueólogos Portugueses; pp. 113-123.
- Santos, Filipe João Carvalho dos (2001). Dólmen da Capela dos Mouros (Arcas/Talhadas, Sever do Vouga, Aveiro), *Estudos Pré-históricos*, vol. 9, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, Viseu, pp. 145-146.
- Santos, Filipe João Carvalho dos; Perpétuo, João Miguel André; Santos, André Tomás; Gomes, Luís Filipe Coutinho (2010-2011). O Dólmen 2 de Chão Redondo (Sever do Vouga, Aveiro). Um monumento com iconografias. Resultado dos trabalhos de escavação e restauro, *Portugália*, Nova Série, vol. 31-32, Porto, pp. 5-41.
- Senna-Martinez, João (1989), *Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*, Tese de doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 vols., policop.
- Senna-Martinez, João (1993), Apresentação: Trabalhos de Arqueologia na Bacia do Médio e Alto Mondego, 1982-1992, *Trabalhos de Arqueologia do EAM*, I, Lisboa, Colibri, pp. 1-7.
- Silva, Ana Maria (1995). Os restos humanos exumados da Anta da Arquinha da Moura, *Estudos Pré-históricos*, vol. 3, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, Viseu, pp. 141-150.
- Silva, Fernando A. Pereira (1994). Túmulos do Centro-Norte Litoral. Prolegómenos a uma periodização, *Trabalhos de Arqueologia do EAM*, 2, Lisboa, ed. Colibri, pp. 9-33.
- Silva, Fernando Augusto Pereira da (1997). Contextos Funerários da Idade do Bronze nos Planaltos Centrais do Centro-Norte Litoral Português: tradição ou inovação? *II Congreso de Arqueología Peninsular*, Tomo II – Neolítico, Calcolítico y Bronce, Fundación Rei Afonso Henriques, Zamora, pp. 605-620.
- Tente, Catarina (2021). O projeto MONS – Etnoarqueologia das montanhas da Beira Alta (Vouzela-Lafões), *Atas das II Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. 2 e 3 de julho de 2021, Câmara Municipal de Vouzela, pp. 147-159.
- Valera, António Carlos (1997). O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda). *Aspetos da calcolitização da Bacia do Alto Mondego*, Câmara Municipal de Fornos de Algodres ["Textos monográficos", 1].
- Vilaça, Raquel; Cruz, Domingos Jesus da (1990). *A Casa da Orca da Cunha Baixa (Mangualde)*, Mangualde, Câmara Municipal ["Terras de Azurara e Tavares", vol. 2].

Alcalar (Portimão, Algarve): As intervenções de reabilitação no núcleo oriental da necrópole megalítica

Rui Parreira; Elena Morán

Arqueólogo, Colaborador do Museu de Lagos

Arqueóloga, Diretora do Museu de Lagos, UNIARQ

Resumo

Ao longo de quase um milénio, o aglomerado populacional de Alcalar nuclearizou a rede de povoamento em toda a envolvente da Baía de Lagos, aí assumindo uma posição hegemónica. O assentamento estendeu-se por cerca de 25 hectares, com áreas delimitadas por um complexo de trincheiras e taludes, circundando áreas funcionais de armazenamento e vivenda. Sobre as colinas pouco destacadas que delimitam o assentamento, foi sendo organizada uma cintura de túmulos de carácter monumental com áreas cerimoniais conexas, organizada em diferentes agrupamentos, formando uma vasta necrópole polinucleada que em conjunto com o espaço habitacional constitui uma só unidade orgânica. O núcleo oriental, constituído pelos túmulos Alcalar 7 e Alcalar 9 com os respetivos recintos e áreas cerimoniais, é o núcleo mais bem estudado deste conjunto monumental. Após as primeiras explorações efetuadas nos finais do século XIX, foram ali realizadas desde 1987 e até 2018 várias campanhas de trabalhos arqueológicos para estudo, reabilitação e musealização. Apresentam-se aqui sumariamente as intervenções de reabilitação nos dois túmulos que constituem este núcleo e discute-se a sua sustentabilidade.

Enquadramento

No extremo Sudoeste da Europa, os registos arqueológicos datáveis entre o último quartel do 4.º e os inícios do 2.º milénio a.n.e. constituem um verdadeiro laboratório de reflexão sobre as mudanças observadas nos testemunhos materiais e sobre as transformações económicas, sociais e mentais que de aí se inferem (Kunst 2021).

Na envolvente da Baía de Lagos, onde a paisagem cultural dos ambientes estuarinos da orla litoral e do barrocal contrastava com a dos ambientes de montanha das serras de Monchique e de Espinhaço de Cão, um extraordinário acervo de testemunhos arqueológicos permite abordar o processo de emergência, funcionamento e desagregação das primeiras sociedades politicamente organizadas do Extremo Sudoeste da Europa. Os testemunhos materiais oferecem indicadores da ascensão social de personagens que, pelo seu desempenho de liderança no aproveitamento dos recursos do território, alcançaram influência na hierarquia social, afirmando-se pelo uso ostensivo de bens materiais escassos e de insígnias e pela promoção da construção de edifícios monumentais, consolidando o seu poder com recurso ao que podemos designar como um incipiente aparelho de estado (Morán 2018).

O lugar de Alcalar (ou Alcalá, como também é designado nas publicações mais antigas) (Veiga 1886: 213), localizado na freguesia de Mexilhoeira Grande, no concelho de Portimão, foi primeiramente assinalado como estação arqueológica por A. J. Nunes da Glória, em 1880, quando, nessa data, ali começou a escavar um dólmen sob túmulo, monumento hoje conhecido como Alcalar 1 (Veiga 1886: 215). Foi com a

sua colaboração que S. Ph. M. Estácio da Veiga, em 1882, continuou a exploração de Alcalar 1 e explorou os túmulos Alcalar 2 a 7 e o que sobrava do túmulo Alcalar 10, já então parcialmente destruído, e apontou a localização do habitat correspondente (Veiga 1886: 215-239; Veiga 1889: 131-250). Mais tarde, em 1900, J. Pereira Jardim, coadjuvado por A. dos Santos Rocha, seu cunhado e consócio na Sociedade Arqueologica da Figueira da Foz, escavou os túmulos Alcalar 8 e 9 (Rocha 1904). Em 1906, Santos Rocha explorou os três tholoi do núcleo de Monte Velho, a nascente de Alcalar (Rocha 1911). Em 1933, José Formosinho realizou trabalhos de limpeza em alguns dos túmulos já anteriormente referenciados e identificou e escavou três novos túmulos, Alcalar 11 a 13 (Viana et al. 1953). À exceção da campanha de Glória, que em 1880 documentou com grande rigor a extensão e estrutura da mamoa e da construção megalítica nela envolvida (Veiga 1886: Est. II), todos os outros trabalhos de escavação e registo incidiram sobretudo sobre as construções internas e seus conteúdos, descurando a documentação das respetivas mamoas.

Na década de 1970, mas em momentos diferentes, J. M. Arnaud e T. J. Gamito, por um lado (Arnaud e Gamito 1978), e C. Tavares da Silva e J. Soares, por outro (Silva e Soares 1976-77), realizaram prospeções em Alcalar, podendo então localizar e delimitar com algum rigor o habitat contemporâneo dos túmulos. As pesquisas ali desde então realizadas evidenciaram que o assentamento se estendeu por cerca de 25 hectares, com áreas funcionais de armazenamento e vivenda circundadas e delimitadas por um complexo de trincheiras e taludes (Arnaud 1994; Morán 2018).

A partir da década de 1990, a realização de prospeções, de levantamentos topográficos e geofísicos e de escavações, levada a cabo por R. Parreira, E. Morán e H. Becker, possibilitou a identificação dos túmulos Alcalar 14 a 16, e comprovou que foi sobre as colinas que confrontam o assentamento, sobretudo pelo lado norte, que foram sendo edificadas as construções tumulares de caráter monumental com áreas cerimoniais conexas que caracterizam a necrópole megalítica de Alcalar. Distribuídos em diferentes agrupamentos, esses túmulos formam uma vasta necrópole polinucleada que em conjunto com o espaço habitacional de vivenda e produção constitui uma única unidade orgânica de povoamento concentrado e de ritualização da paisagem (Morán 2018).

Em 1991, obras de urbanização de uma vasta propriedade rural em Monte Canelas, a menos de 1 km em linha reta a norte de Alcalar, levaram à identificação de um agrupamento de hipogeus datados no Neolítico final e Calcolítico, realizando-se ali várias campanhas de trabalhos arqueológicos de emergência (Parreira e Serpa 1995; Morán et al. 2005; Parreira 2010; Silva e Parreira 2010; Neves 2019), sendo desde então o licenciamento da construção de novas moradias na potencial área de necrópole monitorizado pelos serviços técnicos do Museu de Portimão e acompanhado pela execução de trabalhos arqueológicos preventivos.

A classificação oficial dos túmulos conhecidos até 1910 (Decreto de 16-6-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910), a ampliação dessa classificação aos túmulos posteriormente identificados (Alcalar 11 a 16) e ao correspondente povoado calcolítico (Decreto n.º 1/2016, DR, 1.ª série, n.º 48, de 9-03-2016) e a definição de uma Zona Especial de Proteção (Portaria n.º 129/2023, DR, 2.ª série, n.º 56, de 20-03-2023), condicionam o licenciamento de novas construções e definem as restrições de projeto e os trabalhos arqueológicos mitigadores do seu impacto no conjunto arqueológico.

Uma vez adquiridos para o Estado Português os terrenos onde se localizam seis dos túmulos, Alcalar 1 a 4 e Alcalar 7 e 9, deu-se início, na década de 1980, a um projeto arqueológico de duração plurianual para o conhecimento, salvaguarda e promoção da paisagem cultural da pré-história holocénica em torno da Baía de Lagos, com especial incidência no assentamento pré-histórico de Alcalar (Morán e Parreira 2008; Morán 2018), já que, ao longo do 3.º milénio a.n.e., este nuclearizou a rede de povoamento daquele território, assumindo uma posição hegemónica do ponto de vista económico, político e religioso.



Fig. 01 – Alcázar 7 e 9, vista tomada a partir de sul.
Foto: Filipe J. M., 2022.

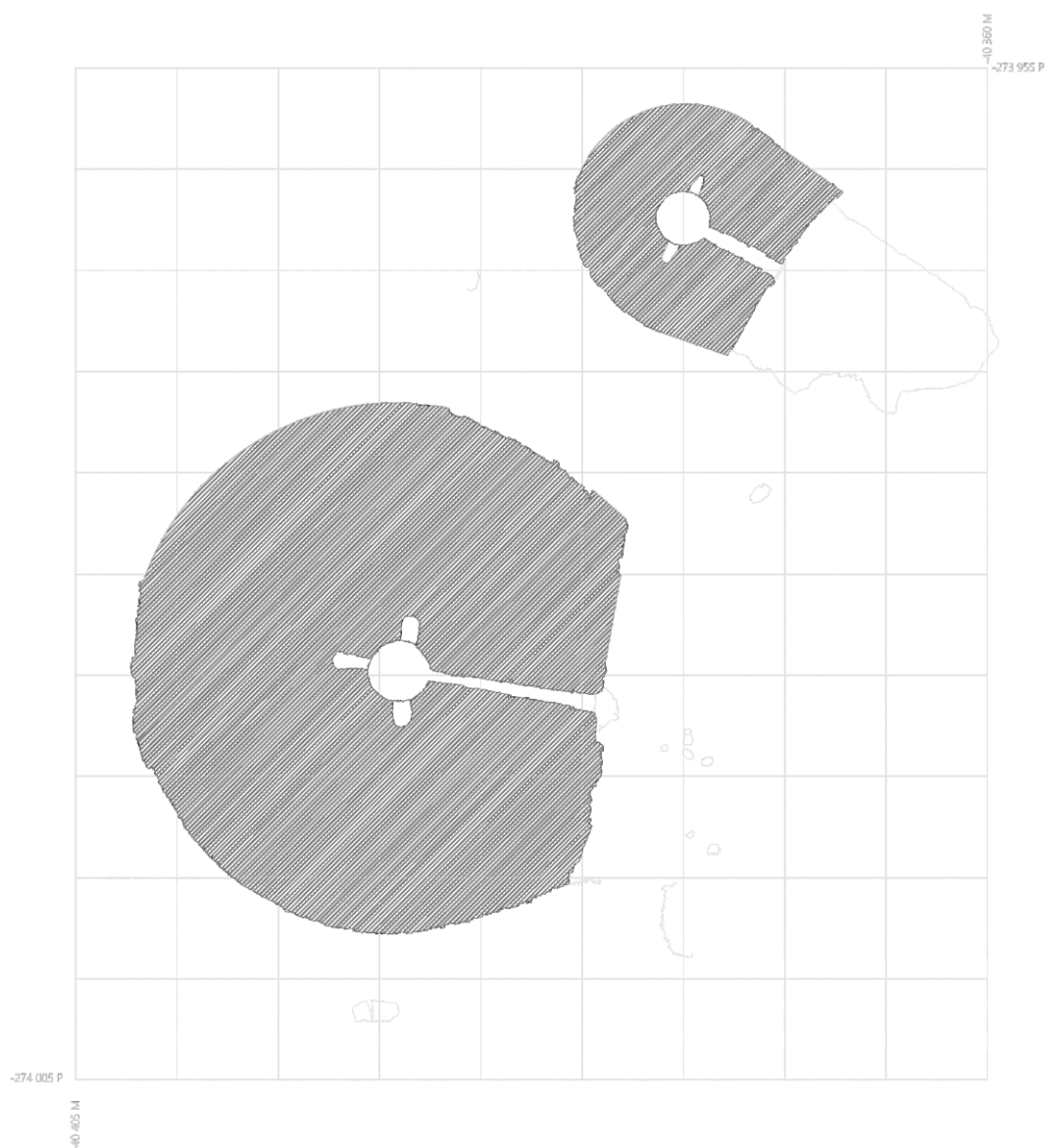


Fig. 02 – Planta simplificada dos túmulos Alcázar 7 e 9. Os valores de M e P correspondem ao sistema geodésico nacional de Portugal, projeção Hayford-Gauss, datum Lisboa (origem: ponto central). Quadriculas com 5 m de lado

Em 1986, a entidade de tutela do Património Cultural tomou a decisão de musealizar o núcleo oriental dos túmulos alcalarenses, constituído pelas mamoas Alcalar 7 e 9 com os respetivos recintos e áreas cerimoniais envolventes. Este é o núcleo mais bem estudado do conjunto monumental de Alcalar. As intervenções de reabilitação nele concretizadas entre 1997 e 2018, que aqui sumariamente apresentamos, foram promovidas pelo Ministério da Cultura e beneficiaram de comparticipação financeira do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), nomeadamente através do Programa Operacional da Cultura (para Alcalar 7) e do POCRESC 2020 (para Alcalar 9).

Intervenção no túmulo Alcalar 7

Após as pesquisas efetuadas por Estácio da Veiga e Nunes da Glória em 1882, a intervenção de estudo e reabilitação do túmulo Alcalar 7 foi reiniciada em 1982 com trabalhos de limpeza e contenção efetuados por J. M. Arnaud e T. J. Gamito (Arnaud e Campos 1986), e retomada em 1987 por R. Parreira, estendendo-se depois por várias campanhas de trabalhos arqueológicos até 2000, desde 1997 com a co-direção científica de E. Morán (Morán e Parreira, eds. 2004: 67-87).

A exploração da mamoa – um cairn de calcário, do qual mais de uma quinta parte, no setor NW, foi deixada como testemunho para o futuro, contido por um murete de alvenaria de xisto e totalmente circundado por um dispositivo de condenação em xisto –, o registo da construção interna – do tipo tholos, com cripta circular em falsa cúpula na qual se abrem três nichos (um deles entaipado), corredor segmentado em tramos demarcados com ombreiras de arenito e coberto por robustas tampas de calcário, e com um átrio intratumular aberto – e a escavação da totalidade da área imediatamente envolvente do túmulo (Morán e Parreira, eds. 2004: 87-119), permitiram descobrir os processos construtivos do edifício monumental, mapear as patologias e proceder à sua correção e estabilização.



Fig. 03 – Alcalar 7, desmontagem parcial da estrutura interna, pondo a descoberto a face superior do lintel de cobertura do nicho norte. Foto: M. Ribeiro, 1988.



Fig. 04 – Alcalar 7, colagem do lintel de cobertura do nicho norte, com armação metálica de suporte Foto: M. Ribeiro, 1988.

Com a colaboração do Museu Monográfico de Conimbriga, sob a supervisão do conservador-restaurador Carlos Beloto e com acompanhamento arqueológico de R. Parreira, foi concretizada entre 1988 e 1994 uma primeira fase de trabalhos de estabilização, conservação e restauro do tholos.

O nicho norte da cripta era o que apresentava a patologia mais grave, com o lintel de cobertura (uma laje de calcarenito) fraturado em duas metades e com risco de colapso e desmoronamento da parede norte. Para recolocar e estabilizar o lintel na sua posição original foi necessário, após registar a estrutura em planta, corte e alçado, desmontar parcialmente a alvenaria que sobrepunha o lintel, move-lo (com

macacos hidráulicos) para a posição original, colar as duas partes com uma resina poliéster, com endurecedor (nome comercial: Sintolit®), consolidá-lo pelo tardo com uma grade metálica com espigões que foram chumbados ao lintel também com Sintolit®, construir uma viga de descarga circular em cimento armado com varões de ferro, reconstruir a alvenaria de xisto recolocando pela mesma ordem as fiadas à face do muro da cripta, e restaurar as partes de alvenaria em falta nas ombreiras do nicho (o processo está descrito em Beloto e Parreira 2004).

Na galeria de acesso à cripta (corredor), após registo da estrutura em planta e alçado foi aberta uma vala, colocado um geodreno de pvc perfurado envolto em manta geotêxtil fina e feito o preenchimento da vala com material drenante (calhau rolado de pequeno calibre).

Outros trabalhos de conservação e restauro do túmulo Alcalar 7 foram executados em 1999 e 2000, já na sequência do projeto de arquitetura encomendado pelo IPPAR ao ateliê *Santa-Rita, Arquitectos*, coordenado por José Daniel e João Santa-Rita (Santa-Rita 2004; Santa-Rita et al. 2006; Morán et al. 2007: 106-107), em concordância com o relatório prévio (elaborado e publicado por A. González Tinturé e J. Garcia 2004). Estes trabalhos foram concretizados sob a direção do conservador-restaurador P. Braga (Braga 2004) e complementados por A. Romão (Romão Machado 2004), com acompanhamento arqueológico de R. Parreira e E. Morán. Para correção de patologias foi efetuado o seu saneamento, removendo os materiais desagregados, desinfestação e remoção de raízes, desmontagem e remontagem de tampas do corredor (com grua) e correção na posição original das ombreiras desniveladas/deslocadas, consolidação de alvenarias e preenchimento de lacunas no aparelho construtivo. Além disso, foi realizado o tratamento com biocida das superfícies colonizadas por líquenes.

O cairn foi parcialmente desmontado com metodologia arqueológica sobre o contraforte da cripta, deixando visível toda a estrutura de alvenaria de xisto. Procedeu-se então ao refechamento de juntas com argamassa de argila e cal. Para a recomposição do cairn (Machado 2004) criou-se um "poço" com um muro circular em betão armado exterior ao contraforte e assente na superfície da interface criada pelos construtores calcolíticos entre a base do cairn e o substrato estéril. Nesse muro circular apoia-se uma estrutura de suporte de perfis metálicos, com 4 vigas e uma rede triangular entre elas, deixando um vazio sobre a estrutura do contraforte e muro da cripta. Sobre essa malha foi colocada uma tampa plana de chapa metálica e sobre esta colocou-se uma camada de argamassa de cimento e argila expandida (Leca®), que finalmente foi sobreposta por uma camada de pedras de natureza e calibre idênticos ao cairn original reconfigurando o volume da mamoa.



Fig. 05 – Alcalar 7, construção da estrutura de suporte da recomposição da mamoa. Foto: R. Parreira, 2000.

No recinto cerimonial (adro) construído diante da fachada do túmulo – mediante o rebaixamento e aplanamento da superfície preexistente e delimitado por um murete – assim como no espaço envolvente da mamoa identificaram-se três monólitos, talhados por afeiçãoamento de blocos de calcário. Trata-se de duas estelas e um menir que terão pertencido ao habitat da primeira metade do 4.º milénio a.n.e. subjacente à mamoa, do qual se registaram os vestígios de duas lareiras e um covacho (Díaz-Guardamino 2004; Morán e Parreira, eds. 2004: planta 04; Morán 2018: 182-184). Estes monólitos foram reutilizados no Calcolítico, incorporados na área cerimonial exterior, junto ao túmulo, quer como lajes-altar (uma a norte, outra a sul), quer como menir-indicador diante da fachada, a eixo do corredor.



Apenas num destes monólitos, localizado a sul da mamoa, foi realizada uma intervenção de conservação-restauro, já que se encontrava fraturada em duas metades principais e outros fragmentos de menor tamanho. Na colagem, foi utilizada uma resina epóxi (sem recurso a espigões) (o processo está descrito em Braga 2004: 284-285), voltando a peça a ser recolocada na posição em que foi achada e ficando exposta. A outra estela / laje-altar, localizada a norte da mamoa (Morán 2023: 99-101), foi conservada por reenterramento. Quanto ao menir indicador, foi desmontado, sendo os fragmentos ajustáveis que se acharam, reunidos junto ao lado poente da mamoa, com vista ao seu posterior restauro e recolocação (à data ainda não efetuado).

Fig. 06 – Alcalar 7, estela neolítica reutilizada como laje-altar localizada a sul da mamoa calcolítica. Foto: R. Parreira, 2000.



Fig. 07 – Alcalar 7, vista geral do túmulo após restauro e musealização tomada a partir de nordeste. Foto: Filipe J. M., 2022

Decorreu assim um percurso de mais de um século (1882-2000), entre a "imagem primordial" do túmulo registada em desenho pelo Padre Glória (Veiga 1889: Est. 1), o estado que a mamoa apresentava em 1987 após desmatização (Morán e Parreira, eds. 2004: 65) e o aspeto final com a mamoa a descoberto com a sua fachada.

Intervenção no túmulo Alcalar 9

Outro percurso de mais de um século (1900-2018) decorreu entre o esboço da estrutura interna da cripta e do corredor do túmulo Alcalar 9, registado por Santos Rocha no seu caderno de campo durante a escavação efetuada aquando da expedição ao Algarve de membros da Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz (Morán e Parreira, eds. 2004: 54), apontamento retomado na planta por ele mais tarde publicada (Rocha 1904), o aspeto final da reescavação da área central da mamoa, com desobstrução da cripta e do corredor (Morán et al. 2007: 31, 69), e o resultado final da reabilitação do túmulo e da sua área envolvente (Morán 2023).



Fig. 08 – Alcalar 9, vista tomada a partir de norte sobre a cripta e o corredor. Foto: R. Parreira, 2004

Também neste túmulo a documentação da mamoa – da qual quase uma quarta parte, no setor NW, foi igualmente preservada como testemunho –, o reconhecimento da estrutura de condenação, o registo da construção interna – do tipo tholos, totalmente pavimentado com lajes de arenito vermelho com cripta circular em falsa cúpula na qual a meia altura se abrem dois nichos, corredor segmentado em tramos marcados por ombreiras, vergas e soleiras de arenito vermelho, e com um átrio intratumular aberto – e a escavação da totalidade da área imediatamente envolvente do túmulo, permitiram esclarecer os processos construtivos do edifício monumental, mapear as patologias e proceder à sua correção e estabilização (Morán 2015; Morán 2023).

A intervenção de conservação e restauro do túmulo Alcalar 9 foi efetuada em consonância com o projeto de arquitetura encomendado pelo IPPAR ao ateliê Santa-Rita, Arquitectos, coordenado por João Santa-Rita, e de acordo com relatório prévio elaborado pela conservadora-restauradora A. Romão. Os trabalhos incidiram na estrutura interna do tholos e na mamoa do tipo cairn contida num círculo peristáltico de blocos de calcário, o qual, numa fase tardia de uso do túmulo, foi totalmente circundado por um dispositivo de condenação em xisto. Os trabalhos foram executados, em diferentes fases, sob a direção dos conservadores-restauradores L. Marques (2007-2008), A. Romão (2012) e M. Mauro (2018), com acompanhamento arqueológico de E. Morán, diretora científica dos trabalhos arqueológicos, e monitorização de R. Parreira, da Direção Regional de Cultura do Algarve (os procedimentos estão descritos em Parreira et al. 2023).

Na estrutura interna do tholos, os trabalhos de conservação e restauro consistiram essencialmente no saneamento das alvenarias de xisto (removendo os materiais desagregados), desinfestação e remoção de raízes, desmontagem (com grua) de tampas do corredor e dos nichos, remontagem (com grua) da verga do portal de acesso ao interior do tholos e da tampa do lado ocidental do corredor (na interface com o átrio intratumular), correção na posição original das ombreiras desniveladas e deslocadas, consolidação das alvenarias e preenchimento de lacunas no aparelho construtivo e restauro do muro circular da cripta até à cota da base de ambos os nichos. Foi também realizado o tratamento com biocida das superfícies pétreas colonizadas por líquenes.

Na cratera aberta no centro da mamoa pelas escavações de 1900, entre o topo do muro circular da cripta, restaurado, e o topo conservado do cairn, procurou-se efetuar uma intervenção mínima, aplicando manta de fibra de vidro no talude para escoramento das terras e blocos de calcário, criando uma interface com o material original do cairn (para reversibilidade da operação) e cobrindo integralmente essa superfície projetando argamassa de cal e argila.

Para proteção da estrutura interna do tholos, optou-se pelo enchimento da cripta, dos dois tramos mais a poente do corredor e da cratera existente na mamoa com granulado de argila expandida (Leca®), material leve e de fácil remoção, até uma cota próxima da superfície do cairn, usando manta geotêxtil como separador entre o original e o enchimento. O segundo vão do corredor, marcado por duas ombreiras, foi fechado com um painel de Viroc® (constituído por uma mistura de partículas de madeira e cimento), ao modo de porta que impede a progressão para o interior do tholos e retém o enchimento de granulado de argila expandida.

No cairn, foi efetuada a reposição do enchimento com material pétreo idêntico ao enchimento original, e rematando a mamoa a uma cota que se presume equivalente à da superfície original, dando consistência a essa nova superfície espalhando sobre ela uma mistura de argila e cal. No círculo peristáltico de contenção da mamoa (kerb), as juntas foram consolidadas com argamassa de cal e argila e restaurou-se a posição de alguns blocos em falta, em função do traçado deduzido para o kerb a partir dos registos efetuados em planta.

Fig. 11 – Alcalar 9, colocação de guias de altimetria no topo do substrato para nivelamento da recomposição do pavimento do adro. Foto: R. Parreira, 2014



Fig. 09 – Alcalar 9, remoção de monólitos com grua. Foto: E. Morán, 2004



Fig. 10 – Alcalar 9, proteção da estrutura interna do tholos e recomposição do cairn. Foto: R. Parreira, 2014





Fig. 12 – Alcalar 9, aspecto final da recomposição do pavimento do adro. Foto: R. Parreira, 2014.

Após escavação da totalidade da área do adro, foi nele rasgada uma vala onde foi colocado um geodreno, para drenagem até uma boca-de-lobo colocada a nascente, a uma cota inferior. Mediante a colocação prévia de guias de altimetria no topo do substrato, procurou-se garantir uma boa drenagem superficial das águas pluviais criando suaves pendentes na superfície do pavimento a restaurar. O adro foi finalmente preenchido com terra crivada e esqúírolas de xisto procedentes da escavação e anteriormente colocadas em estaleiro, numa espessura de cerca de 10 cm, ficando a superfície recomposta com a aparência de um pavimento de esqúírolas de xisto, que se presume idêntico ao pavimento original que se tinha podido identificar em escavação.

Sustentabilidade das intervenções e medidas de conservação preventiva

Ambas as intervenções, nos túmulos Alcalar 7 e 9, foram concluídas com a elaboração dos correspondentes relatórios finais, pormenorizando os procedimentos adotados, uma obrigação legal à luz do disposto no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, e assegurou-se a publicação das respetivas monografias dedicadas a cada um dos túmulos (Morán e Parreira, eds. 2004; Morán 2023), constituindo a indispensável memória dos trabalhos de investigação e valorização patrimonial efetuados e permitindo assim à cidadania e à Administração Pública dispor dos indispensáveis registos permanentes e consultáveis sobre as técnicas e metodologias utilizadas na intervenção.

Dos trabalhos de escavação arqueológica efetuados resultaram desequilíbrios químicos e mecânicos nos edifícios tumulares. A exposição destes, desenterrados para o seu aproveitamento educativo, lúdico e turístico (Pereira 2000; Pereira 2001), converteu a ruína soterrada não só em objeto museológico visitável mas também em "objeto de sacrifício". Ainda que se efetuem as necessárias operações curativas, elas não evitam o processo dinâmico de degradação dos túmulos, expostos aos agentes meteóricos e sujeitos ao agressivo contacto dos públicos visitantes, impondo-se assegurar a sua manutenção continuada através de ações de conservação preventiva e curativa que permitam manter, tanto quanto possível, a integridade de cada um dos edifícios pré-históricos num horizonte temporal francamente alargado (Parreira 2004; Parreira et al. 2023).

Do ponto de vista estrutural, será necessário efetuar inspeções periódicas para deteção de anomalias, de maneira a poder providenciar a sua correção atempada. Será importante vistoriar possíveis anomalias com vista à atempada minimização dos seus efeitos. Devem-se observar com regularidade e, sempre que necessário, corrigir anomalias estruturais que se traduzem no desalinhamento das alvenarias e na deterioração e fratura dos elementos que as constituem, anomalias derivadas da ação erosiva dos elementos naturais e de acumulações de águas pluviais na parte superior e na base dos monumentos e exurgências nas descontinuidades das alvenarias (materiais pétreos e ligantes argilosos), anomalias derivadas da colonização biológica e do crescimento de vegetação infestante de espécie herbáceas e arbustivas nas mamoas e na sua envolvente imediata, anomalias derivadas da pressão antrópica (especialmente nociva aquando da realização de atividades de recriação histórica (como o "Dia da Pré-História" que ali anualmente tem lugar) (Gameiro 2007; Gameiro e Soares 2009).

Reconhecidos estes fatores e identificados os principais aspetos a considerar no plano de conservação preventiva destes Monumentos Nacionais, a entidade gestora do monumento – no caso vertente, o Município de Portimão, a quem os Monumentos Megalíticos de Alcalar propriedade do Estado Português se encontram atualmente afetos através do Museu de Portimão (Parreira 2009) – elaborou um plano de inspeção visual de aplicação periódica, cobrindo um período seco (no verão) e outro húmido (no inverno). Toda a informação recolhida (em fichas de monitorização, contemplando um elenco de aspetos a observar) é compilada e apresentada sob a forma de relatórios de periodicidade semestral, definindo as medidas corretivas a executar em tempo útil.

Bibliografia

- ARNAUD, J. M. (1994) – Arquitectura e metalurgia no Calcolítico do Algarve. In *Atlas de Arqueologia. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: edições Zairol, p. 314-315.
- ARNAUD, J. M.; CAMPOS, V. (1986) – Protecção e conservação dos sepulcros megalíticos de Alcalar. In 4º *Congresso do Algarve*, 1, Montechoro: Racial Clube, p. 61-68.
- ARNAUD, J. M.; GAMITO, T. J. (1978) – Povoado calcolítico de Alcalar: Notícia da sua identificação. *Anais do Município de Faro*, Faro, VIII, p. 275-284.
- BELOTO, C.; PARREIRA, R. (2004) – Trabalhos de conservação e restauro executados até 1994. In Morán, E.; Parreira, R., eds., *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: IPPAR [Cadernos, 6], p. 233-245.
- BRAGA, P. (2004) – Consolidação, estabilização e restauro das estruturas, 1999-2000. In Morán, E.; Parreira, R., eds., *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: IPPAR [Cadernos, 6], p. 266-289.
- DÍAZ-GUARDAMINO, M. (2004) – As lareiras infratumulares. In Morán, E.; Parreira, R., eds., *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: IPPAR [Cadernos, 6], p. 136-147.
- GAMEIRO, J. (2007) – Museu de Portimão - Território e gestão do património. In Nunes, G. S., ed., *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira - Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal / Museu Municipal, p. 27-34.
- GAMEIRO, J.; SOARES, I. (2009) – Alcalar: "Um dia na Pré-História": Experimentalismo e Público. In *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional*. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, volume 4, acta 06, p. 60-65.
- GONZÁLEZ TINTURÉ, A.; GARCIA, J. (2004) – Estudo de conservação e proposta de intervenção, 1997-2000. In Morán, E.; Parreira, R., eds., *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: IPPAR [Cadernos, 6], p. 246-265.
- KUNST, M. (2021) – The Chalcolithic of the Iberian Peninsula: Investigation without Cultures? Fortifications, Complexity, Social Evolution and the State. Some Notes on the History and the Current State of Research. In Kunst, M.; Steiniger, D., eds., *Settlement Structures and Metallurgy: The Relations between Italy and the Iberian Peninsula in the Early Chalcolithic. Papers of an International Conference held in Rome, Museo Nazionale Romano - Palazzo Massimo, 6-7 October 2011*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag/DAlnst [= Palilia, 33], p. 121-168.
- MACHADO, A. R. (2004) – Reconstituição da mamoa: solução estrutural. In Morán, E.; Parreira, R., eds., *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: IPPAR [Cadernos, 6], p. 304-309.
- MORÁN, E. (2015) – O Monumento 9 de Alcalar. In Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C., eds., 5.º *Congresso do Neolítico Peninsular: Actas (Lisboa / Cascais, 07-09/04/2011)*. Lisboa: Uniarq [estudos & memórias, 8], p. 532-539.
- MORÁN HERNÁNDEZ, M. E. (2018) – *El asentamiento prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal): La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en la Bahía de Lagos en el Tercer milenio a.n.e*. Lisboa: Uniarq/FLUL [estudos & memórias, 12].
- MORÁN, E. (2023) – *Alcalar 9: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve.
- MORÁN, E.; PARREIRA, R., eds. (2004) – *Alcalar 7: Estudo e reabilitação de um monumento megalítico*. Lisboa: IPPAR [Cadernos, 6].
- MORÁN, E. et al. [PARREIRA, R.; SÁNCHEZ LIRANZO, O.] (2005) – Monte Canelas (Alcalar, Portimão): Trabalhos arqueológicos de salvamento de um habitat da época islâmica no Barrocal Algarvio. *Xelb*, Silves, 5, pp. 133-156.
- MORÁN, E. et al. [PARREIRA, R.; SANTA-RITA, J.] (2007) – Alcalar: Monumentos Megalíticos. Lisboa: Igespar [Roteiros da Arqueologia Portuguesa, 10]
- NEVES, M. J. (2019) – *O Contributo da Arqueotematologia para a Compreensão das Práticas Funerárias nos 4.º e 3.º Milénios A.C. no Sul de Portugal: Os Hipogeus de Monte Canelas I (Portimão, Faro) e Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja)*. Coimbra: Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [Dissertação de doutoramento em Antropologia Biológica].

- PARREIRA, R. (2004) – A reabilitação do conjunto monumental de Alcalar: recomendações para o plano de manutenção e perspectivas de futuro. In Morán, E.; Parreira, R., eds., *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: IPPAR [Cadernos, 6], p. 327-333.
- PARREIRA, R. (2009) – Gerir os Monumentos Megalíticos de Alcalar e o seu Centro Interpretativo: êxitos e fracassos de uma administração desconcentrada em articulação com o Poder Local. *Museal*, Faro, 4, p. 106-119.
- PARREIRA, R. (2010) – As placas de xisto gravadas do Hipogeu I de Monte Canelas (Alcalar). In Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C., eds., *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal, p. 399-419.
- PARREIRA, R.; MORÁN, E. (2008) – Alcalar: Um projecto para o conhecimento, salvaguarda e promoção de uma paisagem cultural no Algarve. *Al-Madan*, Almada, II Série, 16, pp. 106-114.
- PARREIRA, R.; SERPA, F. (1995) – Novos dados sobre o povoamento da região de Alcalar (Portimão) no IV e III milénios a.C. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 35 (3), pp. 233-247.
- PARREIRA, R. et al. [ROMÃO, A.; MARQUES, L.] (2023) – Conservação e restauro do monumento e recomendações para a manutenção. In Morán, E., *Alcalar 9: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, p. 153-187.
- PEREIRA, P. (2000) – La musealización del patrimonio edificado: Algunos ejemplos. In *Museos y Museología en Portugal: Una ruta ibérica para el futuro* [Revista de Museología / Monografías, 01], p. 118-127.
- PEREIRA, P. (2001) – «Lugares de passagem» e o resgate do tempo. *Património/Estudos*, Lisboa, 1, p. 6-16.
- ROCHA, A. dos Santos (1904) – Dolmens de Alcalar. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, Figueira da Foz, 2, p. 39-50.
- ROCHA, A. dos Santos (1911) – *Materiaes para o estudo da Idade do Cobre em Portugal*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana de A. Veiga.
- ROMÃO MACHADO, A. (2004) – Intervenção de restauro de emergência da fachada. In Morán, E.; Parreira, R., eds., *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: IPPAR [Cadernos, 6], p. 290-297.
- SANTA-RITA, J. (2004) – Centro de Acolhimento e Interpretação: uma arquitectura de paisagem. In Morán, E.; Parreira, R., eds., *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: IPPAR [Cadernos, 6], p. 298-303.
- SANTA-RITA et al. [MORÁN, E.; PARREIRA, R.] – Protección y puesta en valor de monumentos megalíticos del III milénio antes de nuestra era: Restauración de un túmulo funerario en Alcalar (Portugal). *Loggia: Arquitectura y Restauración*, Valencia, 19, p. 66-73.
- SILVA, A. M.; PARREIRA, R. (2010) – Hipogeu I de Monte Canelas: caracterização antropológica dos enterramentos in situ e das conexões anatómicas. In Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C., eds., *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal, p. 421-428.
- SILVA, C. Tavares da; SOARES, J. (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 2-3, p. 179-272.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*, I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1889) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*, III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VIANA, A. et al. [FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. da Veiga] (1953) – Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos. *Zephyrus*, Salamanca, vol. 4, p. 97-117.

Um, Dois, Três... *Tante menhirs*

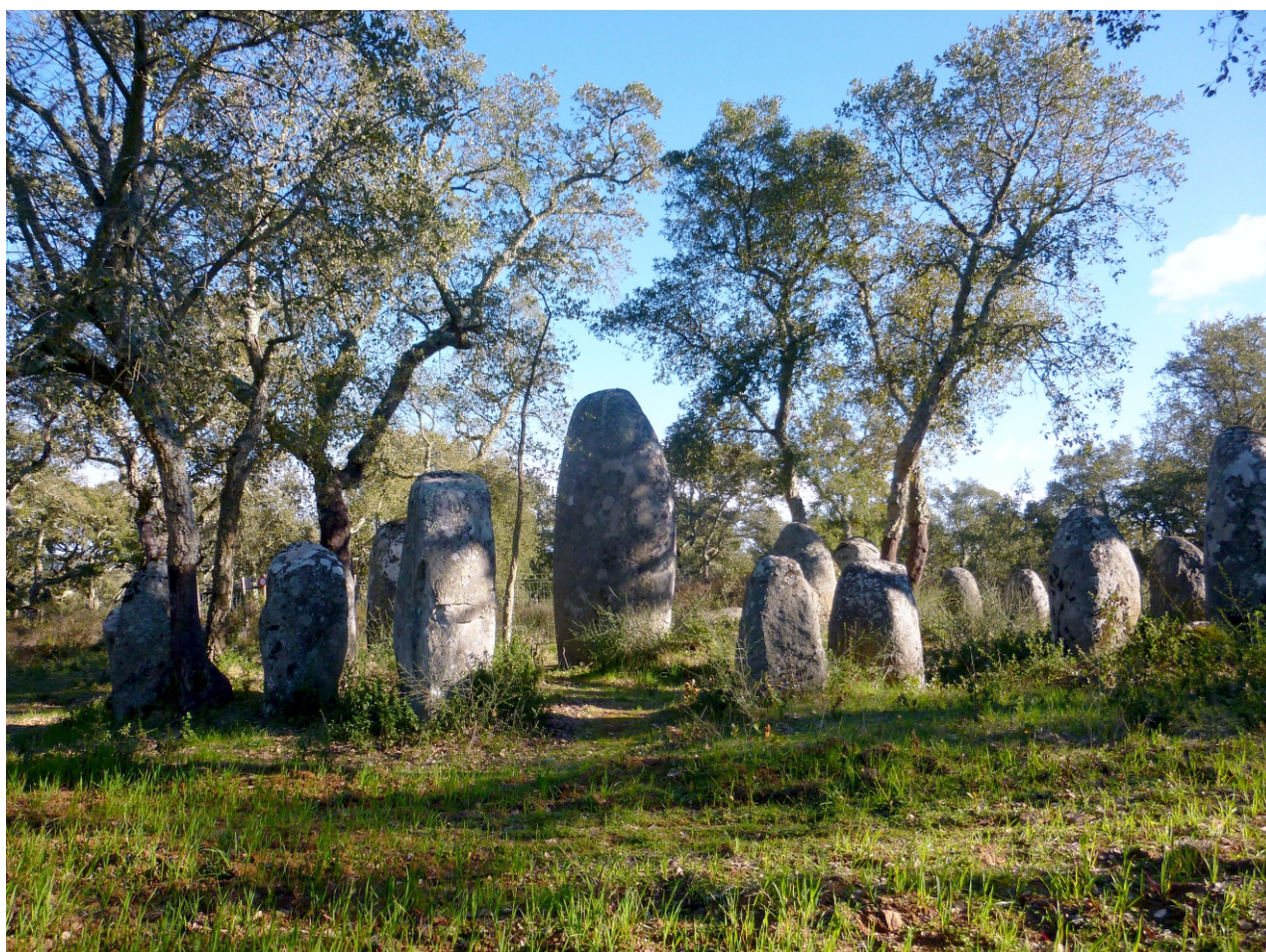
Victor S. Gonçalves

Professor Jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa

Professor Emérito da Universidade de Lisboa

Joel, Noel e Citroen.

Esta passagem de um conhecido, mas pouco citado romance de Boris Vian (*L'herbe rouge*) parece não dizer nada, mas na verdade diz tudo ou quase. Os três gémeos, na verdade, dois verdadeiros e um "falso" mostram as várias possibilidades de leitura tão do agrado e tão frequentes na escrita de Boris Vian, onde os gatos não são bem gatos e a espuma dos dias não tem espuma, a não ser sangue. De onde, ao longo dos anos, ter sempre hesitado em usá-la. Uma coisa só, três coisas diferentes, e quantas mais. Tudo e nada?





Está longe de ser a única possibilidade de leitura de um texto múltiplo. É agora a altura de perguntar se este é mesmo um texto e particularmente um texto múltiplo...

Estamos longe de poder reconhecer que os menires são uma realidade única. Se usarmos como critério separador a sua dimensão temos certamente uma categoria que se refere aos grandes monólitos isolados como o de Meada ou os pequenos menires como os do sopé do Monte da Ribeira ou os menires estela como o da Belhõa e o de Salir. Mas se o critério se basear no seu grupamento teremos os menires isolados e os que desenham na paisagem ovais como os Almendres ou ainda provavelmente rectangulóides ou oval desmoronado como Vale Maria do Meio. Mas há mais ainda.

E essa questão transversal é sem dúvida a maior de todas: as gravuras claramente visíveis ou mais ou menos escondidas em alguns menires foram gravadas na rocha, antes ou depois de ela ser esculpida. E esta é claramente uma questão sem resposta possível. Outro enigma de difícil solução, ou mesmo impossível, é a razão pela qual se misturam no mesmo monólito, não só temas diversos como motivos distintos. Tal é o caso de menir do Monte da Ribeira.

Curiosamente, uma questão pacífica, e nada faria querer que o fosse, é a escassez da simbólica relacionada com o sexo presente nos menires. Até mesmo a representação do meato urinário não é tão frequente como poderia parecer. Quanto às famosas covinhas, são sem dúvida o caso mais flagrante de representações dissociadas de um conjunto.

Ovais e círculos fazem parte de figuras relacionadas com cosmogonias e a sua disposição intencional têm necessariamente um significado esteja ele em Alfa do Centauro ou em Arrakis. Mas se se trata da borda Este da galáxia ou da Oeste simplesmente não sabemos.

Poderia ainda colocar-se a questão de onde vêm as rochas mãe, de onde foram arrancadas as pedras, de que foram feitos os menires, tal como no caso do menir do Barrocal.

Mas será isto verdadeiramente significativo? Duvido muito.

Espectacular, em todos os sentidos, é sem dúvida a enorme coerência de estilo nos menires do Barlavento Algarvio, com linhas onduladas e uma linguagem simbólica híbrida (masculina e feminina), que desperta também uma outra questão: estes menires, com uma pitada de Neolítico antigo, seriam pintados ou não? O tipo de exposição ao sol pode indicar que sim e que o banho solar algarvio pode ter eliminado esses traços de pintura outrora presentes e que poderiam fornecer aos baixos-relevos dos menires um efeito estético posteriormente eliminado pela radiação solar. E as cronologias?

Curiosamente, os elementos datáveis dos menires não parecem ser fiáveis. Ou demasiado antigos ou demasiado modernos. Os elementos referentes a uma provável pintura dos menires tipo Barlavento, poderiam indicar a sua associação a um tipo de temática do Neolítico antigo. Mas quando pensamos neste tema, ouvimos por vezes o assobio irónico dos mais antigos agricultores fugindo ao longe no caminho do sol-posto.

Lisboa, Abril de 2024





António Faustino Carvalho



Cristina Barrocas Dias



Pedro Sobral



João Caninas e António Faustino de Carvalho



Fernando Carrera Ramírez



Gertrudes Branco



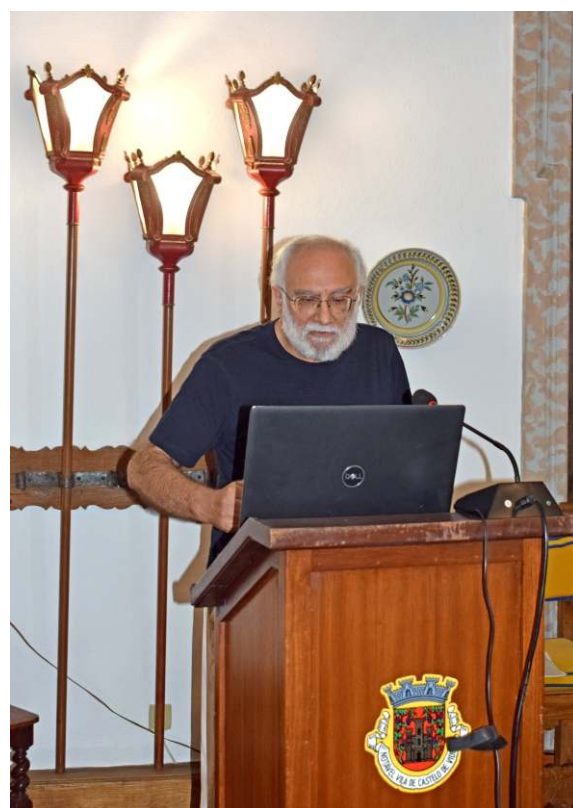
Leonor Rocha



Nelson Almeida



Jorge de Oliveira



Mário Varela Gomes



Nuno Lecoq



Paco Blasco Rodriguez



Elena Morán e Rui Parreira



Mário e Rosa Varela Gomes, Jorge de Oliveira
Fernando Carrera Ramírez



Fernando Mão de Ferro, no lançamento do livro *O Menhir da Meada – Castelo de Vide*



Visita ao Menhir da Meada



Mestre Graxinha e Nuno Lecoq



Participantes na visita



Participantes na visita

Inauguração da exposição, "A Re-ereção do Menhir da Meada - 1993", em Póvoa e Meadas



O Menhir da Meada,
nos 30 anos da sua escavação e recuperação



Escavação, recolha de carvões para datação e posicionamento da base do menhir



Mestre Graxinha a preparar as colagens



Mestre Ventura Porfírio



Preparativos para a re-ereção



Momentos de tensão





A tensão aumenta...



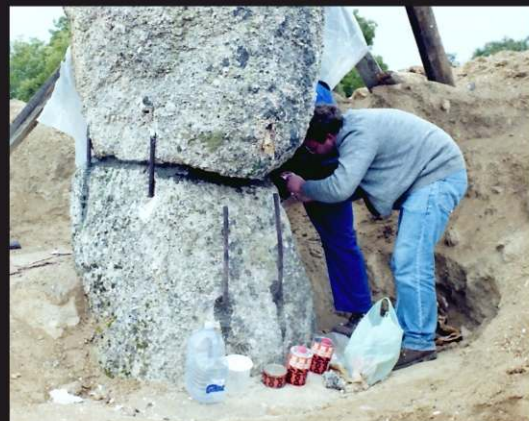
Mestre Porfírio respira de alívio



Já não cai!



Para memória futura



Primeira fase da colagem

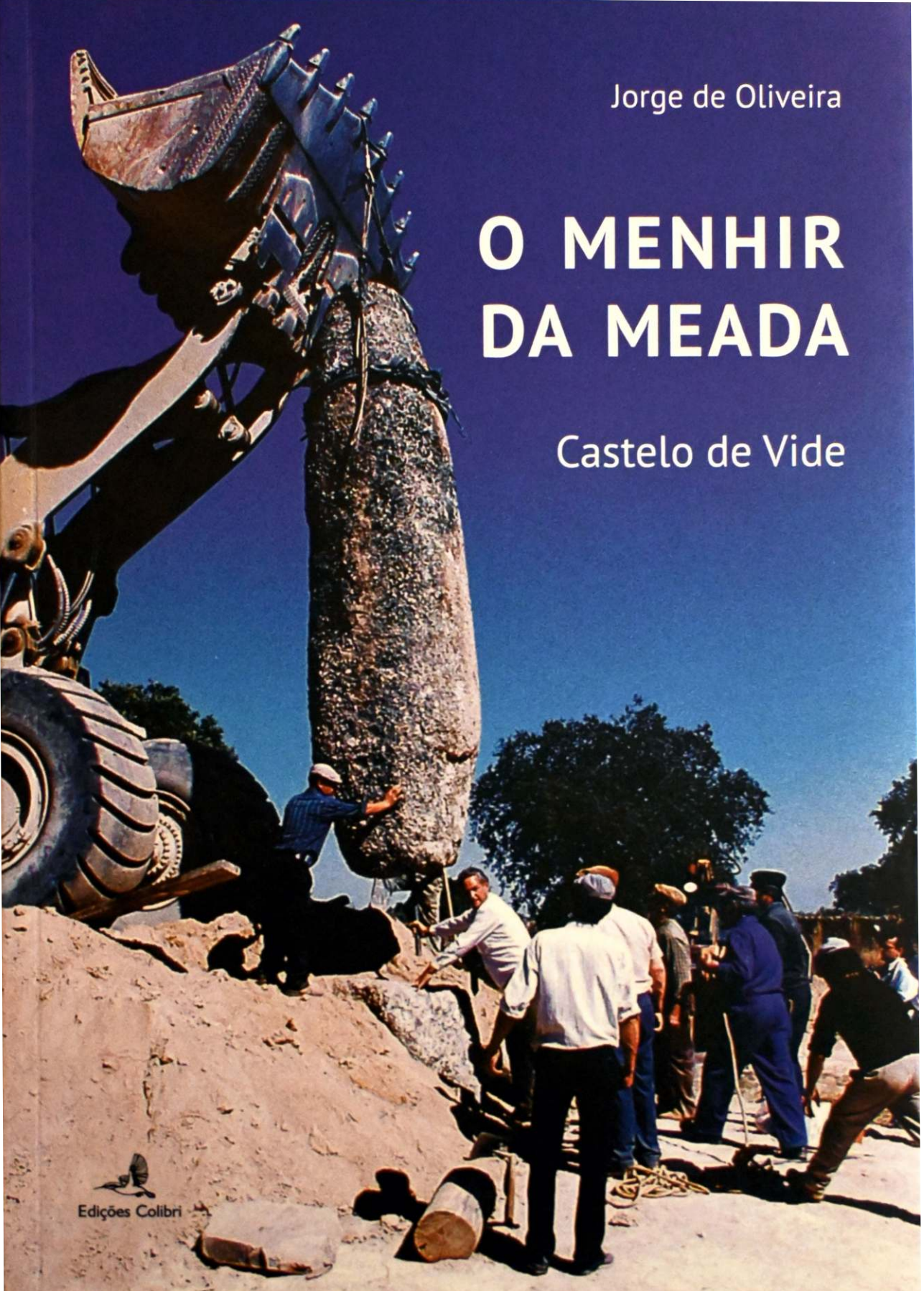


Bica Penhasco e Hernâni Sarnadas nos acabamentos... mas a chuva apareceu!



João Cutileiro e Margarida Lagarto
(11 de março de 2003)

Castelo de Vide, 1993 – 2023



Jorge de Oliveira

O MENHIR DA MEADA

Castelo de Vide

Edições Colibri

Capa do livro *O Menhir da Meada – Castelo de Vide*, de Jorge de Oliveira (CHAIA-UE), Edições Colibri, 2023



Homenagens

Adriano Rosa Alegria
Ana Paula Amendoeira
António Freire Ventura
António Amarelo
António Manuel das Neves Nobre Pita
António Maria Lourenço Conchinha Garcia
António Maria Raimundo
António Pedroso
Arlindo Gaspar de Jesus
Augusto Manuel Lourinho Beliz Rainho
Augusto Teodoro Picado
Fernando Emílio Silva Soares
Fernando Garcia Vinagre
Fernando Mão de Ferro
Francisco Alegria Serafim
Francisco das Neves Pereira
Francisco Ramos
Gregório José Rainho Pinela
Hermínia Vasconcelos Vilar
Hernâni José Rolo Sarnadas
João Francisco de Alegria Magusto
João Luís Póvoas
João Manuel de Jesus
Joaquim Alberto Manso Tavares
Jorge de Oliveira
José António Emílio Faria
José Manuel Bica Penhasco
José Manuel Santos
Leonor Rocha
Lucas Cavalheiro
Manuel Graxinha
Nuno Lecoq
Nuno Miguel Delgado Félix
Panagiotis Saratanpoulos
Paulo Simões Rodrigues
Raul Ladeira
Rui Correia







CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE MONUMENTOS MEGALÍTICOS

Reuniu, nos dias 12 e 13 de outubro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Castelo de Vide o Seminário Internacional de Conservação e Reabilitação de Monumentos Megalíticos, no âmbito das comemorações dos trinta anos da re-ereção do menir da Meada. O Seminário foi maioritariamente patrocinado pela Autarquia de Castelo de Vide e pelo Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, tal como pela Direção Regional de Cultura do Alentejo e Entidade Regional de Turismo, cujos seus representantes máximos estiveram presentes.

Neste evento participaram vinte e dois comunicantes de várias nacionalidades, especialistas na matéria. Para além dos comunicantes estiveram presentes no evento cerca de uma centena de assistentes, diretamente ligados à temática, tal como arqueólogos, conservadores-restauradores, geólogos, estudantes da Universidade de Évora e público em geral que se interessa por temas de Arqueologia.

Os trabalhos iniciaram-se com uma visita ao menir da Meada, tendo em vista dar a conhecer aos participantes o monumento e a sua nova sinalética, assim como verificar o seu estado de conservação e enquadramento paisagístico. Foi, igualmente, inaugurada uma exposição documental no espaço do futuro museu dedicado ao Megalitismo em Póvoas e Meadas. No final do primeiro dia de comunicações a organização promoveu uma sessão de homenagem a todos os que participaram no reerguer e na conservação daquele monumento, com especial destaque para mestre canteiro Manuel Graxinha, a que se seguiu o lançamento do livro intitulado "O Menir da Meada" da autoria de Jorge de Oliveira.

Os participantes, a partir das suas experiências pessoais e profissionais, sensibilidades e metodologias empregues, expressam preocupação comum, conforme os seguintes itens:

- 1 – Necessidade urgente na realização de estudos sobre os problemas de conservação que apresenta o Menir da Meada e consequente tratamento das patologias identificáveis;
- 2 – Os projetos de reabilitação e proteção do Menir da Meada, assim como de qualquer monumento megalítico devem integrar a paisagem envolvente, mesmo sabendo-se que os territórios atuais são diferentes dos existentes à época;
- 3 – A Tutela da Arqueologia e os Municípios devem assegurar a manutenção dos monumentos já identificados;
- 4 – Recomenda-se que, quando há valorização de monumentos megalíticos, as equipas de intervenção sejam multidisciplinares;

- 5 – Aquelas Instituições devem, ainda, promover a identificação, catalogação e classificação desta herança cultural e a partir de aí desenvolver estratégias de proteção preventiva, com definição de eixos prioritários de ação em termos regionais. Estas, devem integrar programa consistente de educação patrimonial, que abranjam vários grupos etários, nomeadamente os constituídos por jovens, assim como, promover a divulgação dos resultados em termos locais e a sua publicação científica;
- 6 – Manifestamos a nossa preocupação face à falta de resposta e de apoio técnico da Tutela, assim como à interpretação que por vezes esta faz da legislação aplicável ao património megalítico.
- 7 – Agradecemos, reconhecidamente, às entidades que patrocinaram este evento, nomeadamente a Câmara Municipal de Castelo de Vide, através do seu presidente António Pita, e ao CHAIA, graças ao Professor Paulo Simões Rodrigues, assim como a toda a equipa de apoio, esperando que este evento se venha a repetir.

As presentes conclusões foram votadas e aprovadas por unanimidade por todos os presentes neste Seminário, que serão transmitidas às entidades patrocinadoras do evento, solicitando-se a sua divulgação junto dos órgãos de comunicação social.

Castelo de Vide, 13 de outubro de 2023

Os participantes no Seminário.

Ficha técnica

Título:

Conservação e Recuperação de Monumentos Megalíticos
nos 30 anos da re-ereção do Menhir da Meada

Subtítulo:

Seminário Internacional, Castelo de Vide (Livro de Atas)

Editores:

Jorge de Oliveira
Leonor Rocha
Nelson Almeida

Paginação e banco de imagens:

Veludo Azul, Audiovisuais e Comunicação Lda.

Reportagem foto:

Joaquim Manso Tavares (CMCV)

DOI: 10.54499/LA/P/0132/2020/ Referência FCT: LA/P/0132/2020



CHAIA
CENTRO DE HISTÓRIA DA ARTE
E INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



 **IN2PAST**
PATRIMÓNIO | ARTE | SUSTENTABILIDADE | TERRITÓRIO
DOI: 10.54499/LA/P/0132/2020/
Referência FCT: LA/P/0132/2020